Cadernos Barão de Arêde

N.º 2

Revista do Centro de Estudos de Genealogia e Heráldica Barão de Arêde Coelho

Outubro-Dezembro 2014

CENTRO DE ESTUDOS DE GENEALOGIA E HERÁLDICA BARÃO DE ARÊDE COELHO

PRESIDENTE – Luís Soveral Varella, *Barão de Arêde Coelho*

SECRETÁRIO – Óscar Caeiro Pinto

EDIÇÃO E PROPRIEDADE – Centro de Estudos de Genealogia e Heráldica Barão de Arêde Coelho

ADMINISTRAÇÃO E REDACÇÃO – Luís Soveral Varella e Óscar Caeiro Pinto

COLABORADORES NESTE NÚMERO:

António Horta Correia

António de Sousa Lara

David Fernandes Silva

Fernando Águas

Jorge Miguel Ramos dos Santos e Teresa Paula Leal Fernandes Ferreira

Luís Camilo Alves

Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes

Luís Soveral Varella

Nuno de Campos Inácio

Óscar Caeiro Pinto

INPI - 533081
ISSN – 2183-3672

Revista trimestral de edição digital, N.º 2 – Outubro-Dezembro 2014
www.arede.eu
info@arede.eu

Os artigos publicados são da inteira responsabilidade dos seus Autores que seguem ou não o acordo ortográfico conforme melhor entendem

Sumário 2

Editorial – *por Luís Soveral Varella* 3

Histórias da História

Os do Almendro – *por António Horta Correia* 11

Armaria na Tumulária Portuguesa – *por Jorge Miguel Ramos dos Santos e Teresa Paula Leal Fernandes Ferreira* 23

Adenda – Artistas e Artesãos na Arte de Fabrico de Armaria – *por Luís Soveral Varella* 50

D. Paio Peres Correia, Mestre de Santiago, e frei Paio Correia, Bailio de Leça – *por Óscar Caeiro Pinto* 53

O Império Júdice Fialho – *por Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes* 59

Genealogia

Os Heredia – *por Luís Soveral Varella (Continuação)* 94

A Mercê do Tratamento de Dom na Varonia Sousa Lara – *por António de Sousa Lara* 118

Os Jaques – *por Fernando Águas (Continução)* 151

A Ascendência Algarvia de Eça de Queiroz – *por Nuno de Campos Inácio* 170

A Heráldica da Casa Grande de Freixo de Numão e a sua Ligação a Tavira – *por Óscar Caeiro Pinto* 187

Os Furtado e os Barbuda de Monchique – *por Luís Soveral Varella* 195

Heráldica e Ex-Librística

Esboços, Esbocetos, Bonecos e Heráldica e Sinais, da autoria de *David Fernandes Silva* 221

A Arte Heráldica de Luís Camilo Alves 224

Notícias 230

EDITORIAL

Foi um sucesso, é o que podemos referir relativamente ao n.º 1 dos *Cadernos Barão de Arêde*.
Foi imediada a adesão do público a este nosso projecto, particularmente do público interessado na Genealogia e História da Família, da Heráldica, Ex-Libristica, Património e História, no geral, o que se consubstancializou num grande números de recolhas desse número dos Cadernos a partir da nossa página disponível na internet; através das dezenas de pedidos de exemplares impressos; das mais de três dezenas de utilizadores e as mais de 1.000 visitas à nossa página logo na primeira semana; e por fim, pela colaboração já para este número disponibilizada por autores não membros fundadores do Centro de Estudos. Para tal contribuiu também a publicação dos nossos Cadernos e a publicitação do nosso Centro de Estudos nas páginas na na internet dos *nuestros hermanos* em Espanha de *Doce Linajes de Soria* e do *Salón del Trono*, este último tecendo rasgados elogios a esse nosso trabalho, e as sucessivas ligações que as mesmas de imediato desencadearam.
Não poderíamos esperar mais de um projecto que ainda agora dá os primeiros passos, mas que começou já, sem dúvida, a atingir os objectivos a que se propôs.
Atingimos ainda, e desde já, o objectivo seguinte, editar em livro, devidamente impresso o n.º 1 dos nossos Cadernos, edição que ficou a cargo da Arandis Editora, de que é sócio o nosso Membro Nuno de Campos Inácio. E tendo havido uma adesão significativa por parte dos nossos leitores à modalidade de formato em livro dos nossos Cadernos, manteremos essa opção complementar para os interessados, cuja impressão será para já sujeita ao número de encomendas.

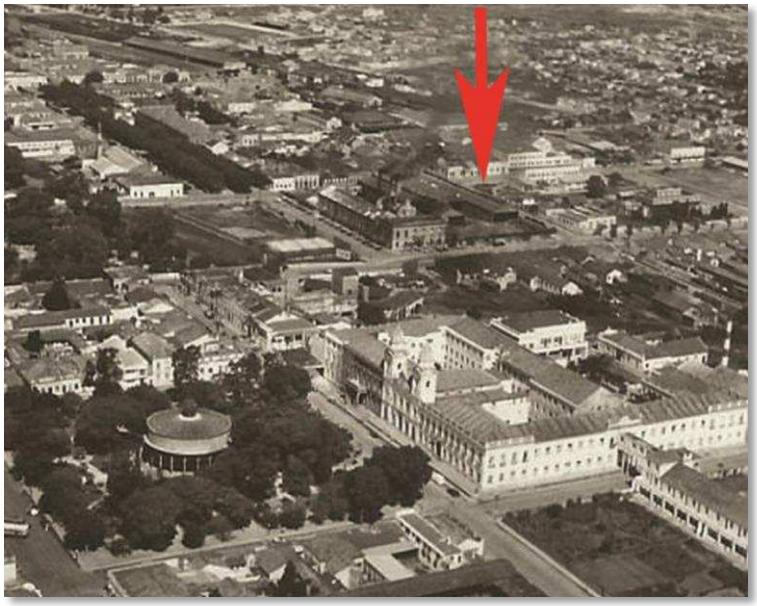
Aproveito também para registar que, precisamento no dia em que o primeiro número dos nossos Cadernos saíu a público, foi oficialmente concedido o número de registo do nosso Centro de Estudos no INPI. A coincidência não passou despercebida e será por certo o melhor presságio. Porém, já o primeiro número estava *on-line* não sendo já possível alterá-lo e registar na sua ficha técnica o seu número oficial, que passa a partir deste número a ficar aí registado.

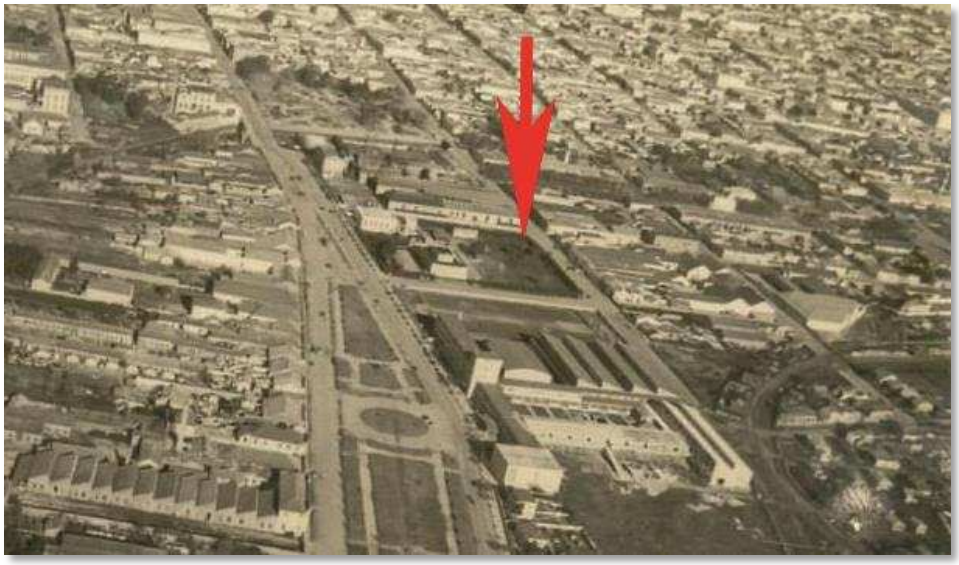
A publicação do primeiro número dos Cadernos trouxe-nos ainda interessados que não hesitaram em nos contactar colocando questões e fornecendo-nos dados adicionais.

Desses têm particular interesse os referentes as informações acrescidas para a biografia do 1.º Barão de Arêde Coelho, José Inácio de Arêde Coelho, que ocupou grande parte do editorial do nosso primeiro número. Foi possível depois da sua publicação, e mediante vários contributos, ter agora mais precisos alguns dados que nessa biografia foram referidos.
Sempre com a colaboração incasável da já nossa correspondente em Pelotas, no Brasil, Mariângela Vernetti, apurámos que:

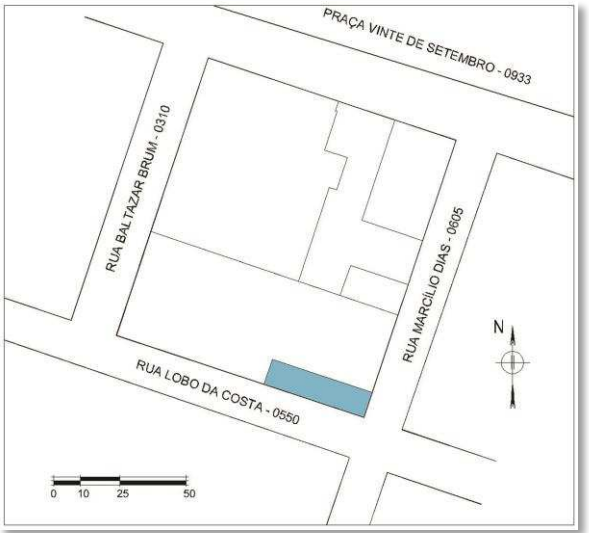
1. O Barão, para além das suas outras actividades profissionais e cívicas foi ainda *benemérito* da ainda hoje existente e importante instituição *Beneficência Portuguesa* em Pelotas, de que era sócio, título ou menção que recebeu da direcção lavrado em acta da sua reunião extraordinária de 30 de Junho de 1902, mercê da doação que fez para atapetar o pavimento dos altares e mandar colocar o respectivo trilho ao longo da capela dessa instituição, distinguindo-se *a qualidade finíssima da tapeçaria*, e tendo com isso gasto aproximadamente 650.000 reis. Mais tarde, em sessão ordinária de 2 de Novembro do mesmo ano, António Maria Ferreira, sócio-chefe da firma António Maria Ferreira & C.ª apresenta à direcção dessa instituição um pedido para que fosse retirado o título de *benemérito* ao Barão de Arêde Coelho e que o mesmo título lhe fosse atribuído e condedido a si, dado que, segundo alega, tendo sido ele o fornecedor das tapeçarias o Barão não lhas tinha pago até então. E assim sendo, para todos os efeitos tinha sido ele, António Maria Ferreira, a doá-las.
A direcção no entanto recusa o seu pedido. Pelo registado no requerimento, se efectivamente nessa data o Barão ainda não tinha pago as tapeçarias, é muito provável que as não iria pagar antes do ano seguinte, em 1903, por estar ausente do Brasil no Uruguai, tal como ficou registado na sua biografia no número 1 destes nossos Cadernos.
2. O Barão, vice-cônsul de Portugal em Pelotas, exerceu esse cargo apenas de Maio de 1902 a 1 de Outubro desse ano quando foi exonerado com o início do processo de falência movido contra a sua firma Coelho & C.ª e do processo-crime movido contra si por falência fraudulenta. Na sequência desse processo foi-lhe decretada prisão preventiva nesse mesmo dia de Outubro. Mais tarde, e conforme também ficou registado na sua biografia, o Barão foi que estava no Uruguai, regressando, foi julgado e absolvido.
3. Por fim, e porventura o mais interessante, foi a localização dos restantes desenhos do projecto das casas de morada do Barão, da autoria e construção de Caetano Casaretto, que permitem agora a reconstrução correcta das mesmas por maquete digital, bem assim corrigir a sua localização. Todos esses dados foram fornecidos através de Mariângela Vernetti por Guilherme Daltoé de quem tínhamos retirado para a biografia do Barão o desenho da fachada principal do referido projecto, inserto na sua dissertação de pós-graduação[1].
Sabemos agora que a localização das suas casas de morada não era na sua propriedade na esquina da actual rua Marcílio Dias com a actual praça 20 de Setembro (antiga praça da Constituição), mas sim na esquina da actual rua Marcílio Dias com a actual rua Lobo da Costa (antiga rua Riachuelo), também dentro da área dos seus terrenos aí localizados e devidamente identificados na sua biografia. Isso mesmo consta do contrato assinado entre Caetano Casaretto e o Barão datado de 6 de Agosto de 1900.

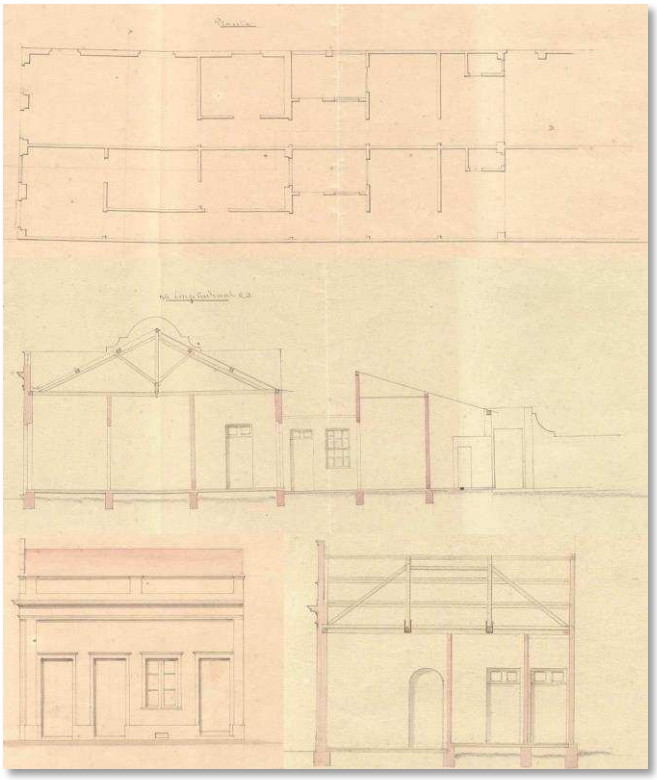
[1] *DALTOÉ, Guilherme (2012), Arquitetura Urbana em Pelotas/RS (1892-1931), Dissertação de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo apresentada à Universidade Federal de Pelotas.*





Vistas aéreas da Praça 20 de Setembro nos anos 60 do séc. XX, agora com a indicação correcta do local onde se localizavam as casa de morada do Barão de Arêde Coelho projectadas e construídas em 1900 por Caetano Casaretto, no cruzamento da actual rua Marcilio Dias com a actual rua Lobo da Costa, nos terrenos que foram propriedade do Barão – fotografia disponível na internet em https://www.facebook.com/PelotasAntiga?fref=ts, consulta em Setembro 2014





Planta de implantação das casas de morada do Barão de Arêde Coelho – desenho de Guilherme Daltoé; e desenhos do respectivo projecto da autoria de Caetano Casaretto, de 1900

Reconstrução digital feita pelo autor deste texto e editor a partir dos desenhos de projecto de Caetano Casaretto para as casas de morada do Barão de Arêde Coelho, datados de 1900

Assinatura de José Inácio Coelho num assento paroquial na Mourisca do Vouga em 1894, antes de ter sido agraciado com o título de Barão de Arêde Coelho; e a sua assinatura, já titular, no contrato realizado entre si e Caetano Casaretto para realização de obras de construção das suas casas de morada na esquina da rua Marcílio Dias com a rua Riachuelo, datado de 6.8.1900

E por fim, não podería deixar de me referir também à época especial do Ano que atravessamos – o Natal.
É em particular nesta época do Ano que todos tendemos a ser, nem que seja apenas por alguns momentos, mais introspectivos. Introespectivos quanto aos nossos actos passados, sucessos e insucessos, alegrias e tristezas; quanto às memórias que temos dos que mais gostamos, estejam eles presentes ou tenham já partido deste Mundo. Mas também expectantes quanto ao novo Ano que se aproxima e naturalmente ao futuro.
Não é novidade para ninguém que atravessamos um período muito conturbado da existência da Humanidade. É uma ideia e uma expressão de tal forma batidas e gastas que já nem a olhamos com a seriedade e a atenção que cada vez mais urge ter. Por ventura não será diferente de tantos outros períodos que os nossos maiores atravessaram nos seus tempos. Mas esta é que é a nossa realidade e aquela com que temos, podemos e nos devemos confrontar. E se não temos dúvidas que estamos na parte final de um ciclo da História da Humanidade, certo parece ser que muito mais rápido do que poderíamos esperar, à luz de certos princípios, a sociedade está a mudar sem escrúpulos. E os nossos conceitos parecem cada vez mais tudo menos actuais à luz desses princípios. Estamos todos suficientemente cientes quanto á crise de valores, a crise de confiança, a crise da cultura e do conhecimento no geral, para além da crise financeira e na generalidade a crise das instituições, a favor de uma cada vez mais ascendente apologia da mediocridade quer seja ao nível cultural quer dos comportamentos, do respeito pelo semelhante, e perante uma sistemárica e intensa inoperância apática dos responsáveis, que afinal somos todos nós. Vêmo-lo nos *media,* vemo-lo na rua, vemo-lo todos os dias. E assim as raízes culturais deste nosso País centenário vão-se perdendo dia-a-dia e diluindo na invasão aculturada de novas dinâmicas e novos comportamentos que por mais que a alguns sirvam não servirá por certo à memória que queremos deixar desta nossa época nos anais da História. Vivemos todos afinal a há muito previsível crise cultural e de valores que alimenta a crise no sistema e na democracia, atingido que está o conceito corrente de que é mais importante ter do que ser. E uma democracia falida é a falência da liberdade e em extremo a falência do Ser Humano. Não é pois demais recuperar as palavras de S.A.R. o Senhor Dom Duarte na sua comunicação do passado dia 1 de Dezembro: *A ignorância e o relativismo moral estão na base da nossa crise actual.*
Seja por isso também este período um período de maior reflexão em que possamos todos entender por onde vamos e para onde queremos ir e tenhamos a lucidez e a coragem de pelo menos tentar fazer as melhores escolhas, não só as individuais mas sentindo-nos responsáveis pelo nosso semelhante, para que possam assim as nossas escolhas ter também como fim o bem da comunidade.

Aos nossos leitores deixamos aqui esta proposta, mas deixamos também dois presentes muito especiais do nosso Membro o Artista, Heraldista e Ex-Librista David Fernandes, com os melhores votos a todos de um Santo Natal e de um Novo Ano repleto de Saúde, de Alegria e de sucessos.

Luís Soveral Varella (Barão de Arêde)

Praesepium Heraldicum (2014)

CADERNOS BARÃO DE ARÊDE

HISTÓRIAS DA HISTÓRIA

OS DO ALMENDRO[1]

por António Horta Correia

Com este título publicou o jornal "Novidades", de Lisboa, no seu número de 8 de Fevereiro de 1925, um desenvolvido artigo cujo subtítulo *Acudindo à chamada de João Semana*, era a resposta assinada por *Transtagano* a uma polémica à volta do *aglomerado emigratório de El Almendro* a que *João Semana* tinha classificado de *gente pobre que tinha poucos haveres.*

Após uma viagem à vila de El Almendro, província de Huelva (Espanha) em companhia de um descendente de essas famílias, *Transtagano* encontrou os dados genealógicos que procurava e ainda outra documentação, entre a qual uma monografia de El Almendro, que classifica de i*nteressantíssima*, escrita pelo Padre Emiliano Rodriguez.

Localização da vila de El Almendro

Nesse artigo de resposta a *João Semana* invoca o autor elementos dessa monografia para demonstrar que *era gente acaudalada y de la mas rica del pueblo,* exemplificando com o cónego Gomes Cano, Domingos Martins Pulido, Dr. Francisco Martins Pulido, Dr. Domingos Mateus Garcia Perez e outros, fazendo o apelo *a não se deixar perder por desleixo esse riquíssimo tesouro de tradições familiares.*

[1] Com igual título "Os Do Almendro" publicou António Pulido Garcia em 1998 um trabalho que inclui os artigos de *João Semana* e *Transtagano,* e um estudo genealógico dos seus familiares.

Tomei conhecimento da existência da monografia do Padre Emiliano Rodriguez pela leitura desse artigo do jornal "Novidades", quando, em 2007, na Biblioteca Nacional preparava o trabalho a que dei o título "Sebastian Ramírez (1828-1900) - Subsidio documental para uma biografia", depois editado pela Camara Municipal de Vila Real de Santo António, em 2008. A pequena transcrição que dela fazia *Transtagano* era suficiente para tirar qualquer incerteza que existisse quanto aos motivos que levaram as familias de El Almendro e da vizinha Villanueva de los Castillejos, a emigrarem para Portugal na primeira metade do século XIX. Afinal, não seria a existência de quaisquer perseguições políticas ou argumentos parecidos que não convenciam, apenas, muito simplesmente, as duas vilas ficaram destruídas após a *batalha de Castillejos*, e sem opções, os seus habitantes foram refazer a vida noutros locais, certamente para Sevilha ou outras cidades espanholas, e muitas para Mértola, Aldeia Nova de S. Bento, Serpa, Barrancos, Amareleja, Vidigueira e Moura, ou para Lisboa, e para terras algarvias, Loulé, Lagoa, Albufeira, Tavira e Vila Real de Santo Antonio.

Compreende-se que nas primeiras vagas tenham saído os *acaudalados,* pois tinham melhores possibilidades de se fixar em actividades que requeriam capital e progressivamente iam chamando familiares. Pode-se concluir que tanto *João Semana* como *Transtagano* tinham razão, a diferença seria apenas a época em que a emigração se realizou.

Fiquei com um enorme interesse em conseguir ler essa monografia de El Almendro. Procurei sem êxito, pois ninguém a conhecia, parecia que não tinha sido editada como afirmaram algumas livrarias espanholas. Quando já tinha desistido de a obter, recebi por gentileza do Dr. Luis Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes, descendente de familias de El Almendro, um exemplar dactilografado em 21 páginas, escritas pelo Padre Emiliano Rodriguez, nessa vila, em 1904, com o título" El Almendro", desenvolvido nos seguintes capítulos:

- Situação da Vila
- Origem histórica do seu nome
- Resumo histórico da sua transferência e nova fundação
- Invasão dos franceses nesta Vila
- Edifícios
- Descrição da igreja
- Ermida de NªSrª de Piedras-Albas
- Antigas Ermidas da Santíssima Trindade e de S. Sebastião

Se toda a monografia é interessante, considero o capítulo que a seguir se reproduz "Invasão dos franceses nesta Vila", como o documento comprovativo do êxodo dos habitantes de El Almendro, tendo um valor genealógico especial pela descrição que se

inclui dos nomes dos chefes de familia que em fins de 1814 lá habitavam, acrescida dos dados pessoais.[2]

Invasão dos franceses nesta Vila

"No dia 9 de Julho do ano de 1810, foi invadido pela primeira vez o seu solo pelas tropas de Napoleão. Desde este dia continuaram fazendo com frequência outras furiosas invasões nas quais morreram assassinados muitos dos seus honrados habitantes contando-se entre as primeiras vítimas de tão bárbaros atropelos um sacerdote, filho desta vila.[3]Para deter a pressão do grosso das tropas francesas que avançavam em direção a estas vilas resolveu fazer - lhes frente o General D. Francisco Ballesteros e adiantando-se ao inimigo chegou com as as tropas de seu comando a esta vila que por estar coroada de altos cabeços que dominam o perímetro de esta povoação e do imediato de Castillejos com os seus arredores oferecia excelentes condições estratégicas para a resistência que intentava fazer às tropas invasoras. Segundo a tradição dividiu em três grupos as escassas forças de que dispunha, colocando os primeiros com toda a artilharia nos cumes e nas vertentes voltadas ao sul da "*Sierra de las Sierpes* "e "*Cabezo de Maria Gil*" ficando ele na rectaguarda, com o grosso das tropas, nesta vila.

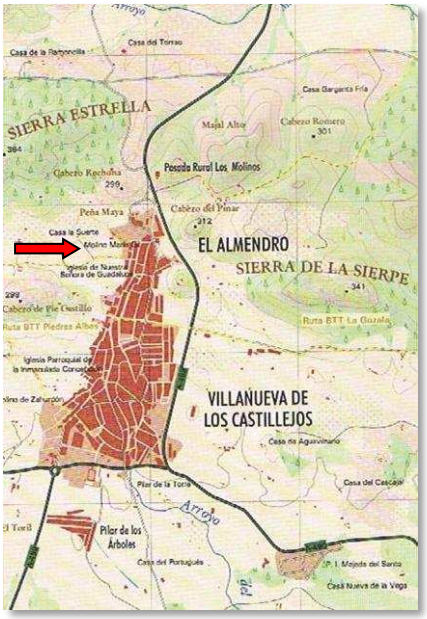
As forças inimigas compostas por duas divisões que somavam nove mil homens eram muito superiores em número às de Ballesteros (4.000 soldados) mas confiado este na valentia e na posição vantajosa das suas tropas decidiu-se temerariamente resistir à pressão das francesas, chefiadas pelo Marechal Mortier.

Não obstante o fogo da artilharia colocada nos mencionados cumes, os franceses invadiram as vilas e no dia vinte e cinco de janeiro do ano de mil oitocentos onze viram-se os seus baldios e ruas convertidos em teatro de sangrenta luta donde resultaram os nossos completamente derrotados.

Donos já por completo de ambas as vilas, sem obstáculos materiais que os contivessem, os franceses deram rédea solta aos seus instintos sanguinários de vingança, destruindo o arvoredo, saqueando as moradias particulares, profanando os

[2] A tradução da primeira parte desse capítulo é de responsabilidade do autor, que optou por deixar a segunda parte na língua original.

[3] Para comemorar a morte deste sacerdote chamado D. Andrés Dominguez Roxo, de 67 anos de idade, que ocorreu no dia 9 de Julho de 1810, se ergueu no mesmo lugar em que caiu morto do cavalo que montava, conhecido pelo nome de Calvário, próximo do "*Pilar Viejo*," um modesto monumento que consistia em um corpo de material em forma de pirâmide truncada constituída por quatro carreiras de ladrilho sobre os quais descansava um pedestal redondo (…) sobre este se erguia uma coluna de mármore de metro e meio de altura, rematando esta com uma cruz de ferro,(...)"-Nota do Padre Emiliano Rodriguez.



Mapa das vilas de El Almendro e Villanueva de los Castillejos (assinalados Sierra de la Sierpe e Molino Maria Gil)

edifícios sagrados (ao ponto de que os altares da Igreja serviram de manjedouras para os seus cavalos), destruindo e utilizando para usos vis e indecentes os livros, papeis e documentos do Arquivo Público.

Foi então que se desmembrou esta povoação, emigrando quase todo os habitantes para outras povoações onde não se fazia sentir o chicote da guerra e muito especialmente para o vizinho Reino de Portugal, onde os mais ricos, abandonando para sempre as suas moradas, se estabeleceram e fixaram definitivamente a sua residência. Em consequência de tão tristes acontecimentos os habitantes de El Almendro ficaram reduzidos a uma terceira parte do que antes tinha e convertida a vila num lugar rural quase deserto.

Para fornecer as rações de comida e demais artigos e auxilio que necessitavam as tropas espanholas residentes e transeuntes, durante os anos de mil oitocentos dez, onze e doze, viu-se o *Ayuntamiento* de esta vila na imperiosa necessidade de jogar mão e valer-se de todos os fundos públicos e erários comuns dos baldios e arbítrios municipais, *Pósito Real*[4], contribuições e *repartos vecinales,* utensílios, palha para os cavalos, esmola da Bula correspondente à dos anos de mil oitocentos dez e onze e o

[4] Armazém para recolha de cereais

valor total por que foi vendido em hasta publica o azinhal conhecido com o nome de "*Dehesa del Tamujoso*" terra dos baldios situada entre a Puebla e Paimogo que pertencia a este *Ayuntamiento.*[5]

Terminada a Guerra da Independência, expediu o Rei Fernando VII uma Real Ordem comunicada a esta vila no dia treze de Janeiro de mil oitocentos e quinze, mandando aos Intendentes militares que procurassem averiguar com a exactidão possivel os abastecimentos feitos às tropas pelos *Ayuntamiento*s da sua respectiva jurisdição a fim de reintegrar-lhes nos gastos e prejuízos ocasionados pelas tropas beligerantes. Apesar das múltiplas gestões e trabalhos feitos por este A*yuntamiento* para poder apresentar na Intendência de Andaluzia os recibos justificativos dos enormes abastecimentos que se fizeram, não pode efectuá-lo pela destruição que fizeram os franceses nos papéis do Arquivo Municipal entre os quais se encontravam os ditos recibos, e por outras razões e dificuldades que não se puderam superar, ficando no fim esta povoação quase sem habitantes, afundada na mais espantosa miséria e sem retribuição nem prémio que compensasse os enormes gastos e prejuízos que lhe ocasionou a guerra.

Vista parcial de El Almendro

Restabelecida a paz na Península fez-se uma minuciosa estatística dos restantes residentes em fins do ano de mil oitocentos e catorze, verificando-se que a população tinha diminuído, de uma forma rápida, para a terceira parte da que antes tinha, isto é a cento e trinta e dois fogos que somavam seiscentos e trinta habitantes, pobres na sua maioria.

Segue aqui a cópia da estatística:

[5] Foi vendida ao Município da Puebla em cinquenta *reales vellon*; preço muito inferior ao seu valor, mas com a condição de que os lavradores pertencentes ao município de El Almendro pudessem cortar nela a madeira necessária para a confeção de arados e outros instrumentos de agricultura.

"En el lugar del Almendro, a siete de Enero de mil ochocientos quince, los Srs. D. Martin Domínguez Morano y D. Andrés Barba Roxo, Diputados del Común Ayuntamiento reemplazado de mil ochocientos ocho, que componen en la actualidad el de este dicho Lugar, por no haber podido tener efecto el restablecimiento de los demás individuos de esta misma Corporación, estando en sus Casas Capitulares para celebrar Cabildo, dijeron: – que á los fines mas convenientes al real servicio, buen gobierno económico, político, y administrativo de Justicia debían acordar y acordaron se proceda desde luego, à la formación de un Padrón general de este vecindario, por clases y con las debidas explicaciones de las respectivas profesiones de los individuos que lo componen; e por cuanto sus Mercedes, de conocimiento proprio y fixos antecedentes tienen el mas completo en la materia, poniéndole en execución, formalizan esta operación de la maniera siguiente:

CALLE VENTILLA

D. José Domínguez	Organista de la Parroquia
Diego Pérez Hidalgo	pobre impedido[6]
Sebastián Rodríguez Morano	barbero
Juan León	barbero
Juan Blanco	labrador pobre
Juan de Dios Gómez	labrador pobre
Maria Vasquez, vª de Manuel Mateo	pobre de solemnidad[7]
Antonio Pérez	de profesión albañil[8]
Andrés Pérez Morano	tratante[9] en Sevilla y Portugal
Pedro Mateo	pobre impedido
Manuel Barroso	jornalero[10]
Gaspar Yánez Blanco	jornalero
Viuda de Juan Ponce	pobre

CALLE NUEVA

Miguel Rodríguez Pablos	tratante en cera blanca
Lorenzo Barba Ponce	jornalero

[6] Pobre inválido
[7] Pobre assistido
[8] Pedreiro
[9] Pessoa que se dedica a comprar géneros para revendê-los
[10] Trabalhador rural

Viuda de Gaspar Yánez Blanco	cerero[11]
Juan González Hejido	fabricante de velas
Viuda de Juan Correa	pobre
María del Carmen, viuda	pobre
Manuel de Jesús Correa	tratante en colmenas[12]

CALLE AYAMONTE

Viuda de Juan Rodríguez Labrador	con fábrica de velas
Ramón González	carpintero
Sebastián Rodríguez	con fábrica de botones[13]
Viuda de Diego Fernández	pobre
Juan Martin Formosiño	tratante en colmenas
Sebastián Rodríguez Tenorio	
José Ortega	fiel del Municipio[14]
Sebastián Domínguez	comisionario en compra pieles
Mateo Marques Velásquez	jornalero
Francisco Pérez Morano	

CALLE del DUQUE

D. Claudio Beltran	Medico
Gaspar de la Feria	comisionario en compra pieles para las fabricas de Antequera
Andrés Barba	sexagenario, propietario
D. Antonio García Pego	Cura Párroco
José Ponce	contratante[15] en Cadis
Viuda de Francisco Carrasco	
Viuda de Juan Corpas	pobre
Francisco Gomez	proprietario
Lorenzo Gomez	proprietario

[11] Pessoa que prepara ou vende a cera.
[12] Colmeias
[13] Botões
[14] Funcionário que controlava os abastecimentos
[15] Contratador

Tomaz González Hexido	traficante en Sevilla

CALLE del PUERTO

Isabel Domínguez	Mesonera[16]
José Pérez	pobre de solemnidad
Andrés Barba Roxo	con un lagar de cera
Francisco Vásquez Macías	con blanques[17] de cera
Mateo Franco	jornalero

EJÍDO 1º

Sebastian Vaz	jornalero
Juana Martin, viuda	pobre
Maria Vasquez, soltera	de oficio costurera
Francisco de Paula	vendedor de velas y cirios
Gaspar Medero	herrero[18]
Francisco Pérez Cano	con 200 cabras

EJIDO 2º

Antonio Rodríguez Tenorio	propietario

CALLE FUENTE

Viuda de José Yánez	pobre
Matías Domínguez	contratante en Portugal
Antonio Pérez Redondo	fabricante de velas
José García	comerciante
Juan Domínguez	jornalero
Domingo Ramírez	jornalero
Viuda de Alfonso Cano	propietaria
Gaspar Gómez Ponce	propietario
Menores de Juan Mateo	son dos jovenes con su tutela

[16] Estalajadeira
[17] Talvez blanqueo -branqueamento
[18] Ferreiro

Diego Martin Formosiño	labrador con cuatro yuntas y un rebaño de 300 ovejas que custodia personalmente
D. Manuel Gómez	presbítero sin cargo oficial
José Crespo	jornalero
Diego Dominguez	pobre impedido
Viuda de José Gomez Formosiño	pobre
José Gomez	comisionario de una fábrica de Antequera
Manuel Fernández	ciego pobre y septuagenario
Manuel Tesmos	talador[19] y pregonero[20]
Viuda de Manuel Alonso	proprietaria
D. José Alonso Macías	presbítero y sochantre[21] de la Parroquia
Maria Manuela, viuda	pobre
Francisca Perez, viuda	pobre

CALLE GRANDE

Martin Rodríguez	labrador
Catalina Gómez, viuda	pobre
Francisco Gómez	jornalero
Diego González	labrador pobre
Esteban Pérez	vendedor de velas en Extremadura
María de las Dolores, viuda	pobre
Diego Domínguez	jornalero
D. Fabian Vásquez	Maestro[22] de primeras letras
Tomaz de la Feria	
María del Carmen, viuda	
Catalina Fernández, viuda	
Antonio Pérez Correa	Alguacil[23]
Bartolomé Pérez Ramírez	jornalero

[19] Que faz a tala das árvores
[20] Pessoa que faz os pregões
[21] Mestre cantor
[22] Professor
[23] Regedor

Rosalía Blanco, viuda	pobre
Diego Ponce Macías	labrador pobre
José Morón	jornalero
Bartolomé Madera	molinero[24]
José Ortez	tratante en Portugal
Antonio Romero	jornalero
Dª. María Vásquez, soltera	Maestra de niños
D. Andrés Barba	Presbítero, labrador con cinco yuntas y un rebaño de ovejas de 400 cabezas y 500 colmenas
Juan Márquez	jornalero
Viuda de Santiago Rodríguez	pobre
José Domínguez	jornalero
Antonio Escudero	jornalero
Juan Domínguez Rojo	comerciante
Pedro Gazapo	con un rebaño de 150 cabras
Pedro Márquez Barba	jornalero
Manuel Francisco	jornalero
Leonor Martin	pobre
Antonio Rodriguez	jornalero
Andrés Pérez Morano	colmenero
Alonso Martin	labrador pobre
Isidoro Barba	Sacristán menor
Cristobal Diaz	jornalero
Alonso Gomez	jornalero

CALLE CHICA

Viuda de Domingo Ramos	pobre de solemnidad
Juan Fernandez	jornalero (sexagenario)
Juan Gonzalez	jornalero
Francisco Martin	jornalero

[24] Moleiro

Rafael Dominguez	jornalero
Alonso Yánez	molinero
Juan Ponce Correa	jornalero
Manuel Rodriguez	jornalero
José Ramírez	jornalero (sexagenario)
Antonio Perez	jornalero (sexagenario)

CALLE ERETAS

Viuda de José González	pobre
Francisco Yánez	jornalero
Ramón Yánez	jornalero
Juan Limón	labrador con 4 yuntas y un rebaño de 300 ovejas que custodia personalmente
Viuda de Domingo Ramos	pobre
Domingo Martin	pastor
Maria Mayor, viuda	pobre
Andrés Barba	jornalero"

De esta estadística se deduce, que à consecuencia de la guerra abandonaran la Villa, para siempre y definitivamente ciento noventa vecinos, que constituían la parte de población más rica, quedando esta Villa despoblada y en la mayor ruina.

Sumando los ciento noventa vecinos que emigraron á los ciento treinta y dos que quedaron, se colige que antes de la invasión franceza contaba la Villa con trescientos veinte y dos vecinos que sumarian de mil trescientos á mil cuatrocientos habitantes dedicados casi en la totalidad à los trabajos de agricultura."

À descrição da chamada *batalha de Castillejos* que decorreu no dia 25 de Janeiro de 1811, escrita pelo Padre Emiliano Rodriguez na monografia que temos vindo a referir, podemos acrescentar alguns dados complementares: O *cuerpo de vanguardia,* comandado pelo tenente-coronel D. Ramón de Albuquerque, era constituído pelo Regimento de Pravia, comandado pelo tenente-coronel D. Francisco Moreda, e o Regimento de Lena sob o comando do coronel D. Jaime Butler. A reserva, na rectaguarda, era formada por efectivos dos Regimentos Provincial de León, Cangas de Tineo, Castropol e Infiesto. A cavalaria, composta por cerca de 700 homens do governo provisório de Santiago de Compostela e dos *Húsares de Castilla*, situou-se na zona mais plana. Com esta disposição se aguardou o ataque francês, que se acercou e atacou o flanco esquerdo e o centro da linha da frente, travando-se renhido e sangrento

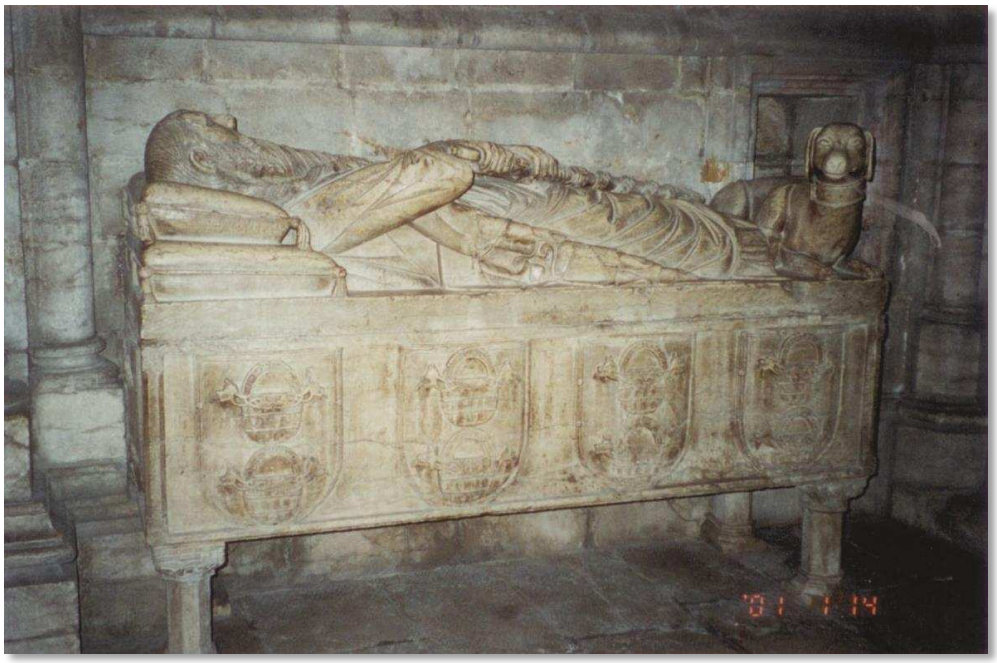
combate, enquanto a cavalaria enfrentava a francesa para segurar o flanco direito e evitar que o inimigo envolvesse as tropas espanholas. Depois de três horas de combate contínuo as linhas espanholas começaram a debilitar-se, avançando duas colunas de reserva para apoiar as tropas do centro. Ao observar esta manobra, os franceses dão ordem de avançar também a sua reserva, e concentram ai o fogo da artilharia, o que forçou a retirada da primeira linha espanhola para a posição que antes ocupara a reserva. Concentradas as tropas, aguentaram durante mais cinco horas até que chegada a noite, derrotados, retiraram para Sanlúcar del Guadiana, onde atravessaram o rio e internaram-se em Portugal, tendo sido também numerosas as baixas nas tropas francesas.

Vista parcial de Villanueva de los Castillejos

ARMARIA NA TUMULÁRIA PORTUGUESA[1]

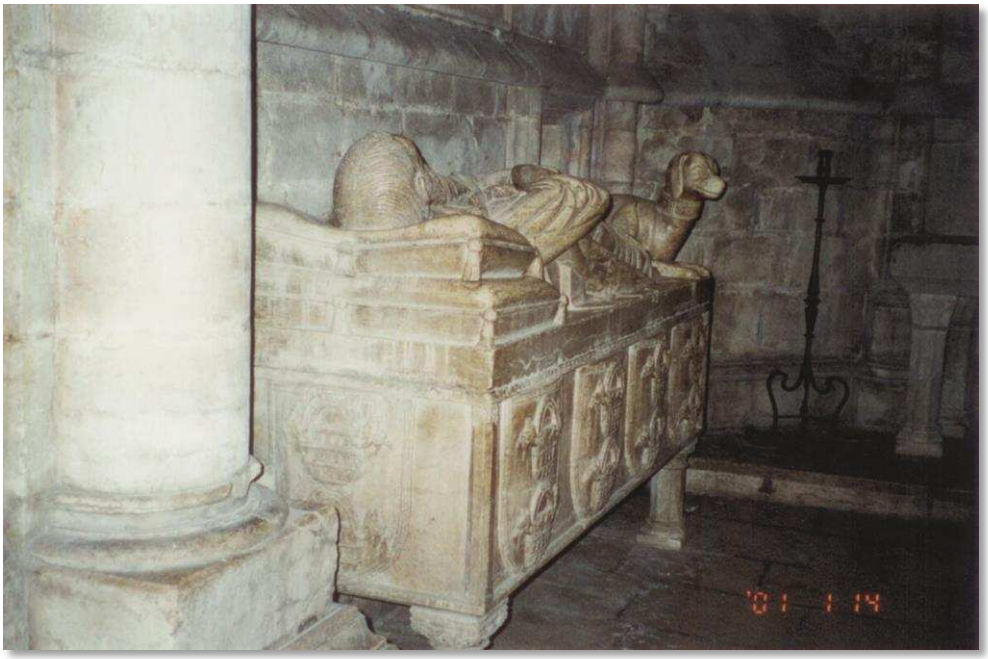
por Jorge Miguel Ramos dos Santos [2]
e Teresa Paula Leal Fernandes Ferreira

LOPO FERNANDES PACHECO



[1] Trabalho conjunto da cadeira de História da Guerra na Idade Média apresentada à Faculdade de Ciências Sociais Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012.

[2] Jorge Santos, como tivemos a oportunidade de apresentar no n.º 1 dos nossos *Cadernos Barão de Arêde*, é licenciado em História e investigador em armaria, e é simultaneamente um excelente executante dessa arte milenar, reproduzindo fielmente e em detalhe, com os repectivos materiais, nomeadamente espadas medievais no melhor aço da época. A suas peças, autênticas obras de arte, são totalmente executadas manualmente, sem moldes, e segundo os mesmos processo com que eram então executadas, tornando-as peças únicas em que o que as as distingue das originais é apenas a época. Tal como referimos nesse nosso n.º 1, a ele voltámos com o seu artigo prometido. E porque nos parece oportuno, no final deste artigo apresentamos imagens de uma réplica perfeita da espada de D. Lopo Dias Pacheco, com quem o autor inicia este artigo, peça essa executada por Hugo Aguas, irmão do nosso membro Fernando Aguas, muito baseado nos detalhes da explanação e imagens recolhidas para este artigo por Jorge Santos. Embora Hugo Aguas o execute apenas por *hobby*, não podemos deixar de o referir aqui como, a par do autor deste artigo, um dos melhores e mais fiéis executantes dessa arte – nota dos editores.



Lopo Fernandes Pacheco – Séc. XIV

A linhagem dos Pachecos remete ao Condado Portucalense. Segundo o *Livro de linhagens do Conde D. Pedro*[3], os Pachecos descendem de *Fernam Jeremias* o qual teria acompanhado o Conde D. Henrique.

Pela mão de D. Teresa receberam o senhorio de *Ferreira de Aves*. Durante as seguintes 4 gerações pouco se sabe acerca desta nobre família e é só na 5ª geração que se destaca Fernão Rodrigues, avô de Lopo Fernandes Pacheco.

Este ancestral de Lopo Fernandes é o primeiro a usar o apelido Ferreira, o que segundo a autora *Leontina Ventura*[4], se deve ao facto do seu estabelecimento em *Ferreira de Aves* passando a família a identificar-se através do nome da terra de seu senhorio. O momento de ascensão desta família começa no séc. XIV e o seu culminar viria a ser em Castela.

Do Rei D Afonso IV recebeu Lopo Fernandes de Pacheco a titulação de *Rico-Homem*, 7º Senhor de Ferreira. Quanto à sua filiação Lopo Pacheco tem por pai João Fernandes Pacheco, sexto Senhor de Ferreira, que frequentava a corte de D. Dinis, e por mãe Estevainha Lopes de Paiva. Em 1327 tomou como esposa D. Maria Gomes Taveira e em 1345 desposou D. Maria de Vilalobos a qual por parte materna era neta do Rei D. Sancho IV de Castela.

Durante a guerra civil que opôs o Príncipe Afonso IV a seu pai, D. Dinis, os Pachecos tomaram uma posição neutra em relação a ambos os lados mantendo-se o mais possível apartados do conflito, no entanto a sua proximidade com o futuro Príncipe não é de excluir pelo número de cargos que D. Afonso IV lhe atribuiu, os quais foram:

- Meirinho-mor
- Mordomo-mor do Infante D. Pedro herdeiro do trono e de D. Leonor, sua irmã
- Membro do conselho do Rei
- Embaixador na Corte Papal
- Embaixador em Castela e Aragão

Ainda referente ao prestígio alcançado por Lopo Fernandes Pacheco referimos a rosa de ouro com que o Papa Bento XII o agraciou quando visitou a Cúria Pontifícia. Realce também para a sua presença na Batalha do Salado, junto a seu Rei D. Afonso

[3] Livro de linhagens do Conde D. Pedro, ed. J. Mattoso, 2 vols., Lisboa, 1980,

[4] VENTURA, Leontina (1996). "Terras e Julgados" in *Nova História de Portugal*, dir. de SERRÃO, J. e MARQUES, A. H. de O., vol. III – Portugal em definição de fronteiras (1096-1325). Do condado portucalense à crise do século XIV, coord. por COELHO, M. H. da C. e HOMEM, A. L. de C. (1996). Lisboa, p.547.

IV, presença esta que tem a sua simbologia no seu túmulo e a qual explicaremos adiante.

Senhor de grandes domínios, membro de grande influência nas cortes de Portugal e Castela e Aragão, Lopo Fernandes Pacheco era muito próximo das Rainhas dos citados Reinos, chegando mesmo a efectuar empréstimos a figuras reais.

Este nobre senhor medieval repousa junto de sua mulher na Sé de Lisboa, junto do seu amado Rei D. Afonso IV e sua Rainha. A linhagem de Lopo Fernandes Pacheco contudo, também foi protagonista de um episódio da nossa história que a cultura popular tanto romanceou, a morte de D. Inês de Castro, na qual seu filho Diogo Lopes Pacheco foi um dos seus algozes.

Armas representadas no Túmulo

O túmulo é do Séc. XIV e está localizado na capela de S. Cosme e S. Damião. A tampa possui a estátua jacente de Lopo Fernandes Pacheco, e sobre o corpo, o cavaleiro ostenta uma espada cujo *pomo* de configuração *Disc-pommel Chanfered* (disc-pomel chanfrado) foi utilizada num longo período que vai desde o Séc. X até ao Séc. XV. A face visível apresenta o brasão dos Pachecos, uma caldeira veirada cuja asa termina em cabeça de serpente. No topo do *pomo* nota-se o ressalto de cravamento do *pomo* ao punho da espada. A *guarda* da espada é uma tipologia *espatulada,* com a parte superior da *guarda* direita e esbatida nas extremidades. Da *lâmina* pouco se pode observar, mas apercebemo-nos contudo que possui *fuller,* ou *cava*, múltiplo de um tipo vulgar no final do Séc. XIII e princípios do Séc. XIV. Este tipo de *cava*, só ocupa normalmente até 1/3 da *lâmina*. Este tipo de *lâmina* é larga, normalmente de 5cm na *guarda* e estreitando ligeiramente até terminar numa ponta *ovalóide*. A função principal deste tipo de *lâmina* é o corte, uma vez que as protecções defensivas ainda vão pouco mais além de *cotas de malha de ferro* ou placas metálicas não estando ainda em presença das armaduras completas.

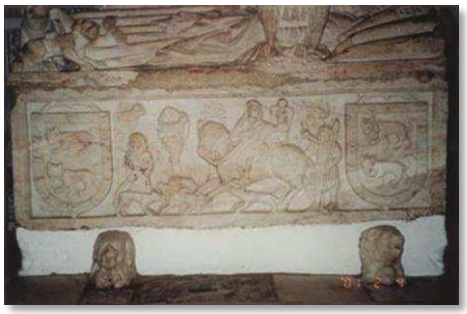
A *bainha* desta *espada* confirma a tipologia dada à mesma, é larga e quase uniforme até terminar numa ponta inferior que normalmente seria de metal. No seu topo ou *bocal*, a *bainha* apresenta uma projecção de cabedal em forma triangular a qual servia para impedir que a água penetrasse no seu interior e enferrujasse a lâmina em dias chuvosos. Usualmente toda a bainha é em madeira e couro, ou somente em couro até meados dos séc. XIV, a partir de 1340 surge uma alteração, o bocal da bainha passa a ser em metal, conservando no entanto a referida protecção triangular em cabedal. Um pouco mais tarde, cerca de 1350 surgirá uma outra inovação, a própria guarda da espada vai na zona central adoptar uma configuração triangular e o bocal da bainha um recorte triangular inverso o que proporciona um encaixe perfeito da espada na bainha.

Em finais do século assiste-se a outra inovação; o *ecousson,* trata-se de uma protecção que de início será em cabedal e tem a configuração de meia-lua na parte central da guarda e de ambos os lados, sobrepondo-se à guarda e à bainha. A seguinte alteração será o material do *ecousson* que vai passar a ser de metal. Esta protecção será usada até ao séc. XVII, altura em que surgirão as espadas *Rapiers* que, sendo providas de guardas de copo farão cair em desuso o *ecousson* uma vez que este se torna desnecessário.

Enrolada à bainha está o cinturão que a suspendia da cintura do cavaleiro e está decorado com frase religiosa "*AVE MARIA GRATIA PLENA*". A estátua ostenta nos pés protecções que se afiguram ser de malha de ferro. Apresenta também esporas, que respeitantes à época poderiam ser de espigão ou já de estrela sendo que estas últimas fizeram a sua aparição também no do Séc. XIV embora mais tardiamente.

O cavaleiro é representado a desembainhar a espada, o que nos indica que o cavaleiro participou em batalha, o que neste caso é uma alusão à sua participação na Batalha do Salado.

VASCO ESTEVES DE GATUZ



Vasco Esteves de Gatuz

D. Vasco Esteves Gatuz, ou Vasco Estêvão da Gata, foi um rico escudeiro de Estremoz, Cavaleiro de D. Afonso III e também Senhor de Sousel. Este Cavaleiro foi benfeitor do Convento de S. Francisco, faleceu no ano de 1363 deixando em seu testamento 20 libras pelo seu funeral que deveriam ser empregues na cobertura superior do púlpito da capela de S. Francisco, 100 para as obras da ala do convento e 60 por alma de sua mãe[5], estipulava ainda que 2 capelões celebrariam missa por sua, (Vasco Esteves Gatuz) alma. Encontra-se sepultado em sarcófago situado na capela interior do Convento, mandado construir por sua viúva, D. Margarida Vicente, que também mandou construir a referida capela.

De formato atarracado e assente em 2 leões, tem o paramento lateral retabular representando cenas de caça. Um Cavaleiro com um falcão na mão esquerda e um lanceiro no seu estribo, é procedido de um batedor. Em seu redor 3 lebréus correndo e em pano de fundo, por entre a vegetação espreita uma ave de rapina. O retábulo é enquadrado por 2 escudos de armas iguais e simétricos, que ostentam a figura de 2 gatos e na sua bordadura 8 crescentes, conjunto que representa as armas dos Gatuz.

O Cavaleiro é representado com enormes barbas em caneletes, (canudos), e sob a sua cabeça 3 almofadas. As mãos seguram a sua espada e veste um grande manto pregueado. Junto a si e à sua esquerda um anjo ajoelhado ora, e a seus pés 2 lebréus de cabeça erguida.

Este túmulo foi transferido para o local onde se encontra hoje, encostado ao paramento do segundo tramo da nave lateral da epístola, (Igreja de S. Francisco em Estremoz) em 1760, encontrando-se anteriormente numa pequena edícula tumular junto aos absidíolos, no cruzeiro da Igreja. Quando desta transferência, foi colocada uma lápide em mármore com a seguinte inscrição em caracteres romanos seiscentistas: "*ESTA SA E DE VASCO ESTEVES DE GATUZ MARIDO Q FOI DE MARG VIC E QUIA SA ESTA AO PE DESTA O / QVAL INSTITVIV CAPELA NESTE COVENTO CO OBRIGA/ÇÃO D DVS ANAIS DE MISSSAS PRA SEPRE POR ALAM A/NO DE 1401 ERA PIÇVIDOR DOS BE D ESTA CAPELA DO / ANTO DE MELO COMO IA O FOI DO IORGE D MELO S PAI P LA/COROA. ESTA PEDRA POS NO ANO D 1624 POR MDO D P GAARCIA/PONALVO IVIS DE FORA DESTA VILA AQUEM S MDE CO/METEO FAZER TOMBO DOS BES DA DITA CAPELA/A.* Esta lápide tem a datação de 1641 mas reproduz parte da epigrafe de uma anterior datada de 1401.

[5] COSTA, Mário Alberto Nunes (1993). *Vasco Esteves de Gatuz e seu túmulo em Estremoz.* Lisboa, Universidade de Coimbra.

Armas representadas no Túmulo

A tampa do sarcófago deste túmulo, apresenta uma espada embainhada, cuja guarda é idêntica à de Lopo Fernandes Pacheco, tipo espatulada e alargada nas extremidades por esbatimento. O *pommel* também é idêntico ao observado na sepultura de Lopo Fernandes Pacheco, e trata-se de um *disc-pommel* com as arestas chanfradas, modelo muito popular sendo verificada a sua utilização desde o séc. X até ao séc. XV.

Na face visível apresenta a figura em relevo de um gato, a identificação de Vasco Esteves Gatuz, ou gato como era conhecido. A lâmina da espada não é visível, mas pelo formato da baínha e também pela observação do seu bocal como anteriormente já referimos, podemos supor tratar-se de uma espada de lâmina larga, gumes quase paralelos e ponta ovalóide tal como a de Lopo Fernandes Pacheco. De resto, este tipo de espada foi muito comum desde o séc. XIII ao séc. XV.

A espada representada é contudo invulgarmente comprida, remetendo-nos para a possibilidade do escultor pretender indicar-nos uma *espada de armas*. A ponta da bainha da espada é representada como se se tratasse de metálica e à volta da mesma encontra-se o cinturão enrolado com a sua fivela, e decorado com aplicações em forma de trevo.

Na lateral do sarcófago está representada uma cena de caça com ave, (falcoaria), um dos peões ostenta uma *lança* curta de ponta larga, normalmente feita por duas meias bolachas unidas, formando o *alvado* que se prolonga pelo interior da ponta da lança até meio desta. Além da particularidade de se tratar de uma lança curta, o facto de estar representada numa cena de caça não significa que fosse uma arma específica para tal fim, pois nesta época a arma de guerrear ainda era simultâneamente a arma de caçar, não havendo ainda armas específicas para caça. Essas aparecem somente no séc. XVI.

Um outro peão usa uma espada de cinta cujo *pomo* é do tipo *Wheel-pommel*, (meados do séc. XIII até séc. XV). Trata-se de um tipo de espada mais curta, que se usava à cintura daí a designação de *espada de cinta* e que normalmente não ultrapassava os 80-90cm de comprimento.

Estão também representados 2 escudos com as insígnias da família: dois gatos com o bordo decorado com 12 quartos de luas. Na parte superior dos escudos é visível as correias dos mesmos cuja designação à época era *tiracol*, designação esta que vem do castelhano e significa: tira de pescoço, sendo que "col" designa pescoço, logo, tira de pescoço.

DOMINGOS JOANES

Domingos Joanes

Não é muito clara e carece de muita informação a linhagem de Domingos Joanes, mas sabemos contudo, que em vida terá sido neto de D. Chavão. Terá andado por França, tendo feito a sua fortuna na guerra. Mário Barroca considera a hipótese deste Domingos Joanes ter afinidade com Bartolomeu Joanes (sepultado na Sé de Lisboa) devido às semelhanças de brasões entre os dois[6]. Existiu contudo uma lápide agora desaparecida que o referenciava como "Cavaleiro de Oliveira" e se a isto juntarmos o facto de seu avô D. Chavão, ter sido governador das terras de Seia podemos entender a sua escolha de Oliveira do Hospital como local de repouso eterno e também de sua mulher D. Domingas Sabachais acerca da qual também pouco se sabe.

O obreiro destes túmulos foi Mestre Pero, escultor aragonês que se estabeleceu em Portugal, mais precisamente em Coimbra, após o casamento de D. Dinis e D. Isabel de Aragão. Os dois túmulos por si edificados possuem as estátuas jacentes em decúbito lateral, (deitadas de lado), o que é invulgar na estatuária jacente em Portugal. Esta representação de jacente com espada e lebréu aos pés reporta-se à nobreza do séc. XIII assim como a sua alusão a cavaleiro participante em Torneio Medieval no que se deve entender ser uma apologia do seu ideal de cavalaria e estatuto de Nobre. Este Cavaleiro foi Senhor de Touriz, concelho de Tábua, e D. Afonso I concedeu-lhe os direitos senhoriais de Esgueira seu concelho e termo.

É contígua à Igreja Paroquial de Oliveira do Hospital que se encontra a capela tumular de Domingos Joanes e sua mulher, e ao fundo da referida capela está uma ínsula na parede, sobre a qual se encontra uma pequena estátua equestre representando o cavaleiro. Esta pequena estátua, (da qual existe uma outra idêntica no Museu Machado de Castro em Coimbra) é no entanto de grande valor, pelo pormenor e informações que nos transmite, as quais serão analisadas no decorrer deste trabalho.

Este túmulo foi, conforme inscrição na parede nos informa, feito em pedra de Portunhos (perto de Ançã) e tem a inscrição de 1341, embora Domingos Joanes ter vivido nos inícios do séc. XIII.

Armas representadas no Túmulo

A arca tumular de Domingos Joanes encontra-se na Capela dos Ferreiros, anexa à Igreja Matriz de Oliveira do Hospital.

O túmulo deste cavaleiro é coberto pela sua estátua jacente, e o cavaleiro é representado coberto por longas vestes e não aparenta usar armadura sob elas. Até ao séc. XIV não era hábito a representação das armaduras de modo explícito, quando representadas apresentavam-se sob as vestes dos cavaleiros, como era uso em vida.

[6] Idem nota 2, p. 1361 citando José Mattoso.

Tal costume é de origem árabe, as defesas, cotas de malha ou de placas de ferro ou couro eram usadas sobre os coletes acolchoados ou loudel que protegia o corpo do cavaleiro do contacto com a cota de malha de ferro e sobre a cota de malha o cavaleiro usava a túnica comprida que cobria as suas protecções metálicas. Em alguma estatuária pode observar-se as protecções ou mesmo partes do arnês sob as vestes. No caso presente o cavaleiro não exibe protecções de corpo. O facto de a estátua estar danificada, não permite saber que tipo de protecções de pés usaria. O cavaleiro ostenta um tipo de espada vulgar no séc. XIV. A lâmina é larga segundo a tipologia da bainha e suas dimensões. Possui guarda estreita, direita e ligeiramente espatulada nas pontas. Este tipo de espada tem um período mais usual desde o séc. XIII ao séc. XIV. O pomo é do tipo *Wheel-pommel*, dos inícios do séc. XIII. Nesta inicial tipologia de pomo, as faces projectam-se cónicamente. Em modelos mais tardios, (meados séc. XIII), esta projecção das faces é mais saliente e possui concavidade. O punho da espada representa um revestimento de entrançado que se encontra em algumas espadas inglesas da época, (séc. XIV), e o seu tamanho indica tratar-se de espada de uma mão.[7] A lâmina deste tipo de espada é larga (5cm) na guarda e de gumes quase paralelos, terminando numa ponta pouco pronunciada, formato ovalóide, mais apta ao corte e talhe, que à estocada. Uma lâmina deste tipo possui uma cava larga (1-2 cm), até cerca de 2 / 3 do seu comprimento. Junto à sua cabeceira do lado direito, está um escudo com as insígnias cavaleiro.

O escudo apresenta-se franchado com uma flor-de-lis em cada um dos espaços. Numa das paredes da capela sobre uma *pianha* encontra-se uma estatueta do cavaleiro montando a cavalo à *estradiota*[8] ostentando armadura de torneio e usando compridas *esporas de espeto*. Na sua mão direita o cavaleiro segura uma maça de armas. A maça de armas tornou-se popular na Europa a partir do séc. XII.

O cavalo encontra-se coberto por um manto que cobria a sua *loriga*[9]. Nalguns casos o próprio manto possui no seu interior protecções metálicas fazendo as vezes da *loriga* o que dispensava o uso desta. Na parte da cabeça, neste caso as protecções em metal dos olhos do animal eram cosidas ao manto. A partir do séc. XIII a loriga de cavalo passou a fazer parte das protecções exigidas aos cavaleiros aquantiados. O cavaleiro exibe um *Grande Elmo* (Great Elm), com uma inovação para a época, a protecção de face suplementar. Esta protecção extra, destinava-se e reforçar a parte frontal do *Great-elm* contra o impacto das lanças de justa. Este tipo de visor trata-se de uma inovação no *grande elmo*. Inicialmente os *grandes elmos* apenas dispunham de aberturas

[7] OAKESHOTT, Ewart (1964, 1994). *The Sword in the Age of Chivlary*. London, Boydell & Brewer.
[8] Montar à estradiota significa que o cavaleiro monta com as pernas completamente estendidas. Isto proporcionava equilíbrio e estabilidade necessárias para permitir ao cavaleiro vibrar os golpes em combate ou quando no uso da lança no embate com o adversário.
[9] Loriga; protecção em malha de ferro que cobre a totalidade do corpo do cavaleiro ou do cavalo até às articulações médias dos seus membros.

ao nível dos olhos e orifícios para a respiração do cavaleiro. Por baixo do *grande elmo* o cavaleiro usava uma protecção de cabeça em tecido, uma coifa de malha e um *bacinete*[10], ou um *bacinete* com *camal*[11] e finalmente o grande elmo. Raramente o *Great-elm* era usado em combate devido ao seu excessivo peso e a sua utilização era principalmente em justas ou torneios. Este *grande elmo* que a pequena estátua exibe é idêntico ao representado numa iluminura do cavaleiro Sir Goeffrey Lutrell datada de 1340[12]. O facto de, no túmulo de Domigues Joanes se representar as armas descritas é extraordinário, uma vez que o cavaleiro exibe uma panóplia de armas do mais avançado que na sua época se fazia. O escudo exibido pelo cavaleiro é um modelo Inglês e do mesmo formato que o de Edward - Príncipe Negro (falecido em1376)[13]. O atrás descrito leva-nos a concluir que o cavaleiro tinha acesso às últimas novidades em armamento que surgiram na sua época o que é demonstrativo do seu status e poder económico.

LOURENÇO ANES

[10] Tipo de protecção de cabeça em ferro, de formato cónico e inicialmente desprovido de face. A sua evolução fará surgir o Elmo.

[11] Protecção em malha de ferro para protecção do pescoço, que era cozida ao bacinete e aberta na face. O seu comprimento era até aos ombros.

[12]EDGE, David, PADDOCK, John Miles (1988). *Armas and Armour of the Medieval Knight.* London, Defoe publishing, p.67.

[13] Idem, p.86.

Lourenço Anes

Não foi encontrada muita informação acerca deste cavaleiro. O seu nome Anes, patronímico de João, também surge como Eanes e Yanêz para o castelhano. Sabemos que este cavaleiro era sobrinho de D Miguel Relvas e que morreu em 1348 vítima da peste negra que então assolava o reino. A descoberta do seu túmulo em Janeiro de 1986 foi notícia nos jornais "Correio da Manhã", "O Dia" e "Diário de Lisboa" de dia 25 de Janeiro, e ainda o "Diário Popular" de dia 27 do mesmo mês.

Na tampa da sua arca tumular pode observar-se uma espada gravada, o seu pendão e as suas armas, que são constituídas por um escudo com espigão possuindo tiras de suspensão (a guise, ou tiracol) em cima. Apresenta um campo com banda axadrezada de 5 ordens sendo a do meio lisa. Apesar de nos faltarem os elementos cromáticos que são fundamentais para a análise heráldica, realçamos o facto de serem idênticas às da família Nogueira, ressalvando no entanto que os elementos cromáticos são fundamentais e que também não se encontram elementos de ligação de D. Lourenço Anes à linhagem dos Nogueira. O Historiador Mário Barroca fez um estudo sobre este túmulo na sua obra "Epigrafia Medieval Portuguesa"[14].

Armas representadas no Túmulo

Tampa de sarcófago Sé de Lisboa – Claustro. Esta tampa de sarcófago apresenta uma espada. Apesar de em mau estado o relevo permite-nos observar uma espada que pertence sobretudo ao período do séc. XII-XIV. A espada apresenta um pomo do tipo *disc-pomel* e guardas rectas o que indicia o período referido. À semelhança de outras espadas já observadas neste trabalho, a sua bainha indicia uma espada de lâmina larga e gumes quase paralelos na maioria da sua extensão (séc.XIV). Possui um punho curto, (espada de uma mão), e guardas curtas e direitas. Existem ainda actualmente alguns exemplos deste tipo de espada. Um deles está em Inglaterra no *Moyses Hall Museum* em Suffolk e está datada de 1100. Se analisarmos os componentes individualmente, o resultado contudo é coerente com a época da sepultura. O tipo de guarda esteve em uso desde o séc. XI até ao séc. XVII. O pomo tem um período usual do séc. X até séc. XV. A protecção triangular do bocal da bainha, é também como já referimos, em uso no séc. XIV. Existem exemplos de espadas com esta tipologia de elementos entre os sécs. X e XVI. Na impossibilidade de observar a lâmina referenciamo-nos pelos elementos visíveis: Guarda; Pomo; Punho; Bainha, e também a datação do próprio túmulo. O sarcófago apresenta 2 escudos com a heráldica do cavaleiro, e trata-se da representação de escudos de guerra e não de heráldica, em virtude da sua linha superior ter uma curvatura que pretende representar uma imagem tridimensional. Os escudos estão representados suspensos em pregos pelo *tiracol.*

[14] BARROCA, Mário (2000), *Epigrafia Medieval Portuguesa*, vol. II, Tomo 2. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p.1677 e seguintes.

FERNÃO GONÇALVES COGOMINHO

Fernão Gonçalves Cogominho

Na arca tumular de Fernão Gonçalves Cogominho encontra-se a seguinte inscrição: "*Aqi iaz o mvito honrado Ferna Glz Cogominho sor q foi das vi/las Dagvar e Oriol institvidor/ do mrgado da Torre dos Coelheiros edalgo del Rey do Ao Qvarto fa/leceo na era de 1364 annos*".

Este Cavaleiro era filho bastardo de D. Gonçalves Fernando Cogominho, cónego da Sé de Lisboa. Tinha por avô paterno D. Fernão Gonçalves Cogominho o primeiro desta linhagem a usar este apelido. D. Fernão Gonçalves Cogominho foi membro do conselho de D. Afonso IV e desempenhou além disso vários cargos na corte: Meirinho-mor, Desembargador, Procurador e ainda Copeiro-mor. O ano de 1345 foi particularmente importante para a sua carreira uma vez que representou D. Afonso IV perante o Papa Clemente IV numa embaixada que o Rei enviou a Avinhão. Em 1357, decide instituir o morgadio da Fonte dos Coelheiros, situado no termo de Évora. A constituição deste morgadio é em consonância com o seu pensamento de que as heranças e consequente repartição de terras entre os herdeiros desfaziam o poder e estatuto das linhagens senhoriais que se arruinavam pela dispersão do património. Assim sendo, o morgadio garantia a continuidade do património familiar sendo este sempre transmitido ao primogénito.

Segundo Frei Jerónimo de Belém, a arca tumular de Fernão Gonçalves Cogominho situava-se "(…à entrada de Igreja de S. Francisco, da parte direita, na capela do Espírito Santo)". Esta arca tem nas suas laterais a representação dos doze Apóstolos de Cristo, seis em cada uma das faces. Na cabeceira e pés da referida arca estão 4 representações heráldicas que representam em três delas escudos distintos entre si. Um deles tem como motivo 5 chaves dispostas em santor, (dispostas em cruz e todas orientadas para o mesmo lado), representando as armas dos Cogominho.

O Cavaleiro é representado com a cabeça sobre duas almofadas, longos cabelos e barbas bipartidas, segundo o que se usava ao tempo e corte de D. Afonso IV. Está coberto por compridos trajes e capa que se prende ao peito por um *firmal* (pregadeira) com rica decoração. Na sua mão esquerda segura firmemente a sua espada deitada sobre o seu corpo e a seus pés está representado um lebréu.

Armas representadas no Túmulo

Arca tumular de Fernão Gonçalves Cogominho – Museu Regional de Évora - proveniência do Convento São Francisco

O Túmulo deste cavaleiro revela-nos uma espada cujo pomo de tipologia *floral pommel* se insere no séc. XIV. Na tipologia de Edward Oakshot é referenciado como tipo "Q". Segundo o citado autor este tipo de pomo é frequentemente encontrado no séc. XIV o que atesta da sua popularidade. A guarda é direita e simples, tendo esta tipologia estado muito em uso entre 1150-1250 e depois torna-se muito popular de

novo entre 1380-1430. Esta datação está perfeitamente de acordo com a época a que o túmulo se refere. Encontramos imagens de espadas deste tipo na Maciejowsky Bible e na obra Medieval Knigth de David Edge e Jonh Miles Paddock. Na pág. 51 da referida obra, encontra-se uma magnífica imagem de um manuscrito do séc. XIII onde se observa claramente um destes exemplares com a sua bainha. Em relação à bainha da espada de Fernão Cogominho ela apresenta uma particularidade: contrariamente ao habitual à época, não apresenta a protecção triangular da boca, percussora do já referido *ecousson*. Poderia isto pretender significar que a bainha já possuía boca metálica, mas isso levanta outra questão, o tipo de baínha de bocal metálico e recto só aparecerá no séc. XV, sendo então o *ecousson* inicialmente em couro e acoplado à própria guarda da espada, o que neste caso não se verifica. O punho da espada apresenta um revestimento observado na espada de Domingues Joanes, já analisada anteriormente neste trabalho. Trata-se de um cordão de cabedal enrolado, também vulgar no séc. XIV. No citado manuscrito do séc. XIII observa-se um punho desta tipologia.

Quanto ao cavaleiro, apresenta-se coberto com as suas roupagens e com capa. Por baixo das roupagens apercebe-se a sua loriga de malha de ferro que se pode observar melhor nos seus pés e ante-braços. O cavaleiro apresenta esporas, contudo não é possível identificar o seu tipo, que neste período poderão ser já de roda de estrela.

BARTOLOMEU JOANES

Bartolomeu Joanes

Rico Homem de Lisboa possuidor de vasta fortuna, faleceu em 1344, conseguindo através de grande magnanimidade a confiança plena da família real. À data de sua morte deixou a sua fortuna para ser utilizada no resgate de cativos, ajuda aos pobres e a dotes de donzelas desfavorecidas, conforme se pode ler no seu testamento feito no tabelião Domingos Mártires com data de 28 de Novembro de 1324, cujo original se encontra actualmente na Torre do Tombo. Além dos atrás descritos destinos da fortuna de Bartolomeu Joanes, ainda custeou uma ponte sobre o rio Pontével, as obras no Mosteiro da Trindade em Lisboa e ainda um hospital para os pobres.

Durante o reinado de D. Afonso IV foi erigida a capela onde repousa o seu túmulo e acerca da qual expressou em testamento que 16 clérigos deveriam celebrar 12 missas por sua alma, tal como ainda hoje se lê na inscrição que memoriza o seu legado. Embora não fosse de ascendência nobre, a posição que alcançou e as boas graças que gozava da família real permitiam-lhe frequentar a corte, e esta proximidade e os bens que possuía teriam certamente incutido no seu espírito a convicção que não era menos que os nobres que consigo frequentavam a corte, razão que o terá levado a mandar esculpir no seu túmulo o seu brasão, numa época em que a heráldica ainda não estava definida em Portugal, o que só virá a acontecer após Aljubarrota.[15] Deste modo, era permitido a cada cavaleiro ou a quem o pudesse fazer, criar as suas próprias armas, sem infracção de normas ou regras, e assim o fez Bartolomeu Joanes.

A corte de D. Afonso IV era composta de vasta nobreza que conforme hábito da época vivia na sombra do Rei, em contraste com o que se passava na antiguidade com a nobreza terra-tenente do Norte. Assiste-se neste séc. XIV e desde o reinado de Afonso X, ao florescimento das oligarquias urbanas e sua ascensão na corte, acompanhando a transmutação da monarquia feudal para a monarquia soberana.

Nesta época de grandes mudanças, as cidades acompanham as transformações e algumas destacam-se, como o caso de Lisboa que se torna uma das principais cidades do reino. Terá sido por tal facto que D. Afonso IV pretendeu aí que fosse construído o seu túmulo e por essa razão Bartolomeu também construiu o seu, para repousar eternamente junto do seu amado monarca. O terramoto de 1755, destruiu infelizmente o túmulo de D. Afonso IV, mas poupou o de Bartolomeu Joanes, o qual permanece imutável, como um testemunho do passado.

Armas representadas no Túmulo

Por último observámos o túmulo de Bartolomeu Joanes. Esta estátua jacente exibe uma espada embainhada, como todas as observadas anteriormente. O pomo desta espada corresponde a um tipo muito usado entre os sécs. XIII – XV. Designado por

[13] LOPES Fernão. *Crónica de D.João I*. Livraria Civilização, vol II, cap. XXXVII, p.92

Wheel Pommel, a sua origem é no norte da Europa e espalhou-se rapidamente por todo o continente, com incidência na sua parte ocidental. Existe um exemplar deste tipo em bronze no Museu Militar de Lisboa, cravado numa lâmina do séc. XIII, tendo sido esta espada retirada de um túmulo em Santarém.

Este tipo de pomo é derivado do inicial *disc pommel* (séc. X) que remonta ao séc. X e por volta do séc. XIII as faces começam a salientar-se ligeiramente dando origem a uma nova tipologia o *disc pommel chanfered*. Com a maior projecção das faces, primeiro cónicamente e depois com projecção côncava passa a ser referenciado como *Wheel Pommel*. A guarda desta espada é recta e curta e o seu punho indica-nos estarmos em presença de uma *espada de uma mão* ou de *cinta*. Estamos em presença de um tipo de lâmina larga, cerca de 5cm junto à guarda e que vai estreitando ligeiramente até terminar numa ponta pouco afilada, a lâmina é de dois gumes com cava central até 2/3 da sua extensão.

É uma tipologia de espada vulgar entre os sécs. XIII-XV mas que está presente desde o séc. X. A bainha desta espada confirma-nos a acima citada tipologia de lâmina, larga e de ponta ovalóide com bico pouco pronunciado, para corte. À volta da bainha está enrolado o cinturão, aliás, era sobretudo este, o modo de o prender, quando a espada não estava apertada à cintura do cavaleiro.

Observa-se que o cavaleiro não possui mais equipamento bélico além do referido, contudo, ele é representado com as esporas colocadas que atestam a sua indiscutível qualidade de cavaleiro, distinção esta que alcançou por mérito e fortuna uma vez que não nasceu nobre, e por esse facto, certamente Bartolomeu Joanes se fez representar do modo que desejava ser lembrado, como cavaleiro. As referidas esporas são de *espeto*, tal como outras já observadas neste estudo, tipologia característica do séc. XIV, sendo que nos finais do século surgirão outro tipo, as de *roda de estrela***.**

Nas laterais do túmulo podemos observar 5 escudos com a heráldica do cavaleiro, de formato tipicamente português, arredondados na sua parte inferior. Embora sejam escudos heráldicos, poderão pretender representar o tipo de escudo bélico usado pelo cavaleiro em combate, no entanto, e como referimos, são essencialmente de representação heráldica.

INDÍCE

Relação dos Túmulos observados

Lopo Fernandes Pacheco – Sé de Lisboa
Vasco Esteves de Gatuz – Mosteiro de S. Francisco em Estremoz
Domingues Joanes – Oliveira do Hospital
Lourenço Anes – Sé de Lisboa

Fernão Gonçalves Cogominho - Museu de Évora
Bartolomeu Joanes - Sé de Lisboa

Anexos

Bibliografia

ANEXOS

Além dos Túmulos observados neste trabalho, apresentamos ainda uma lista da tumulária existente em Portugal Continental, que pela sua extensão não apresentamos fotos dos referidos Túmulos mas apenas a sua localização, a qual poderá ser de grande utilidade num possível futuro trabalho sobre o tema, o qual certamente seria de grande interesse.

Túmulo de João Afonso de Albuquerque - Mosteiro de Pombeiro, Felgueiras
Túmulo de D. Rodrigo Sanches – filho bastardo de D. Dinis falecido em combate em 1295 – Mosteiro de Grijó
Túmulo de Fernão Sanches – Convento do Carmo
Túmulo de Cavaleiro com armadura e *poleaxe* (séc. XVI) – Convento do Carmo, Lisboa
Estátua de D. Afonso Henriques (séc. XII) – Convento de Carmo, Lisboa
Túmulo de D. João de Albuquerque (Cavaleiro de D. Afonso V) – Convento de Jesus, Coimbra
Túmulo de D. Afonso Henriques - Santa Cruz, Coimbra (séc.XVI)
Túmulo de D. Sancho I - Santa Cruz, Coimbra
Túmulo do Conde D. Hermenegildo, Senhor de Tuy (proveniente do Mosteiro de Salvador de Paderne, Melgaço) – Museu Soares dos Reis, Porto (séc. XIII)
Placa Jacente (em bronze) D. Rodrigo de Melo – Convento dos Lóios (Casa de Cadaval), Évora
Túmulo de João de Albuquerque – Museu de Aveiro (séc. XV)
Túmulo de Fernão Teles de Meneses, (feito por Diogo Pires o velho) – Convento de S. Marcos, Coimbra (séc. XV)
Túmulo de D. Pedro de Menezes e D. Beatriz Coutinho – Igreja da Graça, Santarém (2º quartel do séc. XV)
Túmulo de D. Diniz – Convento de Odivelas (possui relevo de D. Diniz a matar um urso), Odivelas. Ao lado um outro túmulo, com uma espada com punho do séc. XIII
Túmulo de D. Manuel Valadares – Museu Alberto Sampaio, Guimarães (séc. XVI)
Pedra tumular com espada representada – Mosteiro de Stª. Maria de Aguiar
Túmulo com espada gravada (séc. XIII) – Igreja Românica de Tarouquela
Túmulos com espadas gravadas (séc. XIII) – Igreja da Lourinhã
Capitel, S. Tiago combatendo os mouros (séc. XIV) – Mosteiro de Celas, Coimbra

Túmulo atribuído a D. Branca de Souza (cenas de caça) – Museu de Lamego, Lamego (séc. XIV)
Túmulo do Conde D. Pedro - Igreja de S. João de Tarouca (1354)
Túmulo de Martins Afonso Chichorro – Igreja de S. João de Alporão, Santarém (Séc.XV)
Túmulo de João do Sem – Idem (Séc.XV)
Túmulo de D. Duarte de Menezes – Idem (XV)
Retábulo, S. Jorge combatendo o Dragão – Igreja Paroquial de Eira Pedrinha (Séc. XIV)
Desenho de Besta, chão – Igreja de S. Miguel, Guimarães
Túmulo de Júlio Geraldes – Igreja de Vila Boa do Bispo, Marco de Canaveses (Séc. XIV)

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, M. Lopes, BASTO A. de Magalhães (1949). *Crónica de D. João I de Fernão Lopes,* Vol. l e II. Lisboa, Livraria Civilização

BARROCA, Mário (2000). *Epigrafia Medieval Portuguesa,* Vol. II, tomo II. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p.1677 e seguintes

COSTA, Mário Alberto Nunes (1993), *Vasco Esteves de Gatuz e seu Túmulo em Estremoz*. Lisboa, Universidade de Coimbra

EDGE, David, PADDOCK, John Miles (1988). *Arms & Armour of the Medieval Knight.* London, Defoe Publishing

HOLMES, Richard (2006). *Weapon a Visual History of Arms and Armour.* London, Dorling Kindersley Limited

LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I.* Livraria Civilização, vol II, Lisboa

MARTINS, Miguel Gomes (2007). *Para Bellum, Organização e Prática da Guerra em Portugal durante a Idade Média (1245-1367).* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, dissertação de Doutoramento em Letras na área de História na especialidade de História da Idade Média

MATTOSO, José (1980), *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 2 vols. Lisboa

OAKESHOTT, Ewart (1981). *The Sword in the Age od Chivalry.* London, Boydel Press

VENTURA, Leontina (1996), Terras e Julgados, in *Nova História de Portugal,* dir. SERRÃO, José, e MARQUES, A. H. Oliveira, Vol III, Lisboa, p.547

WISE, Terence (1978). *The Wars of the Crusades 1096-1291.* London, Osprey Publishing Limited

Página na Internet

Acedido a 10 e 11 de Maio de 2012 em: http://deremilitari.org/

ADENDA
ARTISTAS E ARTESÃOS NA ARTE DE FABRICO DE ARMARIA

por Luís Soveral Varella

Não poderíamos deixar de apresentar no final deste tão interessante artigo da autoria de Jorge Santos, por todos nós já conhecido como um notável conhecedor da armaria e executante dessa arte milenar como o noticiámos no número 1 dos nossos Cadernos, uma réplica perfeita da espada de D. Lopo Dias Pacheco, com quem Jorge Santos inicia esse seu artigo.

Executada por Hugo Aguas, irmão do nosso membro Fernando Aguas, e a par de Jorge Santos, sem dúvida um artesão único nessa arte, trata-se de uma peça única em que todos os detalhes são replicados, deste as dimensões exactas; os materiais em uso na época; a forma de montagem das várias partes, manual e sem soldaduras; as gravações das armas dos Pacheco no contra-peso; a baínha gravada com os seus símbolos heráldicos e inscrições; em que apenas a distingue da original a época em que foi executada. A sua fidelidade é tal que aos olhos e ao tacto de qualquer *expert,* não fora o seu estado de conservação, não a saberá distinguir de uma peça original do séc. XIV. E se essa informação não passar, dentro de algumas décadas, ninguém o saberá distiguir.

AVE:MARIA:GRATIA:PLENA:

D. PAIO PERES CORREIA, MESTRE DE SANTIAGO E FREI PAIO CORREIA, BAILIO DE LEÇA

por Óscar Caeiro Pinto

Serve este curtíssimo artigo para falar de duas figuras homónimas e procurar relacioná-las num contexto histórico, sanguíneo e linhagistico. Falamos de dois Paios, o primeiro, o famoso guerreiro Paio Peres Correia, mestre de Santiago e o segundo, este menos conhecido, Paio Correia, bailio de Leça.

Começamos pelo famoso D. Paio Peres Correia, o homem que conquistou boa parte do Algarve, onde é sobejamente conhecido. Não podemos precisar o ano exato do seu nascimento; tanto pode ter nascido em 1205 como já nos últimos anos do século XII, D. Paio Peres Correa, Paio Pires Correia, ou Pelayo Pérez Correa assim chamado em terras de Espanha é sem dúvida uma das figuras mais importantes da histórica medieval peninsular. O seu lugar de nascimento encontra-se omisso na documentação. Segundo *tradições* tardias, registas e copiadas em várias obras, nomeadamente na de Manuel Faria de Sousa, *Europa Portuguesa*, publicada em 1628, teve Évora como berço. Já D. Rodrigo da Cunha, arcebispo de Lisboa, na sua *História Eclesiástica da igreja de Lisboa*, publicada em 1642, refere que este herói nasceu em Santarém. O mais certo, teoria ultimamente muito defendida é que tenha nascido no Norte do país, na terra onde seus pais moraram e onde a família sempre teve bens patrimoniais, a honra de Fralães, solar dos Correia, no concelho de Barcelos. Oriundo de uma família da nobreza cavaleiresca, sendo um dos filhos do casal Pêro Pais Correia e Dórdia Pires de Aguiar, neto pelo lado paterno de Paio Soares Correia e de Maria Gomes da Silva e neto por via materna de Pedro Mendes de Aguiar, senhor de Aguiar e de Estevainha Mendes de Gundar.

Sobre as origens da família Correia, existe uma lenda genealógica que pretende explicar o apelido desta linhagem. Dizem então que este nome teve origem numa alcunha colocada ao bisavô paterno de D. Paio, um Soeiro Pais, chamado de *Correia*, pois vendo-se cercado pelos mouros no Castelo de Montemor-o-Velho, e faltando-lhe as provisões, decidiu comer ele e os seus companheiros as correias de couro do cavalo e as correias da sua armadura. Verdade ou não na heráldica desta família lá estão as correias representadas

como elemento falante e identificador. Paio, teve vários irmãos entre eles, Gomes Peres Correia que também desempenhou um papel importante na reconquista. Este, em 1243 aparece a confirmar um privilégio do príncipe D. Afonso em que são doadas à Ordem de Santiago as vilas de Galera, Orce, e outras próximas, como recompensa dos serviços prestados aquando da reconquista de Chinchila, e no mesmo ano, quando o futuro rei sábio confirma a doação dos castelos de Serra e do Alto Segura à Ordem de Santiago, Gomes Correia fica tenente da importante praça de Cieza.

Vejamos resumidamente a biografia de Paio Peres Correia, guerreiro e conquistador da Hispânia cristã.
Ingressou muito jovem na Ordem de Santiago, uma milícia de monges guerreiros espatários, destacando-se rapidamente como valoroso cavaleiro e foi amplamente recompensado com importantes cargos na mesma. Em 1230 – é *ádito* na Ordem de Santiago. Em 1235 já como comendador-mor da Ordem de Santiago em Portugal recebe, em nome da Ordem, Aljustrel por doação do rei Sancho II. Desde 1241, encontramo-lo já em terras de Castela. Em 1242, é elevado a mestre geral da Ordem que tinha sede em Uclés e atua sob o comando do Grão-Mestre Rodrigo Iñiguez. Com a passagem ao reino de Castela. D. Paio passa a servir também o rei D. Fernando III e depois o futuro herdeiro do trono Afonso X "o rei sábio". Em finais do ano, assume, ele próprio, em Mérida, o Grão-Mestrado da Ordem, o que o vai tornar um dos homens mais influentes da Península. Paio Peres Correia terá algo mais que trinta anos, o príncipe Afonso de Castela tem menos dez a quinze e entre eles gerar-se uma estreita amizade, a ponto de, em 5 de Setembro de 1243, o príncipe, ainda solteiro, prometer confiar-lhe a criação do primeiro filho que viesse a ter. Entre 1241-42 – conquista o Algarve, a partir da sua base estratégica de Mértola, lançou-se na reconquista, de Cacela, Ayamonte e Castro Marim. Depois viria a conquistar Estombar, Alvor, Silves e Tavira. A tomada desta cidade de Tavira foi de certa forma uma represália pela morte de 6 cavaleiros e ainda um mercador. Os ossos destes mártires encontram-se sepultados na igreja de Santa Maria do Castelo. A título de curiosidade registamos que no Arquivo Municipal de Tavira, encontra-se trasladado no *Livro*

Paio Peres Correia (desenho do heraldista David Fernandes Silva)

Reforma dos Tomos da Câmara, datado de 1733, uma cronica intitulada *Crónica de como D. Paio Correia, mestre de Santiago de Castela tomou este reino do Algarve aos mouros*. Não obstante o facto de ser anónima e não se encontrar datada e desconhecendo o paradeiro do seu original e este documento é da maior importância para a história do Algarve, encontrando-se já divulgada a sua transcrição.

Coronica. de como Dom Payo
correa Mestre de Santiago
de Castella tomou este Reyno
do Algarue aos Moros

Voltando ao percurso cronológico de D. Paio, em 1244 – acompanha o infante Afonso de Castela na conquista de Lorca e Mula. Em 1245 – acompanha o infante Afonso de Molina na conquista de Aljarafe e coloca-se ao lado do Conde de Bolonha na disputa pelo trono, contra Sancho II; Em 1246 – acompanha Fernando III e seu filho na conquista de Jaén, no ano a seguir participa nas campanhas contra o rei de Niebla.

Em 1248 – acompanha o rei Fernando III no cerco de Sevilha e no ano seguinte encontra-se, provavelmente, ao lado de Afonso III na conquista de Faro; nesse ano concede foral a Setúbal. Em Abril de 1263 – integra a comissão para solucionar as divergências entre Afonso III e Afonso X sobre o senhorio do Algarve. Em 1272 – renuncia, em nome da Ordem e a favor de Afonso III, aos castelos de Tavira, Cacela e Castro Marim. Paio Peres Correia, termina a sua vida em 1275, morre em Talavera de la Reina, onde foi sepultado, mas no princípio do século XVI – os seus restos mortais são trasladados para Tentudia, praça da Ordem de Santiago. Mais tarde os mesmos restos mortais (ou parte deles, possivelmente algumas ossadas) teriam sido trasladados de Tentudia para Tavira, para a Igreja de Santa Maria do Castelo, onde hoje existe uma lapide sepulcral datada já do século XVIII, continuando a existir a sepultura de Tentudia e gerando alguma confusão e mistério em torno do seu verdadeiro sepultamento. Pensar em D. Paio como um patriota votado unicamente ao seu reino é um erro, pois ele, tanto servia o rei português como o rei de Castela, mas acima de tudo a sua primeira fidelidade era para com a sua Ordem de Santiago e

o seu objetivo principal era combater pela cristandade. A sua ação faz dele um dos grandes construtores de Portugal destacando-se naturalmente a sua ação no Algarve.

Vejamos agora o segundo Paio Correia, este mais recente e menos conhecido, que também dedicou toda a sua vida a uma ordem cavaleiresca religiosa e militar, talvez inspirado pelo primeiro. Frei Paio Correia, referido em algumas genealogias com o nome completo de *Paio Correia de Lacerda*, nasceu cerca de 1440, segundo algumas genealogias, teria nascido no reino do Algarve (Felgueiras Gaio, tit. Correias, §11) e faleceu cerca de 1502. Dado nos nobiliários como filho de Gonçalo Correia, senhor de Fralaes e de Isabel Pereira de Lacerda. Sabemos muito pouco da biografia dele, apenas que foi cavaleiro da Ordem de S. João do Hospital de Jerusalém (Malta) ascendendo depois a bailio de Leça. Este encontra-se documentado a 6 de Março de 1475 quando o rei D. Afonso V privilegiou Frei Paio Correa, bailio de Leça, concedendo-lhe licença para arrendar por um ano as suas comendas. Deve ser ainda o Frei Paio Correia, do seu Conselho, a quem D. Afonso V a 11 de Maio de 1472 doou a uma tença anual de 12.000 reais de prata. Sabemos ainda que Frei Paio Correa foi comendador de Amieira. Já era falecido a 18 de Junho de 1502 quando D. Manuel I legitimou sua filha D. Guiomar, havida em Branca Pires, então viúva e moradora na vila da Amieira. Frei Paio Correia, dada a sua condição de freire não podia casar, mas este pormenor não o impediu de procriar e deixar alguns filhos naturais, entre eles

Estátua de D. Paio Peres Correia na Vila de Samora Correia

D. Paio Peres Correia, representado numa pintura quinhentista do milagre de Tentudia (Museu Nacional de Arte Antiga)

a dita Guiomar Correia de Lacerda, que casou com Nuno Cardoso, morgado da Taipa, e ainda uma Violante Correia, que casou com João Martins Ferreira, riquíssimo mercador, cidadão, vereador e fidalgo inscrito nos livros do Porto, que em 1491 instituiu um morgado com capela no mosteiro de S. Domingos do Porto. Frei Paio Correia foi pai de outro Paio Correia (de Lacerda), que perpetuou este nome e viveu no termo de Vila Real, na quinta de Cambres, sendo genearca da família Correia de Lacerda de Trás-os-Montes e Beira.

Para concluir, resta apenas responder a uma questão pertinente que ficou no ar! Existe alguma relação de parentesco entre estes dois Paios, para além de terem o mesmo nome e apelido? A resposta é afirmativa, ao estudar a genealogia deste ultimo Paio, que especulamos deve ter recebido este nome de baptismo em virtude da fama do primeiro, constatamos que ele descende nada mais nada menos que de um irmão do famoso D. Paio Peres Correia, chamado Gomes Peres Correia e já aqui referido, o que faz deste Frei Paio Correia um sobrinho longínquo do famoso mestre de Santiago.

Armas dos Correia de Lacerda usadas pelos descendentes de Fr. Paio Correia (desenho de Nuno Pinto Leite)

Matriz sigilar em bronze com as suas armas dos Correia rodeadas por águias estendidas (da família Aguiar) e as letras VASCO CORAE (…). Trata-se de um sinete usado por Vasco (Gomes) Correia, sobrinho do mestre D. Paio in "O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa, Lisboa

BIBLIOGRAFIA

FERNANDEZ, Manuel Lopez (2003), "Sobre la muerte y enterramento de un Maestre santiaguista", Revista de Estudios Extremeños, vol. 59, n.º 2, p.757- 775.

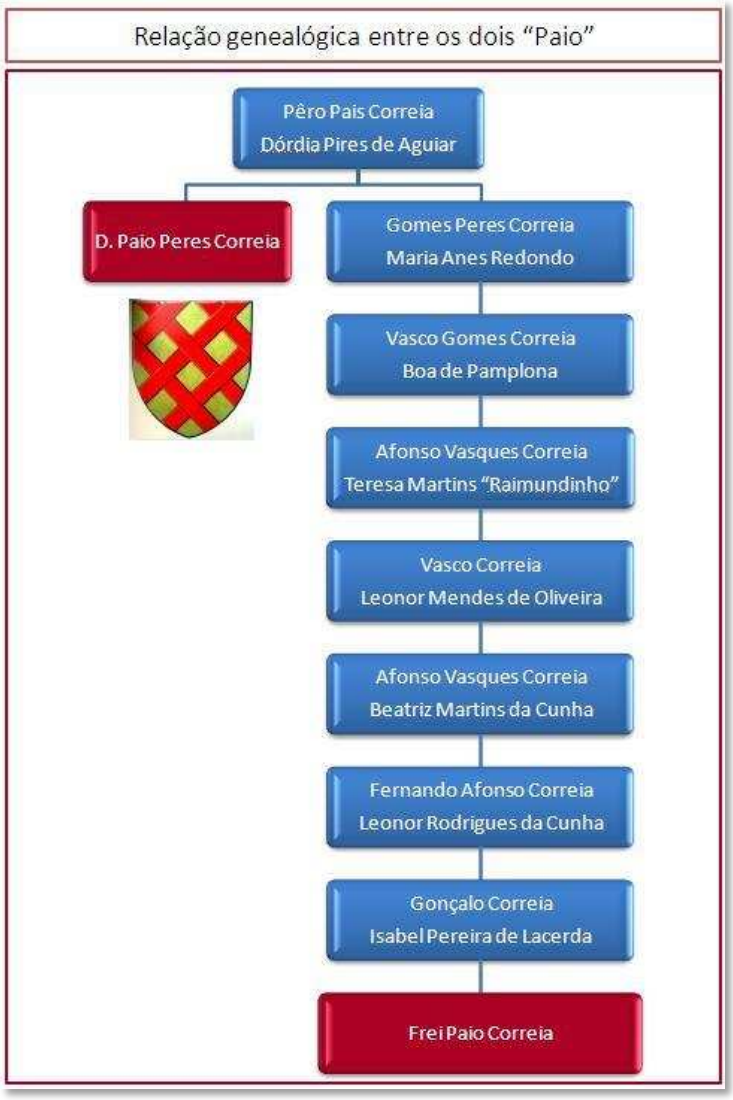
FERREIRA, José. (1993), "D. Paio Peres Correia, herói da Reconquista e homem Fralães", Barcelos-Revista, 2.ª série, n.º 4.

GAIO, Manuel José Felgueiras, Nobiliário de Famílias de Portugal, Braga: Carvalhos de Basto, 1989.

MARQUES, José (1987), "Os Castelos Algarvios da Ordem de Santiago no reinado de D. Afonso III", Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia: Câmara Municipal de Loulé.

OFIR, Chagas (1995), "Algarve e Andaluzia no itinerário de D. Paio Peres Correia": Clube de Tavira [distrib.].

TÁVORA, D. Luís de Lencastre e (1983), O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa, Lisboa.



O IMPÉRIO JÚDICE FIALHO

por Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes

Introdução

Este artigo tem como objectivo estudar a figura de João António Júdice Fialho (1859-1934), mostrando em geral, o seu trajecto em termos comercial, empresarial, industrial e agrícola e em particular, descrever o "império" conserveiro que criou entre os anos de 1892 a 1934. Procura-se também, analisar as suas intervenções de carácter cívico, político e social e a sua faceta e actividade de benemérito.

A vida empresarial de Júdice Fialho, inicia-se com seu pai na fabricação de vinhos e importação de produtos como o petróleo, cabos de aço, alcatrão e outros materiais para embarcações de pesca. No entanto, cedo se emancipa de seu pai, fazendo parceria e sociedade com João José da Silva Ferreira Neto (1856-1935), com a edificação duma fábrica de álcool de destilação de alfarroba e figo, denominada S. Cristóvão nos arredores de Faro, em 1881. Em 15-2-1883, os dois sócios da firma Neto & Fialho (João José da Silva Ferreira Neto e João António Júdice Fialho), faziam uma escritura e parceria mercantil com Francisco Constantino Pereira Matos, constituindo uma fábrica de destilação de aguardente, denominada Companhia Portuguesa de Álcoois e Açucares, localizada na freguesia da Sé, Faro.

Contudo na década de 90, Júdice Fialho, vai concentrar os seus esforços e investimentos na indústria conserveira, construindo e montando fábricas em diversos locais do país: Portimão (S. José a 5-7-1892 e S. Francisco, no sítio do Estrumal a 15-5-1904), Lagoa (Ferragudo a 31-3-1904), Lagos (a 26-11-1904), Funchal (em 1909), Olhão (a 20-3-1913), Peniche (em 1915), Sines (em 1926) e Matosinhos, empregando muitos milhares de trabalhadores.

Alguns anos mais tarde (1896), começa também a investir na indústria da pesca, nomeadamente na pesca da sardinha e atum.

Dedicou-se ainda durante algum tempo nos anos 20, à actividade e indústria da pesca do bacalhau.

A partir de 1899, Júdice Fialho, vai investir numa frota pesqueira e na actividade de armador. Para tal, montou junto à fábrica de S. Francisco, um estaleiro naval onde construía as suas próprias embarcações, que serviam de apoio aos cercos, às armações e a outras actividades pesqueiras (como a pesca do atum e da sardinha), bem como para o tráfego e transporte costeiro, etc.

Paralelamente, procura-se ainda neste trabalho, contextualizar a indústria conserveira na época, nomeadamente, a sua importância no quadro económico português, quer

como produtora e exportadora; a regulamentação e organização legislativa do respectivo sector; e finalizando pela descrição pormenorizada das fábricas do industrial portimonense.

Para a elaboração deste artigo, foram fundamentais e essenciais as seguintes monografias: a tese de mestrado de Jorge Miguel Robalo Duarte Serra - O Nascimento de um *império* conserveiro: "A Casa Fialho" (1892-1939) de 2007; o artigo de Joaquim Manuel Vieira Rodrigues - "O «império» Fialho", in O Algarve da Antiguidade aos nossos dias: elementos para a sua história de 1999 e a obra de Maria João Raminhos Duarte - Portimão: industriais conserveiros na 1ª metade do século XX, de 2003.

O percurso biográfico de João António Júdice Fialho

João António Júdice Fialho (1859-1934)

O algarvio João António Júdice Fialho, nasceu em Portimão a 17-4-1859 e morreu em Lisboa a 17-3-1934, sendo no seu tempo, o maior industrial do Algarve e um dos homens mais ricos do país.[1]

Era filho de Francisco Alexandre d`Abreu Fialho e de D. Maria da Glória Júdice, que nasceu em Estômbar, Lagoa, Faro em 29-8-1835. Do pai, morador em Portimão

[1]cf. Jorge Miguel Robalo Duarte Serra - O Nascimento de um *império* conserveiro: "A Casa Fialho" (1892-1939) [Texto Policopiado], tese de Mestrado em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Porto, 2007, p. 45.

herda o «*gosto pelo negócio*», que se dedicava ao comércio de tabaco, entre outros produtos e pela mãe, o prestígio e nome de família.[2]

Era neto paterno de João Rozendo de Fialho d'Alvelos, que nasceu em Odeceixe, Aljezur e de D. Maria Doroteia de Abreu Simões, que nasceu em Alvor, Portimão, Faro. Era neto materno de António Joaquim Júdice, Capitão de Milícias[3], abastado comerciante algarvio, que se dedicou à «*exportação dos produtos da província algarvia para as províncias do norte e para o estrangeiro*», contribuindo muito para o desenvolvimento da sua terra natal, que foi no seu tempo um dos pontos mais importantes procurados pelos navios, que ali iam carregar os frutos da província, que nasceu na Mexilhoeira da Carregação, Lagoa, Faro a 7-9-1784, e morreu aí a 23-10-1862 e de sua mulher D. Rosa Angélica Júdice Biker, que nasceu em Portimão, Faro a 19-1-1806.[4]

Júdice Fialho, casou na Sé, Faro com D. Maria Antónia Cúmano, que nasceu na Sé, Faro, Sé a 26-12-1861 e morreu em Faro a 17-6-1948, filha de Justino Cúmano, Presidente do Instituto Arqueológico do Algarve (fundado por Estácio da Veiga), médico, que se estabeleceu em Faro, em 1840, onde constituiu família. Possuidor de avultada fortuna, deve-se-lhe a reconstrução do Teatro Lethes, ainda hoje existente naquela cidade. Dedicou-se também à arqueologia e, sobretudo, à numismática, conseguindo reunir uma das mais vastas colecções ao tempo existentes no País, que compreendia 6 a 7000 exemplares, abrangendo a série portuguesa, grega, ibérica, romana, goda, árabe, etc. Foi considerado Benemérito da cidade de Faro, que deu o seu nome a uma das suas ruas, que nasceu em Veneza, Itália a 20-2-1818, e morreu em

[2]cf. Maria João Raminhos Duarte - Portimão: industriais conserveiros na 1ª metade do século XX, 1ª edição, Lisboa: Colibri, 2003, p. 33 e Compilação de elementos estatísticos sobre conservas de peixe, Lisboa: Instituto Português de Conservas de Peixe: 1954, pp. 43-44.

[3]cf. António Joaquim Júdice, era filho de Joaquim Paulo Júdice, que nasceu em Estômbar, Lagoa, Faro a 2-11-1756 e de D. Ignácia Quitéria da Silva; neto paterno de José Júdice, Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, juiz de Fora e Órfãos de Sines (desde 1736), que pouco tempo depois de casar, foi viver para Mexilhoeira da Carregação, Lagoa, Faro, estabelecendo ali a sua casa; naturalizou-se português em 1731, que nasceu em S. Pedro de Aveiro e morreu na Mexilhoeirinha, Lagoa, Faro em 1762 (jaz sepultado no convento de S. Francisco em Estômbar) e de Quitéria Marina Tavares (com quem casou em S. Bartolomeu de Messines, Silves, Faro em 1744), que nasceu em S. Bartolomeu de Messines, Silves, Faro, filha de José Tavares e de D. Beatriz dos Santos; bisneto paterno de Paulo André Júdice, que em 1707, partiu de Itália, devido a questões políticas e fixou residência na ilha de S. Miguel, Açores; depois domiciliou-se com sua mulher e filhos em Lisboa, que nasceu em Génova, Itália a 6-4-1675, e morreu em Lisboa entre 1734 e 1744; trineto de João Júdice, Capitão, que nasceu na Córsega, Itália e de Maria Rosalina Marenghi, que nasceu em S. Pedro de Arena, filha de Nicolau Marenghi; 4º neto de Santos Júdice, natural da Córsega, Itália. A família Júdice, é originária da Córsega, que já ali existia no século XI, quando nos fins desse século, Piza, tomou posse da referida ilha. O 1º ascendente conhecido da família que veio para Portugal é o citado Santos Júdice. (cf. Francisco Xavier Ataíde d' Oliveira - Monografia de Estombar: concelho de Lagoa, Porto: Typ. Universal, 1911, pp. 187, 191, 207-209).

[4]cf. cf. Francisco Xavier Ataíde d' Oliveira - Monografia de Estômbar: concelho de Lagoa, Porto: Typ. Universal, 1911, p. 207-209.

Faro a 30-3-1885 e de D. Maria Vitória Pereira de Mattos, que nasceu a 12-2-1838, e morreu em Faro a 18-5-1902.

Maria Antónia Cúmano (1861-1948)

Espírito bastante culto e cosmopolita, visitava regularmente e por largas temporadas, a França e a Inglaterra devido aos seus negócios, e conhecendo de igual modo a Espanha, Itália, Suíça, Alemanha e Áustria, para se inteirar do que mais moderno se fazia e das novidades que surgiam na indústria, adquirindo novas máquinas ou tratando pessoalmente da colocação e venda dos seus produtos, não deixando de se aperceber «*de outros mundos e doutras culturas*».[5]

A primeira vez que encontramos o seu nome, associado a uma actividade pública, é no cortejo do tricentenário de Camões em 10-6-1880, promovido pelo Jornal "A Independência" de Portimão.

Teve ao longo da sua vida, diversas intervenções de carácter cívico, político e social: pede conjuntamente com João José da Silva Ferreira Neto (1856-1935)[6] ao governo,

[5]cf. Joaquim António Nunes - "Júdice Fialho e a Evolução Histórica de Portimão", in Conferência proferida na Casa do Algarve em Lisboa a 25-10-1952, pp. 13, 16, 17 e Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., p. 46.

[6]cf. João José da Silva Ferreira Neto (* em Faro 1856, + em 1935), ficou ligado ao período de grande desenvolvimento que a cidade conheceu na transição do século XIX para o século XX, Deputado em várias legislaturas, Vice-presidente e Presidente da Câmara Municipal de Faro (1886, 1890-1891,1892-1901) e Governador Civil de Faro (de 25-5-1901 a 18-10-1904 e de 23-3-1906 a 17-5-1906), militante no

para que fosse estabelecido um comboio semanal entre Faro e as Amoreiras, pedido este deferido em 1889[7]; foi eleito, como júri do tribunal do Comércio do distrito de Faro em 1890[8]; participa numa comissão de comerciantes de Portimão, encarregue de decorar as ruas em honra dos soberanos portugueses, D. Carlos I e D. Amélia em 1897[9]; preside aos trabalhos de uma reunião de alguns comerciantes e indústrias farenses, com o propósito de criar uma Associação Comercial e Industrial de Faro em 14-10-1908[10]; pertenceu a uma comissão composta de sete patrões da indústria conserveira, para resolver a questão da resistência dos soldadores à nova tecnologia, estando reunida um mês no gabinete de Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais (1872-1918), Ministro do Fomento (de 3-9-1911 a 12-11-1911) por portaria de 15-10-1911[11]; participa na Conferência Internacional de Madrid em 1915, para as negociações com a Espanha para assinatura dum convénio de pesca, que não chegou a concretizar-se, onde vai ter uma intervenção decisiva «*impugnando com sólidos argumentos á aspiração insistente dos nossos vizinhos, que pretendiam a reciprocidade de pesca nas águas jurisdicionais do Algarve e do Minho, com manifesto prejuízo para o nosso país*»[12]; contribuindo com um donativo e importância de 30$000, quando da viagem de Sidónio Pais ao Algarve em Fevereiro de 1918[13]; participa no Iº Congresso Nacional de Pesca e Conservas, reunido em Setúbal em Dezembro de 1927, fazendo posteriormente parte da comissão nomeada por portaria do governo, para estudar as ideias apresentadas neste evento «*prestando os esclarecimentos necessários e propondo as medidas que julgar oportunas para o aperfeiçoamento e desenvolvimento de tão importantes indústrias*», sendo esta dissolvida por decreto n.º 17262 de 24-8-1929[14]. Nesta comissão, defende as ideias que considera serem as melhores para o desenvolvimento da indústria conserveira. Assim, mostrou-se contra o período tão dilatado do defeso da pesca (quatro meses), pois, tal medida, iria provocar a ruína da indústria e o desemprego de uma parte significativa do operariado urbano algarvio e dos pescadores, já que a indústria conserveira era o

Partido Regenerador, sendo amigo pessoal de Hintze Ribeiro, alcunhado de o «Casaca de Ferro», pela posse sempre hierática que apresentava.

[7]cf. O Algarve de 5-3-1933, na rubrica à 44 anos e O Distrito de Faro de 7-3-1889.

[8]cf. O Algarve de 7-1-1934, na rubrica à 44 anos e O Distrito de Faro de 9-1-1890.

[9]cf. Maria da Graça Maia Marques; Maria da Graça Mateus Ventura - "Portimão", in Colecção Cidades e Vilas de Portugal, n.º 15, Lisboa: Editorial Presença, 1993, pp. 76-77.

[10]cf. Luís Filipe Rosa Santos - Faro: um olhar sobre o passado recente: segunda metade do século XIX, Loulé: L. Santos, 1997, p. 110.

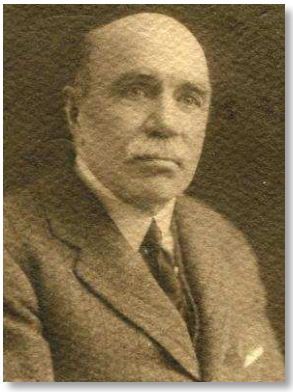
[11]cf. César Oliveira - "O congresso sindicalista de 1911", in Movimento operário português; 2, Porto: Afrontamento, 1911 e Maria João Raminhos Duarte, op. cit., p. 102.

[12]cf. Joaquim António Nunes, op. cit., pp. 13-14 e O Algarve de 4-7-1915, p. 1 e Algarve de 25-7-1915, p. 2.

[13]cf. O Algarve de 21-4-1918, p. 2.

[14]cf. Revista Indústria Portuguesa, n.º 1, Março de 1928, p. 50 e António Manuel Pinto Barbosa - Sobre a Indústria de Conservas em Portugal, Lisboa: Editorial Império, 1941, p. 24 e Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., pp. 31-32.

grande comprador do peixe[15]; foi ainda nomeado como representante do Centro Industrial de Peniche, no conselho de administração do Consórcio Português de Conservas de Sardinha, criado pelo decreto-lei n.º 21622 de 27-8-1932, que tinha como objectivo regular e fiscalizar toda a indústria[16]; exerceu ainda o cargo diplomático de Cônsul de Itália em Portimão.[17]



João António Júdice Fialho (1859-1934)

Numa entrevista ao Diário de Lisboa de 24-6-1931, Júdice Fialho, mostra-se contra a cartelização da indústria, dizendo «*isso é uma coisa que só aos interessados compete resolver: quem queira*», e revela a sua visão sobre as questões relacionadas com o futuro da pesca e da indústria conserveira, nomeadamente a questão da medida do defeso, da qual se mostrava contra «*é preciso que cada português não pense apenas em si; e assim, os interesses dos pescadores e do povo em geral levam-nos a reprovar absolutamente essa ideia*».[18]

Poucos meses depois, reforça a sua posição, numa outra entrevista ao referido jornal de 27-12-1931, mostrando-se contra a medida do defeso: «*Discordo absolutamente do defeso pedido e entendo que depois das circunstâncias desgraçadas das pescas deste ano, que deixaram em ruína a economia dos armadores e sobretudo a das tripulações, é inoportuna e absurda qualquer restrição à liberdade de trabalho. A campanha contra o peixe de Inverno não tem razão de ser, porque há países que consomem especialmente peixe de Inverno e há outros como a Espanha, que*

[15]cf. Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., pp. 46-47.
[16]cf. Revista da Indústria Portuguesa, n.º 57, Novembro de 1932, p. 72 e Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., pp. 72 e 84-85.
[17]cf. Maria João Raminhos Duarte, op. cit., p. 36.
[18]cf. Diário de Lisboa de 24-6-1931 e Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., pp. 75-76: Esta notícia, insere-se a propósito da pretensão dos pescadores e conserveiros espanhóis, de quererem liberdade de pesca nas águas territoriais portuguesas ou da redução para 3 milhas das mesmas. O ministro da Economia de Espanha, sugeriu mesmo, que esse diferendo fosse decidido num tribunal de arbitragem internacional, o que provocou grande discussão e reacção em Portugal.

fabricam conservas durante todo o Inverno. Para evitar a confusão entre o peixe de Inverno e o peixe de Verão no fabrico de conservas, bastará assinalar nas latas do último a respectiva designação».[19]

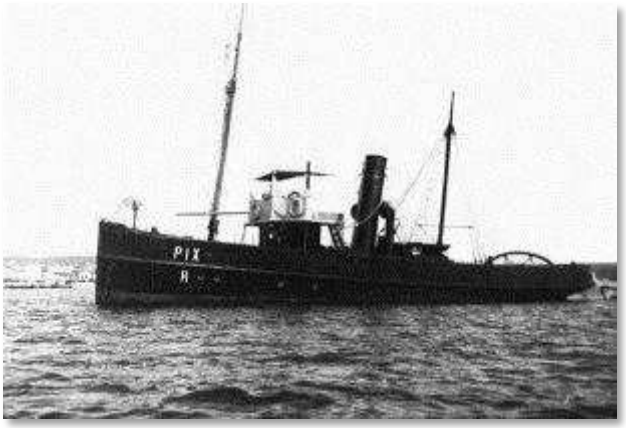
Mostrando-se um dos maiores opositores à paralisação da pesca e do defeso, acaba por enviar um telegrama a António Oliveira Salazar, Presidente do Conselho em 1933, reforçando os seus argumentos e referindo que: o defeso era apenas defendido por poucos industriais, que assim pretendiam escoar os seus "*stocks*" com mais lucro; defendeu a fabricação de tipos de conservas diferenciados, como noutros países, de maior ou menor qualidade (peixe de Inverno); e mostrando-se preocupado com os milhares de operários que ficariam periodicamente desempregados. [20]

A sua faceta e actividade de benemérito, também merece um papel de destaque, nomeadamente: no inquérito realizado pelo Eng. Francisco de Salles Fernandes Girão quando visitou Portimão em 1905, afirmava «*Segundo ali me referiram, o proprietário de uma das fábricas de conservas quis instituir uma caixa de socorros, que dotou com um fundo inicial, mas os operários não quiseram continuar*»[21]; durante uma greve dos operários conserveiros, contra a introdução de máquinas de soldar em Portimão em Outubro de 1908, que duraria 40 dias «*mandou distribuir pelos grevistas das suas fábricas os seguintes donativos: aos que estão presos 3$000 reis a cada um; 2$000 a cada um dos soldadores ou trabalhadores, a cada uma das mulheres 1$500 reis e 1$000 reis aos moços*», isto no Natal de 1908[22]; através de vários donativos ou subscrições para comissões de auxílio aos pobres, ou quando havia epidemias como a da febre tifoide em 1909 e a da gripe pneumónica (a par da filial do Banco Nacional Ultramarino de Faro), que devastou o Algarve em 1918[23]; ofereceu à Cruz Vermelha Portuguesa, 100 caixas de lata de conservas de sardinha com destino às tropas portuguesas na frente de combate em França na 1ª Guerra Mundial (1914-1919) em 1917[24]; sócio protector do Asilo de S.ta Isabel, para o qual ofereceu 100$00 em 1919[25]; aquando da fundação do Corpo Voluntário de Bombeiros de Portimão, «*autorizou que nas suas oficinas fosse reparado o material dos incêndios*» em 1926[26]; colaborou nas obras de construção do edifício da GNR em 1928[27]; ofereceu a importância de

[19]cf. Diário de Lisboa de 27-12-1931 e Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., p. 81.
[20]cf. Diário do Algarve n.º 77 de 2-1-1933, p. 4 «A pesca da sardinha, o defeso e a indústria de conservas» e Maria João Raminhos Duarte, op. cit., pp. 123-124.
[21]cf. Estatística Industrial. Iª Série. Distritos de Évora, Beja e Faro, 1905, Lisboa: Imprensa Nacional, p. 277.
[22]cf. O Algarve de 7-1-1934, na rubrica à 25 anos, O Algarve de 3-1-1909, O Algarve de 25-10, de 1-11, de 22-11 e de 29-11-1908; e Carlos Fonseca - História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal, 4º vol. 1ª parte: Greves e agitações operárias. - [D.L. 1982], p. 170.
[23]cf. O Algarve de 22-12-1918, p. 2.
[24] cf. O Algarve de 30-9-1917.
[25]cf. O Algarve de 1-6-1919, p. 2.
[26] cf. Maria João Raminhos Duarte, op. cit., p. 165 e O Comércio de Portimão n.º 18 de 7-11-1926, p. 1.
[27]cf. Maria João Raminhos Duarte, op. cit., p. 166; MMP, Arquivo Histórico, Actas da Vereação, Livro de Termos, caixa 396, doc. 439, livro não numerado 14/15/12/1928.

100$00 para a Cozinha Económica de Faro no Natal de 1929[28]; contribuiu para a sopa dos pobres de Portimão, inscrevendo a importância de 1.000$00, surgindo a grande distanciamento do segundo maior doador, a firma Feu Hermanos com 250$00 em 1932[29]; sócio fundador do Asilo de Assistência à Mendicidade em Portimão em 1932.[30]

Durante a 1ª Guerra Mundial (1914-1919), à semelhança de outros armadores algarvios, vê requisitados dois dos seus navios pela armada: um para a vigilância da costa algarvia, o rebocador "Galgo" (em 1916), que «*ficou reservado para a fiscalização da costa entre Lagos e o Cabo de S. Vicente* (…)», e o vapor "Portugal 3", no qual seria montado uma canhoneira (ambos registados na capitania do porto de Portimão). Contribuiu ainda «*com cabos, rede e pessoal para a defesa da barra de Lisboa*».[31]



Rebocador Galgo

É durante este período, que se inicia a construção do seu palácio do Alto em Faro, da autoria do arquitecto Manuel Joaquim Norte Júnior (1878-1962)[32], que duraria a

[28]cf. O Algarve de 5-1-1930, p. 1, Maria João Raminhos Duarte, op. cit., p. 166 e Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., p. 48.
[29]cf. O Comércio de Portimão de 6-3-1932 e 20-3-1932 e Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., p. 49.
[30]cf. O Comércio de Portimão n.º 321 de 9-10-1932, p. 1 e n.º 413 de 15-7-1934, p. 1 e Maria João Raminhos Duarte, op. cit., p. 150.
[31]cf. Henrique Alexandre da Fonseca - A Marinha do Algarve na Iª Grande Guerra, Faro, Separata dos Anais do Município de Faro n.º XXVX, 1995, p. 115, Joaquim António Nunes, op. cit., pp. 11-12, O Algarve de 26-3-1916 e O Algarve de 20-4-1919, p. 3.
[32]cf. José António Pinheiro e Rosa - Monumentos e Edifícios Notáveis do Concelho de Faro, Faro: Edição da Câmara Municipal de Faro, 1984, pp. 26-27. Manuel Joaquim Norte Júnior (* Lisboa a 24-12-1878, + -12-1962), Diplomou-se pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, foi um dos mais activos

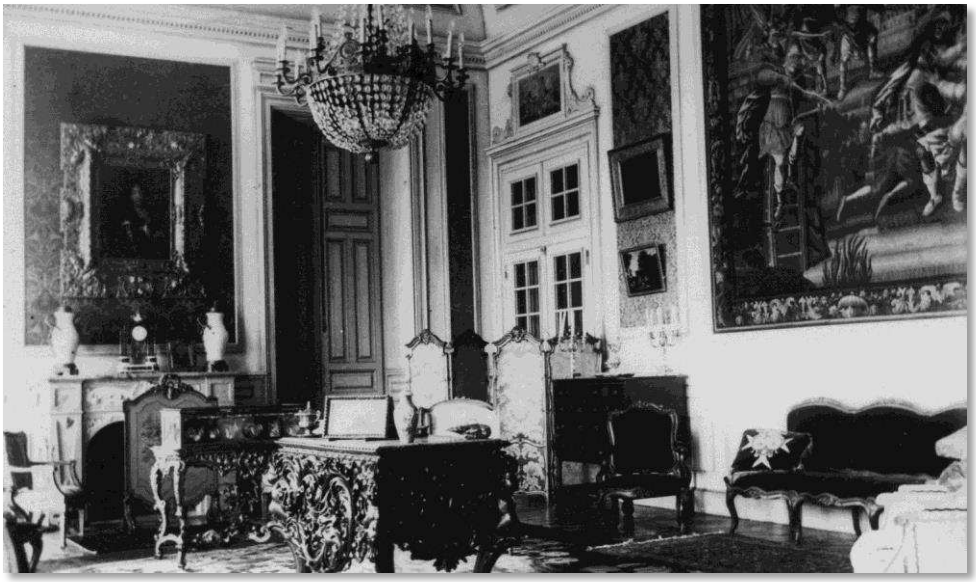
edificar dez anos de 1915 a 1925. Na sua construção, Júdice Fialho, utilizou os materiais mais ricos e nobres: madeira vinda do Brasil, enormes quantidades de mármore, «*tendo montado em Portimão, propositadamente, uma serração de pedra para nela preparar o mármore a empregar na construção*».[33] Segundo os relatos da época, o palácio estava ricamente decorado, possuía um monta-cargas (para trazer a comida da cozinha que estava na cave para a sala de jantar) e um elevador (os primeiros que existiram no Algarve) e fábrica de fazer gelo (que durante muitos anos, forneceu gelo também para o Hospital de Faro). A partir 2-5-1925, seria esta a sua residência permanente. Reuniu então uma valiosa colecção de arte, que instalou neste palácio, sobretudo rica em pintura, tapeçarias e louças.[34]

Palácio do Alto em Faro

arquitectos do princípio do século. Além deste palácio, Manuel Joaquim Norte Júnior, foi autor dos edifícios da Voz do Operário e do Cine Teatro Variedades, em Lisboa; Sociedade Amor da Pátria, no Faial; Palace-Hotel na Cúria; Grande Hotel, no Monte Estoril; Hotel Paris no Estoril; Hospital de Salreu; Cineteatro em Sintra e muitos outros; ganhou cinco prémios Valmor e a medalha de Ouro no Rio de Janeiro, Brasil.

[33]cf. Joaquim António Nunes, op. cit., p. 12.

[34]cf. Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, vol. XIV, 1960, p. 350, José António Pinheiro e Rosa, op. cit., pp. 26-27 e Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., p. 49.



Palácio do Alto em Faro

Pertenciam-lhe ainda, outros imóveis com interesse arquitectónico: o palácio Doglioni ou «Palacete Cúmano», comprado nos inícios do século XX; o edifício oitocentista

situado na rua Infante D. Henrique em Faro[35]; e o convento de S. Francisco ou de Nossa Senhora da Esperança, adquirido em 1911, sendo convertido em armazéns destinados à actividade conserveira.

Palacete Doglioni em Faro

Convento de S. Francisco em Portimão

Reunindo uma avultada fortuna, empregou-a, não apenas no desenvolvimento da indústria a que principalmente se dedicava e no melhoramento das condições dos seus operários, mas também, na aquisição de extensos tratos de terreno. Tornou-se assim em poucos anos o maior proprietário agrícola algarvio, com explorações distribuídas pelos concelhos de Loulé, Faro, Olhão, Lagoa, Albufeira e Portimão. Exemplo disso, são as propriedades rústicas que adquiriu: o "Morgado de Boina", o "Morgado de Agre" e o "Morgado de Reguengo" (todos em 1922) e finalmente em 1929, com a compra do "Morgado da Quinta da Quarteira" (escritura de 30-12-1929), sendo esta propriedade a mais extensa do Algarve, com 1600 hectares (deste morgado é que vai

[35]cf. Francisco I. C. Lameira - Faro: edificações notáveis, Faro: Câmara Municipal, 1995, pp. 65-67.

nascer Vilamoura, após a venda efectuada pelos seus herdeiros, por 150.000 contos, ao grupo financeiro de Cupertino de Miranda). [36]

No rio Seco, arredores de Faro, possuía a herdade dos Salgados, na qual se destacam, a Casa dos Salgados e os dois silos, construídos nos finais do século XIX, com a finalidade de armazenamento de cereais e forragens.[37]

Passou então, a interessar-se também pelas culturas do pimenteiro e do marmeleiro e pelas indústrias do pimentão e da marmelada, chegando a rivalizar na primeira com alguns dos mais importantes industriais do país vizinho. No primeiro caso, introduziu a cultura do pimenteiro no Algarve, iniciando o fabrico do colorau. Aproveitando os marmeleiros e gamboeiras das extensas propriedades que adquiriu, criou a indústria de confecção de marmelada, acondicionada em folha, nos anos 30. Com a produção intensiva levada a cabo nas suas vastas propriedades, fornecia os produtos essenciais aos molhos das conservas, como sejam: o azeite, o tomate, a cebola, cheiros e outros, fabricando também, o guano, o óleo de peixe, a polpa de pera, a marmelada, a calda de tomate e o sabão. No distrito de Viana do Castelo, comprou pinhais para a produção de caixas de peixe.[38]

Nos seus domínios agrícolas, implementou experiências e novas técnicas para com elas melhorar a sua produtividade, como seja: a propriedade dos Salgados, encontrava-se organizada em arrozais; abriu furos numa herdade, para extracção de água por compressão.[39]

Após esta breve biografia, passa-se a descrever, o seu percurso comercial, empresarial e industrial.

A vida empresarial de João António Júdice Fialho, começa com seu pai «*De seus princípios o Sr. Fialho, juntamente com seu ilustre pai, o Sr. Francisco d'Abreu Fialho, recebia carregamentos importantes com que abastecia em anos de crise a região do barlavento da província. Ocupavam-se também da fabricação de vinhos*».[40] Joaquim Nunes, afirma que iniciou a sua actividade no comércio, importando produtos, como o «*petróleo, cabos de aço, alcatrão e outros materiais para embarcações de pesca*».[41]

[36]cf. O Algarve de 12-1-1930, p. 3 e J. da Silva Martins - Estruturas agrárias em Portugal continental, 1º vol. Lisboa: Prelo, 1973-, pp. 602-604.
[37]cf. Francisco I. C. Lameira, op. cit, pp. 95-96.
[38]cf. Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, vol. XIV, 1960, p. 350; Glória Maria Marreiros - Quem foi quem?: 200 algarvios do séc. XX, ed. Fernando Mão de Ferro, ed., 1ª edição, Lisboa: Colibri, 2000, p. 200 e Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., p. 50 e Maria João Raminhos Duarte, op. cit., p. 30.
[39]cf. O Algarve de 30-3-1924, p. 1 e O Algarve de 3-1-1932, p. 2.
[40]cf. O Algarve de 25-3-1934.
[41]cf. Joaquim António Nunes, op. cit., p. 10.

Francisco Alexandre de Abreu Fialho e Maria da Glória Júdice (1835-)

A sua primeira actividade comercial-industrial (sem a parceria de seu pai), foi em sociedade com João José da Silva Ferreira Neto (1856-1935), com a edificação duma fábrica de álcool de destilação de alfarroba e figo, denominada S. Cristóvão nos arredores de Faro, que segundo o inquérito industrial de 1881 «*Está em construção nos subúrbios de Faro um edifício para uma grande fábrica de destilação de alfarroba e figo, denominada de S. Christovão e propriedade da firma Neto & Fialho, que tem privilégio por quinze anos*».[42] Na notícia do seu elogio fúnebre, o jornal "O Algarve" de 25-3-1934, referia que a fábrica fora fundada em 1881 e «*que chegava a consumir diariamente 15.000 quilos desses frutos, trabalhou durante 20 anos, melhorando muito a situação pecuária e enriquecendo pelos resíduos os terrenos do concelho de Faro e limítrofes, dando trabalho de dia e de noite a muitíssimos operários*». Contudo a fábrica, só deverá ter começado a laborar em 1882.[43]

Em 15-2-1883, os dois sócios da firma Neto & Fialho, João José da Silva Ferreira Neto e João António Júdice Fialho, faziam uma escritura e parceria mercantil com Francisco Constantino Pereira Matos, proprietário, comerciante e morador em Faro, onde ficava estabelecido, que este último entrava para a empresa Netto & Fialho, para a exploração de uma fábrica de destilação de aguardente e mais operações mercantis «*que se julgassem convenientes, com o capital de trinta contos de raiz - quantidade esta que neste acto*

[42]cf. Inquérito Industrial de 1881: Visita às Fábricas, p. 25 e O Algarve de 25-3-1934.
[43]cf. O Algarve de 25-3-1934 e Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., p. 51.

foi apresentada em metal sonante pelo dito segundo outorgante».[44] Esta parceria, teria a duração de 12 anos e Francisco Matos, usufruiria durante esse tempo, de 1/3 dos lucros da empresa, conforme o balanço anual da mesma. Esta fábrica, denominou-se Companhia Portuguesa de Álcoois e Açucares, localizada na freguesia da Sé, cidade de Faro.[45]

Na década de 90 do século XIX, Júdice Fialho, vai concentrar os seus esforços e investimentos na indústria conserveira, principiando por montar fábricas em Portimão (a de S. José a 5-7-1892 e de S. Francisco, no sítio do Estrumal a 15-5-1904), mas também em Lagoa, Faro (Ferragudo a 31-3-1904), Lagos (a 26-11-1904), Funchal, Madeira (em 1909), Olhão (a 20-3-1913), Peniche (em 1915), Sines (em 1926) e Matosinhos, empregando muitos milhares de trabalhadores.[46] As suas marcas, sobretudo de conservas de sardinha, eram em breve das mais acreditadas do País e daquelas, que mais altas cotações obtinham nos mercados estrangeiros, sobretudo em Inglaterra, onde angariavam grande fama. Destas, distinguia-se sobretudo a marca "Marie Elisabeth", com grande prestígio e qualidade até aos anos 70, No entanto, houve outras marcas como a: Falstaff, Desirées, Galleon, Maria, Mulher e Sardinha, J.A.J.F., etc.[47]

Lata de conservas Marie Elisabeth

[44]cf. Museu Municipal de Portimão (MMP), Arquivo Júdice Fialho, "Escritura de parceria mercantil em comandita", documento 5854, caixa 431.
[45]cf. Joaquim Manuel Vieira Rodrigues - "O «império» Fialho", in O Algarve da Antiguidade aos nossos dias: elementos para a sua história, coord. de Maria da Graça Maia Marques, Lisboa: Edições Colibri, 1999, p. 405 e Boletim do Trabalho Industrial n.º 18, 1907, Mapa 1.
[46]cf. Glória Maria Marreiros, op. cit., p. 199.
[47]cf. Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., p. 109.

Nas suas unidades fabris, encontrava-se tudo o que mais de avançado e moderno que existia «*em machinismos e instalações, as indústrias modernas têm inventado para reduzir o trabalho manual*».[48] Em 1910, entre as 47 fábricas de conservas de peixe existentes no país, as de Júdice Fialho e as de Delpeut em Setúbal, eram as únicas que tinham máquinas de soldar automáticas.[49]

Até 27-11-1939, as conservas eram transportadas em vapor, enquanto a partir de 10-6-1941 e até ao final da 2ª Guerra Mundial (1945), passam a ser conduzidas por caminho-de-ferro. A empresa Júdice Fialho, tinha como principais compradores e destinos os mercados de Inglaterra, Suíça (desde 1904), E.U.A., França, Itália, etc. A empresa tinha agentes espalhados pela Europa, África e América, como: H. & T. Walker de Londres; Eugénio Gheradi de Genebra; Strohmeyer & Arpe C.º de Nova Iorque, Luís Alvelos do Funchal, etc.[50]

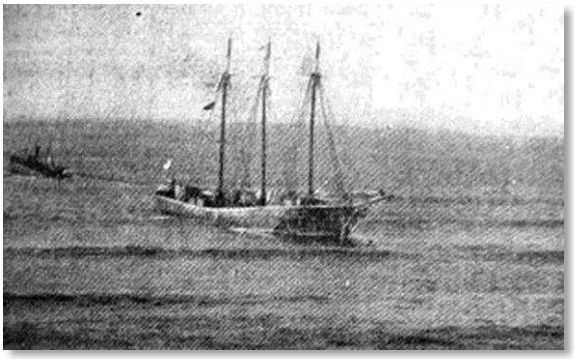
Segundo, a Comissão Sindical de Trabalhadores da Júdice Fialho, afirmava-se, que o industrial em 1930, tinha ao seu serviço mais de 4.000 trabalhadores.[51]

O desenvolvimento das indústrias conserveiras, veio fortalecer a consciência de uma classe trabalhadora, principalmente nas mulheres, que reivindicaram a criação de creches junto às unidades fabris. As fábricas Júdice Fialho, estiveram assim entre as primeiras a criar creches, salas de aleitamento e refeitórios.[52] A empresa, preocupou-se com as condições de vida dos seus operários, e para isso criou uma Caixa de Socorro em 1903, quando os operários estivessem de baixa e através da construção de bairros de operários, junto às fábricas.

Alguns anos mais tarde (9-9-1896, com a concessão da Armação da Senhora da Rocha, para a pesca de atum), Júdice Fialho, começou também a investir na indústria da pesca.[53]

[48]cf. Luiz Mascarenhas - Indústrias do Algarve, Lisboa: Centro Typographico Colonial, 1915, p. 14.
[49]cf. Carlos da Fonseca, op. cit., p. 117.
[50]cf. Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, op. cit., p. 409 e Ana Rita Silva de Serra Faria - A Organização Contabilística numa empresa da Indústria de Conservas de Peixe entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, dissertação de Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, apresentada no Instituo Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, 2001, p. 64.
[51]cf. A realidade Júdice Fialho: O passado e o Presente, (s/d): Comissão Sindical de Júdice Fialho [D.L. 1978] (Lisboa: Tip. Silvas).
[52] cf. Glória Maria Marreiros, op. cit., p. 200 O Comércio de Portimão n.º 602 de 27-2-1938 e Maria João Raminhos Duarte, op, cit., p. 142.
[53]cf. Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., p.52; Certos autores defendem que Júdice Fialho, começou primeiro pela pesca, e que ao verificar as potencialidades da indústria conserveira, é que vai apostar na construção da sua primeira fábrica, embora não exista nenhuma documentação que valide esta teoria.

Creche numa fábrica de Portimão



Algarve 5º

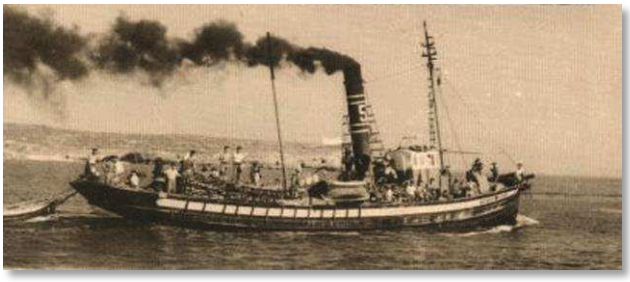
Dedicou-se ainda durante algum tempo nos anos 20, à actividade e indústria da pesca do bacalhau, apetrechando e «*mandando navios à Terra Nova e montando no Algarve as necessárias instalações para a secagem e preparação do peixe*», ou seja, a «*seca do bacalhau*». Possuiu para tal 5 veleiros, denominados todos pelo nome Algarve, dos quais o Algarve I, naufragou em 1923, quando da sua primeira viagem; e o lugre Algarve 3º, que encalharia com um carregamento de bacalhau a 20-10-1923, à entrada da barra de Portimão.[54] A descarga do bacalhau era realizada em Portimão, Faro ou Olhão, portos onde havia secas.[55] No princípio de 1925, temos conhecimento da partida do porto de Portimão, rumo à Terra Nova, de três barcos da sua empresa.[56]

[54]cf. Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, op. cit., p. 350, O Algarve de 28-10-1923, p. 1 e Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, op. cit., pp. 405-406.
[55]cf. Mário Moutinho - História da Pesca do Bacalhau: Por uma antropologia do «Fiel Amigo», Lisboa: Editorial Estampa, 1985, p. 40.
[56]cf. cf. O Algarve de 14-6-1925, p. 1.

Algarve [?]

A partir de 1899, Júdice Fialho, vai investir numa frota pesqueira e na actividade de armador, sendo o primeiro industrial, a utilizar em Portimão um cerco a vapor, o "Cerco Portugal I" (1899). Para tal, montou junto à fábrica de S. Francisco, um estaleiro naval onde construía as suas próprias embarcações. Após o primeiro cerco a vapor, são fabricados uma série de barcos com o nome Cerco Portugal: Cerco Portugal 2º (em 1913), Cerco Portugal 4º e Portimão em (1914), Cerco Portugal 3º (em 1926), Cerco Portugal 5º (em 1918), Cerco Portugal 6º e 7º (em 1920), Cerco Portugal 8º e 9º (em 1927), etc.[57]

Foi também proprietário de várias embarcações, que serviam de apoio aos cercos, às armações e a outras actividades pesqueiras (como a pesca do atum e da sardinha), bem como para o tráfego e transporte costeiro, etc., como sejam as: Bias, Torre da Barra, Torre Alta, Pedras Negras, Salema, Atalaia, Novas Ferrarias, Josefina, Cajados, Zavial, etc.[58]



Galeão a vapor da firma Júdice Fialho

[57]cf. Joaquim António Nunes - Portimão, Estudos algarvios; 3, Lisboa: Casa do Algarve, 1956, p. 74, Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, op. cit., p. 405 e 407 e Ana Rita Silva de Serra Faria, op. cit., p. 54.
[58]cf. Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, op. cit., p. 405, O Algarve de 3-8-1917, p. 2 e O Algarve de 18-8-1918, p. 2, P.e José Gonçalves Vieira - Memória monographica de Villa Nova de Portimão, Porto: Typ. Universal de Figueirinhas, 1911, pp. 87-89 e Luís Filipe Rosa Santos - A pesca do atum no Algarve, [S.l. : s.n.], 1989 (Loulé : -- Tip. Comercial), pp. 50-51.

Com os lucros da sua actividade principal, vai progressivamente aumentando o seu património. Segundo Rita Faria: «*Em 1919, para além das sete fábricas de conservas de peixe em actividade, da Litografia e da central, contavam-se no seu património quatro Estivas Italianas, localizadas em Lagos, Portimão, Olhão e Peniche, cabeças de Gado, uma Abegoaria e Forragens, uma unidade de Fabricação Mecânica de Lata Vazia (que fabricava as latas para as conservas), uma Serração de Madeira (que fabricava caixas de madeira, aduelas, barris e baldes, tábuas e pranchões, barrotes e vigas, madeira em obra, etc.), uma Serralharia (onde era feita a manutenção dos maquinismos das fábricas e dos barcos, para além de se fazerem motores e novas peças), uma Fábrica de Pregos e Chaves (onde se fabricavam pregos para as caixas de madeira e chaves para as latas), uma Fundição de ferro, uma Cordoaria de linho, oficinas destinadas ao fabrico de redes, um Depósito em Lisboa e Matas situadas em Monchique, Santiago do Cacém e Sines*».[59]

Para Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, a empresa Júdice Fialho «*constituía uma grande unidade de produção vertical, dispondo de uma frota de transporte e pesqueira, mas, de outras unidades de produção adjacentes, nomeadamente propriedades agrícolas das quais recebia matéria-prima essenciais para a produção de conservas, como azeite, madeiras, ficando assim incólume às oscilações do mercado, segundo um principio de auto-suficiência e procurando ao máximo, não depender de fornecedores e intermediários. A empresa, comprava sobretudo, folha-de-flandres, azeite, sal, carvão e produzindo nas suas herdades, muitos dos produtos necessários para a confecção das conservas produzidas nas suas fábricas*».[60]

Até à sua morte, ocorrida em 1934, geriu pessoalmente e pormenorizadamente, todo o seu património, através de uma meticulosa gestão de toda a actividade empresarial; delegando competências e responsabilizando os seus funcionários; na compra e venda de peixe; na importação de matérias-primas; na exportação de conservas; na análise da qualidade dos produtos e produção, bem como no papel de empresário agrícola.

Durante o Estado Novo (1934-1974), a empresa Júdice Fialho, constituir-se-á como uma das mais importantes do sector conserveiro, graças ao condicionamento industrial. Ainda no início da década de 60, o seu património era bastante vasto, visto que os lucros atingiam os 10.000 contos anuais. Os bens geridos pela empresa no início da década de 60, era composto por: 6 fábricas de conservas e 2 fábricas de guanos; uma frota de pesca costeira com 7 traineiras e 13 acostados, com todo o dispositivo de apoio e manutenção, incluindo um estaleiro; 3 grandes explorações agrícolas: o morgado de Quarteira (com 1500 hectares), o morgado de Agre (com 1500 hectares) e morgado do Reguengo (com 1500 hectares), e outras de menores dimensões: dos Salgados, do Areal Gordo, da Atalaia, do Montenegro, dos Fumeiros, prédios urbanos, das Alagoas em Faro, da rua Lethes em Faro, da Garagem em Faro, palácio da Praia da Rocha, Palácio da Salva em Sines e diversos prédios em Lisboa: na praça Luís de Camões, na avenida Álvares Cabral, na Rua Rodrigo da Fonseca, na rua

[59]cf. Ana Rita Silva de Serra Faria, op. cit., p. 45 e Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., p. 50.
[60]cf. Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, op. cit., pp. 407, 115-116.

Rodrigues Sampaio, 2 na rua Joaquim António de Aguiar, na rua dos Navegantes, na rua Camilo Castelo Branco, na rua Rosa Araújo, na avenida João Crisóstomo, na rua de S.to Amaro, o palácio de Alfama, o palácio na avenida Barbosa du Bocage, etc.

Foi a partir dessa década, que o declínio da empresa se intensificou, extinguindo-se após 25-4-1974 e com a compra da mesma, por parte dum grupo empresarial do Norte em 1981.[61]

Em 17-4-1916, foi o seu retrato inaugurado no salão nobre da Câmara Municipal da sua terra natal, onde tem também uma rua com o seu nome. Ainda na cidade de Portimão, existe na actualidade o agrupamento escolar Júdice Fialho, composto pelas escolas: EB 2 e 3 de Júdice Fialho, EB 1/JI Pedra Mourinha, EB 1 Chão das Donas, Jardim de Infância Pedra Mourinha, Jardim de Infância Chão das Donas e Jardim de Infância da EB1 - Pedra Mourinha. O seu nome consta ainda na toponímia das cidades de Silves e Faro.

A indústria conserveira

Em 1914 /1915, Portugal era o principal produtor mundial de conservas de peixe, posição que não só vai manter, como incrementar durante a 1ª Guerra Mundial (de 1914-1919).[62] A maioria da produção nacional de conservas de sardinha era proveniente do Algarve. O contra-almirante Filipe de Carvalho, numa visita à cidade de Portimão em 1932, afirmara numa conferência no município portimonense, que o porto dessa cidade, era o 4º do país e o 1º do Algarve. Exemplo disso, é a percentagem das conservas de sardinha no valor total das exportações portuguesas, visto que em 1910, tinha um valor de 3,5%, em 1920 de 18,4%, em 1930 de 18,3%, em 1935 de 15,7%, em 1937 de 15,8%, e em 1938 de 14,5%.[63] Albano de Sousa, numa conferência proferida na sede da Associação Industrial e Comercial de Matosinhos a 9-2-1931, afirmava que a exportação de conservas no ano de 1930, ocupava já o segundo lugar, logo após os vinhos: «*a exportação de conservas de peixe ocupou no ano de 1930, o segundo lugar das exportações nacionais (nos valores em contos), só sendo suplantada pelo vinho, e, ao contrário do volume total das exportações nacionais que baixou, a das conservas aumentou nesse ano* (…)».[64]

[61]cf. A realidade Júdice Fialho, op. cit. A tudo isso deveu-se também, a empresa divergir da sua actividade principal, desviando parte dos lucros para o sector imobiliário, iniciando-se nos anos 30, a descapitalização da empresa.
[62]cf. José Manuel Lopes Cordeiro - "Algumas características da indústria portuguesa de conservas nas vésperas do segundo conflito mundial", Separata dos Cadernos do Noroeste, vol. 8 (1), 1995, pp. 26 e 36.
[63]cf. António Manuel Pinto Barbosa, op. cit, p. 172; Maria João Raminhos Duarte, op. cit., p. 166.
[64]cf. Revista Indústria Portuguesa, n.º 37, Março de 1931, pp. 45, 48-58 e Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., p. 74; Albano de Sousa - Os vinhos do Porto e as conservas na economia nacional, Lisboa: Tipografia da Emp. do Anuário Comercial, 1932, p. 12; Comércio de Portimão n.º 290 de 6-3-1932, p. 1 e Maria João Raminhos Duarte, op. cit., pp. 115 e 117.

Estes valores mostram a importância desta indústria no quadro económico português. No entanto a partir de 1923, são evidentes os sinais de crise neste sector, pois em apenas dois anos a exportação de conservas de sardinha cai em cerca de 20 toneladas. São diversos os factores para o aparecimento desta crise: a crise de sobreprodução e sobreequipamento, que lentamente se fez sentir desde o início dos anos 20; a política deflacionária e de valorização monetária do escudo, durante o governo de Álvaro de Castro, que encarece as conservas no estrangeiro (1924); a quebra na pesca da sardinha nas costas portuguesas de 1925 a 1930; as repercussões nas exportações como consequência da crise de 1929; o ambiente político-social, que se vivia no final da 1ª República (1926) e durante o início da Ditadura Militar (1926-1928), que não permitia ou favorecia a reorganização e legislação, de qualquer sector industrial de Portugal.[65]

A crise neste sector da pesca e indústria conserveira, vai provocar uma resposta por parte dos principais armadores e indústrias conserveiros, com a realização do Congresso de Pescas e Conservas em Setúbal, em Dezembro de 1927. Neste evento, foram apresentadas diversas teses, que procuraram combater a crise da indústria de conservas, nas quais se destacam: 1º a organização da indústria (da Associação Comercial e Industrial de Olhão de Hermínio Prazeres e Casimiro Luiz de Oliveira); 2º a do crédito industrial (da Associação Comercial e Industrial de Olhão e de J. Leotte, Hermínio Prazeres e Casimiro Luiz de Oliveira); 3º a verificação da qualidade das conservas exportadas (de Mariano Coelho e outros); 4º o defeso do fabrico durante um certo número de meses do ano (de Luiz José Supico); 5º o preço mínimo de venda para as conservas exportadas (da Associação Comercial e Industrial de Olhão).[66]

Deste congresso, resulta a criação por portaria de 12-3-1928, dum Conselho Consultivo, que se ocuparia da regulamentação e fiscalização da indústria nacional de conservas de peixe. Este organismo tinha como principal objectivo, estudar e apresentar soluções para a crise das pescas e da indústria conserveira. Competia ainda a este órgão, que deveria funcionar junto à Direcção Geral das Indústrias, estabelecer as bases: a) para a criação das bolsas comerciais de conservas; b) a unificação e revisão dos impostos, incluindo os direitos de exportação, que seriam resumidos ao mínimo se não fosse possível aboli-los; c) a limitação do número de fábricas; e d) a proibição da fabricação de conservas de sardinha cozida ou frita, com molhos diversos, durante o período de defeso da pesca nas respectivas áreas em que as fábricas se encontram.[67] Esta comissão, seria constituída por João Mendes Cabeçadas, Sebastião Garcia Ramires, Feliciano A. Pereira e João António Júdice Fialho, este último na qualidade

[65]cf. Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., p. 30; e Maria João Raminhos Duarte, op. cit., p. 30.
[66]cf. António Manuel Pinto Barbosa, op. cit, p. 24 e Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., pp. 31-32.
[67]cf. Indústria Portuguesa, Ano I, n.º 1, Março de 1928, p. 31.

de delegado por Peniche, sendo dissolvida por decreto n.º 17262 de 24-8-1929, passando as suas atribuições para o Conselho Superior Técnico das Indústrias.[68]

Todavia, a tese mais importante e que criou maior divergência entre os "congressistas" foi a do defeso da pesca. Enquanto para uns, esta era a única forma de não aniquilar os recursos pesqueiros e de evitar produzir conserva de má qualidade e durante os meses em que a sardinha está muito magra, sendo que só deveria ser pescada «*durante os oito meses do ano em que o peixe é mais gordo*»[69]; para outros, principalmente entre os industriais conserveiros, onde se destaca Júdice Fialho, defendiam que tal medida era muito prejudicial, pois levaria para o desemprego e miséria muitos operários e suas famílias, já que era um período demasiado longo para as fábricas estarem sem laborar. Muitas das sugestões e conclusões apresentadas no Congresso, servirão de base à elaboração dos diplomas que vieram a reorganizar o sector conserveiro com base na criação da organização corporativa, embora as primeiras medidas efectivas só tenham sido promulgadas em 1932, após o inquérito directo sobre a situação do sector, realizado em 1931 por Oliveira Salazar, Ministro das Finanças. Para Salazar, a única solução possível para esta indústria, era a regulamentação e organização do sector, pois só assim, é que a indústria poderia sobreviver, progredir e evoluir, sendo então publicados diversos diplomas, como os decretos-lei n.º 21621, 21622 e 21623 de 27-8-1932.[70]

Em 1932, Júdice Fialho, era nomeado como representante do Centro Industrial de Peniche, no concelho de administração do Consórcio Português de Conservas de Sardinha, constituído por um presidente, dois representantes dos exportadores não fabricantes e por um representante de cada centro industrial (Aveiro, Peniche, Lisboa, Lagos, Portimão, Olhão e Vila Real de Santo António) e dois representantes dos centros industriais de Matosinhos e Setúbal. O Consórcio Português de Conservas de Sardinha, criado pelo decreto-lei n.º 21622 de 27-8-1932, tinha como objectivo regular e fiscalizar toda a indústria e tinha as seguintes atribuições: «*a) fiscalizar e orientar a produção em ordem a garantir a qualidade do produto e melhorar as condições de fabrico: b) fazer a propaganda nos mercados consumidores das conservas portuguesas e estabelecer organizações de venda privativas onde for julgado conveniente; c) proporcionar aos industriais, por si ou por intermédio de quaisquer instituições bancárias, elementos necessários ao regular exercício da sua indústria; d) assegurar aos operários empregados nesta indústria a devida assistência*».[71]

[68]cf. Decreto-Lei n.º 17262 de 24-8-1929 e Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., pp. 33, 71, 73.
[69]cf. Charles Lepierre - A química da conserva, in O Livro de Ouro das Conservas Portuguesas de Peixe, Lisboa: Instituto Português de Conservas de Peixe, 1938.
[70]cf. José Manuel Lopes Cordeiro, op. cit., p. 29 e Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., pp. 33-34 e 76.
[71]cf. Revista da Indústria Portuguesa, n.º 57, Novembro de 1932, p. 72 e Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., pp. 84-85.

As fábricas de conserva de Júdice Fialho (1892-1934): arranque e desenvolvimento

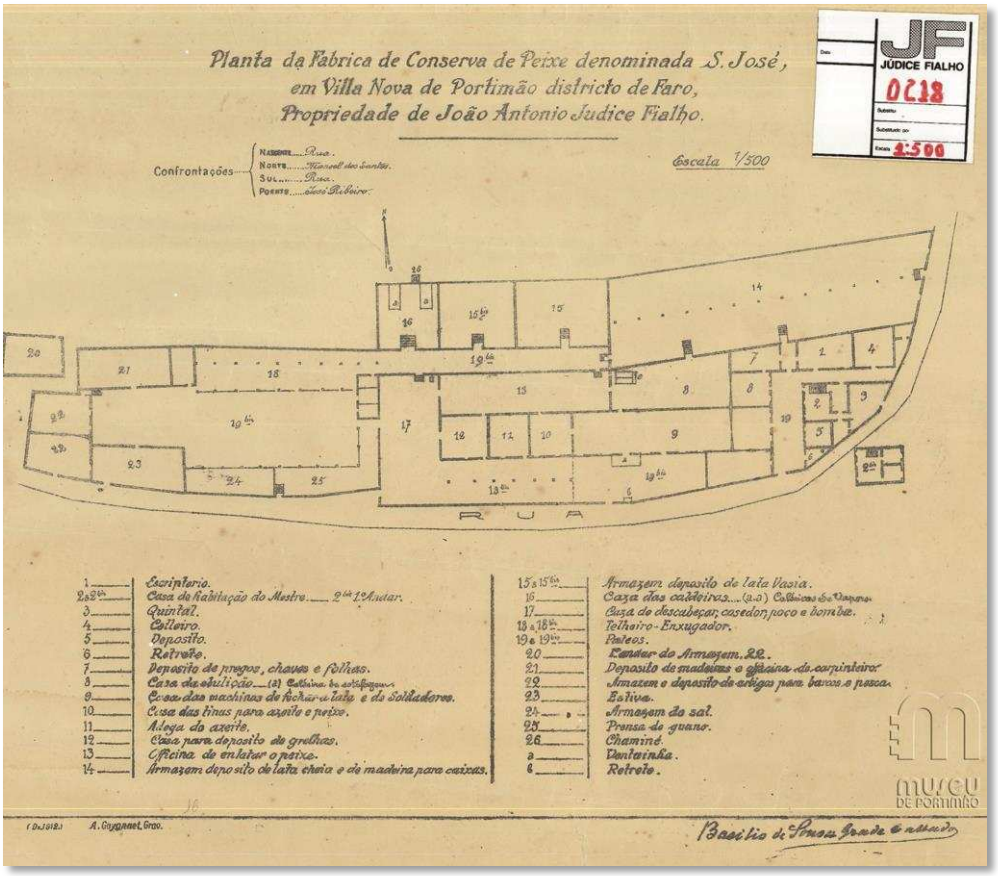
Segundo o decreto-lei n.º 7989 de 25-1-1918, os industriais, seriam obrigados a fazer o pedido de registo da sua instalação fabril, à circunscrição industrial onde esta estava localizada e teriam de fornecer um conjunto de informações, como seja: quando começara a fábrica a trabalhar, a sua localização e o número de funcionários, operários e das máquinas, para assim contribuírem, para o conhecimento e esclarecimento da descrição desta indústria. De seguida, haveria uma vistoria efectuada pelos serviços da circunscrição, após o que se estivesse tudo legal, seria publicado um edital, num jornal local, dando um prazo de 30 dias para quem quisesse consultar e verificar o processo, e entendesse, apresentar alguma contestação ou reclamação. Findo este processo, era passado um alvará por tempo indeterminado, segundo o estabelecido no decreto n.º 8364 de 25-8-1922, que estabelecia todas as normas de salubridade, segurança, higiene e de poluição relacionadas com as fábricas.[72]

Posto esta nota introdutória, passa-se a descrever as fábricas de conservas, que eram propriedade de João António Júdice Fialho entre 1892 e 1934:

1º – A fábrica de S. José, na rua de S. José, no local denominado da Esperança em Vila Nova de Portimão, construída de raiz e cuja instalação terminou a 5-7-1892, especializou-se em conservas de sardinha. Segundo a descrição (de 1909) do padre José Vieira na sua obra "Memória Monográfica de Portimão" publicada em 1911, possuía: «*Abrange a fábrica de S. José uma área de 18.000 m² na qual se contêm: escritório, morada do mestre, tinas, adega de azeite, casas de descabeçar e enlatar, oficinas de soldadores, máquina de ebulição, geradores de vapor, armazéns para depósitos de madeiras, oficinas de carpinteiros, estiva e casas de enxugar o peixe. Pessoal do escritório: gerente, caixa e mais 4 empregados com a média de 1$000 reis diários. Pessoal da fábrica: mestre e contra mestre, mestra e contra mestra com a média de 1$500 reis diários; 20 soldadores, média 1$200; 200 mulheres a 30 reis por hora, media 300 reis»,* acrescentando o referido autor que «*N'um compartimento de 5m x 24m da fábrica de S. José está instalada a oficina das latas vazias. Tem no centro uma árvore de 24m, de comprimento movida por dois electromotores de 4 cavalos cada, e outra junto à parede do nascente com 20m de comprimento movida por dois electromotores de 4 ½ cavalos. Estas árvores dão movimento a duas máquinas onde trabalham 70 operários e produzem 10:000 latas por dia. Média dos salários, 290 reis diários*».[73]

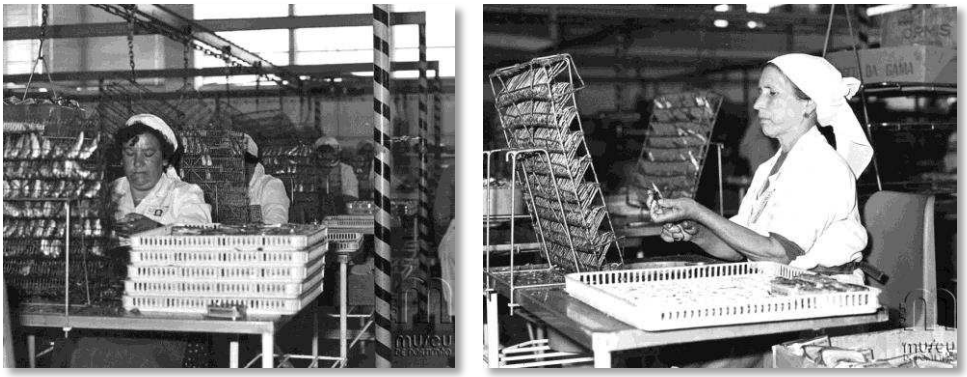
[72]cf. Decreto-lei n.º 7989 de 25-1-1918 e Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., pp. 54-55.
[73]cf. José Gonçalves Vieira - Memoria Monographica de Vila Nova de Portimão, Porto: Typographia Universal, 1911, pp. 89-90, MMP, Arquivo Histórico, 5ª Circunscrição Industrial, Processo n.º 140: S. José (Júdice Fialho), Alvará n.º 4159 de 14-10-1923 e Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., p. 56.

A fábrica de S. José, continha as seguintes máquinas e equipamentos, segundo o inventário de 1932 «*13 mesas de descabeçar; 4 carros de cozer, 3 carros de estufar; 2 cofres de cozer; 1 cofre estufa, 10 mesas de enlatar de pedra, com 130 lugares; 6 cravadeiras Matador; 1 cravadeira Bliss. Na secção de guano, 2 cozedores (dornas) e 4 prensas Mabile para guano, como máquinas diversas eram contabilizadas, 2 burrinhos para alimentação das caldeiras; 1 bomba de vapor para tirar água; 2 depósitos aéreos para água; 2 depósitos rectangulares para lavar grelhas; 3 cravadeiras para frutos; 1 balancé; 3 caldeiras de vapor todas de 7 kgs; 3 motores de vapor e 1 dínamo accionado por um dos motores a vapor*». Esta fábrica, possuía ainda 1 dínamo gerador de 13,5 kw, que fornecia energia eléctrica para iluminação em 1938 de 1682 kw. [74]



Planta da fábrica de S. José (fotografia do museu de Portimão)

[74]cf. Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., pp. 92-93 e 96.



Enlatamento da sardinha na fábrica S. José (fotografia do museu de Portimão)

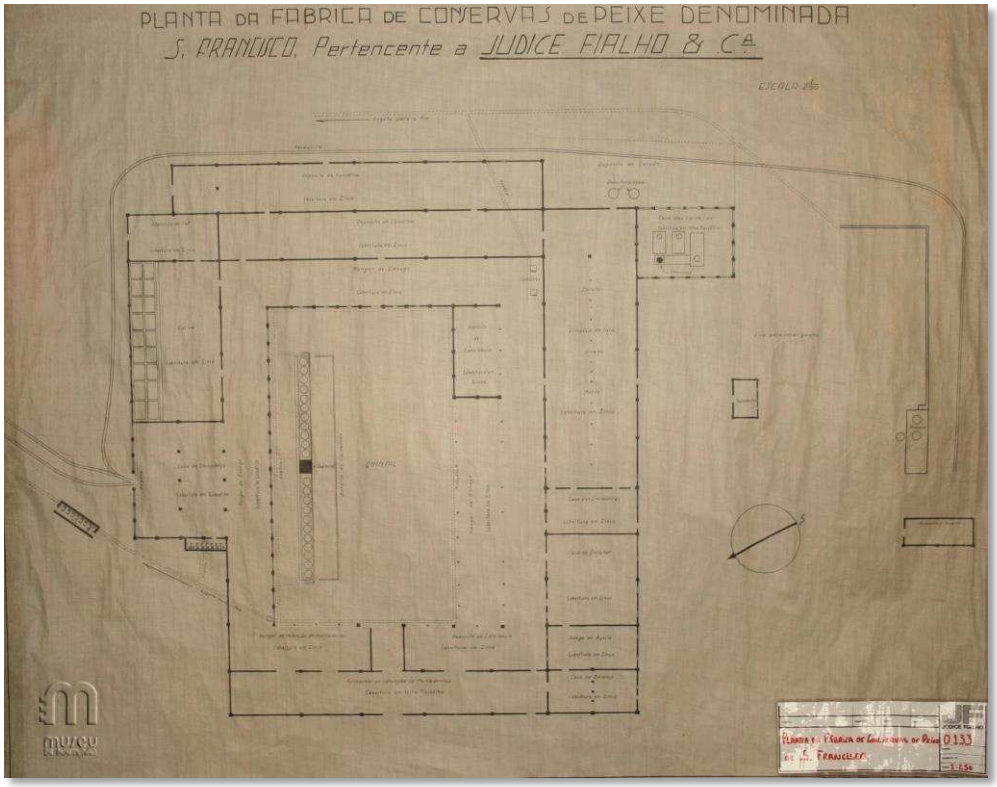
2º – A fábrica de S. Francisco, no sítio do Estrumal, freguesia e concelho de Vila Nova de Portimão, inicia a sua actividade em 15-5-1904, estando destinada principalmente à preparação de conservas de atum, mas que «*também prepara sardinha em conserva e sardinha estivada em barris nos meses em que já não há pesca d'atum*». Também nesta empresa fabril, temos a exposição do padre José Vieira: «*A fabrica do Estrumal mede 20.000 m² d'área e contêm casas para soldadores, enlatar, ebulição, máquinas, geradores de vapor, telheiros de resíduos para guano, adega de azeite, armazém de materiais, uma bateria de 20 caldeiras para cozer o atum, quatro hangares para enxugar o peixe, pátio central, três prédios para morada dos empregados. Pessoal: mestre e contra mestre, mestra e contra mestra, 50 homens (soldadores e trabalhadores). Salários iguais aos da fabrica de S. José*».[75] A fábrica de S. Francisco ou do Estrumal, era assim chamada pois situava-se ao sul da vila, na Quinta Foz do Arade, sendo propriedade de Francisco Bivar Weinholtz, que a arrendara e depois vendera a João António Júdice Fialho.[76]

A fábrica de S. Francisco, detinha num inventário datado de 1932, os seguintes equipamentos fabris: «*18 mesas de descabeçar, de 12 lugares cada; 4 carros de cozer; 3 carros de estufar; 1 cofre estufa para três carros; 2 cofres de 40 grelhas; 6 mesas de enlatar para 150 lugares; 1 cravadeira Sudry n.º 1; 5 cravadeiras Matador; 1 cravadeira "Carnaud"; 1 cravadeira de lata redonda G.H.N. Na secção de guano existiam 1 cozedor (dorna) e 2 prensas "Mabile". Como máquinas diversas estavam instaladas 3 burrinhos para alimentação de caldeiras; 2 bombas para tirar água do poço; 2 depósitos rectangulares para lavagem de grelhas; 3 caldeiras a vapor; 1 motor de vapor e 1 dínamo*».

[75]cf. José Gonçalves Vieira, op. cit., p. 90.

[76]cf. MMP, Arquivo Júdice Fialho, «Documentos Oficiais»: "Escritura de arrendamento da Quinta da Foz do Arade", caixa 431, A 37, documento n.º 5859 de 29-12-1903 e MMP, Arquivo Histórico, 5ª Circunscrição Industrial, Processo n.º 183: S. Francisco (Júdice Fialho), Alvará n.º 4172 de 15-10-1923 e Luiz Mascarenhas, op. cit., p. 15 e Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., pp. 57-58.

Nos terrenos desta fábrica, estava implantado um grande estaleiro, onde a empresa construía ou reparava os barcos da sua frota. Esta entidade fabril, podia produzir 35 caixas por hora com as cravadeiras que tinha.[77] Em 1931, produzia 50000 caixas, em 1933, 11778 caixas e em 1934, 25955 caixas. A fábrica de S. Francisco, possuía 1 dínamo gerador de 20 kw, que fornecia energia eléctrica para iluminação em 1938 de 1426 kw.[78]



Planta da fábrica de S. Francisco ou Estrumal (fotografia do museu de Portimão)

[77]cf. Cada caixa levava 100 latas de conservas de peixe.
[78]cf. Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., pp. 93-94 e 96 e MMP, Arquivo Histórico, 5ª Circunscrição Industrial, Processo n.º 183: S. Francisco (Júdice Fialho), Alvará n.º 4172.

Fábrica de conservas de Portimão

Lavagem da sardinha descabeçada em dornas em S. Francisco (fotografia do museu de Portimão)

3º – A fábrica de Ferragudo, na freguesia e concelho da Lagoa, distrito de Faro, pertencera a António Joaquim Júdice e irmãs e começara a funcionar em 1883, sob a firma de Patrício Eugénio Júdice. Depois de comprada por Júdice Fialho e após algumas obras de modernização, começou a ser explorada a partir de 31-3-1904. De referir ainda, que o número de operários e máquinas nesta fábrica, era superior à das outras duas fábricas e a proporção da produção de conservas de sardinha nesta fábrica atingia 800.000 quilos e de 820.000 quilos para as outras duas unidades fabris.[79] Esta unidade fabril, destinava-se à exploração da indústria de conserva de sardinha. Em 1922, verifica-se que a fábrica possuía: 1 motor a vapor, 6 máquinas cravadeiras, 3

[79]cf. Boletim do Trabalho Industrial, n.º 108, 1917, p. 22.

geradores de vapor, 1 fabricante e 150 operários, 20 serventuários, embora os números para estes dois grupos de operários sejam variáveis, conforme o trabalho derivado da captura ou não de peixe.[80] Em relação à fábrica de Ferragudo, não existem dados concretos sobre as máquinas e equipamentos nos anos 30, mas apenas a capacidade de produção: em 1933 produzia 8903 caixas, em 1934, 22690 caixas e em 1935, 40000 caixas (produzindo neste ano 35 caixas por hora).

Depreende-se ainda pelo seguro desta unidade fabril feito a 18-1-1935, que a soldagem das latas era feita de forma mecânica. A fábrica de Ferragudo, possuía 1 dínamo gerador de 10 kw, que fornecia energia eléctrica para iluminação em 1938 de 1705 kw.[81]

4º – A litografia no sítio da cruz da Pedra, na rua do Moinho, a norte da Vila Nova de Portimão, destinada à estampagem das latas em conserva, inicia-se em 1904 e tinha *«7 motores de potência de 110 cavalos, com 124 operários, que estão anexas a algumas das fábricas mais importantes de conserva»* e «*ocupa uma área de 25m de fachada e 60 m de comprimento o que perfaz uma superfície de 1.500 m²*».[82]

A litografia era constituída em 1911, por vestíbulo, escritório, oficina de transportadores, oficina de moer tintas, casa dos geradores a vapor, três prensas litográficas de mão, uma máquina de redução, uma de granear pedras, movida por um electromotor de 2 ½ cavalos, 2 geradores de vapor de 30 e 50 cavalos, a oficina das máquinas tinha três estufas e existiam ainda 5 máquinas de impressão litográfica «*sendo 2 de Jesus e 3 Colombier, um torno mecânico e uma bomba aspirante completam a montagem d'esta fabrica cujo maquinismo é todo movido por electromotores* (…)». A fábrica, fazia a impressão de 10000 folhas de Flandres por ano e era «*iluminada por 4 arcos voltaicos de 400 velas e 220 lâmpadas de 10 velas*». Tinha ainda um horário laboral de 10 horas, com hora e meia de intervalo para almoço, com um total de 39 pessoas: 2 empregados de escritório, 1 desenhador litográfico, mais 3 operários, 1 graneador e 1 aprendiz na oficina dos transportadores, 1 mestre e 30 operários nas outras oficinas, com uma média de salários de 460 réis diários.[83]

Refira-se ainda, que a maior parte desta unidade era alimentada por electricidade, uma modernidade para a época. Em 1913, Júdice Fialho, amplia a central eléctrica que

[80]cf. MMP, Arquivo Histórico, 5ª Circunscrição Industrial, Processo n.º 189: Fábrica de Ferragudo (Júdice Fialho), Alvará n.º 11289 de 21-10-1927 e Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., pp. 59-60

[81]cf. MMP, Arquivo Júdice Fialho, caixa 484, documento 7442 e caixa 432, documento 5950 e MMP, Arquivo Histórico, «5ª Circunscrição Industrial», Processo n.º 189: Ferragudo (Júdice Fialho), Alvará 11289 de 21-10-1927 e Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., pp. 94 e 96.

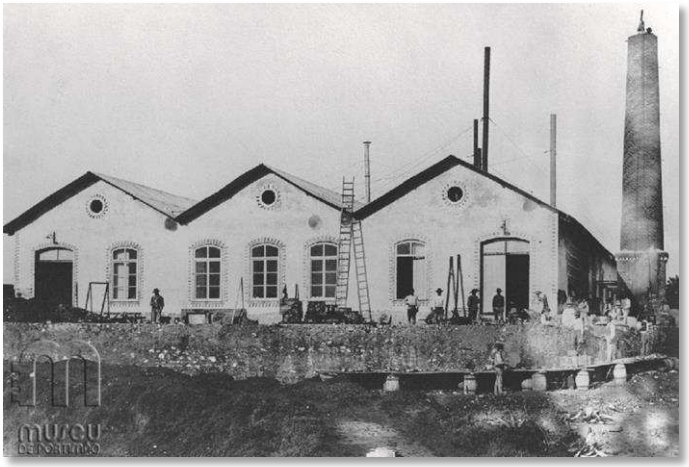
[82]cf. Thomaz Cabreira - O Algarve Económico, Lisboa: Imprensa Libânio da Silva, 1918, p. 164 e Alvará n.º 3123 de 19 [??].

[83]cf. José Gonçalves Vieira, op. cit., p. 91.

fornecia a fábrica, que era bastante elogiada pelo seu equipamento e tecnologia e pela qualidade final dos seus produtos.[84]

A litografia, afamada em todo o país, estava dividida por uma série de sectores (o mais importante era o da lata vazia, cujas máquinas eram todas accionadas a electricidade, e estavam em instalações anexas à fábrica de S. José), a maior parte deles com tarefas complementares em relação à indústria conserveira ou com actividades necessárias ao desempenho do grupo empresarial, com o fabrico de algumas máquinas e equipamentos, como é o caso das máquinas de azeitar, que vão ser instaladas em todas as empresas do grupo em 1935. Além disso, funcionava como a oficina da empresa, a par da sua principal função de litografar a folha-de-flandres e as latas, desenhava as marcas e as figuras das latas e fornecia toda a lata vazia para as diferentes fábricas.

Num inventário realizado a 3-3-1938, descrevem-se os electromotores (motores eléctricos) existentes nas diversas secções: «*Litografia 15, com 38,40 C.V.; Lata Vazia 9, com 69,00 C.V.; Fabricação de Caoutchouc 4, com 48,95 C.V.; Frutos ou Sirop 2, com 6,5 C.V.; Serração de madeira 3, com 128,5 C.V.; Moenda do Pimentão 6, com 216 C.V.; Depósito do Pimentão 1, com 4,5 C.V.; Serralharia 4, com 31,25 C.V.; Fundição 2, com 8 C.V.; Garagem 3, com 14,25 C.V.; Fabricação de Caoutchouc 4, com 48,95 C.V.; Frutos ou Sirop 2, com 6,5 C.V.; Serração de madeira 3, com 128,5 C.V.; Moenda do Pimentão 6, com 216 C.V.; Depósito do Pimentão 1, com 4,5 C.V.; Serralharia 4, com 31,25 C.V.; Fundição 2, com 8 C.V.; Garagem 3, com 14,25 C.V*». [85]



Construção da litografia de Portimão (fotografia do museu de Portimão)

[84]cf. cf. Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., pp. 60-61.
[85]cf. MMP, Arquivo Júdice Fialho, caixa 484, documento 7438 e caixa 432, documento 5549 e Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., pp. 102-103.

Pedras de litografia da fábrica Júdice Fialho

Máquinas e guilhotinas e soldadeiras (fotografia museu de Portimão)

5º – A fábrica de conservas de Lagos, na rua da Estalagem, freguesia de S. Sebastião, concelho de Lagos, distrito de Faro, foi instalada e construída em 1904, sendo destinada à exploração da indústria de conservas de peixe em azeite. A licença de exploração foi concedida a 26-11-1904. Segunda a sua descrição de 1922, esta entidade fabril possuía: 3 caldeiras de vapor; 1 estufa; 2 cofres para cozer peixe; 1 motor; 6 cravadeiras; 1 fabricante; 1 contramestre; 3 empregados de escritório, nacionais; 1 empregado estrangeiro da secção de salga de peixe e 200 operários.[86]

Esta empresa, tinha os seguintes equipamentos e máquinas no ano de 1939: «*Recebia energia para iluminação dos serviços municipais da câmara de Lagos; tinha 3 geradores de vapor; 1 motor de vapor de 6 CV; 1 motor de combustão interna de 7/9 CV; 1 dínamo de 8 KW. Máquinas operatórias para fabricação de conservas: 6 cravadeiras matador; 1 cravadeira para lata*

[86]cf. Arquivo Distrital de Faro (ADF), Cota: 5ª CIProc. 583: Processo n.º 7 Unif., alvará n.º 188, documento 2 de 16-3-1922 e Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., pp. 62-63.

redonda; 1 máquina de azeitar; 2 cofres para cozimento de peixe; 1 cofre para estufagem de peixe. Na secção de fabricação de Guano existiam 2 prensas Mabille e 2 comedores de desperdício de peixe. Finalmente em utensílios diversos, eram assinaladas 2 bombas de vapor sobre o poço; 2 caldeiras para banho-maria; 1 tanque para lavar grelhas; 3 burricos de alimentação de caldeiras e 1 burrico».

Esta fábrica produzia em 1933 e 1934, 2088 e 8234 caixas respectivamente (em 1935 produzia 30 caixas por hora, com as cravadeiras existentes) e conseguira em 1924 gerar 30000 caixas.[87]

À esquerda: fábrica de conservas de Lagos; à direita: mulheres a trabalharem na fábrica de Lagos

6º - A fábrica de Olhão, estava localizada no local do Costado, freguesia e concelho de Olhão, distrito de Faro, e destinava-se a conservas de peixe em azeite, terminando a sua instalação a 20-3-1913 e através de um pedido de alvará de licença para exploração da fábrica passado pela Câmara Municipal de Olhão a 10-9-1917, estando «*montado e explorado nas condições seguintes: 3 geradores de vapor; 1 motor a vapor; 5 máquinas cravadeiras; 2 aparelhos de iluminação "F P"; 3 bombas de alimentação; 2 (…) de puxar água; 2 cofres de ferro para cozer peixe; 1 estufa para ebulição. Pessoal todos nacionais: 1 mestre fabricante de conservas; 3 empregados de escritório; 25 trabalhadores; mulheres, conforme o peixe que houver*».[88]

Nesta fábrica, existiam os seguintes equipamentos, máquinas e produção de energia em 1939: «*Recebia energia para iluminação, da Empresa de Electricidade Olhanense Limitada, possuía 3 geradores de vapor e 1 motor de vapor de 18 CV. Em relação às máquinas para fabricação de conservas existiam 5 cravadeiras Matador, 1 cravadeira para lata redonda, 2 cofres simples, 1 bateria de duas caldeiras de fogo directo, 5 carros para cozedura, 6 carros para estufagem,*

[87]cf. ADF, Cota: 5ª CIProc. 583: Processo n.º 7 Unif. - Alvará n.º 188, documento 24 v.º, de 10-2-1939 e Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., p. 99.
[88]cf. ADF, Cota: 5ª CIProc. 1037: Processo n.º 42 Unif. - Alvará n.º 939, documento 1, de 10-9-1917 e documento s/n de 18-5-1950: Relatório do agente fiscal da 5ª Circunscrição Industrial e Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., pp. 65-66.

1 filtro de pressão normal para azeite, 1 máquina de azeitar. Para fabricar guano havia 2 prensas manuais para aperto de desperdício e 2 dornas para os cozer. Como utensílios diversos eram discriminados, 2 caldeiras de lavagem de grelhas, 1 caldeira para estranhar grelhas, 1 caldeira para fazer solda, 1 engenho de furar, 1 forja de fole e 2 bombas de vapor horizontais para tirar água».[89]

A fábrica de Olhão, produzia em 1933, 299 caixas, em 1934, 6588 caixas, e o seu melhor ano de produção foi o de 1927 com 20000 caixas, conseguindo produzir 25 caixas com as cravadeiras existentes na fábrica.[90]

7º - A fábrica do Funchal, Madeira, edificada em 1909, seria um estabelecimento muito grande «*para a fabricação de conserva do atum, que n'aqueles mares é pescado à linha e tem um sabor mais apreciado dos consumidores*».[91]

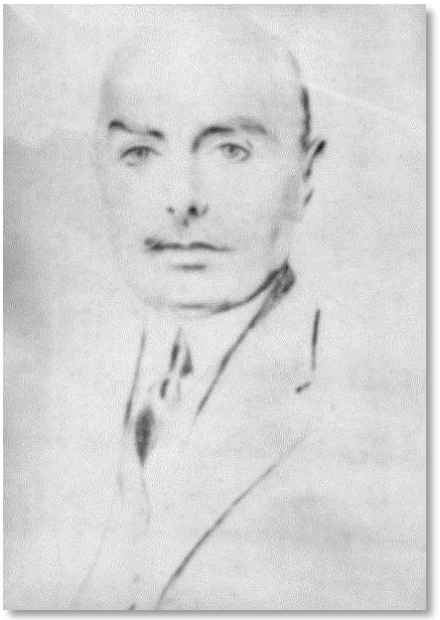
8º - A fábrica de Peniche, no sítio de Peniche de Cima, construída num terreno com 30.000 m², foi inaugurada em 1915. Esta fábrica, seria eventualmente a maior unidade fabril de conservas do grupo empresarial, pois tinha os edifícios, máquinas e todas as habitações anexas (como as casas dos operários), fixadas pelo seguro efectuado a 18-1-1935 e de 14-8-1937.[92]

9º - A fábrica de conservas de peixe de Sines, situada no sítio das Índias na freguesia e concelho de Sines, foi adquirida em 1926. Esta fábrica, consistia segundo, o seguro de 27-5-1931, numa fábrica de conservas de peixe existente num edifício de pedra e cal, coberto de telhas, composta por casas de um andar e diversos barracões.[93]

Assim, segundo Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, entre 1892-1915, o industrial João António Júdice Fialho, criou um grande império conserveiro, construindo seis fábricas de conservas de peixe e comprou uma, tinha uma oficina de vazio (na fábrica de S. Francisco), que fornecia todas as outras fábricas; montou uma Litografia, com o equipamento mais moderno que havia para a altura e a fábrica era alimentada a partir de uma central eléctrica construída para o efeito. Armou uma frota pesqueira, instalando um estaleiro na fábrica de São Francisco «*onde construía as embarcações de madeira: as canoas para transporte do peixe, as lanchas a gasolina para as rebocar e os próprios cercos, dos quais chegou a possuir 10, em 1927*», assegurando assim os seus barcos, toda a matéria-prima necessária para as fábricas.[94]

[89]cf. ADF, Cota: 5ª, CIProc. 1037: Processo Nº 42 Unif. - alvará n.º 939, documento 6 v.º, de 10-2-1939.
[90]cf. ADF, Cota: 5ª CIProc. 1037: Processo Nº 42 Unif. - Alvará n.º 939, documento s/n de 21-2-1935 e Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., p. 100.
[91]cf. Luiz Mascarenhas, op. cit., pp. 15-16 e Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., p. 67.
[92]cf. MMP, Arquivo Júdice Fialho, caixa 484, documento 7443 e Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., pp. 67 e 101.
[93]cf. MMP, Arquivo Júdice Fialho, caixa 484, doc. 7437, Ana Rita Silva de Serra Faria, op. cit., pp. 44-45 e Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., pp. 67 e 101.
[94]cf. MMP, Arquivo Júdice Fialho, caixa 432, documento 5927 e Joaquim António Nunes, op. cit., p. 11.

Maria João Duarte Raminhos, resumia a sua estratégia e política empresarial da seguinte forma: «*A empresa Júdice Fialho constituiu, numa estratégia de auto-suficiência, uma grande unidade de produção vertical, dispondo de uma frota de transporte e pesqueira e de outras unidades de produção suplementares, nomeadamente estaleiros, litografia e propriedades agrícolas, tentando subsistir numa autonomia total relativamente às oscilações de mercado*». A própria autora, refere que a sua actividade na organização da indústria, fora extraordinária, assumindo-se como interlocutor perante as entidades governativas republicanas e negociando directamente com Afonso Costa e Brito Camacho, Sidónio Pais e Oliveira Salazar. Júdice Fialho, tornar-se-á o maior industrial algarvio, nacional e ibérico da indústria conserveira nos finais do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX.[95]



João António Júdice Fialho (1859-1934)

[95]cf. Jorge Miguel Robalo Duarte Serra, op. cit., pp. 67-68, Boletim de Pesca n.º 10, Lisboa, Março de 1946, p. 46, e Edmundo Correia Lopes "A indústria de conservas de peixe" in Indústria Portuguesa n.º 224, Outubro de 1946, p. 718 e Maria João Raminhos Duarte, op. cit., p. 22 e 36.

BIBLIOGRAFIA

1 - MANUSCRITAS E NÃO PUBLICADAS

1.1 - Portugal, Governo:

- Decreto-lei n.º 7989 de 25-1-1918

- Decreto-Lei n.º 17262 de 24-8-1929

1.2 - Arquivo Distrital de Faro (ADF):

- Cota: 5ª, CIProc. 583: Processo n.º 7 Unif., alvará n.º 188, documento 2 de 16-3-1922, documento 24 v.º, de 10-2-1939

- Cota: 5ª, CIProc. 1037: Processo n.º 42 Unif. - alvará n.º 939, documento 1, de 10-9-1917 e documento s/n de 18-5-1950: Relatório do agente fiscal da 5ª Circunscrição Industrial

- Cota: 5ª, CIProc. 1037: Processo Nº 42 Unif. - alvará n.º 939, documento s/n de 21-2-1935 e documento 6 v.º, de 10-2-1939

1.3 - Museu Municipal de Portimão (MMP):

- Arquivo Júdice Fialho:

- Escritura de parceria mercantil em comandita, documento 5854, caixa 431

- Documentos Oficiais: "Escritura de arrendamento da Quinta da Foz do Arade", caixa 431, A 37, documento n.º 5859 de 29-12-1903

- caixa 484, documento 7438 e caixa 432, documento 5549

- caixa 484, documento 7442 e caixa 432, documento 5950

- caixa 484, documento 7437 e 7443

- caixa 432, documento 5927

- Arquivo Histórico:

- 5ª Circunscrição Industrial, Processo n.º 140: S. José (Júdice Fialho), Alvará n.º 4159 de 14-10-1923

- 5ª Circunscrição Industrial, Processo n.º 183: S. Francisco (Júdice Fialho), Alvará n.º 4172 de 15-10-1923

- 5ª Circunscrição Industrial, Processo n.º 183: S. Francisco (Júdice Fialho), Alvará n.º 4172

- 5ª Circunscrição Industrial, Processo n.º 189: Fábrica de Ferragudo (Júdice Fialho), Alvará n.º 11289 de 21-10-1927

- Actas da Vereação, Livro de Termos, caixa 396, doc. 439, livro não numerado 14/15/12/1928

2 - FONTES SECUNDÁRIAS

2 - Imprensa

- Boletim de Pesca n.º 10, Lisboa, Março de 1946

- Boletim do Trabalho Industrial n.º 18, 1907, Mapa 1, n.º 108, 1917

- Estatística Industrial. Iª Série. Distritos de Évora, Beja e Faro, 1905, Lisboa: Imprensa Nacional

- Indústria Portuguesa, Ano I, n.º 1, Março de 1928

- Inquérito Industrial de 1881

- O Algarve (1908-1934): de 25-10-1908, de 1-11-1908, de 22-11-1908, de 29-11-1908, de 3-1-1909, de 25-7-1915, de 26-3-1916, de 3-8-1917, de 30-9-1917, de 21-4-1918, de 18-8-1918, de 22-12-1918, de 20-4-1919, de 1-6-1919, de 28-10-1923, de 30-3-1924, de 14-6-1925, de 5-1-1930, de

12-1-1930, de 3-1-1932, de 5-3-1933, na rubrica à 44 anos, de 7-1-1934, na rubrica de à 25 anos e na rubrica de à 44 anos e de 25-3-1934

- O Comércio de Portimão (1926, 1932 e 1938): de 7-11-1926, de 6-3-1932, de 20-3-1932 e de 15-7-1934, de 27-2-1938

- Diário de Lisboa (1931): de 24-6-1931 e de 27-12-1931

- O Distrito de Faro (1889-1890): de 7-3-1889 e de 9-1-1890

- Diário do Algarve (1933): de 2-1-1933

- Revista Indústria Portuguesa (1928-1932): n.º 1 de -3-1928, n.º 37 de -3-1931 e n.º 57 de -11-1932

2.1 - Portugal, Governo

- Decreto-lei n.º 7989 de 25-1-1918

- Decreto-Lei n.º 17262 de 24-8-1929

3 - MONOGRAFIAS

BARBOSA, António Manuel Pinto – Sobre a Indústria de Conservas em Portugal, Lisboa: Editorial Império, 1941

CABREIRA, Thomaz – O Algarve Económico, Lisboa: Imprensa Libanio da Silva, 1918

COMPILAÇÃO de elementos estatísticos sobre conservas de peixe, Lisboa: Instituto Português de Conservas de Peixe: 1954

CORDEIRO, José Manuel Lopes – "Algumas características da indústria portuguesa de conservas nas vésperas do segundo conflito mundial", Separata dos Cadernos do Noroeste, vol.8 (1), 1995

DUARTE, Maria João Raminhos – Portimão: industriais conserveiros na 1ª metade do século XX, 1ª edição, Lisboa: Colibri, 2003

FARIA, Ana Rita Silva de Serra – A Organização Contabilística numa empresa da Indústria de Conservas de Peixe entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, dissertação de Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, apresentada no Instituo Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, 2001

FONSECA, Carlos – História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal, 4º vol. 1ª parte: Greves e agitações operárias. - [D.L. 1982]

FONSECA, Henrique Alexandre da – A Marinha do Algarve na Iª Grande Guerra, Faro, Separata dos Anais do Município de Faro n.º XXVX, 1995

GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, vol. XIV, 1960

LAMEIRA, Francisco I. C. – Faro: edificações notáveis, Faro: Câmara Municipal, 1995

LEPIERRE, Charles – "A química da conserva", in O Livro de Ouro das Conservas Portuguesas de Peixe, Lisboa: Instituto Português de Conservas de Peixe, 1938

LOPES, Edmundo Correia Lopes – "A indústria de conservas de peixe" in Indústria Portuguesa n.º 224, Outubro de 1946

MARQUES, Maria da Graça Maia; Ventura, Maria da Graça Mateus – Portimão, in Colecção Cidades e Vilas de Portugal, n.º 15 Lisboa: Editorial Presença, 1993

MARREIROS, Glória Maria – Quem foi quem?: 200 algarvios do séc. XX, ed. Fernando Mão de Ferro, ed., 1ª edição, Lisboa: Colibri, 2000

MARTINS, J. da Silva – Estruturas agrárias em Portugal continental, 1º vol., Lisboa: Prelo, 1973-

MASCARENHAS, Luiz – Indústrias do Algarve, Lisboa: Centro Typographico Colonial, 1915

MOUTINHO, Mário – História da Pesca do Bacalhau: Por uma antropologia do «Fiel Amigo», Lisboa: Editorial Estampa, 1985

NUNES, Joaquim António – "Júdice Fialho e a Evolução Histórica de Portimão", in Conferência proferida na Casa do Algarve em Lisboa a 25-10-1952

NUNES, Joaquim António – "Portimão", in Estudos algarvios 3, Lisboa: Casa do Algarve, 1956

OLIVEIRA, César – "O congresso sindicalista de 1911", in Movimento operário português; 2, Porto: Afrontamento, 1911

OLIVEIRA, Francisco Xavier Ataíde d' – Monografia de Estombar: concelho de Lagoa, Porto: Typ. Universal, 1911

REALIDADE (A) Júdice Fialho: O passado e o Presente, (s/d): Comissão Sindical de Júdice Fialho [D.L. 1978] (Lisboa: Tip. Silvas)

RODRIGUES, Joaquim Manuel Vieira – "O «império» Fialho", in O Algarve da Antiguidade aos nossos dias: elementos para a sua história, coord. de Maria da Graça Maia Marques, Lisboa: Edições Colibri, 1999

ROSA, José António Pinheiro e – Monumentos e Edifícios Notáveis do Concelho de Faro, Faro: Edição da Câmara Municipal de Faro, 1984

SANTOS, Luís Filipe Rosa – Faro: um olhar sobre o passado recente: segunda metade do século XIX, Loulé: L. Santos, 1997

SERRA, Jorge Miguel Robalo Duarte – O Nascimento de um *império* conserveiro: "A Casa Fialho" (1892-1939) [Texto Policopiado], tese de Mestrado em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Porto, 2007

SOUSA, Albano de – Os vinhos do Porto e as conservas na economia nacional, Lisboa: Tipografia da Emp. do Anuário Comercial, 1932

VIEIRA, P.e José Gonçalves – Memória monographica de Villa Nova de Portimão, Porto: Typ. Universal de Figueirinhas, 1911

GENEALOGIA

OS HEREDIA

por Luís Soveral Varella

(Continuação)

O genealogista Espanhol professor doutor Rafael de Fantoni y Benedí no seu artigo *Los Fernández de Heredia y sus decendientes: Condes de Fuentes, Grandes de España*, publicado na revista *Emblemata*, Revista Aragonesa de Emblemática, volumen VIII de 2002, a páginas 47 a 90, refere que a origem da linhagem dos Heredia, ou Fernández de Heredia, se perde nas origens da Idade Média, e que cronistas e genealogistas renascentistas a fazem descender do lendário e famoso Fernán González, o primeiro conde independente de Castela que floresceu no ano de 970[1]. Adiantam esses ainda que a Casa de Heredia era a sétima das oito grandes Casas da alta nobreza de Aragão reconhecidas pelo Imperador Carlos V nas cortes que se realizaram em Monzón em 1528[2], referida no *Fuero o Actos de Cortes*[3], e ligando-se com várias outras Famílias. Esta Família foi sucessivamente representada pelos Heredia (condes de Fuentes, duques de Hijar e condes de Aranda), pelos Moncayo (marqueses de Coscoleja de Fantova) e actualmente pelos Pignatelli de Aragón (Príncipes do Sacro Império Romano), por Don José Piganatelli Burgos, nascido em 1961, 28.º conde de Fuentes e Príncipe do Sacro Império Romano.

No entanto, cautelosamente, Rafael de Fantoni y Benedí inicia o seu artigo apenas no séc. XIII, valendo-se certamente do trabalho de Jerónimo de Zorita y Castro datado de 1562, em que este escreve sobre o grande mestre da ordem de São João de Rodes[4], desenvolvendo particularmente a linha dos condes de Fuentes e Senhores de Mora de Rubielos, Grandes de Espanha, naturalmente pelo protagonismo que essa linha veio a ter.

Foi possível no entanto documentar outras linhas muito próximas da dos condes de Fuentes, uma das quais a dos senhores de Santa Croche e de Gaibiel, com a qual se iniciou a Reconstituição Genealógica dos Heredia no número anterior dos *Cadernos Barão de Arêde*, mercê do propósito que então mais interessava, a publicação da linha

---

[1] Isso mesmo me refere o autor na correspondência que trocámos, numa das suas muito amáveis cartas, datada de 5.8.2003: *los Fernández de Heredia, proceden de nuesto abuelo comum Fernan GONZALEZ, I. Cde Independiente de CASTILLA, en 970.*

[2] VALDEOLIVOS, Barón (2002), *Los Martínez de Luna, ricos hombres de sangue y naturaleza de Aragón,* Emblemata, Revista Aragonesa de Emblemática, vol.VIII, p.9-45.

[3] BENEDÍ, Rafael de Fantoni y (2002), *Los Fernández de Heredia y sus decendientes: Condes de Fuentes, Grandes de España,* Emblemata, Revista Aragonesa de Emblemática, vol.VIII, p.47-90.

[4] BENEDÍ, Rafael de Fantoni y (2002), *op.cit.*

genealógica pelos Heredia de Sua Alteza Real a Senhora Dona Isabel, Duquesa de Bragança. Voltaremos à linha dos senhires de Santa Croche e Gaibiel adiante no § 3º.

Antes porém, e porque foi ainda possível documentar outra linhas, como a de Gea de Albarracín, em Zaragoza, origem dessa casa condal[5], e a dos senhores do Paço e Casa de Heredia, em Álava, nas Astúrias, primos dos condes de Fuentes, e embora intercalada na Reconstituição Genealógica cuja publicação se iniciou anteriormente, parece oportuno fazer aqui este pequeno parêntesis dando conta de outras linhas Heredia de documentada antiguidade:

1. **JUAN FERNÁNDEZ DE HEREDIA**, é o mais antigo que foi possível identificar[6]. Nasceu em meados do século XII, por volta de 1150/1155. Casou por volta de 1190 com doña **Violante Tizón**[7]. É provável que dele seja descendente don Lorenzo Fernández de Heredia com quem se iniciará a dedução da linha dos condes de Fuentes de Ebro, bem como don Lopé Jiménez de Heredia com quem se iniciou a dedução da linha dos senhores de Santa Croche e Gaibiel, e também a linha de Gea de Albarracín. Efectivamente, don Lorenzo Fernández de Heredia poderia perfeitamente ser filho de don García Fernández de Heredia, senhor e alcaide-mor do castelo de Ródenas em cuja qualidade recebe 1.000 soldos pela sua tenência em 1300, e neto paterno de don Gonzalo Fernández de Heredia, também senhor e alcaide-mor do mesmo castelo em 1294, e em cuja qualidade recebe também 1.000 soldos pela sua tenência e outros 1.000 soldos por duas cavalarias[8], nascido por volta de 1200, alcaidaria que tanto Lorenzo como seu filho Gonzalo vieram também a ter. E Lorenzo, dado o seu apelido e patronímico e a cronologia poderia ser irmão dos que seguem, os quais apresento conforme o referido *«Diccionario Histórico, Genealógico y Heráldico de las Familias Ilustres de la Monarquía Española»*.

1.1. **Fernando Fernandéz de Heredia**, nasceu por volta de 1190.

1.2. **Inés Fernández de Heredia** ou **Irene Fernández de Heredia**[9], nasceu por volta de 1192. Casou em 1212[10] com **Martin Garcés de Marcilla**, fundador do convento de San Francisco de Teruel nos primeiros anos do século XIII.

---

[5] A Casa de Santa Croche era, de acordo com o abade Carrillo tronco da Casa dos condes de Fuentes. CARRILLO, Abade, Historia de San Valero, e Catálogo de los Arzobispos de Zaragoza, p.264.

[6] PASCUAL, Luis Vilar y, e PSAYALA, Juan José (1866), Diccionario histórico, genealógico y heráldico de las familias ilustres de la monarquia Española, Madrid.

[7] PASCUAL, Don Luis Vilar y, e PSAYALA, Don Juan José (1866), *op.cit.,* referem o ano deste casamento por volta de 1214.

[8] *Gea en el Tiempo*, disponível em www.geadealbarracin.com (data da consulta: 7/2014).

[9] *Convento de San Francisco de Teruel*, disponível em www.ofmval.org (data da consulta: 7/2014).

[10] *Convento de San Francisco de Teruel*, disponível em www.ofmval.org (data da consulta: 7/2014). A publicação do Instituto Chileno de Investigaciones Genealógicas, *Revista de estudios históricos, Issues 25-2*, refere o ano deste casamento por volta de 1240.

1.2.1. **Pedro Garcés de Marcilla**.

1.2.2. **Matías Martin Garcés de Marcilla**, morador em Teruel.

de Gea de Albarracín, no termo de Zaragoza

Albarracín foi o berço da generalidade dos ramos dos Heredia, oriundos, segundo referem os nobiliários tradicionais, das terras de Alava nas montanhas de Aragão. Alguns deles estiveram ao lado de Juan Núñez de Lara quando este tomou o partido do Rei de Castela, vindo a perder este senhorio que o tivera por sua mulher Tereza Alvarez de Zagra, para o Rei Don Jaime II de Aragão. Em 1285 com a morte de Teresa Alvarez de Zagra, seu filho Juan Núñez de Lara II reclamou a herança do senhorio que governou pouco mais de um ano até ser definitivamente cedido ao Rei de Aragão, retirando-se para Castela para onde foi acompanhado por alguns membros desta Família que aí deram origem aos ramos de Castela, nomeadamente os de Córdoba. Não foi possível entroncar muitos dos que desta Família foram identificados nesta vila embora o seu parentesco, mais ou menos próximo, seja claro como se vê dos seus cargos, apelido e patronímicos. Na impossibilidade de os entroncar com fidelidade absoluta, apresentam-se em parágrafos distintos seguindo-se a dedução que foi possível de alguns ramos mais notórios. A registar:

1

1. [...] **DE HEREDIA**. *Foram seus filhos:*

1.1. **Juan González de Heredia** era alcaide de Bejís em 1232 quando Pedro Fernández de Azagra, então senhor de Albarracín deu a igreja do lugar ao bispo Domingo de Albarracín[11]. É referido entre 1244 e 1254 em Albarracín, junto com Martín González de Heredia[12]. Entre 1288 e 1295 recebe o governo de Calahorra, termo de La Rioja por delegação régia, por vez de Juan Alfonso de Haro[13].

1.2. ? **Sancho González de Heredia**, provável irmão do anteiror, surge em 1255 em Gea de Albarracín como vassalo de Lopé Díaz de Haro[14]. *Foram seus filhos:*

1.2.1. **Pedro Fernández de Heredia**, a quem o Rei Don Jaime I *el Conquistador* doa a 22.4.1268 a vila de Híjar que foi o primeiro senhor desta baronia mais tarde convertida em ducado[15].

[11] Biblioteca Valenciana.

[12] MORA, Antonio Sánchez de (1991), *La Trama Vasallàtica de los Lara: una aproximación Prosopográfica*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, II Série, Vol. VIII, Porto.

[13] MORA, Antonio Sánchez de (1991), *op.cit.*

[14] MORA, Antonio Sánchez de (1991), *op.cit*; e *Cronologia desde la aparicion de los Azagra hasta la reforma de los fueros de Albarracin por Felipe II (1161-1592)*, disponível em www.geadealbarracin.com (data da consulta: 7/2014).

1.2.2. ? **Francisco Fernández de Heredia**, que em 1260 está presente na confirmação dos foros de Albarracín dados por Teresa Alvarez de Zagra, senhora de Albarracín, e seu marido Juan Núñez de Lara[16].

2

1. **FERNÁN MARTÍNEZ DE HEREDIA**, que em 1269 testemunha a doação de herdades feita por Juan Núñez de Lara ao mosteiro de Piedra[17].

3

1. **JUAN JIMÉNEZ DE HEREDIA**. Em 1263 recebeu de Juan Núñez de Lara a terra de Monteagudillo[18]. Em 1404 outro do mesmo nome é assassinado na praça do mercado de Teruel por um escudeiro do alcaide de Albarracín[19]. Trata-se de um provável irmão de Lopé Jiménez de Heredia com quem se começa a dedução dos senhores de Santa Croche e Gaibiel, e de Gea de Albarracín.

1.1. ? **García Juanes de Heredia**, talvez filho do anterior, era morador em Albarracin em 1330 quando o Rei Don Jaime II de Aragão tomou esta cidade violando o acordo feito em 1298.

4

1. **RODRIGO DE HEREDIA**, nasceu cerca de 1245. Em 1273 recebe de Juan Núñez de Lara doação da herdade de Valmediano, em Albarracín, *por servicios que a nos hizisteis,* doação essa testemunhada por Nuño González de Lara, Juan Alfonso Carrillo e Sancho Ibáñez[20].

1.1. **Juan Ruiz de Heredia**, nasceu cerca de 1270. Em 1300 era senhor da torre del Andador, castelo de Albarracín, no termo de Teruel, que teve por seu tio Pero Jiménez de Iranzo[21], conselheiro de Don Jaime II de Aragão em 1298, que o nomeou para a defender, não tendo querido o biografado devolver-lha depois para

---

15 *Cronologia desde la aparicion de los Azagra hasta la reforma de los fueros de Albarracin por Felipe II (1161-1592)*, disponível em www.geadealbarracin.com (data da consulta: 7/2014).
16 MORA, Antonio Sánchez de (1991), *op.cit.*
17 MORA, Antonio Sánchez de (1991), *op.cit.*
18 MORA, Antonio Sánchez de (1991), *op.cit.*
19 *Cronologia desde la aparicion de los Azagra hasta la reforma de los fueros de Albarracin por Felipe II (1161-1592)*, disponível em www.geadealbarracin.com (data da consulta: 7/2014).
20 MORA, Antonio Sánchez de (1991), *op.cit.*
21 TORDESILLAS, Antonio de Herrera y; ZAMALLOA, Esteban de Garibay y; FERRER, Fernando Patxot y; SANDOVAL, Prudencio de (1852), Las glorias nacionales: grande historia universal de todos los reinos, provincias, islas, y colonias de la monarqúia española, desde los tiempos primitivos hasta el año de 1852. Barcelona.

que fosse entregue ao Rei[22], tendo-a apenas devolvido após mandado Real. Por este motivo as relações entre tio e sobrinho passaram a ser inóspitas. Efectivamente a 18.12.1299 o concelho de Albarracín comunica ao Rei que Pero Jiménez de Iranzo havia solicitado ajuda para recuperar o castelo que o tinha seu sobrinho como seu lugar-tenente[23]. A 27.12.1299 Jaime II acusa a recepção da carta em Barcelona e envia Lopé Alvarez Espejo para intervir e procurar a concórdia entre ambos[24] ordenando que de imediato fossem introduzidos no castelo alimentos, armas, e manda ainda que lhe sejam entregues 6.000 soldos para defesa das fortalezas da cidade, bem assim ordena a Lopé Ferrench de Luna, procurador de Aragão, para que as vilas e aldeias de Teruel, Calatayud e Daroca defendam a cidade[25]. Em 1330 o Rei Don Jaime II, através do seu procurador Lopé Alvaro Despeyo, manda que Juan Ruiz de Heredia lhe preste juramento e homenagem de fidelidade enquanto alcaide de Albarracín, chamada torre de Andador[26]. Foi ainda senhor da aldeia de Saldón por doacção régia de 17.1.1299 pelos serviços prestados, a qual foi devolvida ao Rei três anos depois pela sua mulher. Casou com **Elvira Ramirez** que a 2.5.1302 devolve a aldeia de Saldón a Rei Don Jaime II[27].

1.2. ? **Lorenzo Rodríguez de Heredia**, talvez filho do anteior dado o seu patronímico, e que em 1298 juntamente com Juan Núñez de Lara II e outros cavaleiros prestam homenagem ao Rei de Aragão[28].

5

1. **LORENZO DE HEREDIA**, talvez o mesmo Lorenzo Fernández de Heredia com quem se começará a dedução da linha dos condes de Fuentes de Ebro. Nasceu cerca de 1245 e esteve presente na concórdia feita em 1298 entre o Rei Don Jaime II de Aragão e Juan Núñez de Lara, Señor de Vizcaya e de Albarracín (que em 1255 pertencia a Diego López de Haro). A 29.6.1300, na igreja de San Salvador de Albarracín, prestou homenagem ao Rei Don Jaime II de Aragão reconhecendo-o

[22] *Cronologia desde la aparicion de los Azagra hasta la reforma de los fueros de Albarracin por Felipe II (1161-1592)*, disponível em www.geadealbarracin.com (data da consulta: 7/2014).
[23] ALBIAZ, Cristina Monterde; e PECOURT, María Desamparados Cabanes, Aragón en las carta Reales de Jaime II (1290-1300) referindo Archivo de la Corona de Aragón, caja 3, núm.527.
[24] BENAVIDES, Antonio (1860), Memorias de D. Fernando IV de Castilla, Vol.2, referindo Archivo Real de la Corona de Aragon, reg. secretorum Jacob. II. de 1292 ad 1300, f.199v.
[25] ALBIAZ, Cristina Monterde; e PECOURT, María Desamparados Cabanes, *op.cit.,* referindo Archivo de la Corona de Aragón, caja 3, núm.527.
[26] BENAVIDES, Antonio (1860), *op.cit.*, referindo Archivo Real de la Corona de Aragon, reg. secretorum Jacob. II. de 1292 ad 1300, f.208v(t).
[27] *Cronologia desde la aparicion de los Azagra hasta la reforma de los fueros de Albarracin por Felipe II (1161-1592)*, disponível em www.geadealbarracin.com (data da consulta: 7/2014).
[28] MORA, Antonio Sánchez de (1991), *op.cit.*

como senhor desta vila que assim a elevou a cidade, juntamente com o juiz, oficiais, cavaleiros e escudeiros, clérigos e cónegos, nomeadmente dos cavaleiros Pero Jiménez de Iranzo, Ferrant Lopez de Heredia, Iñigo López de Heredia, Garcia Joanes de Heredia e Martin López de Heredia[29].

6

1. **DIEGO DE HEREDIA**, morreu em 1440. Em 1387 e até à sua morte foi bispo de Albarracín sucedendo a Iñigo de Vallterra, tendo por sua morte sido substituído por Francesc Riquer o Regner, que fora bispo de Huesca e de Vic[30].

Registadas que ficam as linhas acima, retomemos então a Reconstituição Genealógica dos Heredia iniciada no número anterior dos *Cadernos Barão de Arêde* e precisamente com:

§ 3º

SENHORES DE SANTA CROCHE E GAIBIEL

2. **FERNÁN LÓPEZ DE HEREDIA** ou **FERRÁN LÓPEZ DE HEREDIA**[31], filho herdeiro de Lopé Jiménez de Heredia, senhor de Santa Croche*, referido no n.º 1 do § 1.º em Cadernos Barão de Arêde n.º 1 (Julho-Setembro) a pág.s 66,* nasceu por volta de 1275. Era escudeiro quando a 21.4.1330 requer ao Rei Don Jaime II, em nome do concelho de Albarracín a confirmação dos seus direitos e foros[32]. Ainda nesse ano, a 29.6, está presente junto com o juiz, oficiais, cavaleiros e escudeiros, clérigos e cónegos, nomeadamente dos cavaleiros Pero Jiménez de Iranzo, e Iñigo López de Heredia, Garcia Joanes de Heredia e Martin López de Heredia, seus irmãos, na igreja de San Salvador de Albarracín, a prestar homenagem e a reconhecer esse Rei como senhor de Albarracín que no acto a eleva a cidade[33]. Após a tomada desta cidade pelo monarca passou a acompanha-lo tendo estado com ele na guerra de Almería e nas cortes de 1311. Em 1308 está presente na demarcação dos limites de Teruel e Albarracín feita por esse Rei, e em 1311, junto com outros moradores de Albarracín, documenta-se numa contenda contra os habitantes de Santa Eulalia, povoação vizinha, que usava as suas lenhas sem autorização. Documenta-se ainda a 23.5.1309 quando o mesmo

[29] BENAVIDES, Antonio, *op.cit*, Vol.2, referindo Archivo Real de la Corona de Aragon, reg. secretorum Jacob. II. de 1292 ad 1300, f.231.
[30] *Cronologia desde la aparicion de los Azagra hasta la reforma de los fueros de Albarracin por Felipe II (1161-1592)*, disponível em www.geadealbarracin.com (data da consulta: 7/2014).
[31] ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.2.40./ACP, CP.17, D.1.
[32] SÁNCHEZ, Juan Manoel Berges Sánchez, professor doutor (2007), *Los López De Heredia. Señores de la Baronía de Santa Croche y Gaibiel*, Rehalda, n.º 6.
[33] BENAVIDES, Antonio, *op.cit*, Vol.2, referindo Archivo Real de la Corona de Aragon, reg. secretorum Jacob. II. de 1292 ad 1300, f.231.

monarca o incumbe de apaziaguar os ânimos entre as populações de Albarracín e de Teruel. Surge ainda a defender os direitos de seus sobrinhos, filhos de seu irmão Iñigo, já falecido, sobre a jurisdição de Gea. Foi senhor de Gaibiel e Santa Croche[34], em Santa María de Albarracín[35] e alcaide da sua fortaleza, já o sendo em 1313 por nomeação Real[36], em qual qualidade surge na demarcação dos limites de Cella e de Albarracín. Foi soldado, conselheiro e camareiro-mor do Infante Don Fernando, filho do Rei Don Afonso IV de Aragão e da Rainha Dona Leonor[37], o qual a 5.8.1360 lhe dá umas casas, chamadas de Agulada, propriedade da sua mãe a Rainha Dona Leonor, situadas na vila de Moya em Castela[38]. Foi ainda cavaleiro da ordem de Santiago e de San Juan e comendador de Acambra[39] e de Montalbán, etc., e está ainda documentado entre 5.6.1320, quando recebe do Rei Don Jaime II de Aragão carta de mercê da sua Real protecção e amparo para si, seus bens e vassalos[40], e 19.2.1326 quando recebe do

[34] A Casa de Santa Croche era, de acordo com o abade Carrillo tronco da Casa dos Condes de Fuentes; Historia de San Valero, e Catálogo de los Arzobispos de Zaragoza, p.264. Aí refere o autor, a propósito de don García Fernández de Heredia, filho de don Juan Fernández de Heredia, que: *Fué de la ilustrísima casa de Santa Croche, hoy Condes de Fuentes.*

[35] ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.3.51./ACP, C.11, D.29 – *Razón de las posesiones de que se compone el mayorazgo de la Baronía de Santa Croche, sito en la comunidad de Santa María de Albarracín, perteneciente a la familia Fernández de Heredia.*

[36] SÁNCHEZ, Juan Manoel Berges Sánchez, professor doutor (2007), *op.cit.*

[37] ES/PARES/SNAHN/ ES.45168.SNAHN/86.5.2.1./ACP,C.11, D.16.

[38] ES/PARES/SNAHN/ ES.45168.SNAHN/86.5.2.1./ACP,C.11, D.16.

[39] Muito ligados ao Rei Don Pedro III de Aragão, surgem também, em 1324, Sánchez Fernández de Heredia, Martín González de Heredia, Pedro González de Heredia, Sancho González de Heredia (que em 1367 servia ainda ao Rei Don Pedro IV de Aragão contra o Rei de Castela e foi alcaide do castelo de Ariza) e Lorenzo Martínez de Heredia; os quais fizeram parte da armada que este Rei enviou em socorro do seu filho o Infante Don Alfonso que lutava na Sardenha contra os revoltos. A este ramo poderá ainda pertencer com grande margem de probabilidade Rui López de Heredia que foi guardador da companhia do Rei Don Pedro IV na guerra da Sardenha em 1355. Lorenzo Martínez de Heredia deve tratar-se do mesmo que era irmão de Ruy Pérez e que a 11.12.1355 obtém o treslado de certas cláusulas do testamento de seu pai Pedro Martínez de Heredia, sendo seu herdeiro, juntamente com Aparício Martínez vigário da igreja de Jaraba (Zaragoza), cláusulas essas que estebelecem a sepultura de seu pai no mosteiro cisterciens de Nuestra Señora de Piedra de Nuévalos em Zaragoza, deixando-lhe 200 soldos jaqueses e no quel insitui uma capela perpétua dotada com os moinhos de Jaraba, terreno e vinha de Peñarubia e vinha velha (ES/PARES/ES.28079.AHN/1.3.1.1.6.226/CLERO-SECULAR_REGULAR,CAR.3703,NÚM.2), de que Martín López, prior e procurador do mosteiro e em seu nome toma posse a 5.1.1364 (ES/PARES/ES.28079.AHN/1.3.1.1.6.226/CLERO-SECULAR_REGULAR,CAR.3705,NÚM.12).
Pedro Martínez de Heredia era ainda vivo a 1.3.1350 quando, juntamente com Juan de Ibdes abade do mosteiro de Jaraba e como testamenteiros de Mayor González de Funes, mulher de García Fernández de Pina, entregam ao dito mosteiro todos os bens móveis que a testadora, já falecida, tinha, situados em Serón, Llumes y Jaraba (ES.28079.AHN/1.3.1.1.6.226/CLERO-SECULAR_REGULAR,CAR.3701, NÚM.7). Ruy Pérez, filho deste Pedro Martínez de Heredia morreu antes de 20.1.1364, data em que Martín Sánchez de Calatayud, prior do Mosteiro, requer o treslado de algumas cláusulas do seu testamento em que deixa ao referido mosteiro terrenos situados em Ordiales, no termo de Jaraba (ES/PARES/ES.28079.AHN/1.3.1.1.6.226/CLERO-SECULAR_ REGULAR,CAR.3705,NÚM.13).

[40] ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.2.4./ACP,C.11, D.13-15.

Infante Don Afonso, filho primogénito do Rei Don Jaime II de Aragão, seu procurador e conde de Urgel, o privilégio de especial protecção, custódia e guarda para si, para a sua Família, e para os seus vassalos e propriedades[41]. Com ele se começa a *Árbol de los López de Heredia, Señores de la Baronía de Santa Croche, descendente desde Fernán López de Heredia hasta Rafael Garcez de Marcilla*[42]. Casou com doña **Francisca de Monteagudo**[43]. *Foram seus filhos conhecidos:*

2.1. **Fernán López de Heredia**[44], nasceu por volta de 1310. Foi senhor de Santa Croche e Gaibiel e de Gea de Albarracín. Em 1367 intervém numa discórdia entre seu parente Juan Jiménez de Heredia, senhor de Pelpuz, e o concelho de Bronchales, a propósito de umas terras no limite desse concelho[45]. Este Juan deveria ser parente próximo de Diego Jiménez de Heredia que a 4.1.1459 era procurador e alcaide de Albarracín quando pronuncia uma sentença para a cidade e a comunidade de aldeias de como contribuir para o pagamento do soldo de nove cavaleiros que o infante Don Fernando, marquês de Tortosa, prometeu ao seu irmão Don Pedro IV nas cortes de *Cariñena*, para o ajudar na Guerra contra Castela[46]. Não teve descendência legítima tendo sido seu successor e herdeiro seu sobrinho do mesmo nome filho de sua irmã Francisca, embora a árvore genealógica que tem vindo a ser referida lhe dê um outro filho, que não diz ser natural de nome Iñigo López de Heredia, não lhe seguindo a decendência.

2.1.1. **Toda López**, filha natural[47].

2.1.2. **Jimeno López**, filho natural[48].

2.1.3. **Gonzalo**, filho natural[49].

2.1.4. **Pedro**, filho natural[50].

2.2. **Urraca**, sem descendência[51].

2.3. **Teresa**, sem descendência[52].

---

[41] ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.2.4./ACP,C.11, D.4.
[42] ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.1.10./ACP, CP.16, D.4.
[43] ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.86.5.1.1/PRIEGO,C.3,D.3 – *Árbol genealógico de la casa de las baronías de Gaibiel y Santa Croche, apellido Fernández de Heredia, desde Lope Jiménez de Heredia (padre del fundador Fernán López de Heredia) hasta José Fernández de Córdoba (Carrillo de Mendoza, XV) Conde de Priego.*
[44] ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.86.5.1.1/PRIEGO,C.3,D.3 – *op.cit.*
[45] SÁNCHEZ, Juan Manoel Berges Sánchez, professor doutor (2007), *Los López De Heredia. Señores de la Baronía de Santa Croche y Gaibiel*, Rehalda, n.º 6.
[46] *Gea en el Tiempo*, disponível em www.geadealbarracin.com (data da consulta: 7/2014).
[47] ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.86.5.1.1/PRIEGO,C.3,D.3 – *op.cit.*
[48] ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.86.5.1.1/PRIEGO,C.3,D.3 – *op.cit.*
[49] ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.86.5.1.1/PRIEGO,C.3,D.3 – *op.cit.*
[50] ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.86.5.1.1/PRIEGO,C.3,D.3 – *op.cit.*
[51] ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.86.5.1.1/PRIEGO,C.3,D.3 – *op.cit.*

2.4. **Pedro de Monteagudo**, sem descendência[53].

2.5. **Francisca López de Heredia**, *com quem se continua.*

2.6. **Pedro Fernández**, filho natural[54].

2.7. **María López de Heredia**[55], nasceu cerca de 1335. A árvore genealógica referida[56] dá-a casada com Juan López de Urrea numa clara confusão com sua irmã Francisca conforme se documenta adiante. Casou com **Lopé Martinez de Guniella**, documentado junto com ela em sentença arbitral datada de 29.5.1376 em Monzó, termo de Huesca, a propósito de um litígio que teve com sua irmã Francisca e seu cunhado por herança dos bens de seus pais, e que perdeu a favor dessa sua irmã[57].

3. **FRANCISCA LÓPEZ DE HEREDIA**, nasceu cerca de 1333. Foi patrona de uma capela em honra de seu marido e de seu sogro na igreja de San Lorenzo de Loret, e nessa condição faz procuração a 20.8.1409 em Huesca para que se a represente[58], e a 6.8.1408 em Montearágon, o seu procurador, Raimundo de Pedro de Fenello, protesta ante o vigário por considerar que o capelão da dita capela não era suficientemente idóneo[59]. Nesse documento seu marido é referido com *soldado Juan Lope de Gurrea*. É ainda referida junto com seu marido em sentença arbitral datada de 29.5.1376 em Monzón (Huesca) a propósito de um litígio que teve com sua irmã e seu cunhado por herança dos bens de seus pais, tendo-lhe a sentença sido favorável. Casou com **Juan López de Gurrea**[60]. A árvore genealógica referida[61], dá-a como filha natural ou ilegítima, o que não se documenta, documentando-se sim seu filho como sucessor e herdeiro de seu irmão Fernán. *Foi seu filho:*

3.1. **Fernán Lopéz de Heredia**, *com quem se continua.*

---

[52] ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.86.5.1.1/PRIEGO,C.3,D.3 – *op.cit.*
[53] ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.86.5.1.1/PRIEGO,C.3,D.3 – *op.cit.*
[54] ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.86.5.1.1/PRIEGO,C.3,D.3 – *op.cit.*
[55] ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.86.5.1.1/PRIEGO,C.3,D.3 – *op.cit.*
[56] ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.86.5.1.1/PRIEGO,C.3,D.3 – *op.cit.*
[57] ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.3.40./ACP, CP.17, D.14 – *Sentencia arbitral del pleito entablado entre Fernán López de Heredia, señor de Santa Croche y Gaibiel, de una parte, y Rodrigo Díaz de Tarazona como marido de Juana Ramírez de Heredia, de otra, por los bienes de Fernán López de Heredia y su mujer María Sánchez de Tovía. La sentencia falla a favor de Fernán López de Heredia*; idem – ES.45168.SNAHN/86.5.3.40.0/ACP, CP.17, D.13.
[58] ES/PARES/ES.28079.AHN/1.3.1.1.18.272/CLERO-SECULAR_REGULAR,CAR.675,NÚM.21.
[59] ES/PARES/ES.28079.AHN/1.3.1.1.18.272/CLERO-SECULAR_REGULAR,CAR.675,NÚM.17.
[60] ES/PARES/ES.28079.AHN/1.3.1.1.18.272/CLERO-SECULAR_REGULAR,CAR.675,NÚM.17.
[61] ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.86.5.1.1/PRIEGO,C.3,D.3 – *op.cit.*

4. **FERNÁN LÓPEZ DE HEREDIA**, nasceu cerca de 1355. Foi senhor de Santa Croche e Gaibiel e de Gea de Albarracín em sucessão de seu tio homónimo, e de muitas mais propriedades. Está documentado ainda nomeadamente a 25.7.1379 quando, na qualidade de senhor de Gaibiel, acorda com os mouros da *aljama* dessa vila a autorização para aí viverem a troco do pagamento anual de 30 mil soldos reais de Valencia[62]; a 26.11.1380[63]; e na mesma data quando por sentença dada em Monzón ganha o litígio que teve com Rodrigo Díaz de Tarazona, marido de Juana Ramírez de Heredia, pelos bens de seus avós Fernán López de Heredia e de sua mulher María Sánchez de Tovía[64]. A 18.12.1383 surge na reunião das aldeias de Albarracín diante da igreja de Santa María de la Vega para formalizar o contrato sobre a venda de sal da sua herdade e salinas de Valtablado[65/66]. Em 1423 o Rei Don Alfono V *el Magnánimo* substitui-o à frente da jurisdição e senhorio da Gea de Albarracín, e assim os López de Heredia pelo ramo de seus parentes os Fernández de Heredia, doando-a a Juan Fernández de Heredia y López de Gurrea, em agradecimento pelos serviços que prestou na Sardenha, Bonifacio e Calvi, durante a campanhaa italiana. Nunca mais a relação entre estes dois ramos voltou a ser familiar[67]. Casou, de acordo com a árvore genealógica referida[68], com **Maria Férnandez de Celanova**. *Foram seus filhos:*

4.1. **Lopé Jiménez de Heredia**, nasceu por volta de 1385 e morreu depois de 6.3.1441, data em que fez testamento em Calatayud a favor da sua mulher e dos seus filhos instituindo Santa Croche e Santa Croche em morgadio a favor de seu

[62] ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.2.40./ACP, CP.17, D.1. Neste documento surge como Ferrand López de Heredia.

[63] ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.3.40./ACP, CP.17, D.14 – *Sentencia arbitral del pleito entablado entre Fernán López de Heredia, señor de Santa Croche y Gaibiel, de una parte, y Rodrigo Díaz de Tarazona como marido de Juana Ramírez de Heredia, de otra, por los bienes de Fernán López de Heredia y su mujer María Sánchez de Tovía. La sentencia falla a favor de Fernán López de Heredia.*

[64] ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.86.5.3.9/PRIEGO,CP.326,D.14.

[65] SÁNCHEZ, Juan Manoel Berges Sánchez, professor doutor (2007), *op.cit.*

[66] *Cronologia desde la aparicion de los Azagra hasta la reforma de los fueros de Albarracin por Felipe II (1161-1592)*, disponível em www.geadealbarracin.com (data da consulta: 7/2014).

[67] A 14.3.1428 o Rei Don Alfonso V de Aragão confirma a seu parente don Juan Fernández de Heredia os privilégios do senhorio de Gea. Vendo-se privado do exercício da jurisdição civil e criminal de Albarracín sobre Gea, apresentou contra esse outro uma querela ante a *Justicia de Aragón*. Esta disputa manter-se-ia durante muitos anos, tendo sido favoravel ao ramo dos seus parentes Fernández de Heredia dada a sua proximidade com a Coroa. Com a morte mais tarde do juíz de Albarracín assassinado em 1440, ao que se disse, às mãos dos partidários dos Fernández de Heredia que se dizia terem assim vingado a morte do governador e alcaide de Albarracín Juan Garcés de Heredia, o seu poder ficou reduzido por nomeação da Raínha Doña María como capitão e Justicia de Albarracín e sua aldeias a Ramón Cerdán. Só a 24.11.1471 por intervenção directa do Rei Don Juan II de Aragão, se exige a reconciliação dos dois ramos, numa altura em que Juan Fernández de Heredia, valendo-se da numerosa população mudéjar do seu feudo de Gea havia estreitado o cerco sobre os ermos e quase vazios em volta das vilas de Saldón, Santa Croche e Valdecuenca, La Hortezuela, La Olmedilla, Valdepesebres, El Plano, e fundamentalmente, Bezas.

[68] ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.86.5.1.1/PRIEGO,C.3,D.3 – *op.cit.*

filho Fernán com a obrigação dos seus descendentes usarem o apelido Heredia[69], e fundando uma capela no mosteiro de San Francisco de Teruel, deixando como administrador o arcebispo de Zaragoza. Foi senhor de Santa Croche, Gaibiel e de Valtablado, em cuja qualidade recebe a 16.6.1438 do Infante Don Juan, vice-Rei de Navarra e governador-geral de Aragão e Sicilia, em nome do seu irmão o Rei Don Afonso V de Aragão, privilégio de especial protecção e salvaguarda dos seus senhorios, vassalos e propriedades, tanto presentes como futuras[70], e ainda senhor de Albarracín[71]. A 15.1.1423, sendo morador em Zaragoza, surge juntamente com Jimeno de Sayas, escudeiro morador em Calatayud, com García Forcén de Bonales, escudeiro também aí morador, e com Pedro Forcén de Bornales, escudeiro morador em Tauste, num alvará em que lhes é dado respectivamente 1.000 soldos jaqueses ao primeiro e 500 aos restantes, correspondentes a duas e a uma cavalaria de honra a que tinham direito anualmente[72]. Casou cerca de 1414 com **Teresa Ruiz** [**de Molina**], referida no testamento de seu marido, irmã de frei Gil de Molina, também nesse testamento referido e a quem o testador chama de *mi Hermano*[73], e ainda de Alfonso de Molina e de Pedro de Molina *referidos no 9.2 deste* §, e todos filhos de Juan Ruiz de Molina *el caballero viejo*, 1.º senhor de Embid, Santiuste, Guisema, la Torre de Antón Sánchez, el Pobo, Teros, la Serna e la Tercaguilla, cavaleiro e bacharel em leis que durante o reinado do Rei Don Juan II serviu a coroa *con su persona, hijos, y mucha gente de a pie y a caballo mantenida a su costa*, falecido antes de 14.11.1454 com testamento de 10.11.1453 feito em Molina perante Pedro Guillén de Corral, e mulher María Díaz, que foi sepultada na capela de San Francisco de Molina; neta materna de Gil Ruiz de Molina e mulher María Sánchez; e neta materna de don Lázaro, de Molina[74]. *Foram seus filhos:*

4.1.1. **Fernán López de Heredia**, nasceu cerca de 1415, é nomeado no testamento de seu pai como seu herdeiro universal[75] e morreu por volta de 1454 com testamento de 13.12 desse ano onde refere ser herdeiro de Lopé Jiménez de Heredia[76], seu pai. Foi doncel, senhor de Santa Croche e de Gaibiel

[69] ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.5.24./ACP, CP.16, D.24; e ES/PARES/SNAHN/PRIEGO, C.8, D.12.

[70] ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.2.4./ACP,C.11, D.5-6.

[71] FALENCIA, Angel González (1945), Moros y Cristianos en España Medieval. Consejo Superior de Investigaciones Cientificas Instituto Antonio de Nebrija, Estudos Historico-Literarios, Madrid: … *En 1420 otorgan los moros de Gaibiel una carta de censo anual de 167 sueldos a favor de don Lope Jiménez de Heredia, "soldado de quien se dice ser los lugares de Gaibiel, de Santa Croche, de Valecerado y de las Salinas", de la Ciudad de Santa María de Albarracín, se recibe bajo la protección del Infante D. Juan, por documento otorgado en Valencia el 16 de junio de 1438, autorizándole a poner las armas e insignias reales en sus lugares, casas y propiedades*….

[72] ES/PARES/ES.28079.AHN/1.1.2.53.1/DIVERSOS-COMUNIDADES,Car.61,N.60.

[73] ES/PARES/SNAHN/PRIEGO, C.8, D.12.

[74] *Molina*, disponível na internet em abcgenealogia.com (consulta: 11/2008).

[75] ES/PARES/SNAHN/PRIEGO, C.8, D.12.

[76] SÁNCHEZ, Juan Manoel Berges Sánchez, professor doutor (2007), *op.cit.*

e do morgadio instituído por seu Pai, em cuja qualidade outorga a 26.9.1457 documento à universidade de Gaibiel autorizando a venda de 1.000 *soldos censuales* a Pedro Berenguer ou a seus filhos Miguel e Pedro Berenguer para poder pagar a dívida por dote de sua irmã Luísa, dote esse que estava obrigado por disposição testamentária de seu pai[77]. *Foram seus filhos:*

4.1.1.1. **Fernán Lopez de Heredia**, também referido como *magnífico* **Fernando López Jiménez de Heredia**, é referido no testamento de seu avô Lopé como seu herdeiro à falta de seu pai. Nasceu cerca de 1440 e morreu entre 25.4.1500, quando nomeia como procurador geral de Gaibiel e de Santa Croche a Juan Coloni, de Iglesuela, para que em seu nome administre e possa nomear síndicos, trate com vassalos e mouros do dito lugar e possa concertar censos, e em especial para que contrate um censo de 200.000 soldos jaquese com Miguel Terreros[78], e 7.5.1500 quando sua filha Isabel outorga, já na qualidade de senhora de Santa Croche e de Gaibiel uma escritura de reconhecimento do censo que seu pai carregou sobre os ditos lugares a favor de seu sogro (dela) Miguel Torrero[79]. Testou a 6.12.1499 no castelo de Santa Croche no qual institui os seus bens no vínculo do lugar de Santa Croche e de Gaibiel, deixando como sua herdeira e sucessora sua filha Isabel[80]. Está ainda muito documentado, nomeadamente a 15.2.1471[81], 20.1.1468[82], 18.6.1486[83], 12.2.1488[84], 28.10.1490[85], 16.6.1492[86], 26.9.1493[87],

[77] ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.3.41./ACP, CP.53, D.3.
[78] ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.2.42./ACP, CP.53, D.14.
[79] ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.3.31./ACP, CP.16, D.22.
[80] ES/PARES/SNAHN/S.45168.SNAHN/86.5.5.24./ACP,C.8, D.8.
[81] ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.3.33./ACP, CP.53, D.13 – *Fernán López de Heredia, Señor de Santa Croche, juntamente con su mujer Isabel Palomar, se obliga a pagar a Jaime Corriz Mayor de Díaz, mercader de Calatayud, la cantidad de 90 sueldos jaqueses en el caso de que le hagan dicho pago al alamín, jurados y aljama de moros del lugar de Sestrica, en virtud de un censo anual que estos han de pagar al séptimo día del mes de Mayo, poniendo como fiador de dicha obligación a Juan Muñoz de Pamplona. Dicha pensión de noventa sólidos de censo perpétuo pagaderos anualmente, por precio de mil doscientos sueldos jaqueses, había sido impuesto por la aljama de los moros del lugar de Sestrica a favor del maestre Tradoz Constantín, judío, el 7 de julio de 1456. Posteriormente dicho censo es comprado por Fernán López de Heredia a dicho Tradoz Constantín, el 15 de octubre de 1470. El 20 de diciembre de 1470 es vendido a su vez a Jaime Corriz Mayor de Díaz, mercader de Calatayud.*
[82] ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.2.40./ACP, CP.53, D.15 – *Convenio suscrito entre Fernán López de Heredia, doncel, Señor de Gaibiel, y la décima de la aljama de los moros de Gaibiel, por la que los seis jornales de costa que le deben servir cada año por cada casa serán satisfechos mediante el pago anual de doce sólidos por cada una de las dichas casas existentes o por existir de la dicha aljama, durante los cinco años siguientes. Continúa con la obligación por parte de dicho Señor, de defender a la aljama de Gaibiel frente a cualquier problema relacionado con un censal, que se declara sin validez, de Miguel Cutanda, vecino de Exarquía, sobre el Hospital de dicha villa, que se cargó sobre la aljama de los moros de Gaibiel sin consentimiento de dicho Señor Fernán López de Heredia.*
[83] ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.3.15./ACP, CP.17, D.16 – *Escritura por la que Fátima, mora del lugar de Gaibiel, se reconoce sierva y cautiva de Fernán López de Heredia, Señor de dicho lugar.*

14.6.1495[88], 19.6.1497[89], 19.10.1497[90], e a 30.12.1498[91]. Casou com **Isabel de Palomar y Heredia**, falecida antes de 6.12.1499, data do testamento de seu marido, no qual é referida. *Foram seus filhos:*

4.1.1.1.1. **Isabel de Heredia y Palomar**, nasceu cerca de 1480 e morreu antes de 3.11.1555[92]. Foi senhora herdeira de Santa Croche e de Gaibiel, dos vínculos instituídos por seu avô e por seu pai, e de todos os restantes bens, senhorios e propriedades dos seus pais. É referida em documento a 5.7.1500[93] e em 1510 juntamente com o seu marido solicita traslado do

---

84 ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.2.4./ACP,C.11, D.7 – *Real cédula de Fernando el Católico dirigida al justicia de Santa María de Albarracín para que se distinguiese con mojones al término de Santa Croche que pertenece al magnífico Fernán López de Heredi*a.

85 ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.2.4./ACP, CP.16, D.19– *Real cédula de Fernando el Católico a petición de Fernán López de Heredia (señor de Santa Croche) a los jueces, alcaldes y regidores de Santa María de Albarracín, por la que manda se cierre la senda vecinal de la dehesa de la Olmedilla, por el perjuicio que le supone*.

86 ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.2.4./ACP, CP.16, D.18 – *Real cédula de Fernando el Católico por la que se manda al Justicia y baile de la ciudad de Santa María de Albarrín que no se recaude la sisa que corresponde pagar a los lugares de Santa Croche a la dicha ciudad, y que se pague a Fernán López de Heredia (señor de Santa Croche) los 150 sueldos que se le deben por el incumplimiento de la concordia que tenían otorgada por ambas partes*.

87 ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.2.4./ACP, CP.16, D.20 e ES.45168.SNAHN/86.5.2.4. /ACP,C.11, D.8 – *Real cédual de Fernando el Católico concediendo a Fernán López de Heredia (señor de Santa Croche) la ampliación en un año del plazo para apelar a la sentencia fallada en su contra en el pleito con la ciudad de Santa María de Albarracín por cuestiones de vasallaje de ciertos moriscos*.

88 ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.2.40./ACP,C.11, D.24-25 – *Testimonio de la propuesta presentada por Pedro Pérez, clérigo y Miguel de Aliaga, notario, de parte de Fernán López de Heredia, de negociar un convenio con el Concejo de la ciudad y comunidad de Santa María de Albarracín, para resolver sin necesidad de ir a pleito, las diferencias existentes entre ambas partes sobre los 15 mil sueldos que Fernán López de Heredia, como Señor de Santa Croche, reclamaba le debía dicha ciudad.*

89 ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.2.41./ACP,C.11, D.21 e ES.45168.SNAHN/86.5.2.41. /ACP, CP.16, D.23 – *Citación y amonestación por los jueces árbitros de la Chancillería (de Valladolid), al Concejo de la ciudad de Santa María de Albarracín para el pleito que le han movido Fernando López de Heredia y su mujer Isabel de Palomar, señores de Santa Croche, por los derechos de penas sobre las reses o cabezas que entran en sus lindes, que reclaman ambas partes.*

90 ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.2.41./ACP,C.11, D.22-23 – *Diligencias judiciales realizadas por Martín Gómez de Zahorejar, notario y procurador de Fernán López de Heredia, señor de Santa Croche, sobre ciertos derechos de los habitantes del lugar de Santa Croche y de la aljama mora de dicho lugar, de no tener que pagar la sisa y otras cuestiones que le reclama la ciudad de Santa María de Albarracín*.

91 ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.3.31./ACP, CP.17, D.19 – *Carta de venta otorgada por Fernándo López Jiménez de Heredia, señor de Gaibiel, conjuntamente con Aren Ayberx, Síndico de la Aljama mora de dicho lugar, a favor de Gener Tabona de Perellos, de un censo de 36.000 sueldos de principal*.

92 Nesta data Miguel Fernández de Heredia baptiza o seu filho Rafael *referido no 10 deste §*, documentando-se já como senhor de Santa Croche e de Gaibiel.

93 ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.3.31.0/PRIEGO, CP.16, D.22 – *Escritura de reconocimiento de censo, otorgada por Isabel de Heredia y Palomar, señora de Santa Croche y Gaibiel, y mujer del magnífico Pedro Torrero, del censo que cargó sobre los lugares de Santa Croche y Gaibiel su padre Fernán López de Heredia a favor de Miguel Torrero, su suegro.*

testamento referido[94]. Casou em 1500 com **Pedro Torrero**, *magnífico*[95] ou **Pedro de Torrellas**[96], nascido cerca de 1465 ou 1470 e falecido entre 6.4.1530 e 26.2.1531 quando faz o seu testamento [97], deixando como seu herdeiro universal a Jerónimo Cosida[98] por não ter havido descendência deste casamento. Era filho de Miguel Torrero, que a 7.11.1500 entrega mediante escritura a seu filho Pedro a quantidade de maravedis estipulados no seu contrato matrimonial com Isabel de Heredia y Palomar, e que para esse pagamento utilizaria um censo que tinha sobre os lugares de Santa Croche e de Gaibiel juntamente com outros bens[99], e mulher Isabel de Heredia, *e referido no 4.6 deste §. Sem descendência.*

4.1.1.1.2. **Honorata de Heredia**[100], nasceu cerca de 1485. Casou com **Juan de Heredia**[101], alcaide de Santa Croche[102]. *Foram seus filhos:*

4.1.1.1.2.1. **Luis de Heredia**, nasceu por volta de 1505. Casou a 6.3.1541 com **Francisca Fernández de Heredia**, filha dos condes de Fuentes, com referem as genealogias, mas não identifiquei de qual dos condes de Fuentes, sendo que pela data do seu casamento deve ter nascido por volta de 1520 pelo que deveria ser filha dos 3.ºs condes. *Sem descendência*[103].

4.1.1.1.2.2. **Fernán de Heredia**, nasceu por volta de 1505. Casou com **Catarina**[104] ou **Castellana Martí**, que outorgou testamento a 13.6.1533, filha de Messias Martí, cavaleiro, e mulher Juana Torrellas,

[94] ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.5.24./ACP,C.8, D.12.
[95] Vide nota 93 referente ao documento datado de 5.7.1500.
[96] ES/PARES/SNAHN/PRIEGO, C.8, D.12.
[97] ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.5.24./ACP,C.14, D.65 – *Testamento de Pedro Torrero, Señor de Santa Croché, por el que declara haber estado casado con Isabel de Heredia y Palomar, y que al no tener hijos deja como legado a Juan Torrero, su sobrino, hijo de su hermano, Miguel Torrero, unos ducados de renta en censales que tenía sobre el lugar de Gaibiel.*
[98] ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.3.20./ACP,C.11, D.26 – *Concordia otorgada por Isabel de Heredia, señora de Santa Croche y Gaibiel, de una parte, y Jerónimo Cosida y su hijo Pedro Cosida, infanzones, sobre los bienes dejados por Pedro Torrero, marido que fue de dicha Doña Isabel, del que es heredero universal Jerónimo Cosida.*
[99] ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.3.21./ACP, CP.17, D.12.
[100] ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.86.5.1.1/PRIEGO,C.3,D.3 – *op.cit.*
[101] GONZÁLEZ, José Fernando González (1867), Crónica de la provincia de Zaragoza, Madrid.
[102] SÁNCHEZ, Juan Manoel Berges Sánchez, professor doutor (2007), *Los López De Heredia. Señores de la Baronía de Santa Croche y Gaibiel*, Rehalda, n.º 6.
[103] GONZÁLEZ, José Fernando González (1867), *op.cit.*; e ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN /1.86.5.1.1/PRIEGO,C.3,D.3 – *op.cit.*
[104] ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.86.5.1.1/PRIEGO,C.3,D.3 – *op.cit.*

que tinha sido casada com Juan de Palafoz e Robelledo, senhor da baronia de Ariza, e moradores em Valência[105].

4.1.1.1.2.3. **Pedro de Heredia**, nasceu cerca de 1510. Casou a 23.2.1545 em Albarracín com **Catarina Garcez de Marcilla**[106], irmã de Pedro, conde de Priego, senhor de Santa Croche e de Gaibiel, e filha de Juan e de Catalina[107], os quais se tratam de Pedro Garcez de Marcilla casado com Aldonza Muñoz de Heredia, e filhos de Juan Garcez de Marcilla e mulher Catalina Ramiro, *referidos no 8 deste §*, sendo que o dito Pedro não foi no entanto conde de Priego. *Foram seus filhos:*

4.1.1.1.2.3.1. **Valeriano de Heredia**, doutor, presbítero e cónego magistral de Albarracín[108].

4.1.1.1.2.3.2. **Pedro de Heredia**. Casou com **Isabel de Xarque**. *Sem descendência*[109].

4.1.1.1.2.3.3. **Alonso de Heredia**, nasceu cerca de 1550. Foi cavaleiro de San Jorge e depois de Montesa, em Valência. Casou a 23.4.1589 com **Madalena de Eliceche y Garcés de Marcilla**, filha de Juan, infanção, e mulher Isabel[110]. *Foi seu filho conhecido:*

4.1.1.1.2.3.3.1. **Alonso de Heredia**, nasceu cerca de 1590. Foi cavaleiro armado a 30.3.1630 tendo apresentado provas da sua nobreza com 23 testemunhas a 22.3.1626[111].

4.1.1.1.2.3.4. **Castellana de Heredia**. Casou com **Juan Catalan de Veon**, infanção.

4.1.1.1.2.3.5. **Jerónima de Heredia**. Casou com dispensa de parentesco com seu primo **Juan Garcês de Marcilla**. *Sem descendência*[112].

4.1.1.1.2.4. **Hernando de Heredia**, morreu na batalha de San Quentin em 1557.

4.1.1.1.3. **Teresa de Heredia**[113]. *Foi seu filho conhecido:*

105 GONZÁLEZ, José Fernando González (1867), *op.cit.*
106 ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.86.5.1.1/PRIEGO,C.3,D.3 – *op.cit.*
107 GONZÁLEZ, José Fernando González (1867), *op.cit.*
108 GONZÁLEZ, José Fernando González (1867), *op.cit.*
109 GONZÁLEZ, José Fernando González (1867), *op.cit.*
110 GONZÁLEZ, José Fernando González (1867), *op.cit.*
111 GONZÁLEZ, José Fernando González (1867), *op.cit.*
112 GONZÁLEZ, José Fernando González (1867), *op.cit.*

4.1.1.1.3.1. **Martín Garcez de Heredia**, *sem descendência*[114].

4.1.2. **Luísa Jiménez de Heredia** ou **Luísa López de Heredia** como também se documenta, nasceu cerca de 1425/30 e era menor à data do testamento de seu pai que a contempla com 3.000 florins de ouro aragoneses para dote[115]. Casou antes de 26.9.1457 com **Fernando Bolea**, estando documentados os dois nessa data num documento emitido em Santa Maria de Albarracín (Teruel), no qual seu irmão Fernán outorga à universidade de Gaibiel autorização para vender mil *sólidos censuales* a Pedro Berenguer ou a seus filhos Miguel Berenguer e Pedro Berenguer, para pagamento da dívida por dote desta sua irmã no valor de 3.000 florins de ouro conforme estava obrigado pelo testamento de seu Pai[116]. *Sem descendência*[117].

4.1.3. **Teresa de Heredia**, referida no testamento de seu pai que a trata por *filla mia et de la dita Teresa Roiz mulher mia*, e a contempla com 2.500 florins de ouro do cunho de Aragão para casar quando atingir a idade para tal[118].

4.2. **Violante de Heredia**, nasceu cerca de 1392, é referida no testamento de seu irmão Lópe[119] sendo juntamente com a sua mulher encarregue dos bens de sua alma, embora a *Árbol genealógico de la casa de las baronías de Gaibiel y Santa Croche* ...[120] a refira com sua sobrinha. Casou com **Ramón de Torrellas**[121]. *Foram seus filhos:*

4.2.1. **Pedro de Torrellas** *el largo* [122]. É referido no testamento de seu tio-avô Lopé Jiménez de Heredia em 1441 que lhe chama *nieto mio* [123].

4.2.2. **Rámon de Torrellas**[124]. É referido no testamento de seu tio-avô Lopé Jiménez de Heredia em 1441 que lhe chama *nieto mio* [125].

4.3. **Jimeno de Heredia**. Foi cavaleiro da ordem de Santiago[126].

4.4. **Juan López de Heredia**, *sem descendência*[127].

---

113 ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.86.5.1.1/PRIEGO,C.3,D.3 – *op.cit.*
114 ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.86.5.1.1/PRIEGO,C.3,D.3 – *op.cit.*
115 ES/PARES/SNAHN/PRIEGO, C.8, D.12.
116 ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.3.41.0/ACP, CP.53, D.3.
117 ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.86.5.1.1/PRIEGO,C.3,D.3 – *op.cit.*
118 ES/PARES/SNAHN/PRIEGO, C.8, D.12.
119 ES/PARES/SNAHN/PRIEGO, C.8, D.12.
120 ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.86.5.1.1/PRIEGO,C.3,D.3 – *op.cit.*
121 ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.86.5.1.1/PRIEGO,C.3,D.3 – *op.cit.*
122 ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.86.5.1.1/PRIEGO,C.3,D.3 – *op.cit.*
123 ES/PARES/SNAHN/PRIEGO, C.8, D.12.
124 ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.86.5.1.1/PRIEGO,C.3,D.3 – *op.cit.*
125 ES/PARES/SNAHN/PRIEGO, C.8, D.12.
126 ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.86.5.1.1/PRIEGO,C.3,D.3 – *op.cit.*

4.5. **Leonor de Heredia**, *com quem se continua.*

4.6. **Isabel de Heredia**, nasceu cerca de 1400. Casou com **Luís de Torrellas**[128], que deverá tratar-se de Miguel de Torrellas, também documentado como Miguel Torrero, que a 7.11.1500 entrega, mediante escritura, a seu filho Pedro a quantidade de maravedis estipulados no seu contrato matrimonial com Isabel de Heredia y Palomar, e que para esse pagamento utilizaria um censo que tinha sobre os lugares de Santa Croche e de Gaibiel, juntamente com outros bens acima referidos[129]. *Foram seus filhos:*

4.6.1. **Luís de Torrellas**, nasceu cerca de 1425. Casou com sua prima **Isabel de Heredia**[130]. *Foram seus filhos:*

4.6.1.1. **Carlos de Torrellas y Heredia**, nasceu cerca de 1475. Foi senhor de Santa Croche. Casou duas vezes: a primeira com **Juana de Luna** (a).

4.6.1.1.1. (a) **Carlos de Torrellas y Heredia**, nasceu cerca de 1525. Casou cerca de 1565 com **Jerónima de Claver**, nascida cerca de 1543 e falecida em 1629, conforme consta da *escritura de convenio para dividir la herencia de doña Jerónima Claver, viuda de Carlos Torrelas y Heredia, señor de Santa Cloche, entre sus sobrinos Juan-Luis Fernández de Heredia, V conde de Belchite, y sus hermanos Antonio Fernández de Híjar, caballero de Calatrava, y Alonso y Pedro Fernández de Híjar*, realizada a 2.10 desse ano[131].

4.6.1.1.2. (a) **Ana de Torrellas**, nasceu por volta de 1530 e morreu antes de 8.8.1589. Casou por contrato datado de 11.5.1560 em Zaragoza[132], com seu primo **Juan Muñoz de Heredia Y Pamplona**, nascido cerca de 1530, filho de Jerónimo Muñoz de Heredia y Pamplona e sua mulher Juana del Prado, *referido no 7.1.1 deste § onde segue a sua descendência.*

4.6.2. **Pedro de Torrellas** ou **Pedro Torrero**, *magnífico*[133], nasceu cerca de 1465 ou 1470 e morreu entre 6.4.1530, data do seu testamento, e 26.2.1531[134],

---

127 ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.86.5.1.1/PRIEGO,C.3,D.3 – *op.cit.*
128 ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.86.5.1.1/PRIEGO,C.3,D.3 – *op.cit.*
129 ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.3.21./ACP, CP.17, D.12.
130 ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.86.5.1.1/PRIEGO,C.3,D.3 – *op.cit.*
131 ES/SNAE (Sistema Nacional de Archivos de Euskadi)/Índice de la colección de D. Luis de Salazar y Castro, m.70, f.121-124v (copia de la misma letra y archivo que las anteriores).
132 ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.3.21./ACP,C.9, D.4.
133 vide nota referente ao documento datado de 5.7.1500 referido.
134 ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.5.24./ACP,C.14, D.65 – *Testamento de Pedro Torrero, Señor de Santa Croché, por el que declara haber estado casado con Isabel de Heredia y Palomar, y que al no tener hijos deja como legado a Juan Torrero, su sobrino, hijo de su hermano, Miguel Torrero, unos ducados de renta en censales que tenía sobre el lugar de Gaibiel.*

deixando como seu herdeiro universal a Jerónimo Cosida[135] por ter morrido sem descendência. Casou em 1500 com sua prima doña **Isabel de Palomar y Heredia**, herdeira de Santa Croche e de Gaibiel, filha de Fernám López de Heredia e mulher Isabel de Palomar y Heredia, *e referida no 4.1.1.1.1. deste §*.

5. doña **LEONOR DE HEREDIA**, que na referida árvore genealógica aparece como Teresa de Heredia e é referida duas vezes, uma como filha do testador Lopé Jiménez de Heredia, e outra como sua irmã. No mesmo testamento o referido testador refere García Muñoz *nieto mio*, tratando-se sim de seu sobrinho. Nasceu cerca de 1400. Casou com **García Muñoz de Pamplona**, escudeiro morador em Calatayud, que testou de mão comum com sua mulher, testamento de que existe cópia simples do pergaminho original e sem data, instituindo uma capela no mosteiro de San Francisco de Calatayud e onde nomeia todos os seus filhos que deixa por seus herdeiros[136]. *Foram seus filhos:*

5.1. **García Muñoz** ou **García Muñoz de Pamplona**, *com quem se continua.*

5.2. **Isabel**, referida no testamento dos pais.

5.3. **Violante**, referida no testamento dos pais.

5.4. **Luísa**, referida no testamento dos pais.

5.5. **Margarida**, referida no testamento dos pais.

6. **GARCÍA MUÑOZ** ou don **GARCÍA MUÑOZ DE PAMPLONA**, nasceu cerca de 1425 e é referido no testamento de Lopé Jiménez de Heredia para suceder, à falta de sucessão dos filhos do testador, nas terras de Santa Croche e Gaibiel. É aí referido como *nieto mio, et de la dita Teresa* [Teresa Rodrigues mulher do testador], *madre sua*, o que não se entende, dado que se fosse seu neto e da sua mulher esta não poderia ser sua mãe, e dou-o aqui por seu sobrinho de acordo com a árvore genealógica referida. Nesse mesmo testamento é-lhe imposto como condição de sucessão usar o nome Heredia, e é referido junto com seus primos, outros a quem o testador trata da mesma forma, Ramón de Torrellas e Pedro de Torrellas[137]. Casou com […]. *Foi seu filho conhecido:*

6.1. **Juan Muñoz de Pamplona**, *com quem se continua.*

---

135 ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.3.20./ACP,C.11, D.26 – Concordia otorgada por Isabel de Heredia, señora de Santa Croche y Gaibiel, de una parte, y Jerónimo Cosida y su hijo Pedro Cosida, infanzones, sobre los bienes dejados por Pedro Torrero, marido que fue de dicha Doña Isabel, del que es heredero universal Jerónimo Cosida.

136 ES/PARES/SNAHN/PRIEGO,C.9,D.1.

137 ES/PARES/SNAHN/PRIEGO, C.8, D.12.

7. **JUAN MUÑOZ DE PAMPLONA**[138], nasceu cerca de 1465. Casou com […] (a). Teve ainda de [...] (b), um filho ilegítimo. *Foram seus filhos:*

7.1. (a) **Jerónimo Muñoz de Heredia y Pamplona**, nasceu cerca de 1500 e testou a 7.2.1558 deixando por herdeiros seus filhos Juan e Jerónima[139]. Foi herdeiro de sua prima Isabel de Heredia y Palomar casada com Pedro Torrero, ficando senhor de Santa Croche e de Gaibiel e de todas as suas possessões. Casou com **Juana del Prado**[140]. *Foram seus filhos:*

7.1.1. don **Juan Muñoz de Heredia Y Pamplona**, nasceu cerca de 1530, e surge a 11.5.1560 no seu contrato de casamento referido como infanção e senhor do lugar de Gaibiel. Morreu entre 29.1.1579, data em fez o seu testamento deixando por herdeira sua mulher e onde é referido como senhor de Santa Croche e de Gaibiel[141], e 13.8.1579 quando sua mulher fez também testamento sendo já viúva e senhora de Santa Croche e de Gaibiel, no qual deixa por herdeiro universal Miguel Torrellas, cavaleiro da ordem de Santiago[142]. Está documentado como senhor de Santa Croche e de Gaibiel ao mesmo tempo que também o está seu primo co-irmão Miguel Gonzalez de Heredia, *referido no 9 deste §*, o qual vem a sê-lo efectivamente a partir de 8.8.1589. Casou por contrato de 11.5.1560 realizado em Zaragoza[143] com sua prima doña **Ana de Torrellas**, que morreu antes de 8.8.1589, filha do primeiro casamento de don Carlos Torrellas y Heredia, senhor de Santa Croche, e mulher *a magnifica* doña Juana de Luna, contrato esse onde se estipula que o noivo leva para o casamento o castelo, lugar e vassalos com a jurisdição civil e criminal de Gaibiel, o castelo e a fortaleza de Maluenda, e ainda outras propriedades em Calatayud, Zaragoza e Julisbol, e a noiva a possibilidade de herdar os bens de seu pai caso este não viesse a ter filhos varões do seu segundo casamento, e ainda o morgadio de Santa Croche e outras propriedades em Albarracín. Deste casamento extinguiu-se a descendência sucedendo no senhorio de Santa Croche e de Gaibiel Carlos Torrellas y Heredia, irmão de Ana de Torrellas, *referido no 4.6.1.1 deste §,* casado com Jerónima Claver, que morrendo viúva, veio a tomar posse de todos os bens pertencentes ao vínculo o dito Miguel Gonzalez de Heredia, *referido no 9 deste §*.

138 ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.86.5.1.1/PRIEGO,C.3,D.3 – *op.cit.*
139 ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.5.24./ACP,C.9, D.3.
140 ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.86.5.1.1/PRIEGO,C.3,D.3 – *op.cit.*
141 ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.5.24./ACP,C.9, D.5.
142 ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.5.24./ACP,C.9, D.6.
143 ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.3.21./ACP,C.9, D.4.

7.1.2. doña **Jerónima Muñoz de Heredia Y Pamplona**, referida no testamento do seu Pai.[144]

7.2. (a) doña **Aldonza Muñoz de Heredia**, *com quem se continua.*

7.3. (b) don **Juan**, filho ilegítimo[145].

8. doña **ALDONZA MUÑOZ DE HEREDIA**[146], nasceu cerca de 1500 e foi herdeira dos senhorios de Santa Croche e de Gaibiel. Instituíu com seu marido morgadio com as suas propriedade de Checa, Alustante, Picaza e Terzaga, nomeando para seu sucessor seu filho Miguel e na falta de sucessão desse, seu filho Juan, cavaleiro da ordem de San Juan[147]. Casou antes de 1511 com don **Pedro Garcez de Marcilla**, que fez testamento de mão comum com sua mulher a 21.10.1551 em Molina de Aragón, nomeando seu filho Miguel como herdeiro do morgadio de Leoparde instituído por testamento de sua avó María Díaz de Molina na sua fortaleza e torre do mesmo nome a 29.7.1500[148], filho de Juan Garcez de Marcilla e mulher Catalina Ramiro; neto paterno de Juan Garcez de Marcilla, senhor de Somero e alcaide de Albarracín, e mulher María Díaz de Molina, senhora de Árias y Somero e das herdades de Cañizares, por sua vez filha de Mosén Pedro de Molina, (irmão de Alfonso de Molina e de Teresa Ruiz [de Molina], *referidos no 9.2 e no 4.1 deste §*), senhor de Santiuste, Teros, Árias e herdade de Cañizares e mulher Isabel Muñoz de Pamplona, ambos sepultados no mosteiro de San Francisco de Molina[149].[150] *Foram seus filhos:*

8.1. don **Juan Garcez de Molina**, referido no testamento dos seus pais, foi cavaleiro da ordem de San Juan.

8.2. don **Miguel González de Heredia**, *com quem se continua.*

---

144 ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.3.21./ACP,C.9, D.4.

145 ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.86.5.1.1/PRIEGO,C.3,D.3 – *op.cit.*

146 CASTRO, Luis de Salazar Y (1658-1734), Arboles de Costados de las primeras Casas de Estos Reynos, Arbole 93, ed. 2 de 1995, Wilsen Editorial, chama-lhe Mencía de Rosa e dá-a como mãe de Miguel González de Heredia filho do casal biografado e *com quem se continua no 9*, que como de documenta, nomeadamente no testamento da biografada, é errado.

147 ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.86.5.7.4.2/PRIEGO,C.10,D.17.

148 ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.86.5.1.4/PRIEGO,C.14,D.67.

149 *Molina*, disponível na internet em abcgenealogia.com (consulta: 11/2008).

150 ES/PARES/SNAHN/Censo-Guía de Archivos Españoles/ES45168SNAHN –*Garcés - Señores de Albarracín y de la Torre de Leoparde - que se unen por el matrimonio entre Aldonza Muñoz de Pamplona y Pedro Garcés de Marcilla, en una fecha anterior a 1551. El hijo de ambos, Miguel Garcés de Marcilla, Señor de Leoparde y de Albarracín, hereda el título de Gaibiel y Santa Croche, tras el fallecimiento sin sucesión de sus tíos Juan Muñoz de Pamplona y Ana Torrellas en 1579. Ambos títulos se unen a la casa de los Condes de Priego en 1621, a través del matrimonio de Rafael Garcés de Marcilla y Fernández de Heredia, Señor de Gaibiel, de Santa Croche, y de la Torre de Leoparde, con Antonia Carrillo de Mendoza, XI Condesa de Priego, señora de Escavas y Cañaveras.*

8.3. don **Pedro Garcez de Marcilla**.

9. don **MIGUEL GONZÁLEZ DE HEREDIA** que antes se chamou **MIGUEL GARCEZ DE MARCILLA** tendo mudado o nome certamente para suceder nos vínculos conforme obrigava a respectiva instituição, e que surge também como **Miguel Garcez de Heredia y Marcilla**, nasceu cerca de 1520. Foi senhor de Santa Croche e de Gaibiel, em cuja qualidade surge já a 3.11.1555[151], mas que só o veio a ser efectivamente a partir de 5.8.1589. Nessa data, sendo morador em Molina de Aragón, nomeia vários procuradores de entre os quais o seu filho Juan, como seu sucessor, para que em seu nome tomem posse de todos os bens pertencentes ao vínculo e senhorio do castelo de Santa Croche que fora instituído por Fernán López de Heredia[152]. Casou com doña **Leonor Garcez de Marcilla**. *Foram seus filhos:*

9.1. doña **Antonia Garcez**, *sem descendência*[153].

9.2. don **Juan Garcez de Heredia Y Marcilla**, fez testamento a 20.1.1635 em Molina de Aragón[154]. Em 1603 foi nomeado capitão general da companhia de cavaleiros fidalgos da vila de Molina de Aragão, instituída pela Infanta Doña Blanca[155]. Foi sucessor dos vinculos e morgadios de seu Pai, senhor de Santa Croche e de Gaibiel, familiar do santo ofício na inquisição de número da vila de Molina de Aragão por carta de 12.7.1589 sendo então morador e regedor desta vila[156]. Está ainda documentado pelo menos a 4.2.1586[157], 11.2.1587[158], 5.8.1589[159],

151 Vide assento de baptismo de seu filho Rafael Garcez Fernández de Heredia.
152 ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.1.20./ACP,C.11, D.35-36.
153 ES/PARES/SNAHN/ES.41168.SNAHN/1.86.5.1.1/PRIEGO,C.3,D.3 – *op.cit.*
154 ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.5.24.0/PRIEGO, C.9, D.13.
155 Em 1624 seu irmão Rafael, então conde consorte de Priego, na qualidade de seu herdeiro, solicita e obtêm cópia da sua nomeação para esse cargo (ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/ 86.5.5.40./ ACP,C.9, D.29).
156 ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.5.40./ACP,C.8, D.9-10. O processo de habilitação ao santo ofício é acompanhado de certificado expedido por José Villoria Gordejuela y Vañuelos, secretario do secreto do santo ofício da inquisição de Cuenca, onde se encontra a sua genealogia e a de sua mulher, datada de 1587 em Cuenca.
157 ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.4.20./ACP,C.10, D.5 – *Inventario de casas y tierras que el señor Juan Garcez de Heredia y Marcilla, posee en el lugar de Terzaga, lugar de jurisdicción de Molina de Aragón*.
158 ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.3.2.0/PRIEGO, C.10, D.20 – *Ratificación otorgada por García de Romaní mujer de Diego de Vera, a favor de Ana Garcez de Heredia y Marcilla, de la escritura de trueque y cambio de unas casas de Molina de Aragón y Checa, realizada entre Juan Garcez de Heredia y Marcilla, Señor de Santa Croche y Gaibiel, con Diego de Vera, y en nombre de la dicha García de Romaní en 1585*.
159 vide nota relativa à posse do vínculo de Santa Croche por seu Pai.

13.2.1598[160] e a 16.3.1598[161]. Casou duas vezes: a primeira por contrato datado de 11.8.1579[162] com sua prima doña **Ana Sarmiento** (a), filha de mosén Pedro Sarmiento, já falecido à data do contrato, senhor de Tercaguilla, herrerías de Checa, Cubillejo del Sicio e Castellote, morador em Molina, e de sua segunda mulher[163] e sobrinha doña Ana Garcez de Marcilla[164]; neta paterna de Juan Ruiz de Aguiler el Mayor, senhor de Tercaguilla, casas, herdades e metade das *herrerías* de Checa, regedor de Molina, e mulher Madalena Sarmiento de Funes; neta materna de Juan Garcez de Marcilla, senhor de Somero e alcaide de Albarracín, e mulher María Díaz de Molina, senhora de Árias y Somero, e das herdades de Cañizares; bisneta paterna, por seu avô, de Alfonso de Molina, nascido à roda de 1410/1415, que testou a 22.9.1484, 2.º senhor de Embid, Guisema, Tercaguilla e el Pobo (irmão de Pedro de Molina, *referido adiante neste 9.2*, e de Teresa Ruiz [de Molina], casada com Lopé Jiménez de Heredia, *referidos no 4.1. deste §*), que sudedeu a seu irmão Diego Ruiz falecido sem descendência por ser cavaleiro da ordem de San Juan e como tal obrigado ao celibato, e mulher María de Aguilera**[165]**; e bisneta paterna, por sua avó, de Juan de Funes, senhor de Villel, e mulher Inés de Mendoza; bisneta materna, por seu avô, de mosén Pedro de Molina, senhor de Santiuste, Teros, Árias e herdade de Cañizares, *acima referido neste 9.2* (irmão dos referido Alfonso de Molina e de Teresa Ruiz [de Molina]), e mulher Isabel Muñoz de Pamplona, ambos sepultados no mosteiro de San Francisco de Molina**[166]**. Deste casamento não deve ter havido descendência, dado que foi herdeira de doña Ana Sarmiento, uma sua sobrinha com o mesmo nome que a 20.7.1605 outorga doação de todos os seus bens herdados dessa sua tia a favor de Juan Garcez Muñoz, por escritura de doação a 20.7.1605**[167]**. Casou segunda vez com doña **Magdalena Justina de Mendoza** (b) referida no testamento de seu marido. *Foram seus filhos:*

160 ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.2.4./ACP,C.11, D.9 – *Real cédula de Felipe II, a petición de Juan Garcez de Heredia, dirigida al juez de Albarracín, para que los autos originales y la información que se ha de realizar sobre la tala de leña en las dehesas de Santa Croche, propiedad del citado Juan Garcez de Heredia, se remitan al Consejo Supremo de Aragón.*

161 ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.2.4./ACP,C.11, D.10 – *Real cédula de Felipe II remitida a D. Joaquín Masco, Regente en los oficios de Presidente y Capitán de la ciudad de Teruel, para que informe sobre el asunto de las talas que hacen en la dehesa de Santa Croche y Rubielos los vecinos de Santa Olalía (sic.), Celda (sic.), Álava(sic.) y Exea (sic.), con el fin de proveer en justicia, ya que tiene intención de otorgar un privilegio a favor de Juan Garcez de Heredia (señor de Santa Croche) para que cualquiera que entrare a leñar en sus montes y dehesas le pague la pena fora*l.

162 ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.3.21./ACP,C.11, D.34.

163 Pedro Sarmiento era já viúvo de Isabel Sánchez: *Molina*, disponível na internet em abcgenealogia.com (consulta: 11/2008).

164 Já viúva de Pedro Varona, secretário da Rainha: *Molina*, disponível na internet em abcgenealogia.com (consulta: 11/2008).

165 *Carrillo*, disponível na internet em abcgenealogia.com (consulta: 11/2008).

166 *Carrillo*, disponível na internet em abcgenealogia.com (consulta: 11/2008).

167 ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.3.1./ACP,C.9, D.30-31.

9.2.1. (b?) don **Luis Garcez de Marcilla**.

9.2.2. (b?) don **Juan Garcez de Marcilla**.

9.2.3. (b?) doña **Francisca Garcez de Marcilla**.

9.3. don **Rafael Garcez Fernández de Heredia**, *com quem se continua.*

9.4. doña **Ana Garcez de Heredia y Marcilla**, documentada a 11.2.1587 a propósito de seu irmão Juan Garcez de Heredia y Marcilla, *acima referido.*

10. don **RAFAEL GARCEZ FERNÁNDEZ DE HEREDIA** OU **RAFAEL GARCEZ DE MARCILLA FERNÁNDEZ DE HEREDIA**, como surge identificado no seu testamento, foi baptizado a 3.11.1555 na igreja de San Gil de Molina de Aragón[168] e morreu depois de 30.10.1637, data em que fez testamento[169], deixando como herdeiros os seus filhos de ambos os seus dois casamentos. Foi senhor de Santa Croche, Gaibiel, Torre de Leoparde y Picaza, conde consorte de Priego, qualidade em que testa, e senhor do morgado da Casa de Picaza instituído por testamento datado de 26.2.1629 por sua tia doña Ana Sarmiento de Molina, viúva de Alfonso de Liñan y Molina[170]. Casou duas vezes: a primeira com doña **Antonia Zapata Carrillo de Mendoza** (a), 11.ª condessa de Priego, identificada no testamento de seu marido, irmã e herdeira de doña Juana Carrillo de Mendoza, 10.ª condessa de Priego, falecida sem descendência, ambas filhas de Pedro Carrillo de Mendoza, chantre da igreja de Cuenca e 9.º conde de Priego, e de sua primeira mulher doña Maria Zapata; neta paterna dos 7.ºs condes de Priego; e neta materna dos 3.ºs condes de Barajas[171]. Casou segunda vez com doña **Juana de Espejo** (b), identificada no testamento de seu marido. *Foram seus filhos:*

10.1. (a) don **Jerónimo Garcez de Heredia Y Marcilla**, *com quem se continua.*

10.2. (a) don **Juan**, cavaleiro da ordem de Santiago, referido no testamento de seu pai.

10.3. (a) don **Pedro**, cavaleiro da ordem de Santiago, referido no testamento de seu pai.

10.4. (a) doña **Isabel**, identificada no testamento de seu pai.

10.5. (a) doña **Leonor**, identificada no testamento de seu pai.

10.6. (a) doña **Maria Ana** ou **Mariana**, identificada no testamento de seu pai.

168 ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.5.1./ACP,C.9, D.25-28.
169 ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.5.24./ACP,C.11, D.38 E d.48.
170 ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.5.5.24.0/PRIEGO, C.9, D.12.
171 *Carrillo*, disponível na internet em abcgenealogia.com (consulta: 11/2008).

10.7. (a) doña **Blasa**. Casou com Diego Mesia, ambos identificados no testamento de seu pai.

10.8. (b) doña **Clara Garcez de Espejo**, identificada no testamento de seu pai.

11. don **JERÓNIMO GARCEZ DE HEREDIA Y MARCILLA**, OU **JERÓNIMO GARCEZ CARRILLO DE MENDOZA**, como surge identificado no testamento de seu pai, foi baptizado a 12.8.1612 na igreja paroquial de Priego[172]. Foi o 12º conde de Priego e está muito documentado em Espanha[173]. *Com descendência.*

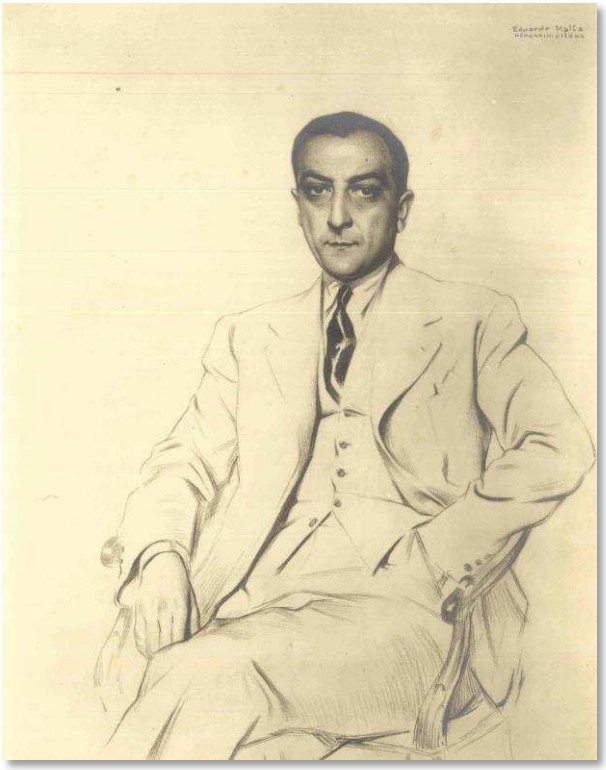
(Continua)

[172] ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.1.5.1./PRIEGO, C.6, D.81.
[173] ES/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/86.1.5.1./PRIEGO.

A MERCÊ DO TRATAMENTO DE DOM NA VARONIA SOUSA LARA

por António de Sousa Lara

Paira ainda algum desconhecimento sobre a mercê de tratamento de Dom concedido à primogenitura da minha família na pessoa de meu falecido tio-avô António por Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte Nuno Duque de Bragança.

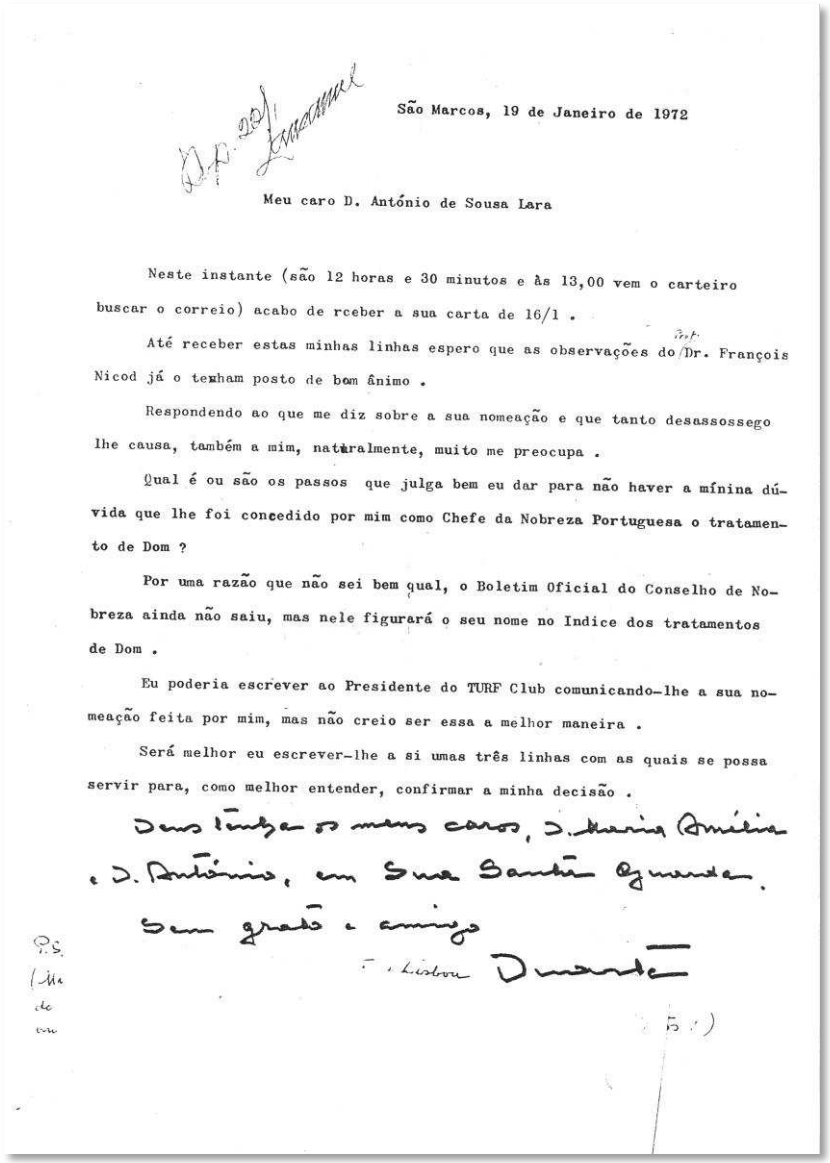


Retrato de Dom António deAlbuquerque de Sousa Lara, biografado no 12.1, datado de 1933 em Lisboa, da autoria do grande Pintor Português Eduardo Malta

Efectivamente são raras as mercês nobiliárquicas desse saudoso Chefe de Dinastia, se excluirmos as realizadas em seu nome pelo Conselho da Nobreza. E quanto ao referido tratamento, conhece-se apenas outro caso idêntico, conferido ao ilustre médico Real Dr. Gonçalo do Valle Peixoto e Villas-Boas.

O meu tio-avô António, que neste texto vai referido sob o n.º 12.1, tê-la-á merecido graças à sua constante dedicação à causa da Realeza e da Dinastia, desde a sua acção

de combate, na juventude, durante a Monarquia do Norte em que foi preso em Monsanto e *deportado* para Angola, até aos anos e anos em que discretamente serviu como Presidente do Tesouro Real, de cujas actas e documentação sou herdeiro e depositário. É interessante ler as cartas de S.A.R. que se publicam ao longo deste texto para que não restem dúvidas da vontade e determinação régia de S.A.R nesse propósito.



São Marcos, 19 de Janeiro de 1972

Meu caro D. António de Sousa Lara

Neste instante (são 12 horas e 30 minutos e às 13,00 vem o carteiro buscar o correio) acabo de rceber a sua carta de 16/1 .

Até receber estas minhas linhas espero que as observações do Dr. François Nicod já o tenham posto de bom ânimo .

Respondendo ao que me diz sobre a sua nomeação e que tanto desassossego lhe causa, também a mim, naturalmente, muito me preocupa .

Qual é ou são os passos que julga bem eu dar para não haver a mínina dúvida que lhe foi concedido por mim como Chefe da Nobreza Portuguesa o tratamento de Dom ?

Por uma razão que não sei bem qual, o Boletim Oficial do Conselho de Nobreza ainda não saiu, mas nele figurará o seu nome no Indice dos tratamentos de Dom .

Eu poderia escrever ao Presidente do TURF Club comunicando-lhe a sua nomeação feita por mim, mas não creio ser essa a melhor maneira .

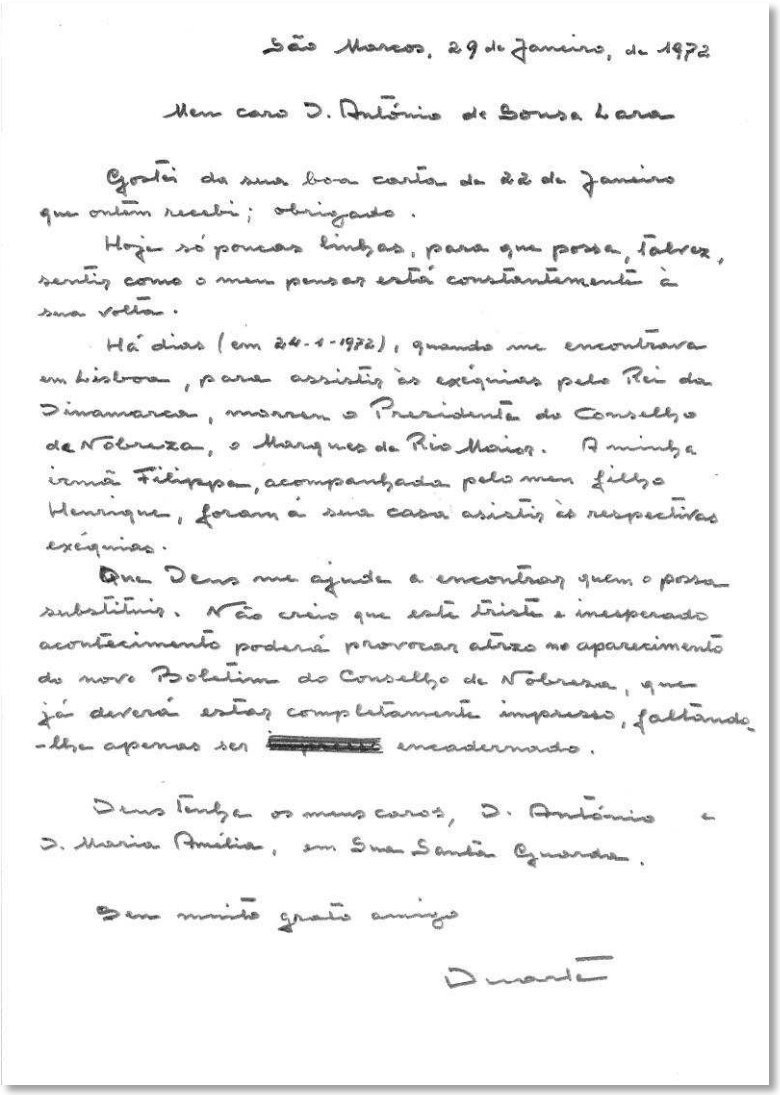
Será melhor eu escrever-lhe a si umas três linhas com as quais se possa servir para, como melhor entender, confirmar a minha decisão .

Dou lembranças aos meus caros, D. Maria Amélia e D. António, em Sua Santa Companhia.

Sempre grato e amigo

P.S.

Por esta carta se entende ter havido anteriormente correspondência trocada entre S.A.R. e o meu tio-Avô António, e nesta, como resposta de S.A.R. o Senhor Dom Duarte Nuno, Duque de Bragança, e como Chefe da Nobreza Portuguesa, é clara, não só a confirmação da concessão do direito nobiliárquico de tratamento de *Dom* por parte desse Príncipe para com o meu tio-Avô, como o tratamento que o Príncipe lhe dava, mas bem ainda a Sua vontade de rapidamente o ver registado oficialmente no Boletim do Seu Conselho de Nobreza. A resposta do meu tio-Avô foi imediata, como o denuncia a carta pelo punho de S.A.R., à qual dá sequência logo uma semana depois:



São Marcos, 29 de Janeiro, de 1972

Meu caro D. António de Sousa Lara

Agradeço a sua boa carta de 22 de Janeiro que ontem recebi; obrigado.

Hoje só poucas linhas, para que possa, talvez, sentir como o meu pensar está constantemente à sua volta.

Há dias (em 24-1-1972), quando me encontrava em Lisboa, para assistir às exéquias pelo Rei da Dinamarca, morreu o Presidente do Conselho de Nobreza, o Marquês do Rio Maior. A minha irmã Filipapa, acompanhada pelo meu filho Henrique, foram à sua casa assistir às respectivas exéquias.

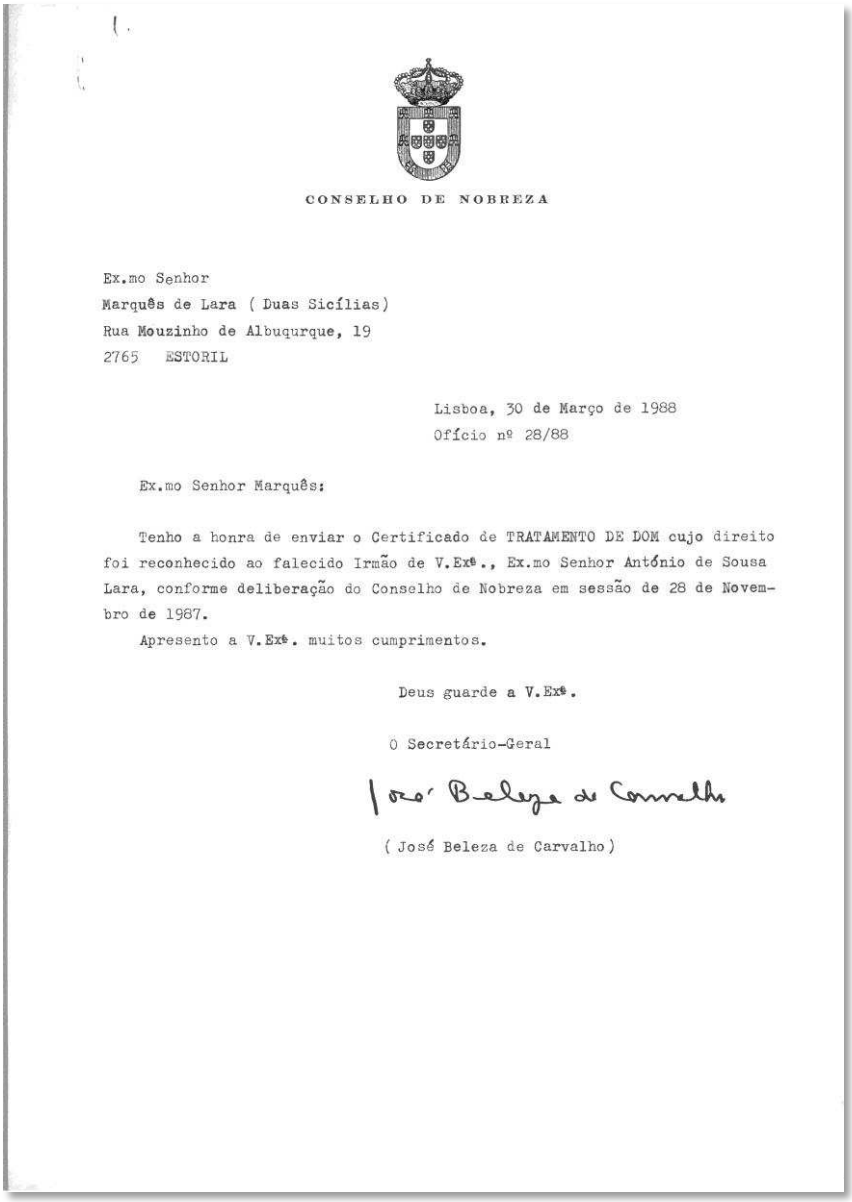
Que Deus me ajude a encontrar quem o possa substituir. Não creio que esta triste e inesperado acontecimento poderá provocar atraso no aparecimento do novo Boletim do Conselho de Nobreza, que já deverá estar completamente impresso, faltando-lhe apenas ser [redacted] encadernado.

Deus tenha os meus caros, D. António e D. Maria Amélia, em Sua Santa Guarda.

Seu muito grato amigo

Duarte

Não podia pois haver dúvidas da vontade do Príncipe. Mas pouco tempo depois falecia de anemia perniciosa esse meu devotado tio-Avô, sem que tivesse visto a sua mercê e honra oficializada no Conselho de Nobreza. E porque não deixou descendência, é mais tarde o meu Avô quem vem a receber a comunicação oficial por parte desse Conselho, pelo ofício n.º 28/88 datado de 30 de Março de 1988:



CONSELHO DE NOBREZA

Ex.mo Senhor
Marquês de Lara (Duas Sicílias)
Rua Mouzinho de Albuquerque, 19
2765 ESTORIL

Lisboa, 30 de Março de 1988
Ofício nº 28/88

Ex.mo Senhor Marquês:

Tenho a honra de enviar o Certificado de TRATAMENTO DE DOM cujo direito foi reconhecido ao falecido Irmão de V.Exª., Ex.mo Senhor António de Sousa Lara, conforme deliberação do Conselho de Nobreza em sessão de 28 de Novembro de 1987.

Apresento a V.Exª. muitos cumprimentos.

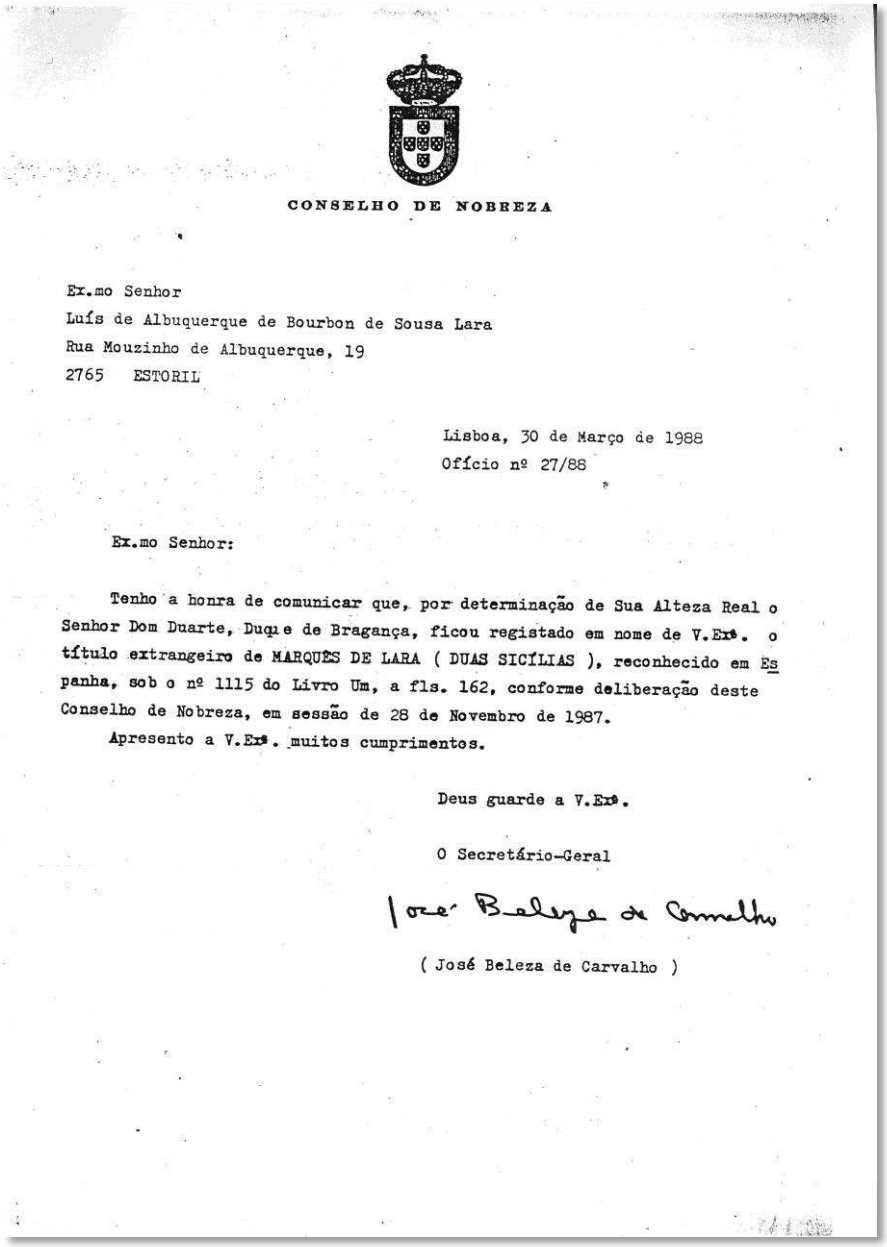
Deus guarde a V.Exª.

O Secretário-Geral

José Beleza de Carvalho

(José Beleza de Carvalho)

Sem descendência, mas com herdeiros familiares. Desde logo o seu irmão imediato e meu avô Luís, que entretanto tinha visto registado a seu favor o seu título Nobliárquico de Marquês de Lara, através do ofício n.º 27/88 de 30 de Março de 1988 do Conselho Nobreza:



CONSELHO DE NOBREZA

Ex.mo Senhor
Luís de Albuquerque de Bourbon de Sousa Lara
Rua Mouzinho de Albuquerque, 19
2765 ESTORIL

Lisboa, 30 de Março de 1988
Ofício nº 27/88

Ex.mo Senhor:

Tenho a honra de comunicar que, por determinação de Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança, ficou registado em nome de V.Exª. o título extrangeiro de MARQUÊS DE LARA (DUAS SICÍLIAS), reconhecido em Espanha, sob o nº 1115 do Livro Um, a fls. 162, conforme deliberação deste Conselho de Nobreza, em sessão de 28 de Novembro de 1987.

Apresento a V.Exª. muitos cumprimentos.

Deus guarde a V.Exª.

O Secretário-Geral

José Beleza de Carvalho

(José Beleza de Carvalho)

Mas, apresentando o meu Avô junto do Conselho da Nobreza a pretensão de registo e a subsequente publicação do mesmo título e tratamento, por motivos que ignoro, não foi concretizado, tal como era desejo expresso do Príncipe. Tardiamente, é certo, tal registo foi executado, não sem que se ignorasse o princípio da sua representação genealógica e continuidade familiar. E curiosamente foi a República Portuguesa através do Ministro da Justiça sob parecer superior da Direcção dos Registos e Notariado, quem deu despacho favorável ao requerimento do meu Avô para reconhecer o uso dos seus títulos nobiliárquicos perante a ordem jurídica Portuguesa.

S. R.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Liv. R.C. 37
Proc.º 186
N.º 186
ML/LM

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
GABINETE DO MINISTRO
2 FEV. 1984
2440 P.º 2000/83

DIRECÇÃO-GERAL DOS REGISTOS E DO NOTARIADO
Serviços Técnicos
Lisboa, 15 de Fevereiro de 1984

24.2.84

Exmº Senhor
Chefe de Gabinete de Sua Exª o
Ministro da Justiça

- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA -

Em cumprimento de despacho do Exmº Director-Geral e com referência ao ofício nº 738, Pº 2000/83, de 26 de Janeiro próximo, desse Gabinete, informo V. Exª de que o Sr. D. Luís Albuquerque de Sousa Lara pode incluir o seu título nobiliárquico na respectiva identificação em actos de registo civil, em que intervenha como declarante, ao abrigo do disposto nº 2 do artº 50º do Código do Registo Civil e nas condições aí estabelecidas.

Junto devolvo os documentos que, por lapso, não foram enviados com o ofício nº 1026, de 25 de Agosto de 1983, destes Serviços.

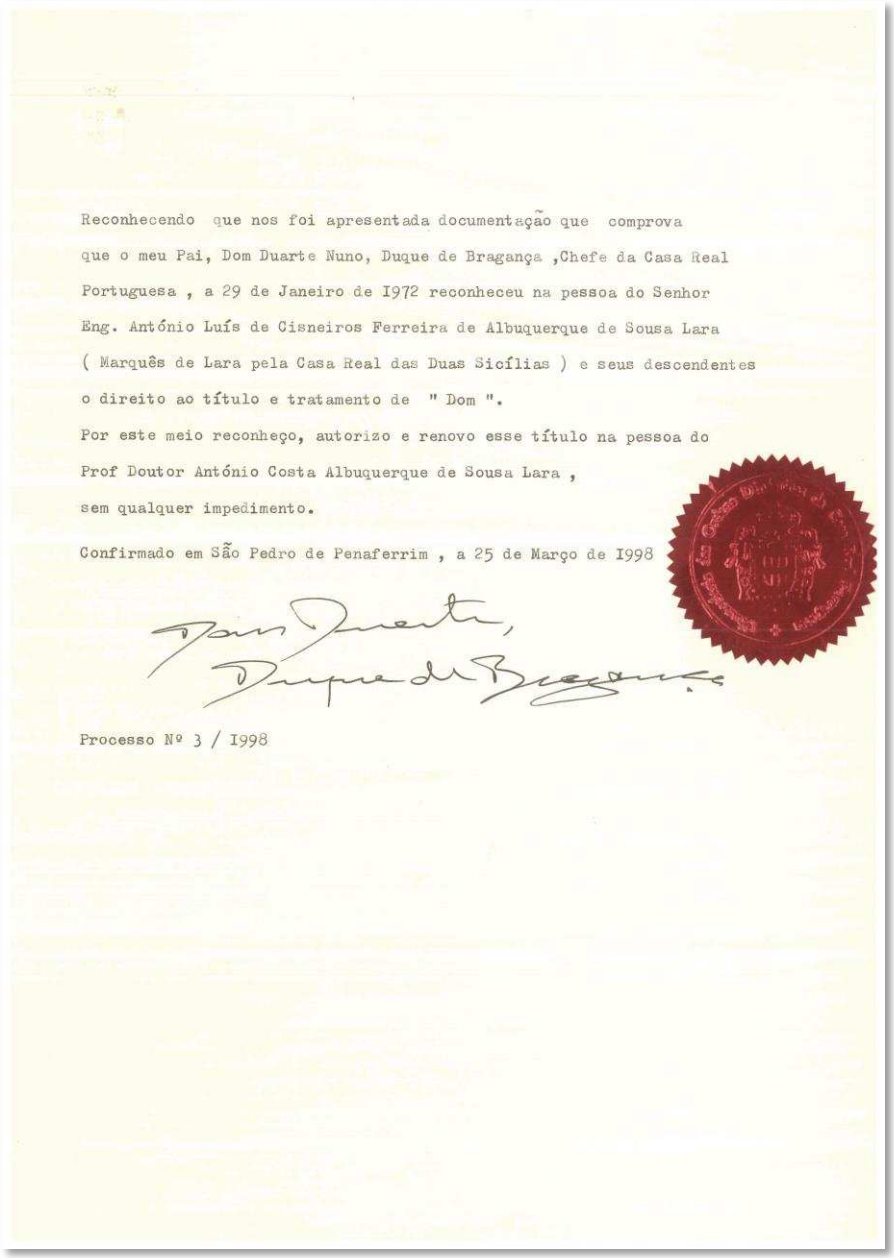
Com os melhores cumprimentos
O INSPECTOR-SUPERIOR

a) Maria Ema de Amyl Bacelar Alvarenga Guerra

Indicar na resposta os números supra e a data deste ofício.

Mod. 7 — Tip. E. P. V. J.

E foi finalmente S.A.R. o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança e actual Chefe da Casa Real Portuguesa, que sempre fez o favor de me considerar, quem tornou extensiva tal mercê ao autor destas linhas, convocando assim à continuidade genealógica tão originariamente merecida e rara mercê.



Reconhecendo que nos foi apresentada documentação que comprova
que o meu Pai, Dom Duarte Nuno, Duque de Bragança ,Chefe da Casa Real
Portuguesa , a 29 de Janeiro de 1972 reconheceu na pessoa do Senhor
Eng. António Luís de Cisneiros Ferreira de Albuquerque de Sousa Lara
(Marquês de Lara pela Casa Real das Duas Sicílias) e seus descendentes
o direito ao título e tratamento de " Dom ".
Por este meio reconheço, autorizo e renovo esse título na pessoa do
Prof Doutor António Costa Albuquerque de Sousa Lara ,
sem qualquer impedimento.
Confirmado em São Pedro de Penaferrim , a 25 de Março de 1998

Dom Duarte,
Duque de Bragança

Processo Nº 3 / 1998

Reconstituição Genealógica

Curiosamente esta Família, apesar de usar o apelido Sousa Lara e durante gerações por varonia o apelido Sousa Carneiro, tem, e de acordo com os dados de investigação mais recentes, a sua varonia nos de apelido Varela. E é precisamente em Jorge Varela, morador em Amarante no final do séc. XV e durante o séc. XVI que se dá início à seguinte resconstituição.

Armas de: I Campos, II Fonseca, III Proença, IV Moreira; timbre Moreira (desenho de Nuno Pinto Leite)

1. **JORGE VARELA**, com quem se inicia esta linha de varonia, por ora, deve ter nascido no final do século XV. Era casado com **Maria Nunes** e morador na Vila de Amarante, seguramente da mesma família do Dr. António Varela que surge referido como padrinho no primeiro livro dos paroquiais de S. Gonçalo dessa Vila no final do século XVI. *Foram pais de:*

1. **MIGUEL VARELA**, matriculado em 1543 em Braga, para ordens menores. Foi moço da câmara do Rei D. Filipe I, cidadão do Porto onde serviu os cargos nobres e contador e inquiridor do juiz de fora da cidade do Porto, por renúncia de seu cunhado Diogo Moreira, no tabelião do Porto Marcos de Lima a 17.4.1587 em Lisboa e carta do mesmo Rei datada de 2.10.1587, por ser casado com **Maria Moreira**, sua irmã mais velha (e do padre frei António Moreira, nascido na Sé do Porto, matriculado em ordens menores em Braga a 7.4.1576 e de epístola em 19.12.1579, e ainda de Isabel Moreira, nascida no Porto e baptizada na Sé a 16.10.1540; todos irmãos de Diogo Moreira, cavaleiro fidalgo da Casa Real e fidalgo de cota de armas, *abaixo referido*, casada, a dita Isabel Moreira com Francisco Jorge, tabelião do público judicial e notas do concelho de Soalhães, por vacatura por morte de João Gonçalves, apresentado pelo conde de Penela e nomeado pelo Rei D. João III e, ainda tabelião do público judicial e notas do concelho de Baião, nomeado pelo mesmo Rei[1], o qual era filho de João Álvares, escudeiro, tabelião do cível e do crime do concelho de Bemviver por alvará de D. João II de 21.0.1486[2], tabelião do julgado e terra de Bemviver e escrivão das sisas e dízimas do mesmo julgado por alvará de D. Manuel I de 28.3.1496[3], e mulher Isabel Jorge, filha de Jorge Afonso, juiz ordinário e da governação do concelho de Baião, morador em Teixeiró[4], a qual Isabel

[1] PT/TT/CHR (Chancelaria Régia)/D. João III/Doações/L.47 f.218v e L.19 f.65v, ano de 1533.
[2] PT/TT/CHR/D. Manuel I, L.8 f.30.
[3] IAN/TT/CHR/D. Manuel I, Livro 33, fls. 10 v.º.
[4] FG (FELGUEIRAS GAYO, Manuel da Costa), Nobiliário de Famílias de Portugal, tít. Castros, § 81.

Moreira, juntamente com seu filho tiveram prazo feito pelo mosteiro de Alpendurada a 27.6.1554[5]; viveram nobremente e como tais se tratavão a Lei da Nobreza com seos criados[6]; e tiveram pelo menos quatro filhos, do primogénito dos quais descendem, por várias linhas, Ana Maria Peixoto e Dona Josefa Maria da Costa *referidas abaixo.*

Diogo Moreira, acima referido e cunhado do biografado, foi escrivão do juízo do mar por carta de 27.4.1563, contador do Porto a 2.7.1566, chanceler e promotor da justiça a 8.1.1570, fidalgo de cota de armas de sucessão por cartas de armas de 1565 (escudo pleno de Moreira, por diferença um trifólio, timbre de Moreira) e de 8.2.1584 (escudo esquartelado de Campos, Fonseca, Proença e Moreira, timbre de Moreira), escudeiro-fidalgo da Casa da infanta D. Maria e moço da câmara do Rei D. Sebastião, cavaleiro fidalgo da casa Real por alvará de 9.5.15.., falecido com geração extinta. Ele e seus irmãos, dos quais a mulher do biografado, eram filhos de Henrique Moreira e mulher Maria Gonçalves. Henrique Moreira foi escudeiro, escrivão dos feitos da moeda e guarda da fundição da mesma por carta de 25.1.1537, contador dos feitos e custas da cidade do Porto e inquiridor da mesma por alvará de 16.4.1539, moço da câmara do Rei e escrivão dos armazéns e tercenas em 19.5.1551, cidadão da cidade do Porto, natural de Campos, em Penha Longa, e morador na freguesia da Sé (Porto) ainda em 1579; e casou a primeira vez, por volta de 1530, com Maria Aranha, irmã de Cristóvão Aranha (escudeiro de D. António de Ataíde, do conselho do Rei e vedor da fazenda), proprietário de um ofício de que à sua morte passou para *seu cunhado* o referido Henrique Moreira, que durante esse casamento obteve do mosteiro de Paço de Sousa a 25.8.1534 o for: *Prazo feito a Henrique Moreira, escudeiro do Sr. Bispo do Porto, D. Pedro da Costa, e mulher Maria Aranha, da Quinta da Pousada, do couto de Avintes, com a quebrada do Loureiro*[7]. Esta sua mulher, Maria Aranha, deve ter falecido entre 1436/38 pois em 1439 ele já se encontrava casado com a segunda mulher Maria Gonçalves [da Fonseca], filha mais velha de Gonçalo Fernandes[8], irmão de João Fernandes, comprador e dispenseiro-mor da Rainha D. Catarina, e de Pêro Fernandes, escudeiro e contador do Porto por alvará do Rei D. Manuel I. Contador dos Feitos e Custas e Inquiridor do Judicial do Porto, por carta de 05-12-1519, e Selador da Alfândega desta cidade, por Alvará de 22.3.1533[9]. *Foram filhos dos biografados:*

[5] PT/ADP (Arquivo Distrital do Porto)/Mosteiro de Alpendurada/mostrador de prazos, L.3236 f.s 256 e 381.
[6] PT/TT/DP (Desembargo do Paço)/Minho e Trás-os-Montes/m.1425 cx.1517 f.125 e seguintes.
[7] PT/ADP/Mosteiro de Paço de Sousa/Índice geral dos prazos abaciais, L.3 f.5 (25 Agosto 1534).
[8] PT/TT//CHR/D. João III/Doações/L.19 f.7 v.
[9] PT/TT/CHR/D. João III/Doações/respectivamente L.42 f.100 e L.19 f.77v.

1.1. **Henrique Moreira**, que segue na propriedade dos cargos de seu bisavô, avô, tio e pai que herdou a 29.3.1601, designadamente como escrivão da alfândega do Porto[10] e contador e recebedor da mesma cidade[11], escrivão dos feitos do juiz do mar dessa cidade a 27.4.1613[12], Cidadão do Porto, casado com D. Ana de Araújo de Mesquita, filha do licenciado Baltasar de Araújo, por cuja descendência segue a representação desta família – *morgados de Nossa Senhora dos Remédios em Campos, Penha Longa*). Foi nomeado cavaleiro-fidalgo da Casa Real, como consta da referida chancelaria régia.
1.2. **António Moreira**, *com quem se continua.*
1.3. **Maria Moreira**, que foi herdeira e testamenteira de sua mãe. Parece ser esta senhora casada com **Jorge dos Reis Clemente**, mestre espadeiro no início da sua vida e que depois viveu nobremente, progenitores da ilustre família portuense dos Gomes Varela, familiares do santo ofício, cavaleiros da ordem de Cristo, sucessores em muitos cargos nobres de nomeação régia.

2. **ANTÓNIO MOREIRA**, que com sua irmã assiste ao óbito da mãe Maria Moreira a 5.9.1597, já viúva, na Casa de Campos, Penha Longa, para onde fora morar, tendo ficado ambos herdeiros dela. Morreu a 27.3.1627 em Penha Longa tendo sido morador em Campos, no termo de Penha Longa, onde foi *homem nobre e da melhor geração da sua terra*[13], e a 6.1.1595 em Penha Longa, morrendo seu sogro, foi seu testamenteiro: *seu genro António Moreira*. Casou duas vezes, a primeira com **Ana Aranha** (a) filha de Rui Mendes e mulher Antónia Vieira; e a segunda com **Vitória Pires** (b), falecida a 11.9.1634 em Penha Longa, filha de Pedro Fernandes e mulher Antónia Pires. Vitória Pires era irmã do padre Sebastião Pires de Campos e de Francisco Gonçalves de Poiares, e foi herdeira do casal do Cabo na Aldeia de Poiares. Em 1593 é como tal referida no tombo do mosteiro de Paço de Sousa[14]. *Foram seus filhos:*

2.1. **Gaspar Moreira**.
2.2. **Baltasar Moreira**, que tal como seu irmão *acima* surge como padrinho em crismas e também como testemunha em várias inquirições *in genere*.
2.3. **Antónia Moreira**, de Campos de Cima, foi crismada em Penha Longa a 1.11.1592 pelo Bispo do Porto. Fez dote a sua sobrinha Antónia Moreira Barbosa como se vê pelo seu óbito a 15.8.1684, em que teve três ofícios de dez padres cada.
2.4. **António Moreira**, *com quem se continua.*

[10] PT/TT/CHR/D. Filipe II/Doações/L.10 f.88.
[11] PT/TT/CHR/D. Filipe II/Doações/L.30 f.111v.
[12] PT/TT/CHR/D. Filipe II/Doações/L.31 f.72v.
[13] PT/TT/TSO-CG/HSO (Habilitações do Santo Ofício)/Estêvão, m.1 D.18.
[14] PT/TT/Colecção Costa Basto, impresso.

3. **ANTÓNIO MOREIRA**, foi baptizado a 30.11.1594 em Penha Longa, sendo padrinhos Estêvão de Aguiar e Catarina Luís, e foi crismado em Penha Longa a 2.11.1603 pelo bispo do Porto D. Jerónimo de Menezes. Casou duas vezes: a primeira a 27.1.1622, em Sande, com **Filipa Antónia** (a), falecida a 24.9.1643 em Penha Longa, filha de Filipe António e mulher Maria Gonçalves. Casou segunda vez a 3.5.1645 em Sande com **Maria Teixeira** (b), irmã de Manuel Teixeira casado com Francisca Pereira e pais de Tomé Teixeira Dias, familiar do santo ofício por carta de 11.12.1691[15], e filhos de António Teixeira que foi vereador e juiz ordinário da câmara de Bemviver, e mulher Apolónia Dias, de Sande; neta paterna de Amador Teixeira e mulher Camília Fernandes, de Vila Boa do Bispo; e neta materna de Pantaleão Gonçalves e mulher Maria Marques, de Sande, todos todos cristãos velhos e estes últimos quatro, seus avós, viveram de suas fazendas honradamente. António Moreira morreu em Penhalonga a 14.9.1649 registando-se no seu assento de óbito: *faleceo desta vida presente Ant.º. mr.ª de Poares, v.º aos 14 de Setembro de 649 e fez testamento cerrado e entre as may cousas que nelle deixou foi hua verba que dis o seguinte Item disse que tinha o campo de Ladino que faz foro ao Morgado da Taipa de que tem titulo de compra de que paga quarenta rey de renda; e a si tinha o seu olival da Cardia foreiro a o sõr da terra e a leira de Giraldo que é do dito casal de paço de Sousa cõ a renda que lhe couber estas três pessas disse que deixava á confraria do Santíssimo Sacramento desta freguesia de Penhalonga. O Maior do nós as arendarão e colherão os fruitos pêra dita confraria cõ os fruitos que nella obtiverem depois do falecimentodo testador e com may mil rey em dr.º que disse lhe devia Francisco Carvalho de Poares que de lhos anrecadaram que lhos emprestara da morengraça em dr.º de contado e por isso lhe mandava a confraria dizer á sua custa sinquo missas vessadas e por hua vey só o ementarão á sua custa o segundo anno histo é o tocante á confraria do Santíssimo Sacramento e mais deixou lhe fisessem por sua alma três officios de doze lições cada huo e de dês padres cõ hua missa cantada em cada hu e de oferta a cada officio darão cem rey Item mais mãdou que Ant.º Teixeira lhe mandasse dizer dez missas vessadas alem dos officios acima pagas como se costuma na dita Igr.ª Item mais Gaspar da Rocha mandará outro si diser vinte missas vessadas nesta mesma Igr.ª histo em tempo de dous annos. Item may Manuel Luís, seu testamenteiro lhe mandará disser sinquo missas, Ant.ª Fernandes, v.ª hûa a Santo Ant.º que o todo facem a soma de quarenta e hûa todas vessadas e ditas nesta Igr.ª onde he freguês e declaro que os campos e olival acima nomeados que deixou á confraria do Sor Sacm.º para sempre e per ser verdade fés este assento na forma do testamento que é testamenteiro Manuel Luís do mesmo lugar como mais largamente do dito testamento consta fis e assinei a 19 de Setembro de 649. O Cura George do couto Ferreira*".

Maria Teixeira, a biografada, teve o casal da Vila em Sande[16] em que se diz ser Maria Teixeira *nora de António Moreira*, prazo esse que tem duplo interesse pois aparece também *António Peixoto, de Vila, Gontige, como parente mais chegado à linha de geração donde*

[15] PT/TT/TSO-CG/HSO/Tomé, m.2 d.27.

[16] PT/TT/Convento de Vila Boa do Bispo/Livro de Prazos n.12 f.24 v.

vieram e procederão as ditas propriedades que hoje possuem, o que reforça a tese de serem os Teixeiras de Azevedo casados com os Peixotos, seus parentes. *Foram seus filhos:*

3.1. (a) **Maria**, nasceu a 3.2.1624 e foi baptizada a 6.2.1624 em Penha Longa sendo padrinhos António Gonçalves, das Nogueiras, e Antónia filha famílias de Maria Fernandes, das Nogueiras.
3.2. (b) **Manuel Moreira Barbosa**, *com quem se continua.*
3.3. (b) **Maria Moreira Barbosa**, foi baptizada a 19.5.1650 em Sande sendo padrinhos Domingos de Araújo, do lugar do Ribeiro, e Francisca Pereira, de Vila. Casou a 2.9.1670 em Sande com **Domingos Aranha**, filho de Custódio Ribeiro e mulher Maria Aranha, nascida a 12.2.1635 e baptizada a 17.2.1635 em Sande, sendo padrinhos Francisco Ferraz, de Resende, e Antónia Ribeiro, também de Resende. *Com descendência.*
3.4. (b) **Antónia Moreira Barbosa**, foi baptizado a 7.10.1652 em Sande sendo padrinhos Bartolomeu do Couto e Antónia da Rocha. Teve dote de sua tia Antónia Moreira conforme se regista no assento de óbito da mesma. Casou a 10.10.1671 em Sande com **Manuel Vieira Correia**, de Penha Longa, onde morreu com testamento. Tinham de seu várias terras de prazo foreiras aos mosteiros de Salzedas e de Alpendurada. *Com descendência.*
3.5. (b) **Francisco Teixeira**. Casou a 6.7.1712 em Sande, sendo dispensados no 4.º grau de consanguinidade, com **Antónia Teixeira**, filha de André Moreira e mulher Maria Teixeira, do lugar de Cristóvão. *Com descendência.*
3.6. (b) **Pedro Moreira Barbosa**, nasceu cerca de 1665 e casou para Amarante com **Ana Correia**, daí natural, falecendo a 3.5.1728.
3.7. (c) **Adão Moreira**, havido em **Apolónia**, mulher solteira, nasceu em Penha Longa e casou com **Catarina Álvares**, de Miragaia. *Com descendência.*

4. **MANUEL MOREIRA BARBOSA**, nasceu em Sande mas foi viver para o Porto onde exerceu o ofício de ourives da prata e de moedeiro da Casa da Moeda. Este último cargo não era remunerado e exigia habilitação *in genere*, concedendo largas isenções e privilégios, designadamente o de usar na procissão do *Corpus Christi* chapéu emplumado, capa de grande roda, volta e espadim, iguais às dos vereadores. O primeiro dos seus ofícios dava-lhe, naquela época e naquela cidade, estatuto de nobreza. Em 1679 assina com os outros ourives do Porto uma exposição ao senado da câmara da cidade para serem alistados na companhia da nobreza, o que é despachado favoravelmente. Foi eleito juiz da corporação e ajuramentado perante o dito senado em 1678, depois de ter sido escrivão da mesma. Foi reeleito juiz em 1699[17]. Casou com **Luísa da Conceição Baldaya**, natural de São Nicolau, filha de

[17] RAMOS, Maria da Glória Magalhães de Sousa, *Organização da Ourivesaria em Portugal*, in Museu n.º 11, p. 48 e seguintes.

Pedro do Couto, *o Grandão,* e mulher Margarida da Conceição Baldaya. Pedro do Couto, natural de Casadela, Vila Boa do Bispo, foi ourives da prata no Porto alistado na referida companhia da nobreza por igual despacho do senado da câmara, mesário da santa casa da misericórdia dessa cidade, fiscal dos pesos e medidas, por decisão camarária, (irmão do padre licenciado Manuel do Couto[18], *s.m.n.*, e tio do capitão Manuel do Couto de Azevedo, cavaleiro professo na ordem de Cristo e cidadão do Porto). Sua mulher, Margarida da Conceição [Baldaya], era tia do doutor em cânones Manuel Nunes Baldaya, vigário-geral da arquidiocese de Braga e desembargador da Relação eclesiástica da mesma, e filha do ourives Jorge Vieira, homem nobre e principal da Cidade do Porto, e mulher Maria Álvares. *Foram seus filhos:*

4.1. **Maria da Conceição Barbosa**, foi baptizada a 31.1.1671 em São Nicolau, Porto, onde casou a 10.2.1687 com **Pantaleão Freire**, administrador de um vínculo de capela na igreja de São Francisco do Porto, filho de Francisco Freire e mulher Catarina Francisca. Foram os pais do padre frei Pantaleão Freire Baldaya, chantre da Sé, membro do seu cabido, superior do colégio do Pópulo, em Braga, e administrador de dois vínculos de capela na dita igreja de São Francisco do Porto[19].
4.2. **Agostinho Moreira Baldaya**, *com quem se continua.*
4.3. **Francisca Teresa Baldaya**. Casou duas vezes, ambas com dote e arras: a primeira com **Agostinho da Silva** (a), familiar do santo ofício por carta de 7.4.1692[20]; e casou segunda vez a 25.12.1707 em Braga, Nogueira, com **Giraldo Ferreira Guimarães**, filho de Nicolau Gomes e mulher Joana de Sousa, do Porto, Santo Ildefonso *Sem descendência.*

5. **AGOSTINHO MOREIRA BALDAYA**, nasceu a 31.1.1672 e foi baptizado a 16.2.1672 na igreja paroquial da freguesia de São Nicolau, concelho do Porto. Foi filho herdeiro, e teve habilitação de ordens na câmara eclesiástica de Coimbra[21]. Sucedeu na abadia de São Paio de Arcos e de São João Baptista de Nogueira, como testamenteiro e herdeiro de seu primo o desembargador e vigário-geral da arquidiocese de Braga acima referido. Não casou e teve três filhos naturais que legitimou por via de bulas de Sua Santidade e por alvará régio *para poderem suceder em morgado e quaisquer outras heranças e direitos e outrossim quero e outorgo que por esta legitimação haja o dito … a nobreza e os privilégios dela que por direito comum leis ordenações e usanças deste Reino haver poderia se de legitimo matrimónio nascido fora*[22]. Deixou muitos bens reguengos e de prazo de vidas, que repartiu entre dois deles por ter falecido o outro, e apenas um dos seus filhos deixou descendência. De **Rosa Maria da Silva**, solteira, natural da Quinta de Vale de Flores, freguesia do

[18] PT/APEP, inquirições de genere de S. Nicolau do Porto.
[19] GUERRA, Rui Moreira de Sá e, *O Tripeiro*, 6.ª série, vol.VI p.180-181.
[20] PT/TT/TSO-CG/HSO, Agostinho m.2 d.30.
[21] PT/AUC-DIIIS/1.º E-E.1. T.1. n.º 8 (Ordens de Diácono em 1695).
[22] PT/TT/CHR/D. João V/Perdões e Legitimações/L.135 f.206, L.137 f.113, e L.140 f.78.

Mosteiro de Refojos de Basto, tia paterna de João da Silva e Cruz, familiar do santo ofício por carta de 12.08.1766 *com sítio e escravos e dote de 5 mil cruzados para casar*, e filha de João da Silva Ferreira, Senhor da dita Quinta, lavrador honrado "*bem afazendado e de grossos bens* e mulher Margarida Francisca da Silva, teve um filho que deixou, pelo seu falecimento em Braga, como seu universal herdeiro, plenamente legitimado, e referido no seu extenso testamento onde dispõe destes e de outros assuntos, a:

6. **LEANDRO JOSÉ BALDAYA**, nasceu na Quinta de Vale de Flores, freguesia de Refojos, concelho do Porto, arcebispado de Braga, herdeiro e plenamente legitimado por Sua Santidade e por alvará de 20.8.1732 do Rei Dom João V[23], precedido de escritura pública no tabelião do público, judicial e notas de Braga, Rafael da Rocha Malheiro, a 1.5.1735. Herdou de seu pai muitos bens reguengos e de prazo como se verifica do testamento dele, de entre os quais os prazos de Vila Nova e do Feijoal, em Sande, renovados a 16.1.1763[24]. Casou a 22.9.1743 em Penha Longa com sua parente **Teresa Maria de Jesus de Sousa**, aí baptizada a 5.1.1725, herdeira e administradora da capela de São Pedro do Sameiro[25], instituída a 9.5.1754 pelo padre Manuel de Sousa, filha de Manuel Carneiro Barbosa, senhor da quinta da Berbolga, vereador do concelho de Bemviver, nascido a 22.10.1700, e mulher, casados a 19.7.1723, Antónia de Sousa; neta paterna de Gonçalo Carneiro Barbosa, nascido 2.11.1739 em Penha Longa, e mulher e prima em 5.º grau, aí casados a 21.8.1692, Catarina Carneiro. Seu avô Gonçalo Carneiro Barbosa era neto de Pedro Barbosa e mulher, casados em Penha Longa a 20.11.1594, Catarina Carneiro, e bisneto de Diogo Moreira e mulher Maria Barbosa; ele, filho de Francisco Jorge e Isabel Moreira, *referidos acima*; e ainda bisneto do padre Brás Carneiro, cura da igreja de Penha Longa, e de Ana Dias, solteira da freguesia de Santo André da Várzea, também *acima referidos*). A dita Catarina Carneiro era filha de Miguel Moreira e mulher Maria Carneiro; neta paterna de Pedro Moreira, senhor do prazo da Cancela em 1609, e mulher Antónia Pinto; bisneta por varonia de Francisco Jorge e mulher Isabel Moreira, *acima referidos*. A qual Maria Carneiro era filha de António Pinheiro e mulher Maria Carneiro, e neta materna de Domingos Carneiro e mulher Margarida Cardoso casados 24.2.1591; e bisneta de Gaspar Carneiro de Vasconcelos, progenitor dos Carneiros de Bemviver[26]. Herdaram como referido, muitas outras terras em Bemviver designadamente o prazo do Casal de Vila Nova que lhes foi renovado na freguesia de Sande a 16.6.1763[27]. Leandro José Baldaya morreu com 85 anos de idade a 25.2.1808 com todos os sacramentos, e teve ofício de corpo presente celebrado por 10 padres e *100 missas de tostão e darem esmola aos*

[23] PT/TT/CHR/D. João V/Perdões e Legitimações/L140 f.78.
[24] PT/TT/MFF.2286 f.95, L26 f.117 e L.109 f.332.
[25] PT/TT/Memórias Paroquiais, Penha Longa, f.817.
[26] FG, op.cit, tít. Carneiros, § 74, Carneiro Geraldes, Leão Carneiro, etc.
[27] PT/TT/MFF, antigo L.94 f.95, L.109 f.332.

pobres, como consta da escritura de dote que fizeram, ele e sua mulher, a sua filha Ana Maria. Teresa Maria de Jesus de Sousa havia falecido com 84 anos e todos os sacramentos a 16.10.1807. *Foram seus filhos:*

6.1. **Manuel de Sousa Carneiro**, *com quem se continua.*
6.2. **Joana**, foi baptizada a 4.6.1757 em Penha Longa.
6.3. **António**, foi baptizado a 9.6.1763 em Penha Longa.
6.4. **Leandro José Carneiro**. Casou a 28.2.1755 em Penha Longa com **Maria Teresa de São José**, filha de José Vieira de Melo e de Ana Teresa.
6.5. **Ana Maria**, dotada pelos pais.

7. **MANUEL SOUSA CARNEIRO**, nasceu a 18.8.1745 e foi baptizado a 30 em Penha Longa, sendo padrinhos, Silvério Valente Coutinho, do lugar da Concela e Tomásia Maria de Pedrosa, viúva, do lugar da Granja. Foi senhor da Quinta da Berbolga e 2.º administrador do vínculo e capela de São Pedro do Sameiro. Casou em Sande a 25.02.1772, em Sande, com prévia escritura de dote e arras, com **Ana Maria Peixoto Moreira**, filha de Manuel da Costa Pereira e de sua mulher Maria Moreira Peixoto, nascida a 20.01.1739, sendo baptizada a 29, em Sande, tendo como padrinhos Manuel Pereira Delgado e sua mulher Maria da Rocha, do lugar de Vila Nova, freguesia de Sande. Por sua Mãe, ficou herdeira da Casa de Vila Nova em Sande e do prazo do Cristóvão, pertencente aos Peixoto Teixeira de Azevedo de que foi ramo primeiro, no Marco, o dos *Peixoto Pereira Pimentel de Brito e Vasconcellos Côrte-Real*, senhores da Casa de Lamas, e ainda os Viscondes da Sobreira. Pela habilitação *in genere* de um neto deste casal, o padre José de Sousa Carneiro[28], sabe-se que *sempre viveram de seos bens e fazendas com toda a honra, caracter e religiam*. *Foram seus filhos:*

7.1. **Maria de Sousa**, nasceu a 5.2.1774 e foi baptizado a 9 em Sande sendo padrinhos Manuel José Peixoto, do lugar de Vila Nova, e Ana, filha de Leandro José Baldaya, da freguesia de Penha. Casou em Sande a 7.3.1791 com **José Mendes de Pedrosa e Vasconcelos**, filho de José Mendes de Pedrosa e Vasconcellos e mulher *D.* Luísa Maria Nunes de Andrade, moradores na Casa de Vila Nova, neta paterna de António Mendes de Vasconcellos e mulher Josefa Maria Vieira de Pedrosa; e neta materna de Veríssimo Pinto e mulher Leonor Nunes de Andrade, da Casa do Agrelo em Penha Longa. *Sem descendência.* Tiveram o casal do Campo, foreiro ao Convento de Alpendurada[29]. Tendo enviuvado desta mulher José Mendes de Vasconcellos voltou a casar com uma prima de quem teve descendência, falecendo já viúvo na Casa de Vila Nova, com testamento em que deixa 1.000 missas pela sua alma e pela dos seus familiares, a 8.6.1849.

[28] PT/APEP/Maço de Sande.
[29] PT/TT/Ministério das Finanças/Remissão de Foros, caixa 5862, carta 100082, 5102, e tabelião Manuel José de Pinho Vieira, L.18 f.31.

7.2. **Manuel de Sousa Carneiro**, *com quem se continua.*

8. **MANUEL DE SOUSA CARNEIRO**, nasceu a 7.6.1777 e foi baptizado a 15 em Sande, sendo padrinhos Manuel Carneiro Barbosa e Teresa Maria de Jesus do lugar de Poiares, freguesia de Penha Longa. Sucedeu como o 3.º administrador do vínculo de São Pedro do Sameiro e senhor da Quinta da Berbolga e da Casa e ainda na Quinta de Vila Nova em Sande, onde faleceu a 14.9.1859. Casou com escritura de dote, em Penha Longa, com *D.* **Josefa Maria da Costa**, filha de José Vieira da Costa e mulher Maria Angélica da Silva, nascida a 24.3.1779 e baptizada a 28 em Penha Longa sendo padrinhos Francisco Vieira da Costa, irmão do pai e sua mulher, Josefa Maria Pinto, todos do lugar de Poiares. Faleceu em Sande a 13.7.1852 na Quinta de Vila Nova com um ofício de 5 padres. Deixou testamento de mão comum com seu marido onde manda rezar 500 missas de sufrágio e oferece 14.400 reis aos pobres. *D.* Josefa, foi herdeira de seus tios Manuel António da Costa e Silva, cavaleiro da ordem de Santiago, e mulher *D.* Ana Maria da Natividade, moradores no Porto e de quem herdou a casa e Quinta da Capela em Alpendurada. Manuel de Sousa Carneiro foi eleito em 31.12.1839 vereador da câmara municipal de Bemviver, na lista de presidência de seu primo o *Dr.* Jerónimo José Soares Peixoto, sendo fiscal seu outrossim parente Manuel Pinto Peixoto e Vasconcellos, e vereadores ainda, António Vieira de Sousa e João Soares de Madureira Leitão. A 19.1.1850 foi designado juiz pela ordenação do distrito de Penha Longa[30]. *Foram seus filhos:*

8.1. **Manuel de Sousa Carneiro**, *com quem se continua.*
8.2. *D.* **Ana**, foi baptizada a 17.12.1797 em Sande.
8.3. *D.* **Josefa**, foi baptizada a 12.10.1798 em Sande.
8.4. *D.* **Maria da Costa Peixoto** ou **Maria de Sousa**, foi baptizada a 26.3.1799 em Sande. Casou a 17.5.1824 em Sande com **António da Rocha**, filho de Francisco José da Rocha Moreira Gonçalves e de *D.* Mariana Antónia Nunes de Meireles. *Com descendência.*
8.5. *D.* **Ana Joaquina de Sousa**, foi baptizada a 27.2.1801 em Sande. Casou com seu primo **Agostinho Vieira Carneiro**, ajudante do regimento de Penafiel e vereador da câmara de Bemviver. *Com descendência.*
8.6. Padre **José de Sousa Carneiro**, foi baptizado a 2.7.1804 em Sande. Teve *inquirição de genere* no bispado do Porto a 2.9.1824. Foi secretário da vara do 1.º distrito da comarca de Sobretâmega[31], vigário da vara na diocese do Porto e abade de Manhuncelos por carta régia de D. Maria II de 5.10.1840[32]. Faleceu com testamento em 11.3.1892, em que deixou o que tinha a seus irmãos e sobrinhos.

[30] PT/Arquivo da C.M. de Marco de Canaveses/Correspondência da C.M. de Bemviver, Pasta 2.
[31] PT/TT/Autos de Aclamação, Maço 19- 434.
[32] PT/TT/RGM (Registo Geral de Mercês)/D. Maria II, L.13 f.157v-158.

8.7. **António Joaquim de Sousa Carneiro**, foi baptizado a 29.10.1806 em Sande. Casou a 21.5.1825 em Sande com *D.* **Margarida Emília de Santa Rita**, filha do alferes José Mendes de Vasconcelos e mulher *D.* Luísa Maria de Andrade. *Com descendência.*

8.8. *D.* **Margarida Emília de Sousa Carneiro**, foi baptizada a 29.5.1809 em Sande. Casou a 4.4.1836 em Sande com **Joaquim António Mendes de Vasconcellos**, filho do alferes José Mendes de Vasconcelos e de sua mulher *D.* Luísa Maria de Andrade. Faleceu ela viúva em Penha Longa a 29.10.1884. *Com descendência.*

8.9. **João de Sousa Carneiro**. Casou a 8.2.1836 em Nevogilde, Lousada, com **Maria Rosa Pacheco**, filha de Caetano Nunes Ferreira e mulher Maria Rosa Pacheco.

8.10. *D.* **Maria Júlia da Conceição e Sousa**. Casou a 7.8.1841 com João José de Vasconcellos, filho de José Joaquim de Vasconcellos e mulher Josefa Maria de Aveiro.

9. **MANUEL DE SOUSA CARNEIRO**, nasceu a 28.12.1795 e foi baptizado a 3.1.1796 em Sande, sendo padrinhos os avós paternos por procuração de Manuel António da Costa e Silva e mulher Antónia Maria da Natividade, da cidade do Porto. Foi o herdeiro da casa de Vila Nova em Sande. Casou com escritura de dote e arras a 2.11.1822 em Tuías, Marco de Canaveses, com *D.* **Gertrudes Maria da Costa Ribeiro de Vasconcellos**, que nasceu a 10.2.1807 e foi baptizada a 13 em Tuías sendo padrinhos José Coelho, casado, do lugar de Pinheiral, freguesia de Avessadas, e Joaquina, solteira, de Vila Verde e tia da baptizada. Foi *D.* Gertrudes Maria da Costa Ribeiro de Vasconcellos filha legitimada e herdeira universal de António da Costa Ribeiro de Vasconcellos, senhor da casa de Vilar em Tuías e Quintas das Almas, e de Custódia Maria Soares. *D.* Gertrudes foi herdeira de sua prima *D.* Maria Teresa Ribeiro de Vasconcellos, senhora da casa de Vila Verde, em Tuías, e de seus tios paternos Bernardo e *D.* Eugénia Angélica, das suas partes nas Quintas da Povoação e de Vilar, bem como da casa do Freixo, da Tapada da Várzea, Casais da Mouta, com suas casas, Tapada da Portela, com suas casas, prazos de Vilar e de Olivais, por testamento de mão comum de 30.8.1860. A 28.7.1832 tiveram a renovação do prazo do casal de Vilar nas notas do tabelião João Luis de Magalhães foreiro ao convento de São Bento de Avé Maria. Quando foi remido o foro foi avaliado em 1.243.000$000 réis[33]. Tiveram ainda os prazos de geração de Vila Verde, Ambrães em Tuías e da Quaresma no Freixo, todos remidos na mesma época[34], o casal do Ribeiro e Fonte, Quebrada do Lodeiro, suas casas, terras lavradias, águas e mato, na freguesia de Sande,

[33] PT/TT/MFF, caixa 279.

[34] PT/TT/Ministério das Finanças/L.183; cartas de venda 54613, lista 27254 Casal do Rio, L.410, n.17.607 a F.

outrora foreiras a Alpendurada. Entre 6 e 20.11.1843 faz Manuel e Sousa Carneiro a remissão do prazo factoesim de que fora senhorio directo o convento de São Domingos do Porto de umas casa com os n.os 79 e 80 sita na Rua do Belo Monte, na freguesia de São Nicolau do Porto que *confronta a nascente com as casas do cónego Amaro, do poente com António Luis de Andrade do Sul com as traseiras da casa da Ferraria de baixo e a norte com a rua pública*[35]. A 26.2.1858 faz a remissão dos prazos foreiros a Alpendurada de Casais do Ribeiro, Fontes e Quebrada do Loureiro em Sande, terras que havia comprado a Inácio Teixeira Nunes de Vasconcellos. No inventário de menores que correu por óbito do biografado no juízo de direito da comarca do Marco a 19.7.1858, a Quinta de Vilar já sua posse plena, foi avaliada em 1.554$400 réis, a fazenda da Aldeia em Sande louvada em 600$000 réis, a casa do Campo da Quinta de Vilar em 480$000 réis, a fazenda do Lourentim em Sande em 1.500$000 réis, o Olival da Malhadoura em Avessadas em 100$000 réis, a Quinta de Vila Verde em Tuías em 553$885 réis, fora os bens móveis, o gado, as éguas, armas de caça e de cavalaria, rendas a haver, géneros de consumo etc. O biografado foi ainda vereador da câmara do concelho de Soalhães na presidência de João de Almeida Peres e então colega de Luís de Serpa Pinto, José Pereira Ribeiro e António Monteiro de Magalhães[36], e membro da comissão administrativa da câmara municipal de Tuías durante vários anos. Desempenhou as funções de juiz de paz de Tuías, Freixo e Avessadas em 23.3.1838[37] e faleceu a 19.7.1858 em Tuías com um ofício de 21 padres e outro seguinte de mais dez padres. *Foram seus filhos:*

9.1. *Dr.* **António de Sousa Carneiro**, foi baptizado a 9.1.1823 em Tuías. Formado em direito pela universidade de Coimbra, advogado, presidente da câmara municipal do Marco de Canaveses, administrador deste concelho de 25.5.1872 até 11.12.1878, procurador à junta geral do distrito pelo Marco, eleito por unânimidade do senado da câmara a 21.1.1878, tendo anteriormente sido vereador e vice-presidente da mesma câmara (2 e 3 de Janeiro de 1878). Casou em Tuías a 15.5.1859 com *D.* Maria da Graça de Sousa Monteiro. *Com descendência.*
9.2. **Manuel de Sousa Carneiro**, *com quem se continua.*
9.3. *D.* **Maria José de Sousa Carneiro**, foi baptizada a 9.10.1825 em Tuías. Casou em Tuías a 20.11.1849 em Tuías com seu primo **João Carneiro de Mello** (a), de Penha Longa, e 2ª vez com **Rodrigo Augusto Pinto de Magalhães** (b), proprietário e tabelião notário no Marco. *Com descendência de ambos os casamentos.*
9.4. *D.* **Ana Augusta**, foi baptizada a 27.3.1827 em Tuías. Faleceu solteira.
9.5. *D.* **Margarida Máxima de Sousa**, foi baptizada a 18.10.1828 em Tuías. Faleceu solteira a 29.10.1850.

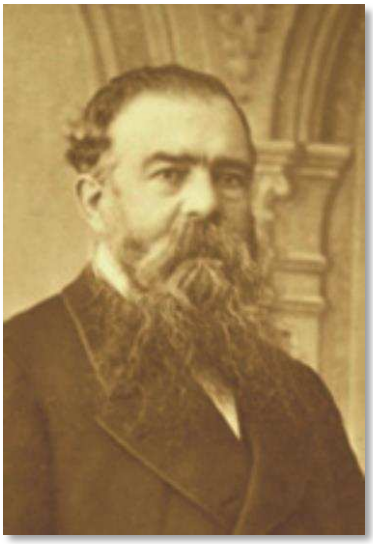
[35] PT/TT/Ministério da Fazenda, caixa 5915 e L.348 n.551 F.
[36] IAN/TT/Ministério do Reino, Maço 4431, Proc. Thomas de Freitas Monteiro de Vasconcellos.
[37] IAN/TT/Desembargo do Paço, DGI Porto, Maço 4432, proc. José Vieira da Silva.

9.6. *D.* **Joana Emília de Sousa**, foi baptizada a 23.8.1831 em Tuías.
9.7. *D.* **Joaquina**, foi baptizada a 29.8.1833 em Tuías.
9.8. **José de Sousa Carneiro**, foi baptizado a 10.5.1835 em Tuías. Casou em Avessadas com *D.* **Maria Emília de Vasconcellos**, filha de Francisco de Sousa Pinto Cerqueira e mulher *D.* Joaquina Antónia Máxima Leite de Vasconcellos, ele de Carvalhosa e ela de Avessadas. *Com descendência.*
9.9. *D.* **Antónia de Jesus de Sousa**, foi baptizada a 30.6.1837 em Tuías. Casou em Tuias a 16.1.1878 com **António Pinto Vieira**, filho de Joaquim Pinto Vieira e mulher Teresa Vieira de Azevedo. *Com descendência.*
9.10. *D.* **Maria Carolina**, foi baptizada a 6.11.1838 em Tuías.
9.11. *D.* **Maria da Conceição**, gémea da anterior.
9.12. *D.* **Francisca**, foi baptizada a 13.7.1840 em Tuías.
9.13. **João de Sousa Carneiro**, foi baptizado a 2.5.1842 em Tuías. Foi para o Porto onde depois de alguma boémia foi cabo de esquadra da guarda municipal. Casou em Santo Ildefonso a 9.7.1875 com **Maria Júlia de Queiroz**, nascida em Soalhães, filha de Joaquim de Queiroz e mulher Maria Emília, legitimando os filhos dela havidos.
9.14. **Adrião Augusto de Sousa Carneiro**, foi baptizado a 9.6.1844 em Tuías. Esteve no seminário a estudar para se ordenar, segundo se apura do testamento da sua mãe, mas na relação de herdeiros do abade de Manhuncelos, seu tio, diz-se ser professor de instrução primária e morador no Porto, na Rua de Bonfim n.º 48, casado com *D.* **Ana de Jesus de Sousa**, com dois filhos, um dos quais Abel de Sousa Carneiro, administrador do concelho do Marco por decreto de 15.8.1919 e fundador e venerável da 1.ª loja maçónica do Marco. Foi o responsável pela formação do célebre pintor amarantino António Carneiro.

10. **MANUEL DE SOUSA CARNEIRO**, foi baptizado a 18.4.1824 em Sande, tendo nascido a 5.4.1824 na casa de Vilar em Tuías. Foi eleito pela assembleia dos quarenta maiores contribuintes do concelho do Marco de Canavezes para a comissão revisora do recenseamento eleitoral a 15.1.1874 e a 15.1.1877[38]. Casou com escritura de dote a 21.1.1847 com *D.* **Ana Emília Guedes de Melo,** senhora da casa da Cancela em Santa Eulália de Constance e da casa e Quinta de Rio Mau em Avessadas, filha de João Guedes Pinto de Vasconcellos, senhor da casa da Ribeira e capela de Santa Rita, em Canaveses, da casa da Cancela, etc. e mulher *D.* Maria José de Mello; neta paterna de João Guedes Pinto de Vasconcellos, senhor da casa da Ribeira e Quinta das Quintãs em Arrabalde de Mesão Frio, por herança de seu tio o padre Bartolomeu Guedes Alcoforado, administrador da Real Albergaria de D. Mafalda em Canavezes[39], senhor da capela de Buriz em Vila Boa de Quires, do prazo da Esperança, das Terras

[38] Livro de Actas n.º 5 fl. 105 e 106.
[39] PT/TT/CHR/D. João V.

de Angra no Vimieiro, etc. e mulher *D.* Teresa Angélica de Jesus do Amaral Pinto Valente; e materna de José Caetano Pinto de Mello, senhor da casa de Rio Mau e de muitos prazos. Tendo enviuvado muito cedo após os nascimento do seu segundo filho Francisco, a 22.9.1852, foi provido na cadeira de professor do ensino público do círculo de Vila Boa de Quires, primeiro como substituto tendo tomado posse a 24.3.1851, e depois por concurso de oposição em que foi aprovado tendo tomado posse a 13.10.1852. O abade de Vila Boa de Quires certificou para o efeito *em como o Senhor Manuel de Sousa Carneiro, Professor substituto deste círculo de Vila Boa de Quires do concelho dito hé exemplar em seus custumes, optimo Pay de Família, bom cidadão e muito religioso em suma tem bom comportamento moral, civil e religioso*[40]. Foi senhor da Quinta do Rio Mau em Santa Eulália de Constance que era prazo foreiro ao convento de *Corpus Christi* e estava na família desde 20.9.1744[41]. Comprou o prazo das Terras do Casal do Rio *que se compõe de treze propriedades rústicas na freguesia de Constance* e de que antes era enfiteuta[42], assim como comprou os prazos de vidas do casal do Ribeiro da Fonte, Quebrada do Loureiro, com suas casas, terras lavradias, e de mato, águas e pertenças situadas na freguesia de Sande, pela extinção do convento de Alpendurada a 9.6.1858[43]. Faleceu viúvo em 1913. *Foram seus filhos:*



10.1. **António de Sousa Carneiro Lara**, *com quem se continua.*

10.2. **Francisco de Sousa Carneiro**, nasceu na casa da Cancela em Santa Eulália de Constance a 3.2.1852 e morreu falecendo no Marco a 3.10.1912. Casou a 17.5.1886 em Tabuado com *D.* **Maria Cristina de Vasconcelos Monterroso**, falecida na casa do Carvalhinho aos 73 anos de idade, filha do *Doutor* Benedito Soares de Vasconcelos Monterroso, senhor da dita casa, formado em direito pela universidade de Coimbra, vice-presidente da câmara do Marco em 1876-1877, juiz eleito de Tabuado, administrador do concelho do Marco de Canaveses a 8.6.1881, posto em que morreu[44], mulher *D.* Francisca Adelaide de Magalhães de Castro; neto paterno de António Soares Leite Pereira de Vasconcellos Monterroso e mulher *D.* Joaquina Emília Guedes de Vasconcellos; e neto materno de António

[40] PT/TT/Ministério do Reino, Maço 4433.
[41] PT/TT/Convento de Corpus Christi, L.2298-A f. 12v.
[42] PT/TT/MFF, L.183, Carta de venda n.º 54.613 (alvará de D. Carlos I de 24.05.1898).
[43] PT/TT/MFF, L.140, cartas 17.607 a F.
[44] PT/TT//Ministério do Reino, 979.

Soares de Castro e *mulher D.* Emília Rita de Magalhães Coelho Teixeira e Seixas. *Com descendência.*

11. **ANTÓNIO DE SOUSA CARNEIRO LARA**, foi baptizado a 3.11.1849 em Santa Eulália de Constance. Foi grande empresário e figura de vulto do seu tempo ficando conhecido como *o velho Lara*. Foi agraciado com a comenda e grã-cruz da Real ordem civil do mérito agrícola e industrial por decreto 21.10.1907, depois de ter declinado o título nobiliárquico para o qual tinha sido proposto na sequência da visita doPríncipe Real D. Luís Filipe às suas fazendas de Angola. Foi patrono de Vila Sousa Lara (Bocoio) em Angola por portaria n.º 916 de 2.11.1949, presidente da Sociedade Geral de Crédito e Indústria em 1884[45], vice-presidente da comissão africana da Sociedade Geografia de Lisboa (1900-1903), vereador da câmara municipal de Benguela Catumbela, presidente da Associação Comercial de Angola, fundador da Mala Real Portuguesa, da Companhia Comercial da Angola, da Companhia do Açúcar Angola, da Refinaria Angola de Matosinhos, da firma Sousa Lara e Companhia, e presidente da Associação Comercial de Lisboa. Publicou várias conferências que realizou sobre temas coloniais onde lhe assistia grande autoridade. Casou em Paranhos da Beira, Seia, a 1.12.1894 com *D.* **Ana Carolina de Albuquerque e Bourbon do Amaral Cardoso** nascida a 22.5.1870 e baptizada a 29.5.1870, Cruz Pró *Eclesia et Pontifice* e Cruz lateranense de primeira classe, filha do *Dr.* João de Albuquerque do Amaral e Cardoso, formado em direito pela universidade Coimbra, fidalgo cavaleiro da Casa Real, e mulher *D.* Maria Carolina Jácome Freire de Gouveia e Vasconcelos, herdeira da casa dos morgados de Paranhos da Beira. *Foram seus filhos:*

11.1. Dom **António de Albuquerque de Sousa Lara**, nasceu em Lisboa, na freguesia de São José e morreu a 16.2.1972. Foi presidente do conselho de administração da Companhia do Açúcar de Angola, comendador da ordem da Benemerência e do Mérito Industrial e grande oficial da ordem do Infante Dom Henrique. Foi ainda tesoureiro da Causa Monárquica até à sua morte. Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte Nuno, Duque de Bragança e Chefe da Casa Real Portuguesa, concedeu-lhe o tratamento de Dom em 1971. Casou a 22.1.1947 com

[45] Almanaque Silva Campos de 1884. Informação de Lourenço Correia de Matos, a quem muito agradecemos. O escritório da firma situava-se na Rua dos Capelistas.

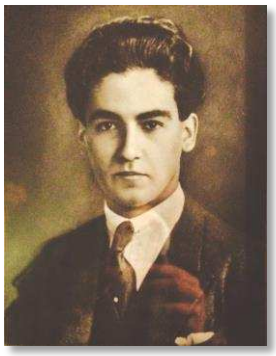
D. **Maria Amélia Bastos de Moura Amaral**, nascida em Évora, na freguesia da Sé a 30.11.1907, filha de José Joaquim de Moura Potes do Amaral e mulher *D.* Flora Guerra Bastos; neta paterna de José Joaquim de Moura Amaral, grande proprietário rural no concelho de Évora, conselheiro municipal em 1875, e mulher *D.* Joana Amélia de Sá Potes; e neta materna de João José de Bastos, proprietário, e mulher *D.* Maria da Assunção Guerra[46]. *Sem descendência.*

11.2. **Luis de Albuquerque e Bourbon de Sousa Lara**, *com quem se continua.*

11.3. **João de Albuquerque de Sousa Lara**. Casou com **Emma Josephe Erber**. *Com descendência.*

11.4. **Manuel de Albuquerque de Sousa Lara**, morreu solteiro em Lisboa de peritonite fulminante. *Sem descendência.*

11.5. *D.* **Maria Carolina de Albuquerque de Sousa Lara**. Casou com **Jean Marcel Wild**, nascido em Lisboa 17.12.1902, filho de Georges Henri Paul Wild e mulher Rosa Ernestine Chatenoud. *Sem descendência.*



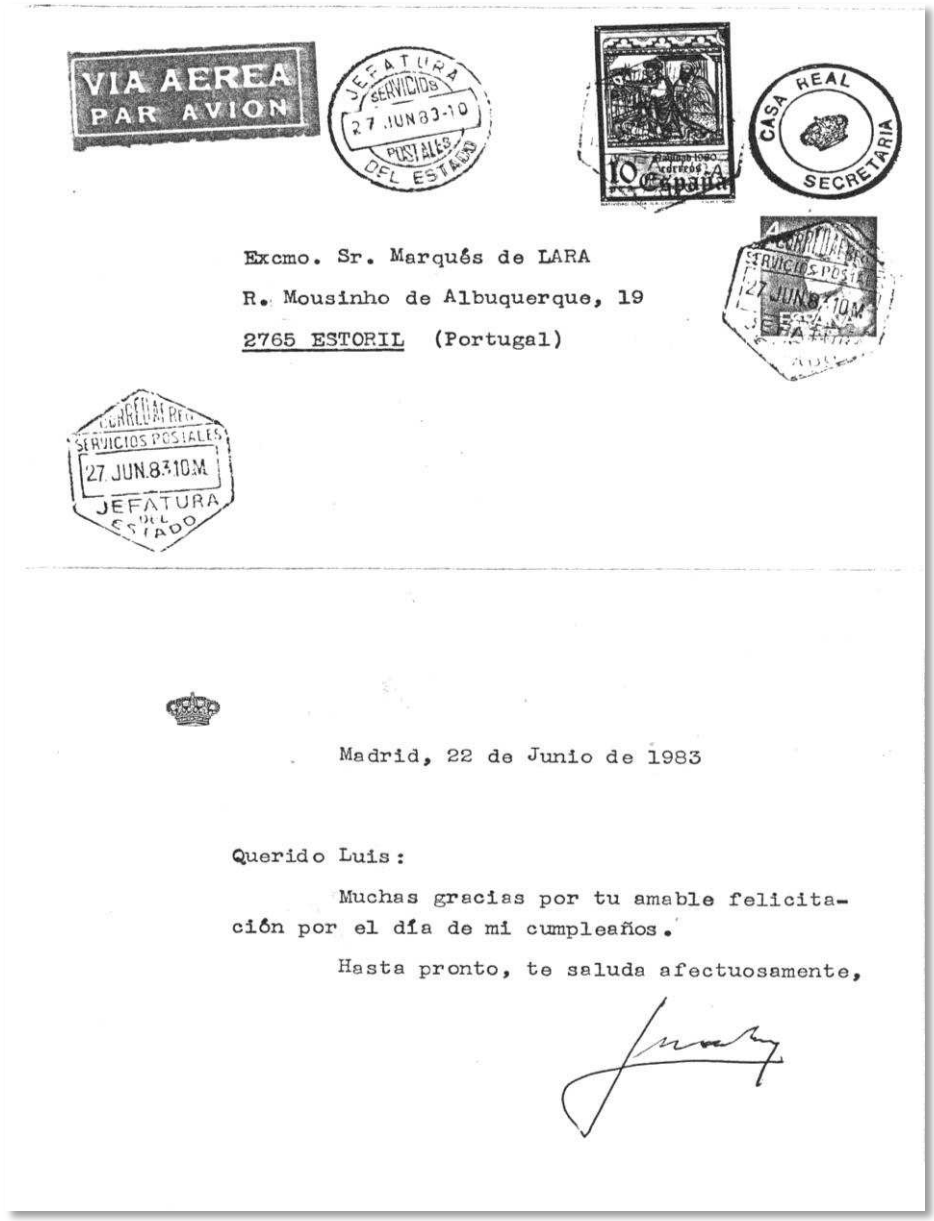
Manuel de Albuquerque de Sousa Lara

12. **LUÍS DE ALBUQUERQUE E BOURBON DE SOUSA LARA**, nasceu a 17.4.1897, em Lisboa, na freguesia do Coração de Jesus, e morreu a 24.9.1991. Licenciado em ciências económicas e financeiras pelo ISCEF e pela universidade de Lovaina, foi fundador, com Alfredo da Silva, da companhia de seguros Império, fundador da companhia de Algodões de Moçambique, e da companhia de Transportes Aéreos, administrador da companhia de Açúcar de Angola, director da associação industrial Portuguesa. Desempenhou também as funções de presidente do conselho fiscal do Banco Espírito Santo & Comercial de Lisboa, de director da Sociedade de Ciências Económicas, de director da Associação Industrial Portuguesa. Foi autor de várias conferências sobre economia e temas coloniais, depois objecto de publicação. Recebeu numerosas condecorações nacionais e estrangeiras, tais como: grã-cruz da ordem da Conceição, da ordem Constantiniana de São Jorge (com o grau

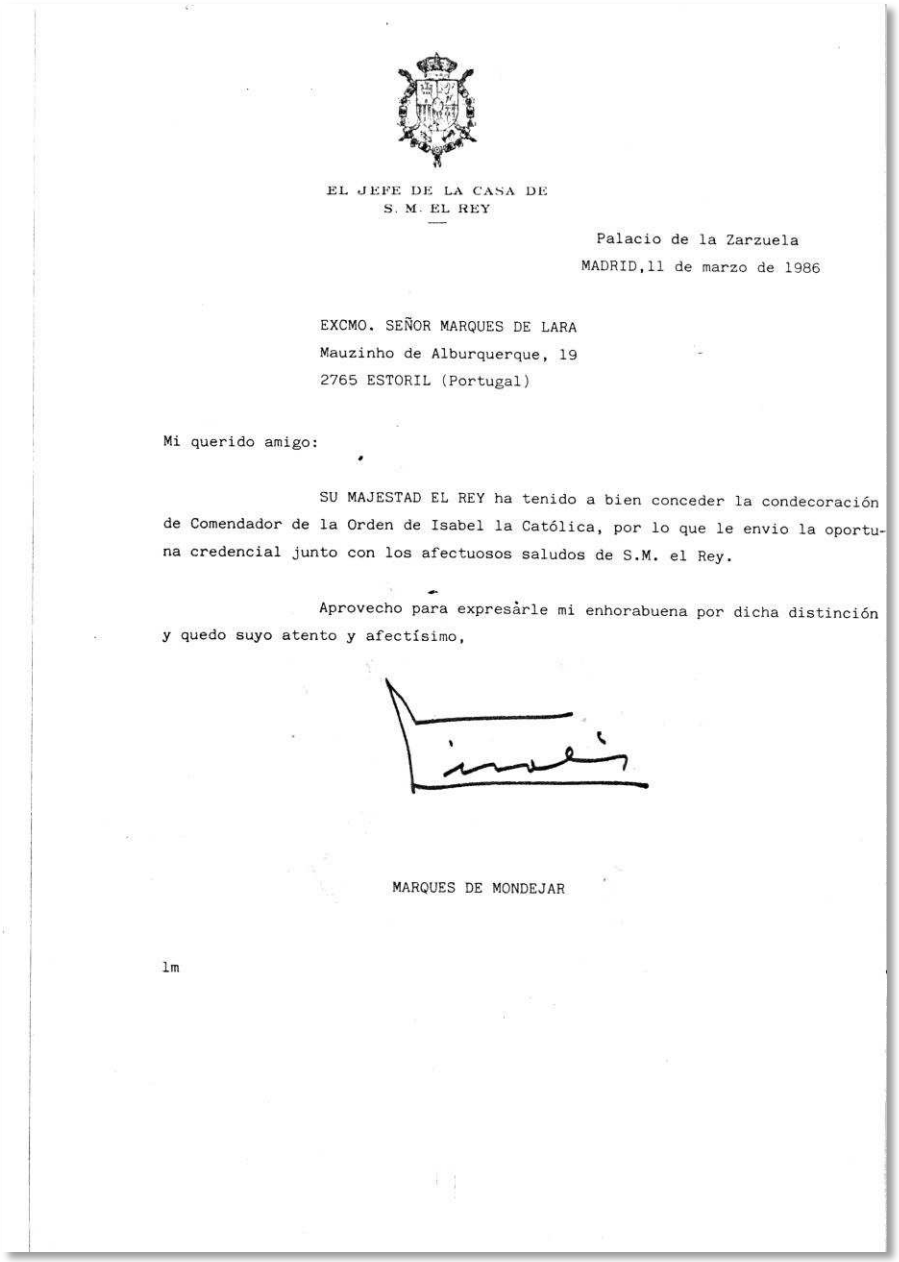
[46] SÁ, Hugo d'Orey Velasco da Cunha e Sá (2002), Subsídios para a sua Genealogia, p.161, Lisboa, edição do autor.

de Justiça) e da Águia Branca da Jugoslávia; grande-oficial da ordem do Mérito Industrial, da ordem de São Maurício e São Lázaro, da ordem de São Silvestre (do Vaticano); comendador das ordens de Benemerência, do Mérito Civil de Espanha; oficial das ordens de l'Etoile de Anjouin e Cristo; e King's George Medal for the Cause of Freedom. Foi senhor da casa de São Julião de Paranhos de Cima, fidalgo de cota d'Armas por alvará do Conselho de Nobreza de 10.5.1979 (escudo esquartelado: no 1.º as armas dos Gouveia, no 2.º de Vasconcelos, no 3.º de Jácome, e no 4.º de Freire; diferença pessoal uma brica de prata carregada com um coxim de azul maçanetado do mesmo; e timbre de Gouveia), cavaleiro do Capítulo Nobre de Castela e Leão do Santo Sepulcro, Infanzón de Illescas, membro da associação da Nobreza Histórica de Portugal, e da Asociación de Hidalgos a Fuero de España. A 30.3.1988, comunicado pelo ofício n.º 27/88, o Conselho de Nobreza fez a seu favor o registo do título estrangeiro de Marquês de Lara (Duas Sicílias), que usou. Como desportista foi campeão de esgrima (espada francesa), piloto aviador, patrão de costa, velejador muito galardoado na classe de dragões, campeão de golfe, e galardoado em esqui de neve e tiro. Foi aluno de Sousa Lopes e deixou uma interessante colecção de pinturas a óleo sobre paisagens.

Retrato do bigorafado, Luís de Albuquerque e Bourbon de Sousa Lara, datado de 1933 em Lisboa, da autoria do grande Pintor Português Eduardo Malta



Sobrescrito e carta enviados ao biografado por S.M. o Rei Don Juan Carlos de Espanha a 22.6.1986, onde é expresso quer o tratamento que S.M. tem para com ele, como a proximidade e afeição com que se lhe dirige



EL JEFE DE LA CASA DE
S. M. EL REY

Palacio de la Zarzuela
MADRID, 11 de marzo de 1986

EXCMO. SEÑOR MARQUES DE LARA
Mauzinho de Alburquerque, 19
2765 ESTORIL (Portugal)

Mi querido amigo:

SU MAJESTAD EL REY ha tenido a bien conceder la condecoración de Comendador de la Orden de Isabel la Católica, por lo que le envio la oportuna credencial junto con los afectuosos saludos de S.M. el Rey.

Aprovecho para expresarle mi enhorabuena por dicha distinción y quedo suyo atento y afectísimo,

MARQUES DE MONDEJAR

lm

Carta dirigida pelo Marquês de Mondejar, Chefe da Casa de Sua Majestade o Rei Don Juan Carlos de Espanha, ao biografado, Marquês de Lara, datada de 11.3.1986 informando-o da condecoração que o Rei lhe concedeu de Comendador da Ordem de Isabel a Católica

Casou em Lisboa, São Mamede, em Janeiro de 1921, com *D.* **Maria de Jesus da Silva de Cisneiros Ferreira**, *Hidalga a Fuero* de Espanha, com carta de brasão de armas por alvará do Conselho de Nobreza de 28.3.1978[47] (lisonja esquartelada: no 1.º e 4.º quartéis as armas dos Cisneiros, no 2.º e no 3.º as dos Faria), e mebro da associação da Nobreza Histórica de Portugal e à Asociación de Hidalgos a Fuero de España, filha do *Dr.* Henrique Maria de Cisneiros Ferreira, formado em direito pela universidade de Coimbra, advogado, seputado durante o regime monárquico, comandante de lança da Legião Portuguesa, e mulher *D.* Maria Madalena Lurine da Silva nascida a 17.6.1898 em Lisboa, São Mamede. *Foram seus filhos:*

12.1. Dom **António Luís Cisneiros Ferreira de Albuquerque de Sousa Lara**, *com quem se continua.*

12.2. **Luís Filipe Cisneiros Ferreira de Albuquerque de Sousa Lara**, nasceu em Lisboa a 22.8.1923. Engenheiro silvicultor (pelo ISA), administrador florestal da direcção-geral de serviços florestais, vogal da comissão de planeamento da região sul e da comissão técnica regional de Beja, onde foi vereador, director do parque do Monteiro-Mor e dos jardins da Presidência da República, lavrador, antigo administrador da companhia de Algodões de Moçambique, e grande-oficial da ordem do Mérito Agrícola. Faleceu a 20.2.2014. Casou a 31.1.1953 com *D.* **Maria Matilde Almodôvar Feyo de Paiva Raposo**, condessa e viscondessa da Boa Vista, chefe de nome e armas dos Sousa-Feyo, autora de vários livros, filha única e universal herdeira de José de Sequeira de Sousa Feyo de Paiva Raposo, grande lavrador em Beja, e mulher *D.* Maria Vitória da Costa Almodôvar; neta paterna de José Feliciano de Paiva Raposo mulher *D.* Matilde de Sequeira de Sousa Feyo (Boa Vista); e neta paterna de Silvério Joaquim Ribeiro Almodôvar e mulher *D.* Maria Angélica da Costa Lobo.

12.3. *D.* **Maria de la Salette Cisneiros Ferreira de Albuquerque de Sousa Lara**[48], nasceu a 24.1.1925. Casou com o *Dr.* **José de Sousa e Mello**[49], licenciado em ciências jurídicas e em político-económicas pela faculdade de direito da universidade de Lisboa, diplomado com o 6.º ano da mesma faculdade com uma dissertação alusiva à história dos caminhos-de-ferro em Portugal, advogado, campeão de golfe, empresário e genealogista. Foi autor da obra *A Linha de varonia dos Mellos de São Pedro do Sul*, editada postumamente pela editora Pedro Ferreira. Fidalgo de cota d'armas por alvará do Conselho de Nobreza de 10.5.1979 (escudo esquartelado: no 1.º quartel as armas dos Sousa (do Prado), no 2.º dos Melo, no 3.º dos Abreu, e no 4.º dos Cunha; como diferença um crescente de verde; e timbre

[47] Boletim Oficial do Conselho de Nobreza, 1985, p. 440.

[48] MELLO, José de Sousa e, A Linha de Varonia dos Mellos de S. Pedro do Sul, Pedro Ferreira Editor, p. 97.

[49] MELLO, José de Sousa e, op.cit., Pedro Ferreira Editor, p. 97.

dos Melos), nascido em Lisboa, na freguesia de São Mamede, a 22.1.1914, filho do *Dr.* José de Sousa e Mello Saraiva, médico e assistente da faculdade de medicina, e mulher *D.* Martha Roma Marques de Sousa Machado; neto paterno de José de Sousa e Melo da Cunha e Abreu, moço-fidalgo da Casa Real (irmão do 1.º Visconde de São Pedro do Sul), e mulher *D.* Ana Idalina de Albuquerque Osório Saraiva; neto materno do *Dr.* José de Sousa Machado e mulher *D.* Alda Roma Marques, que era filha do fundador da Cruz Vermelha Portuguesa, tenente-coronel José António Marques[50].

12.4. *D.* **Maria Luísa Cisneiros Ferreira de Albuquerque de Sousa Lara**, nasceu a 20.4.1929 em Lisboa, na freguesia de São Sebastião da Pedreira. Casou duas vezes: a primeira em Lisboa, na freguesia de São Sebastião da Pedreira, a 17.5.1948, com **Bernardo António Pinto Basto de Lencastre** (a), representante do título de Barão da Várzea do Douro, cônsul do Chile em Lisboa, senhor da casa de Vila Nova de Castelões, em Recezinhos, administrador de empresas, etc., nascido em Lisboa na freguesia da Encarnação a 9.12.1922, filho de Adriano Garcez de Lencastre, senhor da dita casa, e mulher *D.* Olga Maria de Atouguia Ferreira Pinto Basto; neto paterno de Bernardo Augusto Teixeira de Lencastre Sottomayor e Menezes, senhor da dita casa, e mulher *D.* Maria Teresa Garcez Pinto de Madureira (filha dos 1.os Barões da Várzea do Douro); e neto materno de António Aloísio de Atouguia Ferreira Pinto Basto, moço-fidalgo da Casa Real, oficial da armada Real, oficial às ordens de S.M.F. o Rei Dom Carlos I, e mulher e prima *D.* Alice Ferreira Pinto Basto. Tendo-se divorciado, casou segunda vez, civilmente, com **Francisco Lobo de Vasconcelos Guedes** (b), nascido na Foz do Douro a 9.10.1932, filho de Fernando van Zeller Guedes e mulher *D.* Maria Amália Cabral Lobo de Portugal e Vasconcelos; neto paterno de Fernando Guedes da Silva da Fonseca, senhor da casa da Aveleda em Penafiel, e mulher *D.* Maria Helena de Sousa e Barros van Zeller; e neto materno do *Eng.* Francisco Lobo de Vasconcelos de Portugal da Silveira e mulher *D.* Maria Francisca Freire Cabral Metelo. Divorciados, o seu segundo marido casou novamente depois. *Com descendência do seu 1.º casamento – Barões da Várzea do Douro e Viscondes de Garcês.*

13. Dom **António Luís Cisneiros Ferreira de Albuquerque de Sousa Lara**, *Marquês de Lara, por sucessão autorizada pelo Chefe da Casa Real das Duas Sicilias,* nasceu a 15.11.1921, em Lisboa. Engenheiro químico e industrial pelo instituto superior técnico, vice-presidente e depois presidente da companhia do Açúcar de Angola e antigo administrador da companhia dos Algodões de Moçambique, presidente regional de Lisboa e vice-presidente do comité mundial da U.C.I.D.T., e U.N.I.A.P.A.C.. S.A.R. Irakly de Bragationi Chefe da Casa Real da Geórgia concedeu-

[50] Memórias de Villa Roma.

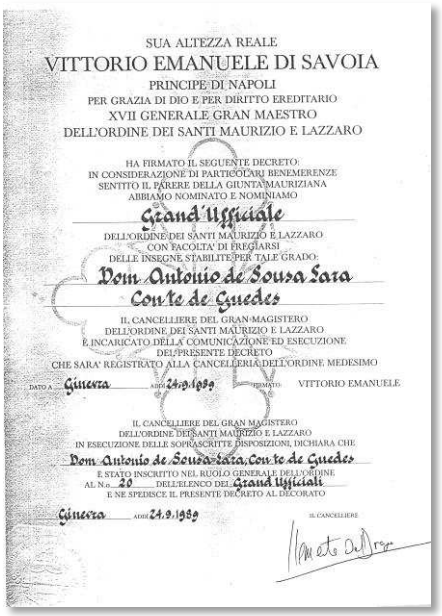
lhe a dignidade de Marquês da Casa de Lara por decreto Real a 2.3.1971 em Madrid e a grã-cruz da Ordem da Águia e da Túnica de Nosso Senhor Jesus Cristo da Geórgia por S.A.R. o Príncipe George de Bragationi, título reconhecido por S.A.R. o Senhor Dom Duarte Duque de Bragança por diploma de 22.01.1984 co-assinado por S.A.R. o Senhor Dom Miguel, Duque de Viseu, cavaleiro de justiça da ordem Constantiniana de São Jorge, Comendador da Comendadoria Hereditária de Sande da Ordem Militar e Hospitalar de São Lázaro de Jerusalém, etc.; fidalgo de cota d'armas por alvará do Conselho de Nobreza de 1.2.1982 (escudo esquartelado: no 1.º quartel as armas dos Albuquerque, no 2.º dos Amaral, no 3.º dos Cardoso, no 4.º dos Cisneiros; como diferença pessoal meia brica de vermelho carregada com uma flor-de-lis de prata; e timbre dos Albuquerque), e co-proprietário com o seu irmão Luís Filipe do solar de Paranhos. É membro da associação da Nobreza Histórica de Portugal, da Asociación de Hidalgos a Fuero de España, tal como sua mulher, e do Royal College of Nobility. Casou em 1948 com *D.* **Maria do Carmo de Campos Henriques d'Almeida Costa**, nascida a 16.7.1929, filha de Fernando Carlos Serra da Costa, fundador e administrador da companhia Portuguesa de Pesca, presidente da direcção do Grémio dos Armadores da Pesca de Arrasto, procurador à câmara corporativa, comendador da ordem do Mérito Industrial, cavaleiro e comendador da ordem de Cristo, etc., e mulher *D.* Sofia de Campos Henriques de Almeida (Pinhel), senhora da casa dos Campos Henriques, em Vila Nova de Foz Côa; neta paterna de António Pedro da Costa, comandante e armador de navios, e mulher *D.* Gertrudes Maria da Conceição Serra; e neta materna de Manuel António de Almeida, 1.º conde e 1.º visconde de Pinhel, fidalgo cavaleiro da Casa Real (12.8.1889), fidalgo de cota d'armas (21.8.1889), deputado da Nação em várias legislaturas, comendador das ordens da Conceição e Mérito Agrícola e cavaleiro da ordem de Cristo, e mulher e prima a condessa *D.* Luísa de Campos Henriques, senhora da referida casa dos Campos. A *D.* Maria do Carmo de Campos Henriques d'Almeida Costa, foi reconhecido direito ao uso de brasão de armas, por alvará do Conselho de Nobreza de 28.3.1978 (lisonja esquartelada: no 1.º e 4.º quartéis as armas dos Almeida (dos Condes de Pinhel), no 2.º as dos Campos, no 3.º dos Henriques), e é Dama de Justiça da Ordem Militar e Hospitalar de São Lázaro de Jerusalém. *É seu filho:*

Brasão de armas do biografado com a partição esquartelada autorizada pelo Conselho de Nobreza a 1.2.1982, e sem a representação do timbre (desenho da autoria de Nuno Pinto Leite)

14. Dom **ANTÓNIO DA COSTA DE ALBUQUERQUE DE SOUSA LARA**, nasceu a 13.4.1952, em Lisboa, na freguesia de São Sebastião da Pedreira. Licenciado em ciências sociais e política ultramarina, e em ciências antropológicas e etnológicas (ISCSPU), doutor em ciências sociais na especialidade de ciência política pela universidade técnica de Lisboa, professor catedrático de nomeação definitiva do ISCSP como o foi das universidades Moderna, Lusíada e Internacional; eleito vice-presidente e depois eleito presidente do conselho científico do ISCSP; deputado à assembleia da República nas 2.ª, 5.ª e 6.ª legislaturas, presidente das comissões parlamentares de acompanhamento de Timor-Leste, Luso-Espanhola e do grupo parlamentar de amizade Portugal-Bulgária, vogal da comissão parlamentar dos negócios estrangeiros, subsecretário de estado da Cultura do governo constitucional, e antigo vereador da Aliança Democrática da câmara municipal de Cascais. Presidente da Academia de Letras e Artes, presidente do conselho de administração do Instituto de Estudos Políticos, académico correspondente da Academia Portuguesa de História, da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, da Real Academia de Ciências Morais e Políticas de Madrid, da Academia de Jurisprudência e Legislação de Madrid, sócio efectivo do Instituto Português de Heráldica, correspondente do Instituto Internacional de Genealogia e Heráldica, da Associação dos Arqueólogos Portugueses, da Associação Portuguesa de Genealogia, da Academia Portuguesa de Ex-líbris, etc.; detém numerosas condecorações nacionais e estrangeiras: grã-cruz da ordem do Mérito de Sabóia, cavaleiro de 1.ª Classe (grã-cruz) da ordem do Cavaleiro de Madara (Bulgária), grande oficial das ordens de São Maurício e São Lázaro, de Isabel a Católica, do Mérito Civil de Espanha, Alaoita do Reino de Marrocos, do Barão do Rio Branco do Brasil, grande-oficial da ordem do Santo Sepulcro de Jerusalém, oficial da ordem da Polónia Restituta, cavaleiro da Honra e Devoção da ordem Soberana de Malta, de justiça da ordem Constantiniana de São Jorge, Infanzon de Illescas, Grão-Prior Emérito de Portugal da Ordem Militar e Hospitalar de São Lázaro de Jerusalém, etc. É o 2.º conde de Guedes, reconhecido pelo Chefe da Casa Real das Duas Sicílias, S.A.R. o Príncipe D. Fernando de Bourbon, Duque de Castro, por decreto de 23.3.1991, reconhecido a 4.2.2011 em diploma pelo Lugar-Tenente de Sua Majestade o Rei Fuad II do Egipto e Sudão S.A.R. o Príncipe Osman Rifat Ibrahim, e registado no Royal College of Nobility Reitorado por S.A.I.R o Príncipe André Salvator de Habsbourg-Lothringen, Arquiduque e Príncipe da Áustria, Príncipe da Boémia da Hungria e da Toscânia, em 2011; 2º Marquês da da Casa de Lara por decreto de S.A.R. o Príncipe Davit Bagrationi Chefe da Casa Real da Geórgia, datado de 24.3.2009; com o tratamento de *Dom* reconhecido e autorizado por S.A.R. o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança e Chefe da Casa Real Portuguesa; fidalgo de cota d'armas por alvará do Conselho de Nobreza de 5.8.1991 (escudo esquartelado: no 1.º e 4.º quartéis as armas dos Albuquerque, e no 2.º e 3.º as dos Guedes; por diferença uma vieira de prata; e timbre dos Guedes); membro do Cuerpo de Hijosdalgo de la Nobleza de Madrid, da associação da Nobreza Histórica de Portugal e da Asociación

de Hidalgos a Fuero de España. Publicou diversos trabalhos nas áreas da ciência política, genealogia e heráldica. Casou a 31.8.1974 em São Domingos de Rana, com *D.* **Maria del Pilar Black de Vilhena Freire de Andrade** (a), dama da Graça e Devoção da ordem Soberana de Malta, da ordem do Santo Sepulcro e de comenda da ordem Equestre do Santo Sepulcro e da comenda da ordem de São Maurício e São Lázaro, nascida em São João Baptista de Beja a 2.6.1952, filha do *Dr.* Joaquim Alexandre Black de Vilhena Freire de Andrade, médico veterinário, presidente da câmara municipal de Beja, e mulher e prima *D.* Maria del Pilar Borges de Castro Black; neta paterna de Luís Guedes de Vilhena Freire de Andrade, grande lavrador em Beja e comendador do Mérito Agrícola, e mulher *D.* Isabella Bárbara Douglas de Sousa e Castro Black (Córte); e neta materna de George de Mello Black, e mulher *D.* Teresa Maria de Jesus Suarez y Albarran Borges de Castro. Tem ainda uma filha da *Dr.ª D.* **Ruth Elisa Correia da Fonseca da Costa Deus** (b), licenciada em estudos europeus, mestre em relações internacionais, licencianda em direito, diplomada com o curso de 3.º ciclo da faculdade de direito da U.S., doutorada em relações internacionais pelo ISCSP, professora auxiliar do ISCSP, académica da Academia de Letras e Artes, autora de vários livros na área das relações internacionais, filha do *Eng.* José Luís da Costa Deus, engenheiro electrotécnico, antigo proprietário da emissora Rádio Graça, e mulher *D.* Maria Lucília Cassiano Correia da Fonseca; neta paterna de José Maria de Deus e mulher *D.* Maria Francelina da Costa; e neta materna de António Adriano Correia da Fonseca e mulher *D.* Maria Lúcia Tarita Cassiano.

Brasão de armas do autor com a partição autorizada pelo Conselho de Nobreza a 5.8.1991 (desenho de Nuno Pinto Leite)



SUA ALTEZZA REALE
VITTORIO EMANUELE DI SAVOIA
PRINCIPE DI NAPOLI
PER GRAZIA DI DIO E PER DIRITTO EREDITARIO
XVII GENERALE GRAN MAESTRO
DELL'ORDINE DEI SANTI MAURIZIO E LAZZARO

HA FIRMATO IL SEGUENTE DECRETO:
IN CONSIDERAZIONE DI PARTICOLARI BENEMERENZE
SENTITO IL PARERE DELLA GIUNTA MAURIZIANA
ABBIAMO NOMINATO E NOMINIAMO

Grand Ufficiale

DELL'ORDINE DEI SANTI MAURIZIO E LAZZARO
CON FACOLTA' DI FREGIARSI
DELLE INSEGNE STABILITE PER TALE GRADO:

Dom Antonio de Sousa Lara
Conte de Guedes

IL CANCELLIERE DEL GRAN-MAGISTERO
DELL'ORDINE DEI SANTI MAURIZIO E LAZZARO
E INCARICATO DELLA COMUNICAZIONE ED ESECUZIONE
DEL PRESENTE DECRETO
CHE SARA' REGISTRATO ALLA CANCELLERIA DELL'ORDINE MEDESIMO

DATO A Ginevra ADDI' 24.9.1989 FIRMATO VITTORIO EMANUELE

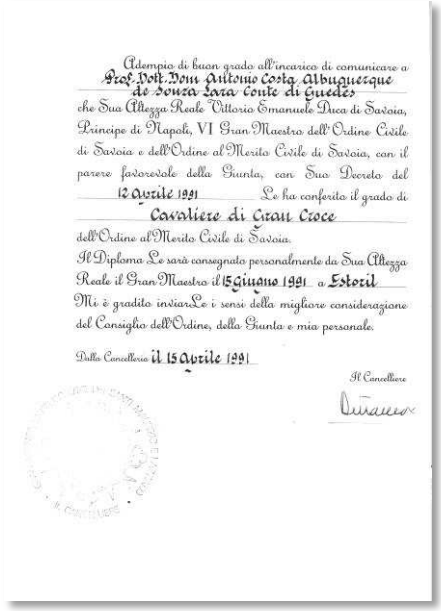
IL CANCELLIERE DEL GRAN MAGISTERO
DELL'ORDINE DEI SANTI MAURIZIO E LAZZARO
IN ESECUZIONE DELLE SOPRASCRITTE DISPOSIZIONI, DICHIARA CHE
Dom Antonio de Sousa Lara, Conte de Guedes
E STATO INSCRITTO NEL RUOLO GENERALE DELL'ORDINE
AL N.o 20 DELL'ELENCO DEI Grand Ufficiali
E NE SPEDISCE IL PRESENTE DECRETO AL DECORATO

Ginevra ADDI' 24.9.1989 IL CANCELLIERE

NOI
FERDINANDO DI BORBONE DUCA DI CASTRO
PER GRAZIA DI DIO E PER DIRITTO EREDITARIO
GRAN MAESTRO DELL'ORDINE EQUESTRE ED INCLITA MILITARE
RELIGIONE COSTANTINIANA DI S. GIORGIO SOTTO LA REGOLA
DI S. BASILIO

CONOSCENDO I DISTINTI MERITI E LE SPECCHIATE PERSONALI VIRTV... Ni
S.E. Dott. Dom Antonio C.A. de Sousa Lara Conte di Guedes delle Due Sicilie
E VOLENDO DARE UNA TESTIMONIANZA DI PARTICOLARE CONSIDERAZIONE E
STIMA, IN VIRTV DELL'AVTORITA E DEL DRITTO SVPREMO CHE ESERCITIAMO E CHE
ABBIAMO RICEVVTO DAI NOSTRI PREDECESSORI, DRITTO SPECIALMENTE DATO E CON
FERMATO LORO IN PERPETVO DAI SOMMI PONTEFICI DELLA SANTA ROMANA CHIESA,
SIAMO VENVTI NELLA DETERMINAZIONE DI concedergli
La Medaglia d'Argento di
Benemerenti pro Cristiana Cultura
DEL NOSTRO INCLITO SACRO MILITARE ORDINE COSTANTINIANO DI S. GIORGIO SOTTO
LA REGOLA DI S. BASILIO.
IN FEDE DI CHE ABBIAMO SOTTOSCRITTO DI NOSTRA MANO IL PRESENTE DIPLOMA
MVNITO DEL SIGILLO DELLE NOSTRE ARMI.

DATO IN NAPOLI IL GIORNO 23 Aprile 19 91



Adempio di buon grado all'incarico di comunicare a
Prof. Dott. Dom Antonio Costa Albuquerque
de Sousa Lara Conte di Guedes
che Sua Altezza Reale Vittorio Emanuele Duca di Savoia,
Principe di Napoli, VI Gran Maestro dell'Ordine Civile
di Savoia e dell'Ordine al Merito Civile di Savoia, con il
parere favorevole della Giunta, con Suo Decreto del
12 Aprile 1991 Le ha conferito il grado di
Cavaliere di Gran Croce
dell'Ordine al Merito Civile di Savoia.
Il Diploma Le sarà consegnato personalmente da Sua Altezza
Reale il Gran Maestro il 15 Giugno 1991 a Estoril
Mi è gradito inviarLe i sensi della migliore considerazione
del Consiglio dell'Ordine, della Giunta e mia personale.

Dalla Cancelleria il 15 Aprile 1991

Il Cancelliere

Diplomas de concessão de condecorações ao biografado emitidos pelas chancelarias de: em cima e em baixo do lado esquerdo, Príncipe Vitor Emanuel, duque de Sabóia, agraciando-o como grande-oficial da ordem de São Maurício e São Lázaro e grã-cruz da ordem de Mérito Civil de Sabóia, de 24.9.1989 e 12.4.1992; e em baixo do lado direito, de Don Fernando de Bourbon, duque de Castro, agraciando-o com a medalha de prata de mérito pela Cultura Cristã, de 23.4.1991

Em cima: o autor com seu Pai; em baixo: o autor numa sessão da Academia de Letras e Artes, de que é presidente

São seus filhos:

14.1. (a) Dom **Duarte Freire de Andrade de Sousa Lara**, nasceu no Estoril a 15.6.1975. Licenciado em gestão de empresas pela universidade católica, bacharel em filosofia, licenciado e doutorado em teologia (em Roma), sacerdote, membro tal como todos os seus irmãos da associação da Nobreza Histórica de Portugal e da Asociación de Hidalgos a Fuero de España. É professor de teologia na

universidade de Roma, instituto de Viseu da universidade católica, seminário de Lamego, pároco de Valdigem e depois de Folgosa do Douro, em Lamego.
14.2. (a) Dona **Maria**, nasceu a 7.12.1976 e foi baptizada pelo *Dr.* José Manuel Leite da Silva, médico obstetra já falecido que embora se dissesse não praticante religioso teve este gesto de grandeza, e morreu no mesmo dia.
14.3. (a) Dona **Maria do Pilar de Vilhena e Albuquerque de Sousa Lara**, nasceu no Estoril a 5.2.1978. Cursou as licenciaturas de psicopedagogia e psicologia e é licencianda em serviço social pelo ISCSP/UTL. Casou em Beja, na freguesia de São João Baptista a 29.11.2003 com **Miguel de Bragança Rebelo Pinto**, filho de Miguel de Lemos Rebelo Pinto e mulher *D.* Maria José de Bragança; neto paterno de Jaime Rebelo Pinto mulher *D.* Joana de Almeida Cardoso de Lemos; e neto materno de Dom José Pedro de Bragança (Lafões) e mulher *D.* Maria Isabel Sampaio da Veiga Simões. *São seus filhos:*

14.3.1. *D.* **Maria do Pilar de Sousa Lara Rebelo Pinto**, nasceu a 13.6.2004.

14.3.2. **José Pedro de Sousa Lara Pinto de Bragança**, nasceu a 15.1.2006.

14.4. (a) Dom **António Maria de Vilhena e Albuquerque de Sousa Lara**, nasceu no Estoril a 19.5.1984. Licenciado em belas-artes (pintura) pela ESBAL, e mestre pela mesma faculdade.
14.5. (a) Dona **Maria do Carmo de Vilhena e Albuquerque de Sousa Lara**, nasceu no Estoril a 24.3.1987. Diplomada com o mestrado integrado em ensino básico no instituto superior de educação Maria Ulrich. Casou em Beja, São João Baptista, a 7.9.2013 com **Manuel Dentinho Anjos**, nascido em 1988, mestre em arquitectura pela faculdade de arquitectura da universidade de Lisboa filho de Henrique Maria Ulrich Anjos e mulher *D.* Isabel Maria Leão Ponce Dentinho. É *seu filho:*

14.5.1. **Manuel Maria de Sousa Lara Ulrich Anjos**, nasceu a 20.10.2014.

14.6. (a) Dom **Pedro Maria de Vilhena e Albuquerque de Sousa Lara**, gémeo da sua irmã anterior, nasceu a 24.3.1987. Licenciado em gestão hoteleira internacional pela universidade de Surrey, no Reino Unido.
14.7. (b) Dona **Joana Maria de Deus de Albuquerque de Sousa Lara**, nasceu no Estoril a 8.6.1999.

OS JAQUES

por Fernando Águas

(Continuação)

As sucessivas quebras de varonia nos descendentes da família Jaques levam a que este apelido seja pouco conhecido. Jaime Jaques e seu filho Diogo Gil Jaques entraram em Portugal e instalaram-se no Reino dos Algarves, fugidos de Jaca em Aragão, pela implicação na morte do Arcebispo de Saragoça. O alinhamento por parte da nobreza Aragonesa, na pretensão do Conde de Urgel ao trono de Aragão, teve como desfecho a fuga dos Jaques sob a protecção de D. Pedro Duque de Coimbra e de D. Isabel de Urgel, filha do Conde de Urgel. Poucos fazem ideia de quem descende destes antigos nobres aragoneses, pois foi grande a sua descendência, a qual se espalhou essencialmente entre o Algarve, Alentejo e Lisboa. Os Jaques que se encontram descritos nas genealogias tradicionais deram origem a famílias de nome composto como Jaques de Paiva, Jaques de Magalhães e Jaques da Silva. Interessante de notar, que nesta composição, o apelido Jaques não é o último nome, talvez por ser estrangeiro, tenham adoptado apelidos mais conhecidos e importantes para o compor.

Reconstituição Genealógica

1. **GUILLEN JAQUES**[1], foi um nobre aragonês que viveu no seu solar nas montanhas de Jaca em Huesca, Aragão. Possivelmente terá nascido cerca de 1345 e encontra-se referenciado tanto na literatura Aragonesa como Portuguesa. Os primeiros Jaques terão vindo, possivelmente, da zona Occitana em França[2] para Aragão, na ajuda à reconquista cristã, tal como aconteceu com inúmeros e exímios cavaleiros, experientes que eram das cruzadas, deslocaram-se para este local e por lá ficaram a viver. São encontradas também referências[3] no "*llibre de Vàlues de la peyta*" de 1371 que indica que um tal *Guillem Jaques* era possuidor de uma grande quantidade de animais, tendo 60 vacas, 10 éguas, 5 mulas, 300 cabras e 500 ovelhas e o relaciona com Castellón de la Plana. Não se consegue estabelecer uma relação inequívoca, porém possível, entre este

[1] LA VEJA, Manuel Ortiz de (1853), Las Glorias Nacionales. La Crónica General de España. Los Famosos Anales de La Corona de Aragon. Libreria José Cuesta, Madrid; MORAIS, Cristóvão Alão de (1632-1693), Pedatura Lusitana, ed. Alexandre António Pereira de Miranda Vasconcellos, António Augusto Ferreira da Cruz, Eugénio Eduardo Andréa da Cunha e Freitas: Livr. Fernando Machado, Porto, 1943-1948; CASTRO, Luis Bartolomé de Salazar y (…) *Tabla genealógica de la casa de Jaques, Catálogo de la Colección Salazar y Castro, Manuscrito*, D-25, fº 24 v. (1ª foliación), Nº 23217 del inventario.

[2] CASTRO, Luis Bartolomé de Salazar y (…) *Tabla genealógica de la casa de Jaques, Catálogo de la Colección Salazar y Castro, Manuscrito*, D-25, fº 24 v. (1ª foliación), Nº 23217 del inventario.

[3] http://blogs.ua.es/historiacastellonmedieval/page/2/ (consulta em Dezembro 2014).

individuo e Guillen Jaques, a não ser o nome, a altura dos acontecimentos e o facto de se encontrar no Reino de Aragão. *Foi seu filho:*

1.1. **Jaime Jaques**, *com quem se continua.*

2. **JAIME JAQUES**[4], fidalgo aragonês nascido cerca de 1370-1375 no seu solar nas montanhas de Jaca, Aragão. Tomou partido pelo conde de Urgel na pretensão ao trono do Reino de Aragão e com o seu amigo D. António de Luna, participa no assassinato do Arcebispo de Saragoça D. Garcia Fernandez de Heredia[5], que era de uma facção contrária. Por isso e em conjunto com D. Antonio de Luna, Juan Ximenez Salanora, Garci-Lopez de Cabañas, Fortun Diaz de Escorón, Juan Dordás, Miguel de Mazas notário, foram declarados excomungados e <<*sacrílegos en todas las Iglesias del Reyno, privados de los feudos, benefícios y demas bienes eclesiásticos, y que sus descendientes hasta la quarta generacion no pudiesen ser promovidos á grado eclesiástico, ni tener beneficio feudal en la Provincia de Zaragoza*>> e ainda condenados a pagar 250000 florins de Aragão <<*com otras muchas penas y cominaciones*>>. Esta sentença[6] foi resultado do processo formado e proferida pelo vigário-geral de Saragoça Juan Ximenez de Huguét, deputado do Papa, no dia 26 de Agosto de 1411. Protegido pela Casa de Urgel, aproveita o enlace matrimonial entre o Infante D. Pedro, Duque de Coimbra e D. Isabel de Urgel, filha do conde de Urgel, para vir na sua comitiva e entrar em Portugal em 1429, com o seu filho Diogo Gil Jaques[7]. Estabelece-se no Reino do Algarve, constitui um morgado e foi Senhor da Casa de Jaques. Apesar das genealogias tradicionais Portuguesas indicarem Jaime Jaques como Guillen Jaques, toda a literatura e genealogias tradicionais aragonesas e castelhanas, referem-no como Jaime Jaques. É possível que esta situação tenha ocorrido por simples erro ou então por deliberada alteração de um

[4] CASTRO, Luis Bartolomé de Salazar y (…) *Tabla genealógica de la casa de Jaques, Catálogo de la Colección Salazar y Castro, Manuscrito*, D-25, fº 24 v. (1ª foliación), Nº 23217 del inventario; LA VEJA, Manuel Ortiz de (1853), Las Glorias Nacionales. La Crónica General de España. Los Famosos Anales de La Corona de Aragon. Libreria José Cuesta, Madrid; CUNHA, Fernando de Castro Pereira Mouzinho de Albuquerque e (1971), Mouzinho de *Albuquerque MCCLXI-MCMLXXI: subsídios histórico-genealógico-biográficos, ascendentes e afins*, Sociedade gráfica do Restelo, Lisboa; MORAIS, Cristóvão Alão de (1632-1693), Pedatura Lusitana, ed. Alexandre António Pereira de Miranda Vasconcellos, António Augusto Ferreira da Cruz, Eugénio Eduardo Andréa da Cunha e Freitas: Livr. Fernando Machado, Porto, 1943-1948; Alão de Morais chama-lhe erradamente como Guilhem Jaques.

[5] Alão de Morais indica erradamente como João de Heredia.

[6] MARIANA, P. Juan de, Historia General de España, Tomo VII, Oficina de D. Benito Monfort, Valencia, 1791.

[7] D. Pedro chegou a Valência a 24 de Julho de 1428. A proposta de matrimónio com a D. Isabel de Urgel foi aceite pelo Rei de Aragão em Julho de 1428. O contrato de casamento foi firmado a 13 de Setembro de 1428. A partida para Portugal da comitiva deu-se em Março de 1429 – Bibliografia Henriquina, vol.I, ed. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1960.

nome que era conhecido e condenado em Aragão, escondendo assim a sua verdadeira identidade. *Foram seus filhos:*

2.1. **Diogo Gil Jaques**, *com quem se continua.*

2.2. **Gomes Gil Jaques**, é possível que o nascimento tenha ocorrido após a entrada em Portugal de Jaime Jaques, em 1429. Alão de Moraes refere-o por ocasião do casamento de uma sua filha, e a sua propostade filiação é suportada pela cronologia e pelo patronímico Gil que o seu presumível irmão também usou[8]. *Foi sua filha:*

2.2.1. D. **Violante Jaques** casou em Lagos com D. **Henrique de Eça**, filho bastardo de D. Fernando de Eça, que no tempo de D. Afonso de Albuquerque, foi morto às lançadas, quando os moradores de Goa se levantaram contra os Portugueses. *Foi seu filho:*

2.2.1.1.1. D. **Fernando de Eça** que casou em Lisboa com D. **Maria Fragoso**, filha de Rui Fragoso, contador dos contos. *Sem descendência.*

3. **DIOGO GIL JAQUES**[9], nasceu cerca de 1400 possivelmente no Solar dos Jaques nas montanhas de Jaca. Veio em 1428 na comitiva do Infante D. Pedro e D. Isabel de Urgel. Viveu em Lagos, onde foi Senhor de várias terras no Algarve que tinha em morgadio da Casa de seu pai. Foi Fidalgo da Casa de sua Majestade, coudel-mor da vila de Alvor e seu termo por carta de 24.2.1439[10], e juiz das sisas régias desta vila por carta de 12.12.1454, sendo cavaleiro da Casa do Infante D. Henrique, em substituição de Gonçalo Gil de Pêra que morrera[11]. Casou com D. **Maria** no Reino do Algarve[12]. *Foram seus filhos:*

3.1. **Rui Dias Jaques**.[13]

3.2. **Isabel Jaques**. Casou com **Afonso Nogueira**, senhor do morgadio de Santo Estêvão de Beja.[14]

4. **PERO JAQUES**, morreu em 1499. Foi fidalgo do Conselho do Rei D. Afonso V como se documenta nas legitimações de seus filhos, e esteve na batalha de Trancoso.

[8] Disponível em http://luissoveral.com.sapo.pt/Jaques.htm, (data da consulta 9 de Agosto de 2014).
[9] COSTA, P. António Carvalho de (1708), Corografia Portuguesa e descripçam topográfica do famoso Reyno de Portugal, Tomo segundo, Officina de Valentim da Costa Deslandes.
[10] PT/TT//CHR/D. Afonso V, L.19 f.72.
[11] PT/TTCHR/D. Afonso V, L.10 f.126.
[12] Anuário genealógico latino, Volume 8: Federação dos Institutos Genealógicos Latinos, 1956
[13] MORAIS, Cristóvão Alão de, Pedatura Lusitana, vol.II, t.1 e 2, p.96-98.
[14] MORAIS, Cristóvão Alão de, Pedatura Lusitana, vol.II, t.1 e 2, p.96-98.

Serviu os Reis D. João II, D. Afonso V e D. Manuel I, foi senhor da comenda de Bouças e do pául da Bordeira[15], que ele abriu e instituiu em morgadio, e foi coudel de Lagos po carta de 17.12.1482[16]. Documenta-se ainda nomeadamente: a 20.3.1463 quando o Rei D. Afonso V nomeia João Godinho, cavaleiro da Casa do infante D. Henrique, para o cargo de escrivão das sisas régias da vila de Lagos e seu termo, em substituição de Pero Jaques, cavaleiro da sua Casa, que renunciara; a 13.1.1469 quando D. Afonso V nomeia, por três anos, Fernão Barreto, cavaleiro da casa do infante D. Fernando, para o cargo de coudel da vila de Lagos, em substituição de Pero Jaques, que terminara o tempo de serviço; a 28.2.1473 quando D. Afonso V lhe doa para sempre, sendo cavaleiro da sua Casa e corregedor de São Salvador de Bouças, para ele e para todos os seus herdeiros, ascendentes e descendentes, o Paúl da Bordeira e Bordalete, termo da vila de Lagos, mediante determinadas condições; a 2.3.1475 quando D. Afonso V o nomeia novamente por três anos, sendo cavaleiro da sua Casa, para o cargo de coudel de Lagos; a 11.5.1475 quando D. Afonso V o privilegia, sendo identificado como comendador de Bouças na ordem de Santiago, e fidalgo da Casa Real (D. Manuel I) concedendo-lhe autorização para arrendar por três anos a sua comenda, com aprovação do príncipe D. João. Acrescentam as genealogias tradicionais que esteve na batalha de Toro, e assim terá recebido a comanda de Bouças, e o senhorio dos Paços de Bandeira por mercê do Rei D. Afonso V em 1470. Casou duas vezes: a primeira com **Maria Gomes** (a); e casou depois de 1464 segunda vez com **Catarina Nogueira** (b), filha de João Afonso de Brito, senhor do morgadio de Santo Estêvão de Beja, e pelo seu casamento senhor do morgado de São Lourenço de Lisboa, a quem o Rei D. Duarte confirma a 30.1.1434, sendo ele cavaleiro e morador na cidade de Lisboa, o senhorio do lugar de Aveiras, no termo de Santarém, que D. João I dera a 1.7.1390 a D. João, bispo do Porto, e mulher Violante Nogueira; a qual Catarina Nogueira era já viúva de Pedro Barreto, comendador de Castro Verde, e a quem o Rei D. Afonso V doou a 4.9.1464 os bens que esse seu marido perdera por ter estado na batalha de Alfarrobeira ao lado do Infante D. Pedro. *Teve filhos bastardos que os Reis D. João II e D. Manuel legitimaram:*

4.1. **Henrique Jaques**, *com quem se dá início à PARTE I.*

4.2. **Cristóvão Jaques**, foi legitimado pelo Rei D. João II por carta de 4.12.1482[17].

4.3. **Maria Jaques**. Casou com **Vasco Queimado**[18] ou **Vasco Queimado de Vila Lobos**, guarda-mor da Casa da Índia[19]. *Com este casal se dá início à PARTE II.*

---

[15] PT/TT/CHR/D. Manuel I, L.16 f.42v.
[16] PT/TT/CHR/D. João II, L. 3 f.101.
[17] PT/TT/CHR/D. João II, L.3 f.108.
[18] CASTRO, Luis Bartolomé de Salazar y (…) *Tabla genealógica de la casa de Jaques, Catálogo de la Colección Salazar y Castro, Manuscrito*, D-25, fº 24 v. (1ª foliación), Nº 23217 del inventario.
[19] MORAIS, Cristóvão Alão de, Pedatura Lusitana, vol.II, t.1 e 2, p.96-98.

4.4. **Cristóvão Jaques**[20], havido em Beatriz Afonso, mulher solteira, e legitimado a 27.1.1496 pelo Rei D. Manuel I[21]. Foi morador em Lagos, senhor do Paúl de Bordeira e Bordalete, e capitão de umas primeiras armadas que D. João III mandou para descobrir o Brasil. Casou com **Isabel de Paiva**, senhora do Paúl de Lagos, filha de Francisco de Portocarrero e mulher Filipa de Paiva. *Com este casal se dá início à PARTE III.*

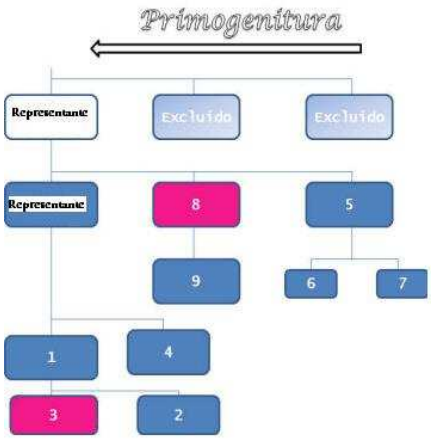
4.5. **Beatriz Jaques**, nasceu em Lagos e foi legitimada a 27.1.1496 pelo Rei D. Manuel I.[22]

PARTE I

Jaques de Magalhães

Tratamos nesta primeira fase dos descendentes de Henrique Jaques que do seu casamento com Violante de Magalhães, e conforme nos informam as genealogias tradicionais, deram origem aos Jaques de Magalhães, que mais tarde vieram a ser agraciados com o título de Viscondes de Fonte Arcada, apelido que foi usado pela primogenitura e representação desse título até ao 5º Visconde. Os seus descendentes foram casando com as mais importantes figuras do reino e levando com eles os apelidos Menezes e Mello, com títulos de Marqueses e Condes. Durante gerações e até aos nossos dias, esta família fez parte da elite social e económica, detendo a Banca e muitas das empresas Portuguesas.

Colocar nesta publicação todos os descentes conhecidos destas ilustre família, seria demasiado exaustivo, pelo que se optou por tentar determinar quem seriam os actuais representantes do nome e armas desta família, seguindo o princípio da primogenitura.



Assim, no mesmo grau de parentesco, procederão os filhos varões e o grau mais próximo do último titular precede ao mais antigo. O primeiro representante sendo já falecido transmite o título ao seu filho primogénito, sendo este o actual detentor.

Usando os critérios acima descritos o herdeiro presuntivo é o varão 1 seguido do

[20] CASTRO, Luis Bartolomé de Salazar y (…) *Tabla genealógica de la casa de Jaques, Catálogo de la Colección Salazar y Castro, Manuscrito*, D-25, fº 24 v. (1ª foliación), Nº 23217 del inventario.
[21] PT/TT/CHR/D. Manuel/L.32 f.75v.
[22] PT/TT/CHR/D. Manuel/L.32 f.75v.

seu filho varão secundogénito 2. A filha de 1 estará em terceiro lugar uma vez que os varões têm a prioridade. Estabelece-se facilmente a proposta para a ordem sucessória de representação da família.

§ 1.º

5. **HENRIQUE JAQUES**[23], *filho de Pero Jaques referido no 4 na Reconstituição Genealógica deste texto*, nasceu no Algarve cerca de 1500, foi sem dúvida o filho primogénito de Pero Jaques e sem dúvida legitimado por ter sucedido no seu morgadio, não tendo sido no entanto localizada a sua legitimação. Herdou o morgadio da Bordeira, foi capitão-mor da armada do Algarve, cavaleiro da ordem de Cristo e seu alferes-mor. Casou com **Violante Magalhães**, nascida cerca de 1505, filha de Nuno Fernandes Moreira nascido cerca de 1474, escrivão da câmara de Lisboa, e mulher Violante de Magalhães, nascida cerca de 1480; neta materna de Vicente de Paiva e mulher Violante de Magalhães; e bisneta de Gil Eanes de Magalhães *o Cavaleiro* e mulher Isabel de Paiva. *Foram seus filhos:*

5.1. **Pedro Jaques de Magalhães**, *com quem se continua.*

5.2. **António Jaques**, *com descendência.*[24]

5.3. **Maria Jaques**, nasceu no Algarve cerca de 1530 e casou com **Jorge Sousa de Menezes**, nascido cerca de 1530 e falecido a 15.4.1595, trinchante, Vedor do Cardeal Infante D. Henrique, Escudeiro e Cavaleiro Fidalgo da Casa do infante (1550); ou António de Sousa *o Mancias*, e depois com D. António de Castel Branco[25].

6. **PEDRO JAQUES DE MAGALHÃES**, nasceu no Algarve cerca de 1540 e herdou o Morgado de seu pai. Casou com **Catarina Godinha**, filha de Pero Jaques Godinho. *Foi seu filho:*

6.1. **Henrique Jaques de Magalhães**, *com quem se continua.*

7. **HENRIQUE JAQUES DE MAGALHÃES**, nasceu cerca de 1590 no Algarve e herdou o Morgado da Bordeira. Casou com D. **Violante de Vilhena**, filha de Sancho de Tovar, como qual houve além de sua legítima, um Morgado de quase 300 mil réis de renda, que instituiu nela Violante do Quintal, madrasta de sua mãe D. Maria, segunda mulher de Henrique Esteves da Veiga, com a condição que andasse em "fêmeas" e se

[23] CASTRO, Luis Bartolomé de Salazar y (…) *Tabla genealógica de la casa de Jaques, Catálogo de la Colección Salazar y Castro, Manuscrito*, D-25, fº 24 v. (1ª foliación), Nº 23217 del inventario.
[24] MORAIS, Cristóvão Alão de, Pedatura Lusitana, vol.II, t.1 e 2, p.96-98.
[25] MORAIS, Cristóvão Alão de, Pedatura Lusitana, vol.II, t.1 e 2, p.96-98.

chamassem Violantes. *Teve dela vinte e três filhos, que foram frades e freiras e alguns serviram na Índia, entre eles teve os seguintes*:

7.1. **Pero Jaques de Magalhães**, *com quem se continua.*

7.2. **Sancho de Tovar**.[26]

7.3. **Maria Violante de Vilhena** casou com **Agostinho de Lafetá**. *Com descendência.* [27]

8. **PERO JAQUES DE MAGALHÃES**, nasceu cerca de 1620 e morreu a 8.12.1688. Foi o *1.º visconde de Fonte Arcada* por carta do Rei D. Afonso VI datada de 6.2.1671, e está muito publicado e biografado[28]. Casou duas vezes: a primeira com D. **Luísa Freire de Andrade** (a), filha de Manuel Dias de Andrade, natural da Ilha da Madeira, e de Brites da Silva. A segunda vez com **Maria Vicência de Vilhena** (b). *Foram seus filhos:*

8.1. (a) **Henrique Jaques de Magalhães**, *com quem se continua.*

8.2. (a) D. **Brites da Silva**, nasceu cerca de 1500. Casou com **Cristóvão Lafetá**, nascido cerca de 1500. Tiveram um filho de nome Bernardo de Lafetá, que morreu ainda criança.

8.3. (b) D. **Antónia Jaques**, morreu ainda criança.

8.4. (b) **Francisco Jaques**, morreu ainda criança.

---

[26] MORAIS, Cristóvão Alão de, Pedatura Lusitana, vol.II, t.1 e 2, p.96-98.

[27] MORAIS, Cristóvão Alão de, Pedatura Lusitana, vol.II, t.1 e 2, p.96-98.

[28] BIBLIOTECA DA S.H.I.P., *Figuras Militares da Restauração*, General Ferreira Martins, Lisboa. Revista Militar, 1940, Ano XCII, Dez., Nº 12, III Centenário da Restauração do Estado; CASTELO BRANCO, Fernando: Pedro Jacques de Magalhães in *Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel Serrão, vol. IV, p. 139, Livraria Figueirinhas, Porto, 1990; *PROELIUM-Revista da Academia Militar, A importância das Linhas de Elvas para a independência nacional* (Parte I), Carlos Jorge Cid Figueira, aspirante aluno de Artilharia; Governadores das Armas – Portugal – Província da Beira, Blogue de História Militar dedicado à Guerra da Restauração ou da Aclamação, 1641-1668; *Mercurio Portuguez com as novas da Guerra entre Portugal & Castela*, red. António de Sousa de Macedo, Jan. 1663-[Jul. 1667], Lisboa, 1663-1667; SERRÃO, Joaquim Veríssimo, História de Portugal, vol. V, Editorial Verbo, 2.ª edição, 1982, citado por F. Nobre, *História de Portugal,os reis que nos governaram - D. Pedro II*, in *Comunidades a Caminho*, boletim paroquial, nº76, Set 2007; Direcção-geral dos edifícios e monumentos nacionais, 23 Ago 2006; GAIO, Felgueiras, 1750-1831, Nobiliário de famílias de Portugal, Braga/ Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Affonso, 1938-1941, Braga; COSTA, P. António Carvalho de (1708), Corografia Portuguesa e descripçam topográfica do famoso Reyno de Portugal, Tomo segundo, Officina de Valentim da Costa Deslandes.

8.5. (b) **Manuel Jaques de Magalhães**, nasceu cerca de 1670. Foi o *2º visconde Fonte Arcada*. Casou com **Joana Cecília de Noronha**, nascida cerca de 1680, filha de Fernando Jaques da Silva e de Sebastiana de Noronha Lobo. *Sem descendência.*

8.6. (b) D. **Antónia Madalena de Vilhena**, nasceu cerca de 1660. Casou com D. **António de Menezes**, alcaide-mor de Sintra, filho de D. António de Menezes e mulher Mariana da Silva. *Foram seus filhos:*

8.6.1. D. **Maria Teresa de Vilhena**, nasceu a 12.9.1684. Casou duas vezes: a primeira com **Sancho de Mello da Silva e Azambuja** (a); e casou segunda vez com D. **Pedro Álvares da Cunha** (b), nascido a 13.1.1658 e falecido a 18.1.1728, 18.º senhor de Tábua. *Foram seus filhos:*

8.6.1.1. (a) **Henrique de Mello da Silva**, nasceu em 1706 na Azambuja. Casou com D. **Eugénia Josefa de Menezes**, filha de D. Francisco Furtado de Mendonça e mulher Mariana Luísa de Valadares.

8.6.1.2. (a) D. **Antónia Josefa de Mello e Vilhena**, foi baptizada a 22.11.1700 e morreu em 1736. Casou com **Francisco de Sousa da Silva Alcoforado Rebelo**, nascido a 25.10.1697, filho de António de Sousa da Silva Alcoforado e mulher D. Antónia Bernarda de Andrade Lemos Sotomaior. *Sem descendência.*

8.6.1.3. (a) D. **Brites Teresa de Menezes**. Casou com **Tadeu Luís António Lopes de Carvalho**, nascido a 9.3.1692 e falecido a 23.5.1759, filho de Gonçalo Lopes de Carvalho e mulher Guiomar Bernarda de Alarcão e Silva.

8.6.1.4. (b) D. **José Vasques Álvares da Cunha**, nasceu a 19.3.1734 em Lisboa, Santa Catarina, onde morreu a 19.3.1734. Foi o 2.º conde da Cunha. Casou duas vezes: a primeira com sua sobrinha D. **Maria Antónia Xavier Sodré Pereira de Menezes** (a), nascida cerca de 1735 e falecida a 22.10.1760, filha de António José Sodré Pereira, senhor de Águas Belas, e mulher D. Teresa Heliodora de Menezes da Cunha, *referidos no 8.6.1.6 deste § 1.º*. Casou segunda vez com sua prima D. **Maria do Carmo de Portugal e Menezes** (b), nascida na Quinta da Terrugem em Paço de Arcos e falecida a 19.6.1828 em Lisboa, Santa Catarina, filha de D. António Maria de Menezes e Silva e mulher D. Ana Polixena de Menezes, *e referida no 11.4 do § 2.º*.

8.6.1.5. (b) D. **Ana Joaquina da Cunha e Menezes**, nasceu cerca de 1710. Casou com D. **António José de Ataíde**, nascido cerca de 1700, senhor da Honra de Barbosa, filho de D. António de Azevedo e Ataíde e mulher D. Teresa da Silva.

8.6.1.6. (b) D**. Teresa Heliodora de Menezes da Cunha**, nasceu cerca de 1710 em Lisboa e morreu a 7.3.1780. Casou com **António José Sodré**

Pereira, nascido a 25.6.1708 na Madeira e falecido 18.12.1785 em Lisboa, senhor de Águas Belas.

8.6.1.7. (b) D. **Juliana Maria de Menezes**, nasceu a 23.06.1727. Casou duas vezes: a primeira com **Luís de Mello** (a), nascido cerca de 1710, 16.º senhor de Mello, filho de Estevão Soares de Mello, 15.º senhor de Mello, e mulher D. Joana de Castro. Casou segunda vez com **Bernardo de Lemos de Carvalho** (b), 10.º senhor da Trofa, filho de Luís Tomás de Lemos e Carvalho e Menezes de Vasconcelos, 9.º senhor da Trofa, e mulher D. Caetana Rita Venância Bernardina Felícia de Roxas e Lemos.

8.6.2. (b) D. **Mariana Inácia de Menezes**, nasceu cerca de 1680. Casou com seu primo **João Jaques de Magalhães**, nascido cerca de 1680, filho de Henrique Jaques de Magalhães e mulher Lourença Henriques, *e referido no 10 deste § 1.º, onde segue a sua descendência.*

8.6.3. D. **Cecília Antónia de Vilhena**, nasceu a 20.12.1687 e morreu ainda criança.

8.6.4. D. **Cecília Antónia de Vilhena**, nasceu a 20.12.1687 e morreu ainda criança.

8.6.5. D. **Mariana Josefa de Vilhena**, nasceu a 18.4.1689 e morreu ainda criança.

8.6.6. D. **Jorge Francisco de Menezes**, nasceu a 15.10.1690 em Lisboa, Santa Engrácia, e morreu a 25.9.1736 em Paço de Arcos. Casou com D. **Luísa Clara de Portugal**, *a Flor da Murta*, nascida a 11.8.1702 em Lisboa, Encarnação, aia da Rainha Dona Maria Ana de Áustria e que viveu no Palácio da Flor da Murta, ficando famosa por ter sido amante do Rei Dom João V, de quem teve uma filha, D. Maria Rita de Portugal, que foi freira no convento de Santos; filha de Bernardo de Távora de Vasconcelos e Sousa e mulher D. Maria Madalena de Portugal. Foi seu filho D. **António Maria de Menezes e Silva**, nascido a 6.5.1723 em Lisboa, Santos-o-Velho, e falecido a 20.9.1772 na mesma cidade, Santa Catarina, casado duas vezes: a primeira com sua prima D. **Lourença Antónia Evarista de Menezes** (a) nascida a 26.10.1725 e falecida a 4.9.1751 em Lisboa, Santos-o-Velho, *e referida no 8.7 deste § 1.º*; e casado segunda vez a 15.8.1755 em Lisboa, Santos-o-Velho, com sua prima D. **Ana Polixena de Menezes**, *referida no n.º 11 do § 2.º, onde segue a sua descendência.*

8.6.7. D. **Pedro João de Deus de Menezes**, nasceu cerca de 1692. Foi Principal da Sé de Lisboa.

8.6.8. D. **Francisco Nicolau de Menezes**, nasceu a 4.1.1693. Foi Principal da Sé de Lisboa.

8.6.9. D. **José Afonso de Menezes**, nasceu em 1696. Foi prelado da Sé de Lisboa.

8.6.10. D. **Joaquim de Menezes**.

8.6.11. D. **José de Menezes**. Foi frade da ordem de Santiago no convento de Palmela.

8.6.12. D. **João de Menezes**. Foi frade da ordem dos Pregadores.

8.6.13. D. **Mariana Antónia de Menezes**, morreu solteira e *sem descendência.*

8.7. D. **Violante do Sacramento**. Foi religiosa.

8.8. D. **Luísa**, morreu ainda criança.

9. **HENRIQUE JAQUES DE MAGALHÃES**, nasceu cerca de 1630 e morreu em 1727 em Mombaça. Foi alcaide-mor de Castelo Rodrigo e capitão-mor de Angola. Casou com D. **Lourença Henriques**, nascida cerca de 1650, filha de João Lobo Brandão e mulher D. Isabel Henriques de Menezes. *Foram seus filhos:*

9.1. **João Jaques de Magalhães***, com quem se segue.*

9.2. **António Jaques de Magalhães**. Foi cavaleiro da ordem de Malta. *Foi sua filha:*

9.3. D. **Isabel Bárbara Jaques de Magalhães**, nasceu cerca de 1670. Casou com **João Peixoto da Silva de Almeida Macedo e Carvalho**, nascido a 24.06.1675, fidalgo da Casa Real, filho de Gonçalo Peixoto da Silva de Almeida e mulher D. Paula Maria Cardoso de Alarcão.

10. **JOÃO JAQUES DE MAGALHÃES**, casou com sua prima D. **Mariana Inácia de Menezes**, filha de D. Antónia Madalena de Vilhena e marido D. António de Menezes, alcaide-mor de Sintra, *e referida no 8.6.2. deste § 1.º. Foram seus filhos:*

10.1. D. **Antónia Joaquina de Menezes**. Casou com com **Manuel Caetano Lopes da Lavre**. *Com este casal se dá início ao § 2.º.*

10.2. **António Jaques de Magalhães**, *com quem se continua.*

10.3. **Henrique Jaques de Magalhães**, nasceu em 1720 e morreu em 1722.

10.4. D. **Pedro Fortunato de Menezes Baharem**, nasceu em 1717. Foi prelado da Sé de Lisboa.

10.5. **Francisco de Paula Jaques de Magalhães**, nasceu a 6.4.1727. Casou com D. **Francisca Pita Pacheco**, filha de Gaspar Pereira Pacheco de Mello Ferraz e mulher D. Francisca Josefa Pita. *Sem descendência.*

10.6. **José Martinho de Menezes**, nasceu a 4.11.1722.

10.7. D. **Lourença Antónia Evarista de Menezes**, nasceu a 26.10.1725 e morreu a 4.9.1751 em Lisboa, Santos-o-Velho. Casou com seu primo D. **António Maria**

de Menezes e Silva, aí nascido a 6.5.1723 e falecido a 20.9.1772 na mesma cidade, Santa Catarina, *e referido no 8.6.6 deste § 1.º.*

11. **ANTÓNIO JAQUES DE MAGALHÃES**, nasceu em 1716 e morreu a 16.4.1776. Foi o *3º visconde de Fonte Arcada*. Casou com sua prima D. **Antónia Mariana de Noronha**, nascida a 6.9.1746 em São José, Lisboa, filha de D. José de Noronha e mulher D. Mariana Isabel das Montanhas Ribeiro Soares de Castilho. *Foi seu filho:*

12. **JOÃO ANTÓNIO JAQUES DE MAGALHÃES**, nasceu em Lisboa, Santa Engrácia a 5.11.1765 e morreu a 2.11.1822. Foi o *4º visconde de Fonte Arcada*. Casou a 15.8.1792 em Lisboa, Ajuda, com D. **Maria Bárbara de Figueiredo Cabral da Câmara**, nascida em 1774 e falecida a 13.12.1851 em Lisboa, São Mamede, irmã do 1.º conde de Belmonte. *Foram seus filhos:*

12.1. **António Francisco Jaques de Magalhães**, nasceu a 25.5.1793 em Lisboa, Campo Grande, e morreu a 19.8.1880. Casou a 7.2.1853 com D. **Maria Isabel Raposo d'Alte Espargosa**, nascida a 27.1.1833 em Lisboa, Coração de Jesus, filha de José Maria Raposo de Andrade de Sousa d'Alte e mulher D. Maria Carlota de Santa Marta do Vadre de Mesquita e Melo. *Sem descendência.*

12.2. D. **Maria Antónia Joana da Câmara de Menezes**, nasceu a 27.12.1794 em Lisboa, Campo Grande e morreu em Julho de 1854. Casou a 24.11.1825 na mesma cidade, São Mamede, com **João Lobo Brandão de Almeida**, 1.º conde de Alhandra, nascido a 17.11.1759. *Sem descendência.*

§ 2º

10. D. **ANTÓNIA JOAQUINA DE MENEZES**, *filha de João Jaques de Magalhães e mulher D. Mariana Inácia de Menezes, referidos no 10 do § 1.º,* nasceu a 20.9.1714. Casou com **Manuel Caetano Lopes da Lavre**, nascido cerca de 1700, filho de André Lopes da Lavre e mulher Briolanja Henriques. *Foram seus filhos:*

10.1. **Joaquim Miguel Lopes da Lavre**, nasceu cerca de 1730. *Sem descendência.*

10.2. D. **Ana Polixena de Menezes**, *com quem se continua.*

10.3. **Mariana Isabel de Menezes**, morreu criança.

11. D. **ANA POLIXENA DE MENEZES**, nasceu a 9.9.1731 em Lisboa, São José. Casou a 15.8.1755 na mesma cidade, Santos-o-Velho, com seu primo D. **António Maria de**

Menezes e Silva, aí nascido a 6.5.1723 e falecido a 20.9.1772 na mesma cidade, Santa Catarina, *e referido no 8.6.6 deste § 1.º. Foram seus filhos:*

11.1. D. **Jorge de Menezes Portugal da Silva**, *com quem se continua.*

11.2. D. **Antónia de Portugal e Menezes**, nasceu a 20.3.1759 em Lisboa, Santos-o-Velho, e morreu a 27.4.1835. Casou com **Luís Brandão de Mello Pereira de Lacerda**, nascido a 4.4.1743 no Porto, filho de João Rodrigues Brandão de Lacerda e Menezes e mulher D. Vitória Pórcia de Mendonça e Mello Cogominho.

11.3. D. **Ana Fortunata de Portugal e Menezes**, nasceu a 15.4.1763. Casou com D. **Afonso de Aguilar Mexia Monroy**, nascido a 8.1755.

11.4. D. **Maria do Carmo de Portugal e Menezes**, nasceu a 28.6.1770 na Quinta da Terrugem em Paço de Arcos, e morreu a 19.6.1828 em Lisboa, Santa Catarina. Casou com seu primo D. **José Vasques Álvares da Cunha**, 2º conde da Cunha, aí nascido a 19.3.1734 e aí falecido 1.12.1812, filho de D. Pedro Álvares da Cunha, 18º senhor de Tábua, e mulher D. Maria Teresa de Vilhena, *e referido no 8.6.1.4 do § 1.º.*

12. D. **JORGE DE MENEZES PORTUGAL DA SILVA**, nasceu a 18.1.1757 na Quinta da Terrugem, Paço de Arcos, e morreu a 19.11.1822 em Lisboa. Casou com **Maria Margarida de Mendonça**, nascida a 22.8.1760 em Lisboa, Santo André, e falecido a 19.11.1822 em Lisboa, Santos-o-Velho, filha de Jorge Francisco Machado de Mendonça Eça Castro e Vasconcelos e mulher D. Luísa Antónia de Saldanha Oliveira e Sousa. *Foram seus filhos:*

12.1. D. **António Maria de Menezes Portugal da Silva***, com quem se continua.*

12.2. D. **Luísa de Menezes Portugal da Silva**, nasceu e morreu em 1780.

12.3. D. **Francisca Maria Isabel de Menezes Portugal da Silva**, nasceu em 1780 e morreu em 1805.

12.4. D. **Maria José de Menezes Portugal da Silva**, nasceu em 1781 e morreu em 1841.

12.5. D. **Mariana Policena de Menezes Portugal da Silva**, nasceu em 1782 e morreu em 1786.

12.6. D. **José de Menezes Portugal da Silva**, nasceu em 1783 e morreu em 1785.

12.7. D. **Ana de Jesus de Menezes Portugal da Silva**, nasceu em 1785 e morreu em 1786.

12.8. D. **Inês Antónia Romana de Menezes Portugal da Silva**, nasceu em 1786 e morreu em 1789.

12.9. D. **Pedro Avelino de Menezes Portugal da Silva**, nasceu em 1787 e morreu em 1798.

12.10. D. **Inês Antónia Romana de Menezes Portugal da Silva**, nasceu em 1786 e morreu em 1789.

12.11. D. **Pedro Avelino de Menezes Portugal da Silva**, nasceu em 1787 e morreu em 1798.

12.12. D. **Mariana Vicência de Menezes Portugal da Silva**, nasceu em 1792 e morreu em 1795.

13. D. **ANTÓNIO MARIA DE MENEZES PORTUGAL DA SILVA**, nasceu a 15.10.1778 em Lisboa, Santa Catarina, e faleceu a 22.12.1832 na mesma cidade, em Santos-o-Velho. Foi empresário do Teatro D. Maria II em Lisboa, em sociedade com os actores Eduardo Brasão e Ernesto Biester. Casou com D. **Ana Mafalda Álvares da Cunha**, nascida a 10.12.1799 e falecida a 23.8.1840, filha de D. José Vasques Álvares da Cunha, 2º conde da Cunha e mulher D. Maria do Carmo de Portugal e Menezes, *referidos no 11.4 do § 2.º e no 8.6.1.4 do § 1.º. Foram seus filhos:*

13.1. D. **Maria de Menezes**, nasceu em 1825 e morreu em 1832.

13.2. D. **António Pedro Jorge de Menezes Portugal da Silva**, nasceu a 29.6.1827 em Lisboa, Santos-o-Velho, e morreu a 16.3.1856. Casou com D. **Eugénia de Almeida e Vasconcelos**, nascida a 24.8.1831 em Lisboa, Anjos, e morreu a 2.10.1912 em Cascais, filha dos 2.ºs condes da Lapa, D. Manuel Francisco de Almeida e Vasconcelos e mulher D. Francisca de Paula Luísa de Sousa Coutinho. *Foram seus filhos:*

13.2.1. D. **Jorge Maria de Menezes**, nasceu a 7.10.1851 em Oeiras e morreu a 7.5.1859 em Lisboa, Santos-o-Velho.

13.2.2. D. **Manuel Maria de Menezes Portugal da Silva**, nasceu a 18.9.1852 em Paço de Arcos e morreu a 21.8.1909 em Cascais. Casou com D. **Ana Maria de Bragança Menezes da Silveira e Castro**, nascida a 13.6.1855 em Lisboa Santa Catarina, e falecida a 10.1.1890, filha dos 2.ºs marqueses de Valada, D. José de Menezes e Távora Rappach da Silveira e Castro e mulher D. Maria Isabel de Bragança de Sousa e Ligne Álvares Pereira de Mello. *Sem descendência.*

13.2.3. D. **António Maria de Menezes Portugal**, nasceu a 24.1.1854 em Lisboa, Santos-o-Velho, e morreu a 17.7.1857.

13.2.4. D. **Maria Francisca de Menezes**, nasceu a 30.7.1856 em Lisboa, Santos-o-Velho, e morreu a 22.2.1928.

13.3. D. **João José de Menezes Portugal da Silva**, nasceu a 24.6.1829 em Lisboa, Santos-o-Velho, e morreu em 1915 no Porto. Casou duas vezes: a primeira com D. **Judite Maria Rugalli** (a) nascida em 1831 em Lisboa, Encarnação, e morreu a 21.10.1875 em Oeiras. Casou segunda vez com D. **Teresa Frederica de Azevedo**

(b), nascida cerca de 1830 em Santa Luzia, na ilha da Madeira, Funchal. *Foram seus filhos:*

13.3.1. (b) D. **Ana Mafalda de Menezes** (a), nasceu a 19.7.1852 em Lisboa, Santa Catarina. Casou a 7.10.1882 em Lisboa, Sacramento, com seu cunhado D. **João Zeferino António do Carmo de Noronha**(a), nascido a 26.8.1854 em Lisboa, Santa Catarina, filho dos 2.ºs condes de Paraty, D. João Inácio Francisco de Paula de Noronha e mulher D. Francisca da Cruz Lacé Pedrosa. Casou uma segunda vez com D. **Francisco Xavier de Menezes Bragança Távora da Silveira e Castro de Oliveira Miranda** (b), 2º conde de Caparica, nascido a 6.3.1854 em Lisboa, Santa Catarina, filho dos 2.ºs marqueses de Valada, D. José de Menezes e Távora Rappach da Silveira e Castro e mulher D. Maria Isabel de Bragança de Sousa e Ligne Álvares Pereira de Mello. *Sem descendência.*

13.3.2. (a) D. **Eugénia de Menezes**, nasceu a 2.2.1858 em Lisboa, Encarnação, e morreu a 11.1.1881 em Lisboa, Santa Isabel. Casou com D. **João Zeferino António do Carmo de Noronha**, nascido a 26.8.1854 em Lisboa, Santa Catarina, filho dos 2.ºs condes de Paraty, D. João Inácio Francisco de Paula de Noronha e mulher D. Francisca da Cruz Lacé Pedrosa. *Sem descendência*

13.3.3. D. **Jorge de Menezes**, nasceu a 20.03.1879 em Lisboa, Encarnação. Casou com D. **Maria Fernanda Neto Afonso**. *Sem descendência.*

13.3.4. D. **Maria do Carmo da Cunha Portugal e Menezes**. *Com quem se continua.*

14. D. **MARIA DO CARMO DA CUNHA PORTUGAL E MENEZES**, nasceu a 17.11.1832 em Lisboa, Santos-o-Velho, e morreu a 29.11.1910 na mesma cidade, Alcântara. Casou com D. **António Maria José de Mello da Silva César e Menezes**, 3º marquês de Sabugosa, nascido a 6.7.1825 em Alcântara, Lisboa, e falecido a 2.12.1897, filho dos 9.s condes de São Lourenlço, D. António José de Mello da Silva César de Menezes e mulher D. Teresa Maria do Resgate Correia de Sá.

14.1. D. **António Maria Vasco de Mello Silva César e Menezes**, *com quem se continua.*

14.2. D. **Jorge José de Mello**, nasceu a 2.8.1857 em Lisboa, Alcântara, onde morreu a 8.11.1922 em Santa Isabel. Foi o 2º conde do Cartaxo. Casou com D. **Maria Luísa de Lima Mayer**, nascida a 1.1.1875 em Lisboa, São José, onde morreu a 25.4.1958 em São Mamede, filha de Adolfo de Lima Mayer, sócio-gerente da empresa Lima Mayer & Filhos, que mandou construir a sua casa na avenida da Liberdade em Lisboa, o *Palácio Lima Mayer*, em cujos jardins mais tarde se construíu em 1921 o *Parque Mayer*, e mulher D. Maria Amália Rosalina Pereira

Guimarães. *Com descendência nos Condes do Cartaxo: José de Mello, José de Mello Teixeira Viana, Castro Mata José de Mello, Carmona José de Mello, Pinheiro de Mello Cabral, Gonçalves de Mello Cabral, Viscondes de Ferreira de Lima – Mello Cabral Ferreira de Lima, Mello Cabral pereira Coutinho.*

14.3. D. **José de Mello**, nasceu a 3.12.1859 em Lisboa, Alcântara, e morreu a 15.6.1939. Casou com D. **Antónia Josefa de Jesus Maria Francisca Xavier de Mendonça**, nascida a 9.12.1861 em Lisboa, Coração de Jesus, e falecida a 24.12.1926 em São Paulo, filha dos 3.ºs condes de Azambuja, D. Augusto Pedro de Mendoça Rolim de Moura Barreto e mulher D. Maria da Assunção Ferreira. *Com descendência: José de Mello Mendes da Silva, Mello Ulrich – Ulrich de Andrade e Sousa, Norton dos Reis Andrade e Sousa, Pizarro de Mello Andrade e Sousa, Santos Moreira Ulrich, Ulrich de Saavedra Temes, Caires Nunes de Saavedra Temes, Saavedra Temes da Costa Loureiro, Azevedo e Silva Ulrich, Roquete Ferreira Ulrich, Ulrich de Sampaio Pimentel Pereira Leitão, Ulrich Ferreira, Cunha Reis Ferreira, Ferreira Queirós Ribeiro, Ferreira de Mello Breyner Andresen, Ferreira de Queirós Montenegro Ferreira Tavares e Távora, Alves de Matos Ulrich Ferrão, Ferreira Cabral, Sousa Gomes Cabral, Vasconcellos Porto Ulrich Ferreira.*

14.4. D. **Salvador José de Mello**, nasceu a 18.11.1862 em Lisboa, Alcântara, e morreu a 7.2.1929 em Meyzsen, França.

14.5. D. **Ana Mafalda José de Mello**, nasceu a 21.11.1866 em Lisboa, Alcântara, e morreu a 23.6.1944 na mesma cidade, no Beato. Casou com D. **José de Mello da Cunha de Mendonça e Menezes**, 3º Marquês de Olhão, aí nascido a 9.6.1859 e falecido a 5.6.1947, filho dos 4.ºs condes de Castro Marim, D. José de Mello da Cunha de Mendonça e Menezes e mulher D. Maria Rita Valésia da Silva Correia. *Com descendência nos Mello da Cunha Mendonça e Menezes: Marqueses de Olhão, Marqueses de Valada e nos Condes de Castro Marim; nos Falcão Trigoso da Cunha, actuais Condes de Penamacor; e nos Mello da Cunha César de Menezes, actuais Condes de São Lourenço.*

14.6. D. **Teresa Maria José de Mello**, nasceu a 6.7.1869 em Lisboa, Alcântara, e morreu a 26.10.1909 em Carnide. Foi religiosa missionária de São José de Cluny.

14.7. D. **Maria Carmo José de Mello**, nasceu a 26.10.1870 em Lisboa, Alcântara, e morreu a 3.12.1942 em Paris.

15. D. **ANTÓNIO MARIA VASCO DE MELLO SILVA CÉSAR E MENEZES**, nasceu a 13.11.1854 em Lisboa, Ajuda, e morreu a 21.5.1923 na mesma cidade, em Alcântara Foi o 9º conde de Sabugosa. Casou com D. **Mariana das Dores de Mello e Abreu Soares de Brito Barbosa Palha de Vasconcelos Guedes**, nascida a 26.4.1856 em Lisboa, Lapa, e morreu a 13.10.1952, 4.ª condessa de Murça, dama da Real ordem da Rainha Maria Luísa de Espanha, filha dos 3.ºs condes de Murça, D. João José Maria de Melo Abreu de Vasconcelos Brito Barbosa e Palha e mulher D. Ana de Sousa Coutinho Monteiro Paim. *Foram seus filhos:*

15.1. D. **António Vasco de Mello da Silva César e Menezes**, c*om quem se continua.*

15.2. D. **Ana de Mello**, nasceu a 24.8.1878.

15.3. D. **Maria do Carmo de Mello**, nasceu a 28.5.1880.

15.4. D. **João de Mello**, nasceu a 15.1.1883.

15.5. D. **Isabel Teresa Jesus de Mello**, nasceu a 12.6.1885. Casou com D. **Nuno Miguel de Almada e Lencastre**. *Sem descendência.*

15.6. D. **Jorge Maria de Mello**, nasceu a 5.9.1886 em Cascais. Foi o 5.º conde de Murça. Casou com D. **Fernanda Falcão de Sommer**. *Com descendência nos Condes de Murça.*

15.7. D. **Pedro de Mello**, nasceu a 23.2.1888. Casou com D. **Maria Amélia Ramalho Ortigão**. *Com descendência nos Ortigão de Mello.*

16. D. **ANTÓNIO VASCO DE MELLO DA SILVA CÉSAR E MENEZES**, nasceu a 12.10.1876 e morreu a 27.8.1928. Foi o 10.º conde de Sabugosa e 12.º conde de São Lourenço. Casou a 14.2.1901 em Algés com D. **Berta Munró dos Anjos**, nascida a 4.1.1877 em Lisboa, Santa Justa, e falecida a 26.5.1971 em Algés, filha de Policarpo Pecquet Ferreira dos Anjos, nascido a 3.2.1845 em Lisboa e falecido em Algés a 23.6.1905 e mulher D. Alice Joyce Munró, nascida a 24.3.1850 em Lisboa, Encarnação, e falecida a 22.2.1934, casados a 31.8.1871 em Lisboa, São José. [29]

16.1. D. **Maria de Mello**, nasceu a 19.12.1901 em Lisboa, Alcântara, e morreu a 18.6.1905.

16.2. D. **António Vasco José de Mello da Silva César de Menezes**, *com quem se continua.*

16.3. D. **João José de Mello**, nasceu a 9.9.1904 em Cascais. Casou a 3.1.1929 em Lisboa, Encarnação, com D. **Maria Ana do Carmo O'Neill**, nascida a 30.7.1907 em Cascais e irmã de D. Maria Isabel de Jesus O'Neill. *Com descendência nos O'Neill José de Mello.*

16.4. D. **Maria Pureza José de Mello**, nasceu a 23.9.1905 em Cascais e morreu a 20.7.2001. Casou a 23.4.1929 em Lisboa, Alcântara, com **José de Almeida e Vasconcelos Freire Cabral**, nascido a 25.10.1901 em Lisboa, São Jorge de Arroios, e falecido a 15.2.1940 na Quinta dos Mirantes em Palmela, filho de Baltazar Freire Cortez Cabral Metelo e mulher D. Luísa Maria de Almeida e Vasconcelos. *Com descendência nos José de Mello Freire Cabral.*

[29] Anuário da Nobreza de Portugal, 1985, T.I, p.149, 162; e CANEDO, Fernando de Castro da Silva, A Descendência Portuguesa de El-Rei D. João II, Vol.II, p.176.

16.5. D. **Mariana do Carmo José de Mello**, nasceu a 13.11.1906 em Lisboa, Alcântara, e morreu a 7.4.1987 na mesma cidade, Santa Isabel. Casou a 30.4.1929 em Lisboa, Alcântara, com **Duarte Borges Coutinho de Medeiros Sousa Dias da Câmara**, nascido a 28.2.1897 em Loures e falecido a 3.11.1971 em Lisboa, Santa Isabel, filho dos 2.ºs marqueses da Praia e Monforte, Duarte Borges Coutinho de Medeiros Sousa Dias da Câmara e D. Maria da Conceição Pinto Leite (filha dos 1.ºs viscondes dos Olivais, Júlio Pinto Leite e D. Clotilde Hermínia da Veiga Araújo). *Com descendência nos Mello Borges Coutinho.*

17. D. **ANTÓNIO VASCO JOSÉ DE MELLO DA SILVA CÉSAR DE MENEZES**, nasceu a 28.9.1903 em Cascais. Foi o 4.º marquês de Sabugosa e 13º conde de São Lourenço. Casou com D. **Maria Isabel de Jesus O' Neill**, nascida a 27.5.1910 em Lisboa, filha de Hugo O'Neill, nascido a 7.6.1874 e falecido a 30.3.1940 em Lisboa e mulher D. Júlia Margarida Catarina de Serpa Pimentel de Sousa Coutinho, nascida a 27.9.1881 em Lisboa, aí casados a 14.1.1906[30]. *Foram seus filhos:*

17.1. D. **Maria Isabel José de Mello**, nasceu a 29.4.1930 em Lisboa e morreu a 6.2.2012. Casou a 21.12.1957 em Lisboa com **Luís Frederico Arouca Marques dos Santos**, nascido a 29.7.1934, filho de Manuel Gonçalves Marques dos Santos e mulher D. Maria Alexandra Arouca de Assis. *Com descendências nos Mello Arouca Marques dos Santos.*

17.2. D. **António Vasco de Mello da Silva César de Menezes**[31], *com quem se continua.*

17.3. D. **Teresa José de Mello**, nasceu a 25.2.1932 em Lisboa. Casou a 7.1.1955 na mesma cidade com D. **Valdemar Luís d' Orey Pereira Coutinho**, nascido a 23.7.1921 e falecido a 8.10.2011, filho de D. Luís Pereira Coutinho e mulher D. Maria das Dores de Sárrea d'Orey. *Com descendências nos Mello Pereira Coutinho.*

18. D. **ANTÓNIO VASCO DE MELLO DA SILVA CÉSAR DE MENEZES**, nasceu a 5.4.1931 em Lisboa. Foi o 14º conde de São Lourenço e 12.º conde de Sabugosa. Casou a 3.12.1958 em Lisboa com D. **Maria do Carmo Falcão Trigoso de Siqueira da Cunha**, nascida a 4.11.1937, filha de D. António do Carmo José de Mello da Cunha de Mendonça e Menezes, nascido a 10.9.1900 em Lisboa, Alcântara, e mulher D. Maria Teresa Falcão de Lima e Mello Baena Henriques Trigoso de Siqueira, nascida a 16.10.1898 em Lisboa, Santa Engrácia, casados a 15.2.1928 em Lisboa; neta paterna

[30] Anuário da Nobreza de Portugal, 1985, T.I, p.148
[31] Anuário da Nobreza de Portugal, 1985, T.I, p.148

dos 3.º marqueses de Olhão, D. José de Mello da Cunha de Mendonça e Menezes e mulher D. Mafalda José de Mello[32]. *Foram seus filhos:*

18.1. D. **António Maria de Mello Silva César e Menezes**, c*om quem se continua.*

18.2. D. **Pedro José de Cunha de Mello**, nasceu a 27.1.1960 em Lisboa. Casou a 6.6.1992 em Lisboa, Encarnação, com D. **Maria Eduarda de Almeida e Vasconcellos**, nascida a 27.11.1966 no Rio de Janeiro, Brasil, 4.ª viscondessa de Almeida e Vasconcellos, filha dos 3.ºs viscondes de Alemida e Vasconcellos, Eduardo José de Almeida Loureiro e Vasconcellos e mulher D. Susana Maria Mateus Dias Pablo. *Com descendência.*

18.3. D. **Francisco Xavier Trigoso da Cunha Mello**, nasceu a 15.11.1961 em Lisboa. Casou a 15.9.1990 em Odemira com D. **Maria Sofia Cabral Parreira Beja da Costa**, nascida a 18.3.1968 em Santiago do Cacém, filha de Manuel António Falcão Beja da Costa e mulher D. Isabel Maria Falcão Cabral Parreira. *Com descendência.*

18.4. D. **Teresa Maria da Cunha de Mello**, nasceu a 24.5.1963 em Lisboa e morreu a 29.10.1963.

18.5. D. **Miguel da Cunha de Mello**, nasceu a 2.6.1964. Casou com D. **Joana Silva Pereira Fernandes Homem**, nascida a 16.1.1976, filha de João José de Sousa Fernandes Homem e mulher D. Isabel Maria de Sousa da Silva Pereira. *Com descendência.*

18.6. D. **Rodrigo José da Cunha Mello**, nasceu a 17.11.1965 em Lisboa. Casou com D. **Ana Carlota de Campos Vaz Leite Pinto**, nascida a 23.8.1969 em Lisboa, São Domingos de Benfica. *Com descendência.*

18.7. D. **José da Cunha de Mello**, nasceu a 19.7.1969. É advogado. Casou a 1.12.2001 em Lisboa, na Sé, com D. **Joana Dessain Féria Theotónio**, nascida a 23.1.1973 em Bruxelas, filha de Luís Rosado Féria Theotónio e mulher M.me Colette Marie Henriette Ghuislaine Dessain. *Com descendência.*

19. D. **ANTÓNIO MARIA DE MELLO SILVA CÉSAR E MENEZES**, nasceu a 28.11.1959 em Lisboa. É o 13º conde de Sabugosa, engenheiro de sistemas pelo instituto superior de matemáticas aplicadas, e empresário. Casou a 30.7.1988 na Casa do Terreiro em Leiria com D. **Maria João Ataíde Almeida Silva**, nascida a 25.3.1962 em Leiria, Sé, joalheira e designer, filha dos 4.ºs condes da Bahia, D. João de Almeida e Silva e mulher D. Maria Adelaide Franco Silva Ataíde[33]. *São seus filhos:*

19.1. D. **António Vasco de Mello da Silva César e Menezes**.

[32] Anuário da Nobreza de Portugal, 1985, T.I, p.148

[33] Anuário da Nobreza de Portugal, 1985, T.I, p.149, e T.I, p.467 e p.468.

19.2. D. **João Maria de Almeida e Silva de Mello**.

19.3. D. **Martim Afonso de Almeida e Silva de Mello**.

(Continua)

BIBLIOGRAFIA

Fontes impressas:

ALÃO DE MORAES, Cristóvão (séc. XVII), Pedatura Lusitana, nova edição reformulada, ed. Carvalhos de Basto, Braga 1998.

Anuário da Nobreza de Portugal, 1985

Bibliografia Henriquina, vol.I, ed. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1960

BIBLIOTECA DA S.H.I.P., *Figuras Militares da Restauração*, General Ferreira Martins, Lisboa. Revista Militar, 1940, Ano XCII, Dez., Nº 12, III Centenário da Restauração do Estado.

CANEDO, Fernando de Castro da Silva, A Descendência Portuguesa de El-Rei D. João II.

CASTELO BRANCO, Fernando: Pedro Jacques de Magalhães in *Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel Serrão, vol. IV, p. 139, Livraria Figueirinhas, Porto, 1990.

CASTRO, Luis Bartolomé de Salazar y (…) *Tabla genealógica de la casa de Jaques, Catálogo de la Colección Salazar y Castro, Manuscrito*, D-25, fº 24 v. (1ª foliación), Nº 23217 del inventario.

COSTA, P. António Carvalho de (1708), Corografia Portuguesa e descripçam topográfica do famoso Reyno de Portugal, Tomo segundo, Officina de Valentim da Costa Deslandes.

Direcção-geral dos edifícios e monumentos nacionais, 23 Ago 2006.

GAIO, Felgueiras, 1750-1831, Nobiliário de famílias de Portugal, Braga/ Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Affonso, 1938-1941, Braga.

Mercurio Portuguez com as novas da Guerra entre Portugal & Castela, red. António de Sousa de Macedo, Jan. 1663-[Jul. 1667], Lisboa, 1663-1667.

PROELIUM-Revista da Academia Militar, A importância das Linhas de Elvas para a independência nacional (Parte I), Carlos Jorge Cid Figueira, aspirante aluno de Artilharia.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, História de Portugal, vol. V, Editorial Verbo, 2.ª edição, 1982, citado por F. Nobre, *História de Portugal,os reis que nos governaram - D. Pedro II*, in *Comunidades a Caminho*, boletim paroquial, nº76, Set 2007.

Fontes disponíveis na internet:

http://geneall.net/pt/ (consulta em Novembro 2014)

http://www.genealogiadoalgarve.com/ (consulta em Novembro 2014)

https://guerradarestauracao.wordpress.com/ (Governadores das Armas – Portugal – Província da Beira, Blog de História Militar dedicado à Guerra da Restauração ou da Aclamação, 1641-1668) (consulta Novembro 2014)

A ASCENDÊNCIA ALGARVIA DE EÇA DE QUEIROZ

por Nuno de Campos Inácio

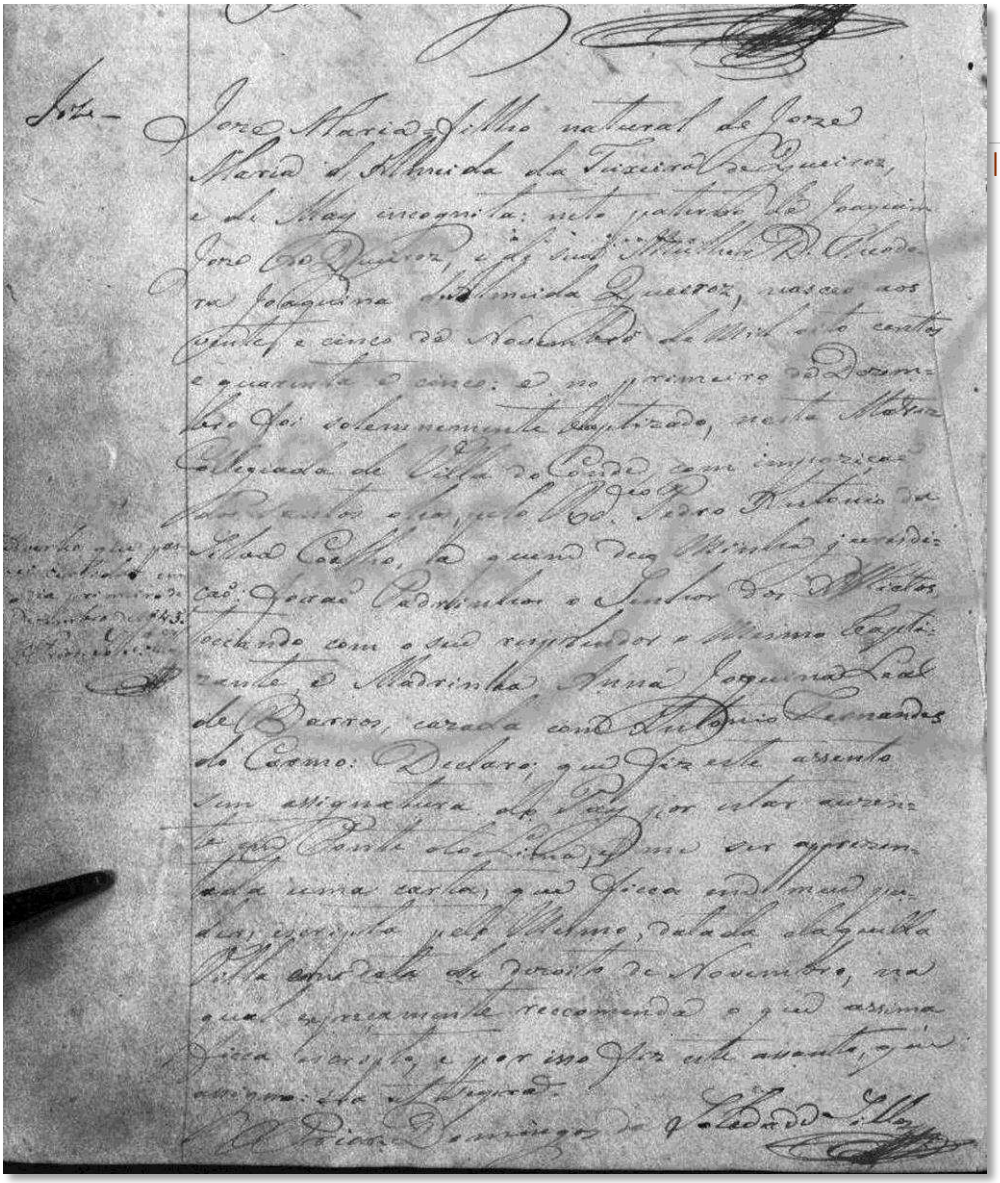
Não é novidade, pelo menos entre os genealogistas, a ascendência algarvia, por via materna, do escritor José Maria de Eça de Queiroz. Tal não justificaria, assim, a elaboração de um artigo a recair sobre esta temática.

Sucede que, ao incluir a genealogia do escritor no portal de Genealogia do Algarve, verifiquei que a ascendência que tem sido apontada para um dos ramos algarvios de Eça de Queiroz não está correcta, mostrando-se necessária, assim, a devida correcção.

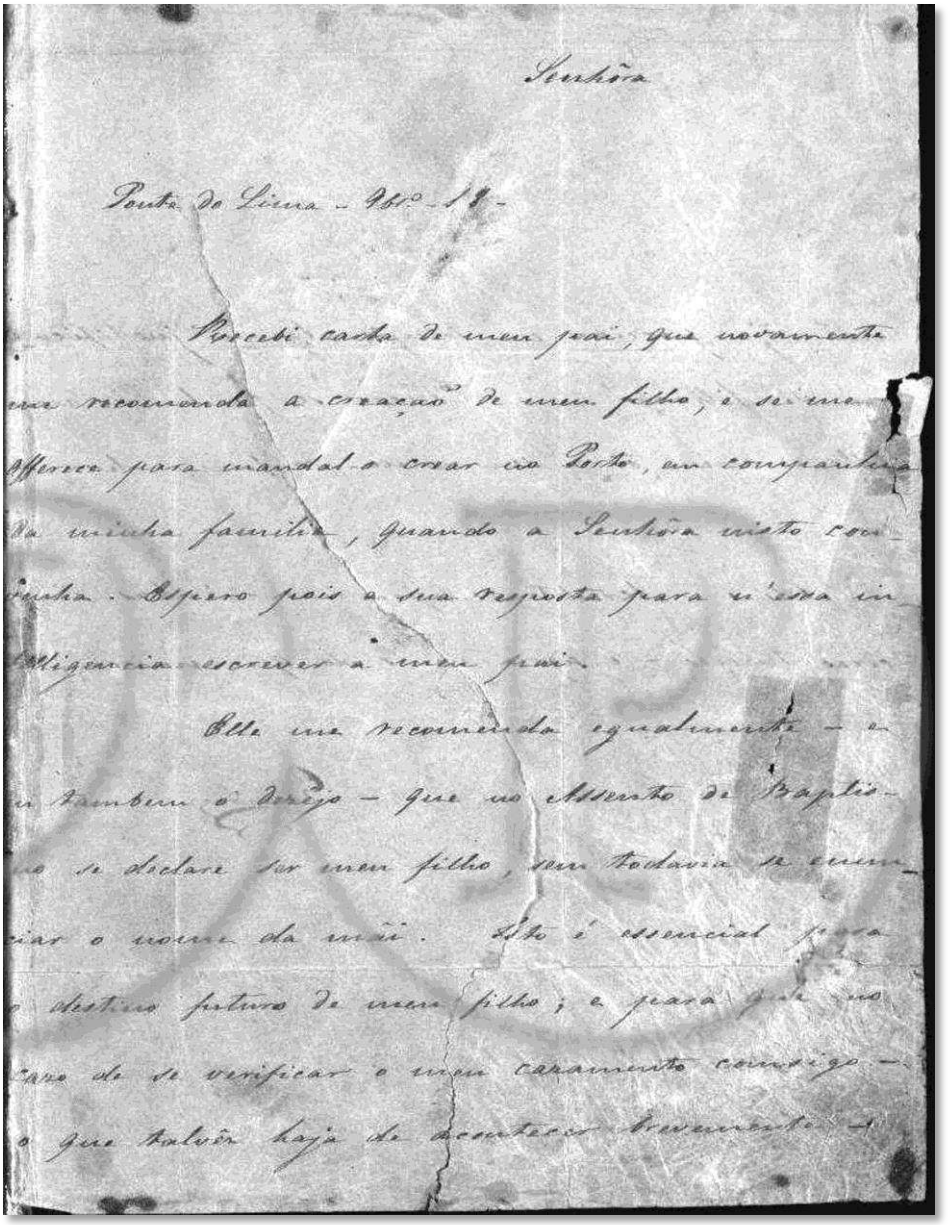
Vejamos:

Nos registos paroquiais de Vila do Conde encontra-se o registo de baptismo de José Maria, datado de 1 de Dezembro de 1845. Diz-nos esse documento que "*nasceo aos vinte e cinco de Novembro de mil oito centos e quarenta e cinco*" e era filho natural de José Maria d'Almeida da Teixeira de Queiroz e de mãe incógnita, sendo neto paterno de Joaquim José de Queiroz e de sua mulher D. Theodora Joaquina d'Almeida Queiroz.

Junto ao registo de baptismo encontra-se uma carta escrita pelo pai de Eça de Queiroz, datada de 18 de Novembro e escrita em Ponte de Lima, onde reconhece a sua paternidade. Essa carta era dirigida à mãe do escritor que, mais uma vez, não é identificada.



Assento de baptismo de Eça de Queiroz

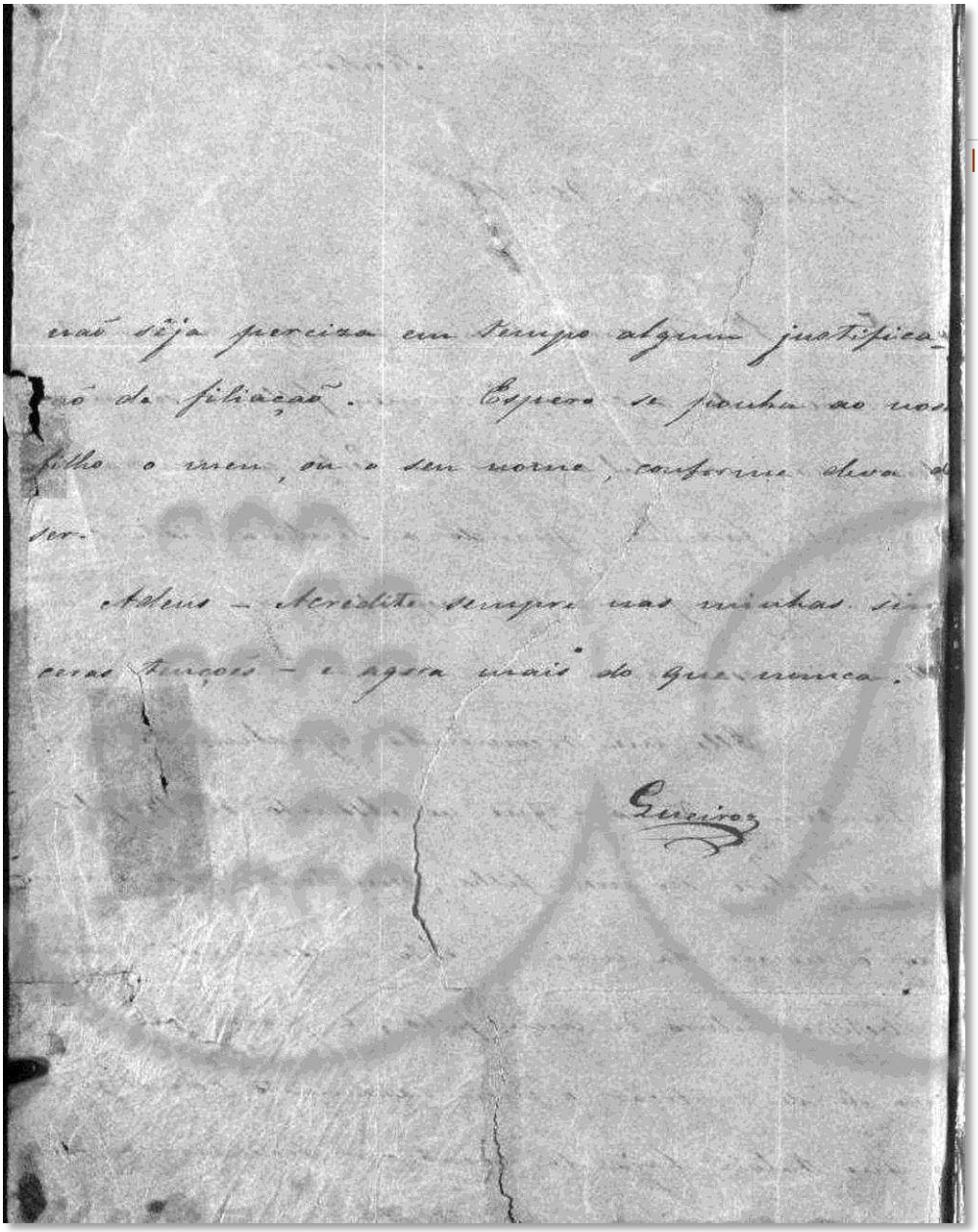


Senhôra

Ponte do Lima - 9bro - 18 -

Recebi carta de meu pai, que novamente me recomenda a creação de meu filho, e se me offerece para mandal-o crear no Porto, em companhia da minha familia, quando a Senhôra nisto convenha. Espero pois a sua resposta para n'essa intelligencia escrever a meu pai.

Elle me recomenda egualmente - e eu tambem o dezejo - que no Assento de Baptismo se declare ser meu filho, sem todavia se enunciar o nome da mãi. Isto é essencial para o destino futuro de meu filho; e para que no caso de se verificar o meu casamento comsigo - o que talvêz haja de acontecer brevemente -



não seja precisa em tempo algum justificação de filiação. Espero se ponha ao meu filho o meu, ou o seu nome, conforme deva ser.

Adeus – Acredite sempre nas minhas sinceras saudades – e agora mais do que nunca.

Queiroz

Carta do pai de Eça de Queiroz reconhecendo a sua paternidade

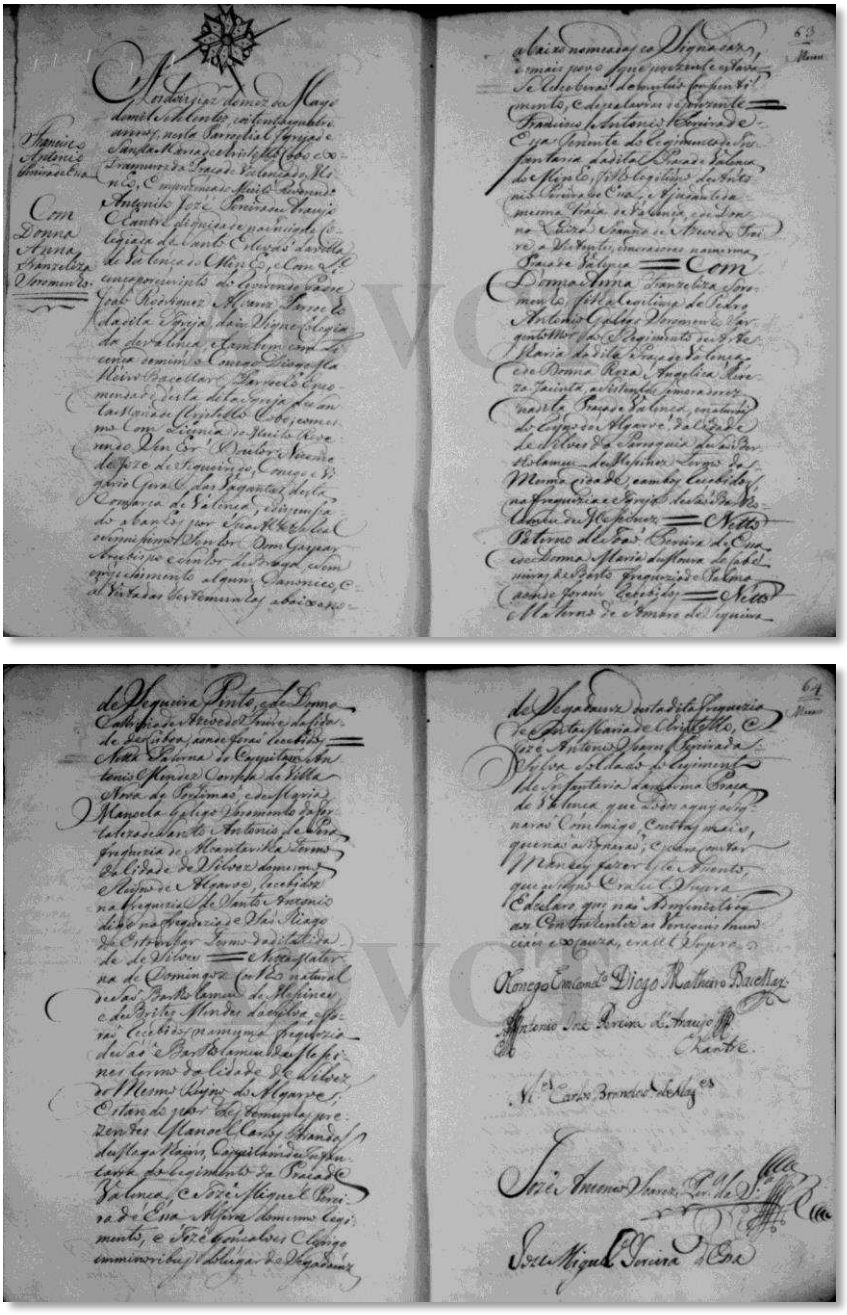
Nesta carta José Maria d'Almeida da Teixeira de Queiroz manifesta o desejo de vir a casar brevemente com a mãe da criança.

Esse casamento veio-se a realizar em Viana do Castelo, no dia 3 de Setembro de 1848, sabendo-se então que a mãe de Eça de Queiroz era D. Carolina Augusta Pereira d' Eça, nascida em Monção, a 7 de Agosto de 1826, sendo filha do Tenente-Coronel José António Pereira d'Eça e de D. Angelina Clementina Castro, neta paterna do Tenente Francisco Pereira d' Eça e de D. Ana Pimentel Seromenho e neta materna de Anselmo Vicente d' Abreu e Castro e de D. Maria Luísa d' Araújo.

Uma vez que pretendemos analisar somente o ramo algarvio, aprofundamos exclusivamente a ascendência do avô materno de Eça de Queiroz, o Tenente-Coronel José António Pereira d'Eça.

José António Pereira d' Eça nasceu em Valença, no dia 5 de Setembro de 1784 e faleceu na freguesia de Cedofeita, a 13 de Setembro de 1833, sendo filho do Tenente Francisco António Pereira de Eça e de D. Ana Pimentel Soromenho, ele de Valença e Governador da Praça de Monção, e ela da cidade de Lagos.

O Tenente Francisco António Pereira de Eça e D. Ana Pimentel Soromenho casaram em Cristelo Novo – Valença, a 2 de Maio de 1784. No casamento os nubentes aparecem como "*Francisco António Pereira de Essa Tenente do Regimento de Infantaria da dita Praça de Valença do Minho*" e "*Donna Anna Franzeliza Soromenho*". Sendo ele filho de António Pereira de Eça, Ajudante da mesma Praça de Valença, e de Dona Luísa Joana de Azevedo Freire, assistentes e moradores na Praça de Valença, e ela filha de Pedro António Galego Soromenho, Sargento-Mor do Regimento de Artilharia da Praça de Valença, e de Dona Rosa Angélica Teresa Jacinta, assistentes e moradores na Praça de Valença, mas naturais do Reino do Algarve, da cidade de Silves, da Paróquia de São Bartolomeu de Messines, onde foram recebidos.



Casamento de Tenente Francisco António Pereira de Eça e D. Ana Pimentel Soromenho

Ele neto paterno de João Pereira de Eça e de Dona Maria de Moura, da freguesia da Palma, concelho de Cabeiras de Basto, e neto materno de Amaro de Sequeira Pinto e de Dona Catarina de Azevedo Freire, da cidade de Lisboa.

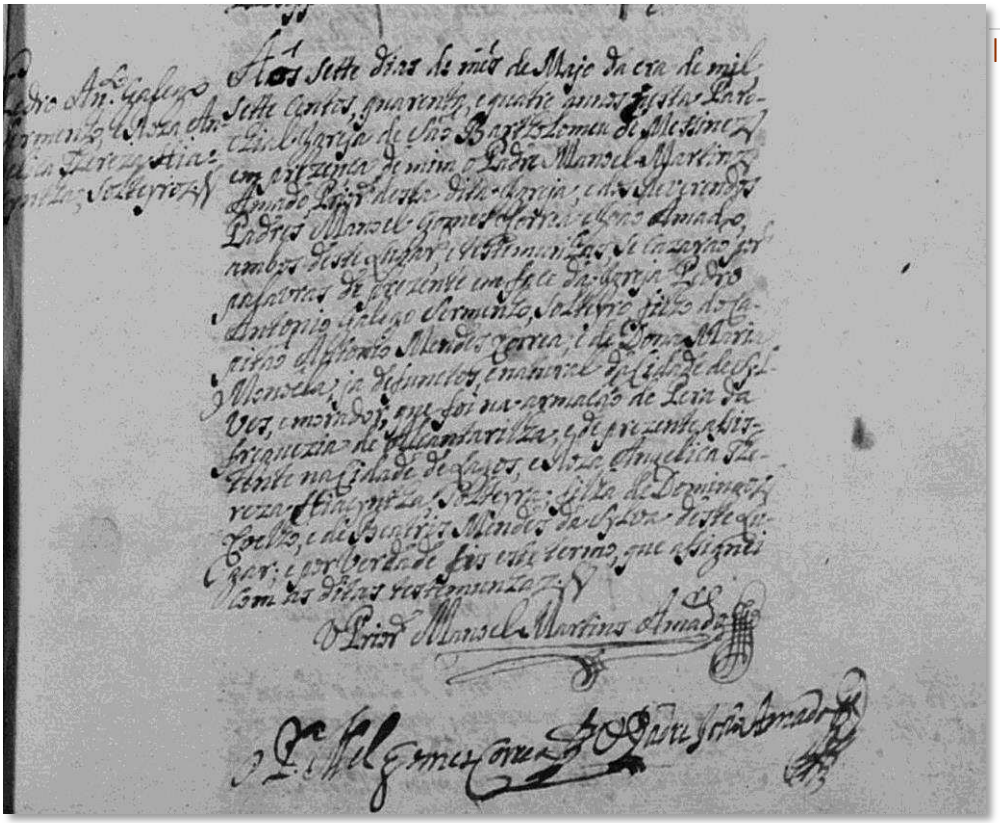
Ela neta paterna do Capitão António Mendes Correia, de Vila Nova de Portimão, e de Maria Manuela Galego Soromenho, da Fortaleza de Santo António de Pêra, freguesia de Alcantarilha, tendo sido recebidos na freguesia de Estômbar, e neta materna de Domingos Coelho, de São Bartolomeu de Messines e de Brites Mendes da Silva, da mesma freguesia de São Bartolomeu de Messines, onde foram recebidos.

Aqui começam as discrepâncias entre o que dizem os documentos e as genealogias que têm sido difundidas. Nessas, a bisavó materna de Eça de Queiroz aparece com o nome de "Ana Franceliza Pimentel Amado Soromenho". Poderemos presumir facilmente que fosse Ana Franceliza Pimentel Soromenho, mas o apelido "Amado" não aparece, como vimos até agora, referido em qualquer documento. Sabemos que, muitas vezes, há apelidos que são omitidos dos documentos, mas que poderiam ser usados de facto, por os encontrarmos nas ascendências. Vejamos se é esse o caso:

Como nos refere o documento supra, os pais de Ana Pimentel Soromenho casaram em São Bartolomeu de Messines. Feitas buscas nessa freguesia encontramos o casamento de Pedro António Galego Soromenho com Rosa Angélica Teresa Jacinta, celebrado a 7 de Maio de 1744.

Esse documento identifica o cônjuge marido como "Pedro Antonio Galego Sermenho, filho do Capitão Antonio Mendes Correia e de Dona Maria Monoela, já defuntos e natural da Cidade de Sylves, e morador que foi na armação de Pera da freguezia de Alcantarilha, e de prezente assistente na Cidade de Lagos" e a cônjuge mulher como "Roza Angelica Thereza Jacintha, solteyra, filha de Domingos Coelho, e de Beatriz Mendes da Sylva, deste lugar".

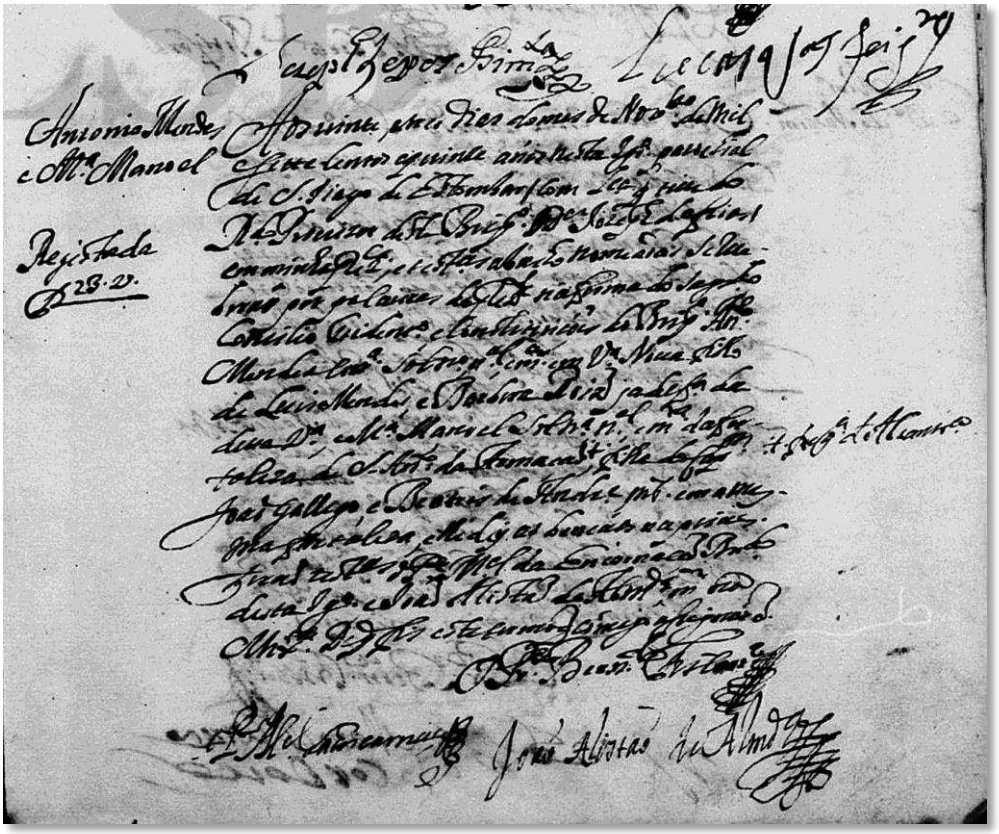
Confirma, então, o registo de casamento dos seus pais a informação constante do casamento de Ana Pimentel Soromenho. Mais uma vez o apelido "Amado" não aparece no documento de casamento, aparecendo a mãe de Ana Soromenho, em algumas genealogias publicadas, como "*Rosa Angélica Teresa Jacinta Pereira Amado*". Como se viu pelo documento o "Pereira Amado" não consta do mesmo. Também o pai de Rosa Angélica aparece referido nessas genealogias como "*Domingos Coelho Amado*", apelido que, até agora, não vem referido em nenhum documento.



Registo de casamento de Pedro António Galego Soromenho e de Rosa Angélica Teresa Jacinta

Como o registo de casamento de Ana Pimentel Soromenho bem refere, os seus avós paternos casaram em Estômbar. É precisamente nessa freguesia que encontramos esse casamento, celebrado, a 25 de Novembro de 1715, ente António Mendes Correia e Maria Manuela Galego Soromenho.

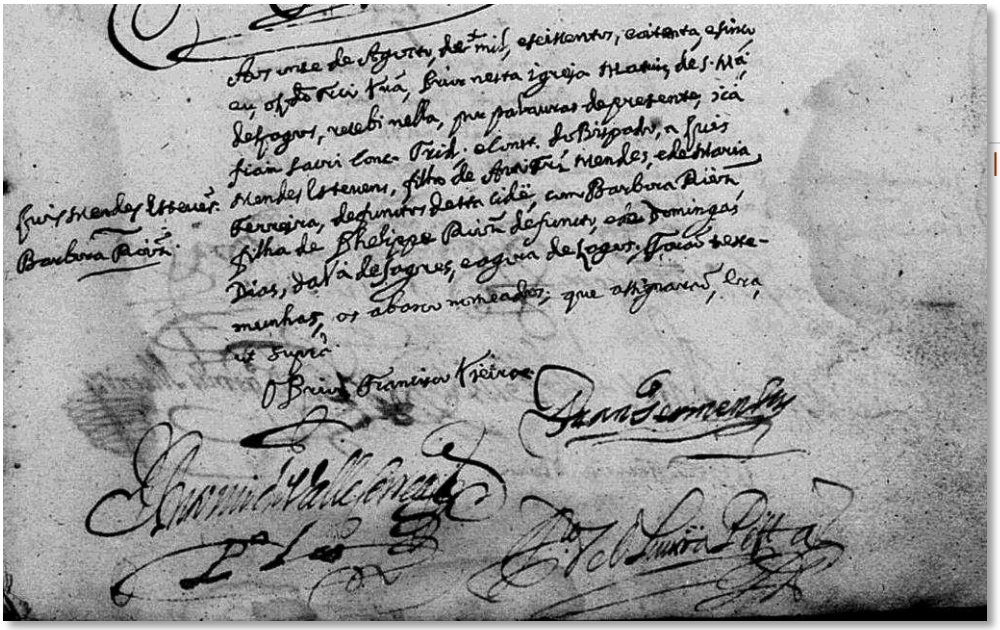
Esse documento identifica o cônjuge marido como "*Ant.º Mendes Cor.ª soltro n.al e m.or em V.ª Nova filho de Luis Mendes e Barbara Roiz já defª dessa V.ª*" e a cônjuge mulher como "M.ª *Manoel soltra n.al e m.orª da fortaleza de S. Ant.º da Armação, freg.ª de Alcantarilha, filha do Capitão João Gallego, e Beatriz de Andr.e*".



Casamento de António Mendes e de Maria Manuela

O Capitão António Mendes Correia, natural de Portimão, era filho de Luís Mendes, Cristão-Novo, natural de Lagos, e de Bárbara Rodrigues, que aparece em alguns documentos como natural da Vila do Bispo e noutros como natural do Cabo de São Vicente. Casaram na freguesia de Santa Maria, da cidade de Lagos, a 11 de Agosto de 1685.

Neste documento, o cônjuge marido é identificado como "*Luís Mendes Estevens, filho de Ant.º F.res Mendes e de Maria Ferreira, defuntos desta cide*" e a cônjuge mulher como "*Barbara Roiz, filha de Phelippe Roiz defunto, e de Domingas Dias, da V.ª de Sagres, e agora de Lagos*".



Casamento de Francisco Mendes e de Bárbara Rodrigues

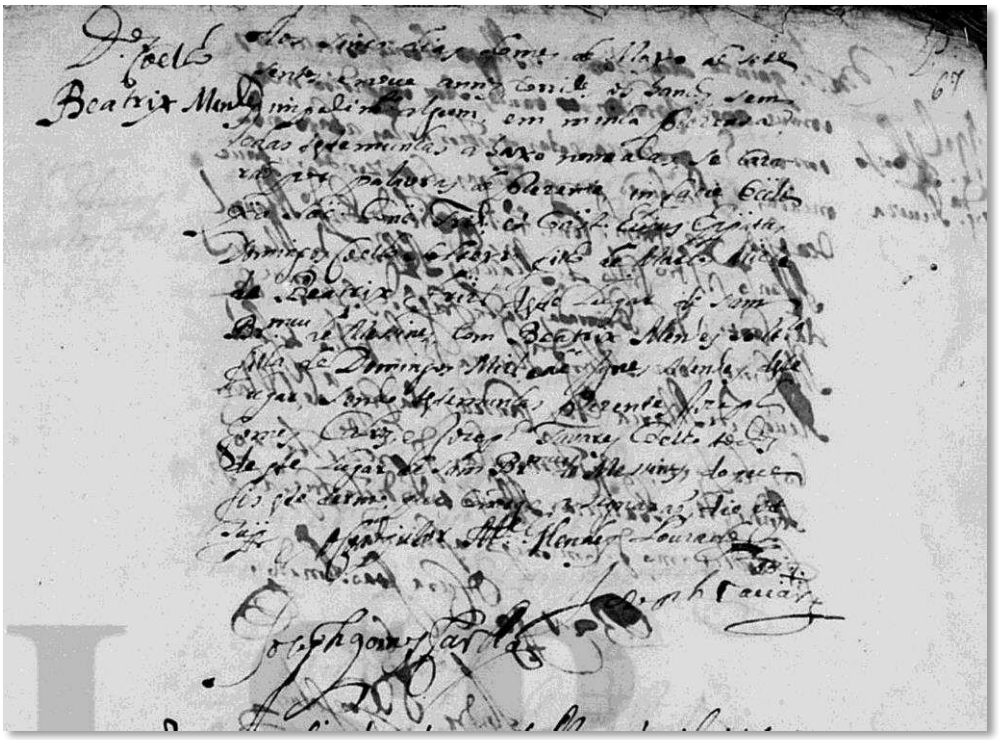
Maria Manuela Galego Soromenho era filha de Capitão João Galego e de Beatriz de Andrade, ele da freguesia de Pêra e ela da freguesia de Alcantarilha. A ausência de paroquiais impede-nos a continuação das pesquisas pela linha materna. No entanto, relativamente ao Capitão João Galego, ele apadrinha, ainda solteiro, na freguesia da Guia, em 1676, referindo ser filho do Capitão João Galego e de Inês Dias, ele de Pêra e ela de Alcantarilha.

Conclui-se, assim, a genealogia paterna de D. Ana Pimentel Soromenho, bisavó materna de Eça de Queiroz.

Continuemos, então, com a linha materna:

Rosa Angélica Teresa Jacinta é, como vimos, filha de Domingos Coelho e de Beatriz Mendes da Silva, ambos da freguesia de São Bartolomeu de Messines. No casamento de D. Ana Pimentel Soromenho é dito que os seus avós maternos (Domingos Coelho e Beatriz Mendes da Silva) casaram na freguesia de São Bartolomeu de Messines. Realizadas pesquisas nessa freguesia, encontramos o casamento desse casal, celebrado a 5 de Maio de 1709.

O documento identifica o cônjuge marido como "*Domingos Coelho solteyro filho de Marcos Martins e de Beatrix Friz deste lugar de sam Br.meu de Messines*" e a cônjuge mulher como "*Beatrix Mendes soltr.ª filha de Domingos Miz e de Ignes Mendes deste lugar*".



Casamento de Domingos Coelho e de Beatriz Mendes

Aqui chegados e sem a possibilidade de, pelo menos para já, recuar mais na freguesia de São Bartolomeu de Messines, temos concluída a ascendência materna conhecida de D. Ana Pimentel Soromenho.

Por aqui não é possível perceber de onde vem o apelido "Amado" que as genealogias publicadas atribuem a D. Ana Pimentel Soromenho. Mas é possível perceber que esse apelido foi colocado no nome de D. Ana Pimentel Soromenho, de sua mãe D. Rosa Angélica Teresa Jacinta e de seu avô Domingos Coelho com o objectivo claro de justificar a colagem de Eça de Queiroz à família Amado. Ao colocarem esse apelido ao longo de três gerações diluem-se as suspeitas de erro quando, ignorando que o referido Domingos Coelho era de São Bartolomeu de Messines, ignorando que ele casou nessa freguesia, ignorando a ascendência que é apresentada nesse documento, quem difundiu a genealogia do ramo algarvio de José Maria de Eça de Queiroz, depois

de colocar o apelido "Amado", apresenta Domingos Coelho como filho de Francisco Lopes Pereira Amado e de Gracia Bernarda Barbudo de Sequeira, casal da cidade de Faro. E por aqui vão acrescentando ascendência, dando como avós João de Ataíde Coelho Amado e Isabel Pessanha Tavares, como bisavós Amaro Pereira Amado e Josefa dos Reis Limpo e como trisavós João Pereira Amado e Joana Leonor de Ataíde. A menos que surjam documentos que contradigam os paroquiais aqui apresentados, esta genealogia que faz colar a ascendência de Eça de Queiroz aos "Amado" de Faro é pura invenção e feita de má-fé, com o acrescento de apelidos inexistentes na sua ascendência.

Deste modo e corrigindo o ramo algarvio da genealogia de Eça de Queiroz, temos que:

1 – **José Maria de Eça de Queiroz**, nascido na Póvoa do Varzim, a 25 de Novembro de 1845 e falecido em Ile de France, Paris, a 16 de Agosto de 1900. Consagrado escritor português.

Pais:

2 – **José Maria de Almeida Teixeira de Queiroz**, magistrado e escritor português, foi Presidente do Tribunal do Comércio. Foi, igualmente, Deputado, eleito pelo círculo eleitoral de Aveiro. Nasceu no Rio de Janeiro.

Casou em Viana do Castelo, no dia 3 de Setembro de 1848, com:

3 – **Carolina Augusta Pereira de Eça**, natural de Monção, onde nasceu a 7 de Agosto de 1826.

Avós:

4 – **Joaquim José de Queiroz e Almeida**, nascido na freguesia da Oliveirinha – Aveiro, a 9 de Janeiro de 1774 e falecido a 16 de Abril de 1850. Magistrado, foi Presidente do Tribunal da Relação do Porto, Deputado em várias legislaturas e Ministro da Justiça.

5 – **Teodora Jacinta de Almeida**, falecida a 3 de Novembro de 1855.

6 – **José António Pereira de Eça**, nascido em Valença do Minho, a 5 de Setembro de 1784 e falecido na freguesia de Cedofeita – Porto, a 13 de Setembro de 1833. Coronel de Infantaria.

Casou em Santo Estêvão – Valença do Minho, a 3 de Maio de 1815, com:

7 – **Angélica Clementina de Abreu e Castro**, falecida em Viana do Castelo, a 28 de Agosto de 1849.

Bisavós:

8 – **José Marcelino Próspero Teixeira de Queiroz**

9 – **Joana Leonor de Sousa e Almeida**

10 – **José Nunes de Almeida**

11 – **Luísa Maria Francisca**

12 – **Francisco António Pereira d' Eça**, nascido em Valença, a 9 de Setembro de 1756, Governador da Praça de Monção.

Casou em Cristelo Novo – Valença, a 2 de Maio de 1784, com:

13 – **Ana Franceliza Pimentel Soromenho**, natural de Lagos.

14 – **Anselmo Vicente do Areal**

15 – **Maria Luísa de Abreu**

Trisavós (apenas do ramo algarvio de Francisco António Pereira d' Eça e de D. Ana Pimentel Soromenho):

24 – **António José Pereira d' Eça**, Sargento-Mor de Infantaria, nascido na freguesia de Britelo – Celorico de Basto, a 4 de Janeiro de 1747.

Casou com:

25 – **Luísa Joana de Azevedo Freire de Castro**, baptizada na freguesia de Salvador – Torres Novas, a 28 de Setembro de 1718.

26 – **Pedro António Galego Soromenho**, Sargento-Mor do Regimento de Artilharia de Valença do Minho, natural da freguesia de Silves.

Casou em São Bartolomeu de Messines, a 7 de Maio de 1744, com:

27 – **Rosa Angélica Teresa Jacinta**, natural da freguesia de São Bartolomeu de Messines.

Tetravós (apenas do ramo algarvio de Francisco António Pereira d' Eça e de D. Ana Pimentel Soromenho):

48 – **João António Pereira d' Eça**, Inquiridor em Celorico de Basto, falecido na freguesia de Britelo, a 26 de Fevereiro de 1753.

49 – **Maria de Moura**.

50 – **Amaro de Sequeira Mimoso**, Doutor em Cânones pela Universidade de Coimbra, nascido na freguesia de São Pedro – Faro, a 15 de Janeiro de 1685.

Casou na freguesia da Sé – Faro, a 20 de Setembro de 1710, com:

51 – **Catarina de Azevedo Freire**, natural da cidade de Lisboa.

52 – **António Mendes Correia**, Capitão, natural da freguesia de Portimão.

Casou em Estômbar, a 25 de Novembro de 1715, com:

53 – **Maria Manuela Galego Soromenho**, natural de Armação de Pêra, à data freguesia de Alcantarilha.

54 – **Domingos Coelho**, natural da freguesia de São Bartolomeu de Messines.

Casou em São Bartolomeu de Messines, a 5 de Maio de 1709, com:

55 – **Brites Mendes da Silva**, natural da freguesia de São Bartolomeu de Messines.

5ºs Avós (apenas do ramo algarvio de Francisco António Pereira d' Eça e de D. Ana Pimentel Soromenho):

100 – **Manuel Rolão**, Tabeleão, natural de São Brás de Alportel.

Casou na freguesia de São Pedro – Faro, a 12 de Fevereiro de 1680, com:

101 – **Joana Mimoso**, natural da cidade de Tânger, de onde veio para o Algarve, radicando-se na cidade de Faro.

104 – **Luís Mendes Estevens**, Cristão-Novo, natural de Lagos.

Casou na freguesia de Santa Maria – Lagos, a 11 de Agosto de 1685, com:

105 – **Bárbara Rodrigues**, natural da Vila do Bispo ou de Sagres.

106 – **João Galego**, Capitão do Forte de Pêra em 1681.

Casou com:

107 – **Beatriz de Andrade**, natural de Alcantarilha.

108 – **Marcos Martins**, natural da freguesia de São Bartolomeu de Messines.

Casou com:

109 – **Beatriz Fernandes**, natural da freguesia de São Bartolomeu de Messines.

110 – **Domingos Martins**, natural da freguesia de São Bartolomeu de Messines.

Casou com:

111 – **Inês Mendes**, natural da freguesia de São Bartolomeu de Messines.

6º Avós (apenas do ramo algarvio de Francisco António Pereira d' Eça e de D. Ana Pimentel Soromenho):

200 – **Martinho Afonso**

201 – **Maria Alves Rolão**

202 – **António Jorge Mimoso**

203 – **Ana Bugalho**

208 – **António Fernandes Mendes**

209 – **Maria Ferreira**

210 – **Filipe Rodrigues**

211 – **Domingas Dias**

212 – **João Galego**, Capitão.

213 – **Inês Dias**

Casou José Maria de Eça de Queiroz, a 10 de Fevereiro de 1886, com D. **Maria Emília de Castro**, nascida a 9 de Junho de 1857, filha do 4º Conde de Resende, D. António Benedito de Castro, e de Maria Balbina Pamplona Carneiro Rangel Veloso Barreto de Miranda e Figueiroa, neta paterna do 3º Conde de Resende, D. Luís Inocêncio Benedito de Castro e de D. Maria José Inocência da Piedade da Silveira, neta materna do 1º Visconde de Beire, Manuel Pamplona Carneiro Rangel Veloso Barreto de Miranda Figueiroa, e de D. Maria Helena de Sousa Holstein.

Foram pais de:

Maria de Castro de Eça de Queirós, nascida a 16 de Janeiro de 1887 (com descendência)

José Maria de Eça de Queirós, nascido a 26 de Janeiro de 1888 (com descendência)
António de Eça de Queirós, nascido a 28 de Dezembro de 1889 (sem descendência)
Alberto de Eça de Queirós, nascido a 16 de Abril de 1894 (sem descendência)

A mulher de Eça de Queiroz com o filho José Maria

A HERÁLDICA DA CASA GRANDE DE FREIXO DE NUMÃO E A SUA LIGAÇÃO A TAVIRA

por Óscar Caeiro Pinto

À memória da minha avó materna Maria Adelaide Caeiro, natural de Freixo de Numão e falecida em Tavira, descendente das famílias Amaral e Tavares de Vasconcelos, de Freixo de Numão

Iniciamos esta breve comunicação na região Duriense, mais propriamente, na linda vila de Freixo de Numão, situada no concelho de Vila Nova de Foz Côa, para tentar relaciona-la com a cidade de Tavira.

O nosso objeto de estudo incide sobre a pedra de armas da chamada Casa Grande de Freixo de Numão, notável solar barroco, localizado na rua Direita e hoje transformada num interessantíssimo museu arqueológico e etnográfico.

Podemos datar a construção desta casa, pois sobre o portal da sua capela existe uma cartela com a data de 1783. Mas, somos levados a crer que trata-se já de uma reconstrução ao gosto da época sobre uma outra edificação mais antiga, pois durante

as obras de adaptação a museu, localizaram-se nesta casa provas da existência de um primitivo palácio datado dos séculos XVI. Sabemos que pelo menos dois costados desta família, os Amaral e os Tavares de Vasconcelos, como vamos ver, já viviam nesta época na vila de Freixo. Certamente a casa original teria sido construída por umas destas duas famílias e mais tarde ampliada e modificada a sua fachada.

Hoje a Casa Grande apresenta uma típica arquitetura senhorial barroca, muito comum a outros solares da região (como a Casa de Cedovim), pois o mestre pedreiro que a executou deve ter usado o mesmo modelo, sempre com grande riqueza em lavores de cantaria que revela bem o nível artístico do pedreiro que a executou e o poder económico de seus proprietários. Fachada formada por só um corpo, de rés-do-chão e primeiro andar, com capela lateral. A frontaria é rasgada no andar nobre por sete vãos de emolduramento concheado, sendo o do meio de varanda de fortes balaustres. Na linha do beiral, bastante saliente, ergue-se a meio, em alto arco, a pedra de armas, de grandes dimensões e primorosamente esculpida em granito.

Um escudo, com a seguinte leitura: um esquartelado, no 1º quartel as armas dos **Sousa de Arronches**, no 2º **Vasconcelos**, 3º **Moutinho**, e no 4º as armas dos **Amaral**. Sobre o escudo em vez de um timbre apresenta a rara particularidade heráldica de ter dois timbres, o das armas dos Sousas de Arronches, um castelo, e encostado a este, o timbre das armas dos Vasconcelos, um leão rompante. Por sinal este leão encontrasse figurado num estilo muito viril, com um pénis e testículos avantajados.

Pormenor do quartel das armas dos Vasconcelos, na pedra da Casa Grande

Desenho das armas dos Vasconcelos

Os dois timbres estão estrategicamente posicionados sobre as armas dos Sousa e dos Vasconcelos. Sobre os timbres, um coronel ou coroa de nobreza. Outra invulgaridade, pois por norma, o timbre coloca-se sobre o coronel ou elmo. Na vizinha freguesia de Mós do Douro, existe também uma casa solarenga que foi pertença de um ramo desta mesma família onde as armas dos Sousa e Vasconcelos estão assim representadas.

Pedra de armas da Casa de Mós do Douro, descendentes de um ramo dos Tavares de Vasconcelos de Freixo de Numão
Escudo esquartelado: 1º Sousa de Arronches, 2º Vasconcelos, 3º Saraiva (mal representado), 4º Seixas. Tal como a pedra de armas da Casa Grande de Freixo, esta pedra também tem dois timbres, de Sousa e de Vasconcelos (este leão menos viril!)

Pedra de armas da Casa Grande de Freixo de Numão

Não fica por aqui as particularidades heráldicas desta pedra de armas da Casa Grande, pois logo no primeiro quartel, se olharmos bem as armas dos Sousa de Arronches estão simplificadas, ou diminuídas, estando as armas do reino, colocadas na diagonal e sobrepostas a uma caderna de crescentes, estas as armas originais dos Sousa.

Trata-se de uma forma engenhosa de representar as armas dos Sousas de Arronches, já por si esquarteladas (de armas ditas do reino e Sousa antigo). Depois de interpreta-la heraldicamente, vamos agora tentar descortinar um pouco as raízes e origens das linhagens conjugadas nesta pedra. Uma pedra de armas colocada na frontaria de uma casa, marca sempre a posição ou distinção social dos seus donos, mas conta também uma história de família com as suas alianças.

A construção ou reconstrução desta casa foi certamente efetuada por Vicente de Sousa e Vasconcelos, filho herdeiro de Brás do Amaral e Sousa. Este último nasceu em 1652, foi um destacado membro desta família, foi capitão-mor de Freixo de Numão, familiar do Santo Ofício, encartado a 3/8/1693 e fidalgo de cota de armas, pois recebeu carta de armas em 1694 (um escudo esquartelado, 1.º - Sousa, 2.º - Amaral, 3.º- Moutinho e 4.º - Vasconcelos).

Repare-se, que foi esta carta de armas que serviu de base para a pedra de armas da Casa Grande, mas na pedra foi trocado o segundo quartel, pelo quarto, ou seja os Vasconcelos que estavam no 4º quartel passaram para o 2º quartel e os Amaral passaram assim do 2º para o 4º quartel. Esta alteração, a meu ver, tem a ver com a colocação dos dois timbres de Sousa e Vasconcelos, uma colocação rara em Portugal, ou seja uma liberdade heráldica que naturalmente não vinha referida na carta de armas. Podemos afirmar com alguma segurança que esta alteração dos dois timbres foi criada para afirmar ou destacar estes dois apelidos muito usados na descendência desta família!

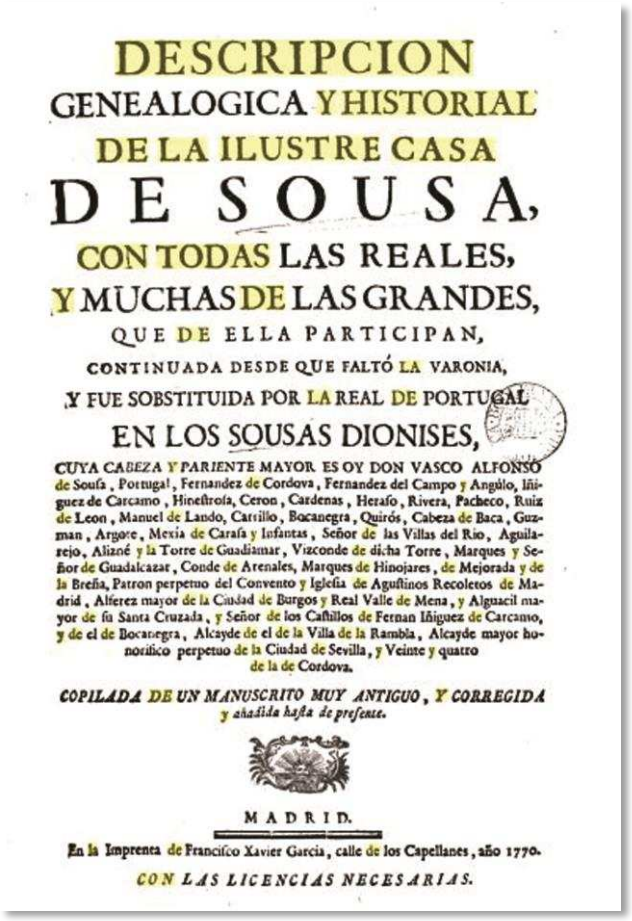
A ascendência de Brás do Amaral e Sousa vem referida na dita carta, era filho de Feliciano do Amaral e Sousa e de Isabel Moutinho da Mesquita, esta natural da vizinha freguesia de Sebadelhe e por ela chegaram as armas dos Moutinho. Neto paterno de Belchior do Amaral e Aguilar e de Mariana de Sousa Saraiva, de Freixo de Numão. Belchior, era filho de António Dias de Aguilar, tabelião em Freixo e de Antónia Rodrigues do Amaral. As armas dos Amaral, representadas na pedra de armas proveem desta última senhora que era irmã do Padre Belchior Rodrigues do Amaral, um personagem interessante, nascido cerca de 1575 em Freixo de Numão, sendo acusado em 1620 pela Inquisição do grave crime de abuso do sacramento e pacto com o demónio. Este processo de 139 folhas, além de ser uma importante memória genealógica da família Amaral de Freixo, é muito importante em termos de história social.

Recordamos que a família Amaral de Freixo de Numão é das poucas famílias desta vila referenciadas em nobiliários genealógicos, como o de Felgueiras Gaio e o de Manso de Lima.

Voltando à referida Mariana de Sousa, era filha de André de Sousa Henriques e de Guiomar Saraiva de Vasconcelos. André de Sousa, não era natural de Freixo de Numão, nasceu em Santarém, mas aqui casou na importante família dos Tavares de Vasconcelos, sendo escrivão da Câmara de Numão, também ele teve problemas com a Inquisição tendo um processo em 1619, pois parece que deixou escapar uns cristãos novos da terra e foi denunciado pelos seus inimigos.

Por sua mulher Guiomar, chegaram as armas dos Vasconcelos, pois ela era irmã de Domingos Tavares de Vasconcelos, juiz dos Orfãos de Numão em 1611, moço da

Câmara com exercício no paço, e ambos filhos de outro Domingos Tavares de Vasconcelos, chamado "o velho", referido como cavaleiro fidalgo, escrivão das sisas de Numão, tabelião de Freixo, e tabelião judicial da vila de Numão e Horta e dos julgados de Sousa e de sua mulher Brites Saraiva Rebelo (descendente dos Saraiva de Sampaio Pereira de Trancoso). De referir que este Domingos, era bisneto de Pedro Mendes de Vasconcelos, tronco desta família em Freixo, escudeiro da Casa do conde de Marialva (Felgueiras Gaio, tit. de Gouveias, §24,nº12) refere *"Pedro Mendes de Vasconcelos fidalgo de distinta nobreza segundo consta de um instrumento"*), escrivão das sisas de Numão (13/9/1484), escrivão das sisas de Noura e Cedães e tabelião do cível e crime nos concelhos de Vila Nova de Foz Coa e Cedovim, que segundo uma genealogia esteve na batalha de Toro de onde saiu com trinta ferimentos.



DESCRIPCION
GENEALOGICA Y HISTORIAL
DE LA ILUSTRE CASA
DE SOUSA,
CON TODAS LAS REALES,
Y MUCHAS DE LAS GRANDES,
QUE DE ELLA PARTICIPAN,
CONTINUADA DESDE QUE FALTÓ LA VARONIA,
Y FUE SOBSTITUIDA POR LA REAL DE PORTUGAL
EN LOS SOUSAS DIONISES,
CUYA CABEZA Y PARIENTE MAYOR ES OY DON VASCO ALFONSO de Souſa, Portugal, Fernandez de Cordova, Fernandez del Campo y Angúlo, Iñiguez de Carcamo, Hineſtroſa, Ceron, Cardenas, Heraſo, Rivera, Pacheco, Ruiz de Leon, Manuel de Lando, Carrillo, Bocanegra, Quirós, Cabeza de Baca, Guzman, Argote, Mexía de Caraſa y Infantas, Señor de las Villas del Rio, Aguilarejo, Alizné y la Torre de Guadiamar, Vizconde de dicha Torre, Marques y Señor de Guadalcazar, Conde de Arenales, Marques de Hinojares, de Mejorada y de la Breña, Patron perpetuo del Convento y Iglesia de Aguſtinos Recoletos de Madrid, Alferez mayor de la Ciudad de Burgos y Real Valle de Mena, y Alguacil mayor de ſu Santa Cruzada, y Señor de los Caſtillos de Fernan Iñiguez de Carcamo, y de el de Bocanegra, Alcayde de el de la Villa de la Rambla, Alcayde mayor honorifico perpetuo de la Ciudad de Sevilla, y Veinte y quatro de la de Cordova.
COPILADA DE UN MANUSCRITO MUY ANTIGUO, Y CORREGIDA y añadida haſta de preſente.
MADRID.
En la Imprenta de Francisco Xavier García, calle de los Capellanes, año 1770.
CON LAS LICENCIAS NECESARIAS.

1053 Andrés de Souſa Enriquez ſuccedió en la Caſa de ſus padres Ambroſio Vieyra de Carvallo y Doña Juana de Souſa Marnel: nació en la villa de Santaren año de 1566, en ocaſion que ſu padre ſe hallaba alli con empleo en ſervicio del Rey juntamente con Fernan de Silva, Oidor General que avia ſido en las partes del Braſil. Alcanzó Andres de Souſa los tiempos de los Reyes Don Sebaſtian, Don Enrique, Don Felipe II. Don Felipe III. y Don Felipe IV. y el Rey Don Felipe III. eſtando en Lisboa año de 1609, le honró con el fillamento que le tocaba, por ſer hijo de Cavallero Fidalgo, como conſta de ſu alvalá de 11. de Noviembre de aquel año.

Caſó Andres de Souſa Enriquez dos veces, la primera con Doña Guiomar Saravia de Vaſconcelos, hija de Domingo Tavares de Vaſconcelos, Cavallero Fidalgo, y de ſu muger Doña Beattriz Saravia de Rebelo, que era hija de Don Juan Luis Rebelo y nieta de Gil Rebelo (hermano del gran Fernan Rebelo, que ambos yacen en Capilla propria en Aguiar da Beyra, Obiſpado de Viſeu). Domingo Tavares, padre de Doña Guiomar, era hijo de Fernan Tavares de Vaſconcelos, y de ſu muger Doña Angela de Almeyda (deſcendiente de Payo Diaz Amado, Fundador del Convento de Bouro), y nieto de Alvaro Yañez Tavares y de ſu muger Doña Maria Mendez de Vaſconcelos, hija de Pedro Mendez de Vaſconcelos.

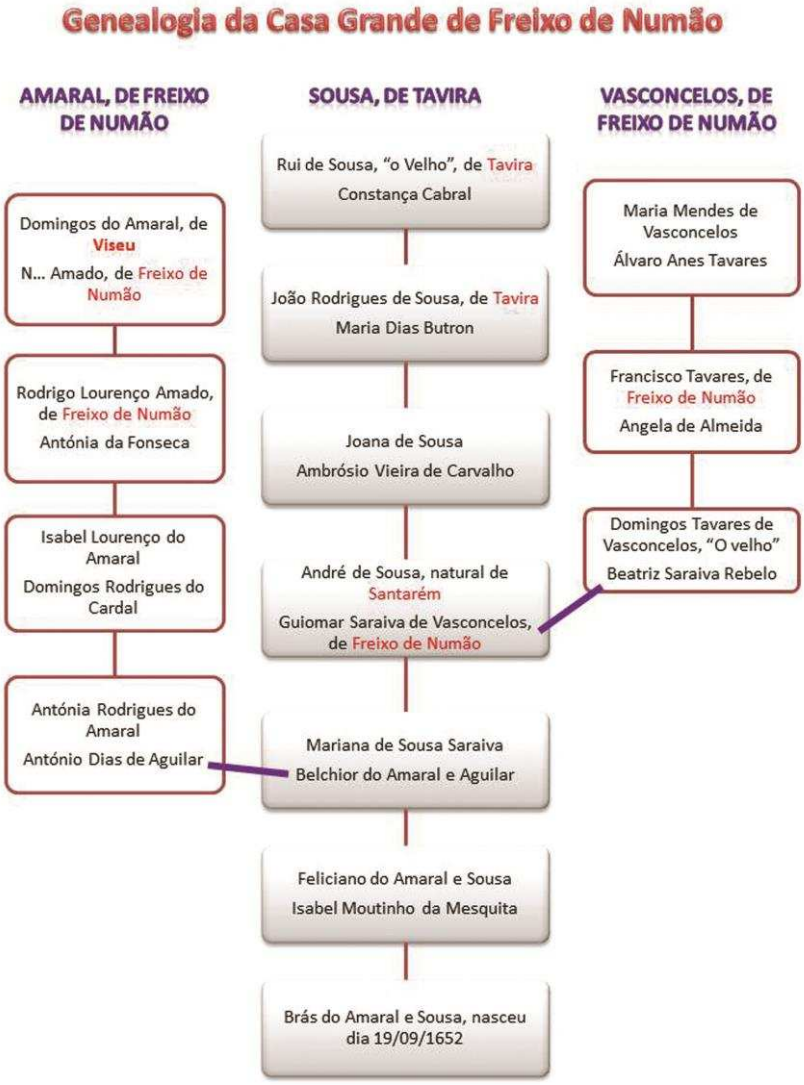
Caſó ſegunda vez Andres de Souſa con Doña Maria de Amaral y Aguilar, que tuvo cinco hermanos, primero Blas de Amaral; ſegundo Baltaſar de Amaral, ambos Eccleſiaſticos; tercera Doña Catalina de Amaral, que caſó con Luis de Acevedo; de los quales fue hijo el Padre Antonio Diaz de Amaral; quarto Melchor de Amaral, que caſó con Doña Mariana de Souſa de Silva, hija de

Passagem do livro "Descripcion genealogia y historial de la ilustre Casa de Sousa", onde se descreve esta família de Freixo de Numão

Vejamos por fim as armas dos Sousa de Arronches que se devem ao dito André de Sousa. Este era filho de Ambrósio Vieira de Carvalho, natural de Guimarães e de Joana de Sousa. No dito processo da Inquisição André refere o nome e naturalidade do seu avô materno, por onde lhe veio o apelido Sousa, diz que se chamava João Rodrigues de Sousa e era natural de Tavira. Consultando alguns nobiliários, como o tit. "de Sousas" em Felgueiras Gaio, este tavirense aparece como fidalgo da Casa Real, comendador da Ordem de Cristo, aposentador mor da imperatriz D. Isabel, irmã de D. João III. Nesta genealogia aparece também como filho de Rui de Sousa, chamado o velho de Tavira, fidalgo da Casa Real, que foi embaixador ao rei do Congo, em representação do rei D. João II e foi capitão-mor da frota da Sucessão juntamente com seu primo Gonçalo de Sousa.

A concluir, estabelecemos assim a ligação familiar e heráldica da Casa Grande de Freixo de Numão, ao Algarve, nomeadamente a Tavira. Os Sousa desta cidade ligaram-se assim a duas das mais antigas famílias de Freixo de Numão, os Amaral e os Vasconcelos, assim como os Moutinho da vizinha freguesia de Sebadelhe. Estas famílias foram das mais destacadas desta vila e ao longo de seculos dominaram o

poder local por via da administração de cargos nobres e por meio de intrincadas estratégias matrimoniais com outras famílias da nobreza local.



Este artigo tem por base a comunicação com o mesmo nome apresentada publicamente pelo autor no *VIII Seminário de Estudos Históricos sobre o Algarve*, realizado a 16 de Agosto de 2014, no Museu de Portimão.

OS FURTADO E OS BARBUDA DE MONCHIQUE

por Luís Soveral Varella

Já é antiga a discussão sobre a origem dos Furtado e dos Barbuda, de Monchique. Muito se escreveu e muito se discutiu sobre o assunto.

A base da discussão sobre o tema assenta em estudo realizado há nos por outro autor e que os filia no casal D. Mariana de Mendonça, a quem se chama D. Mariana Furtado de Mendonça, e seu marido Duarte Carvalho de Barbuda, conhecidos dos nobiliários tradicionais e de ascendência fidalga sobejamente conhecida.

Mas eram de facto os Furtado e os Barbuda, de Monchique, descendente de D. Mariana de Mendonça filha de André Furtado de Mendonça *o Grande Capitão*, 37.º governador da Índia Portuguesa (1609), e de seu marido Duarte Carvalho de Barbuda, neto do fidalgo de cota de armas João Lourenço de Barbuda?

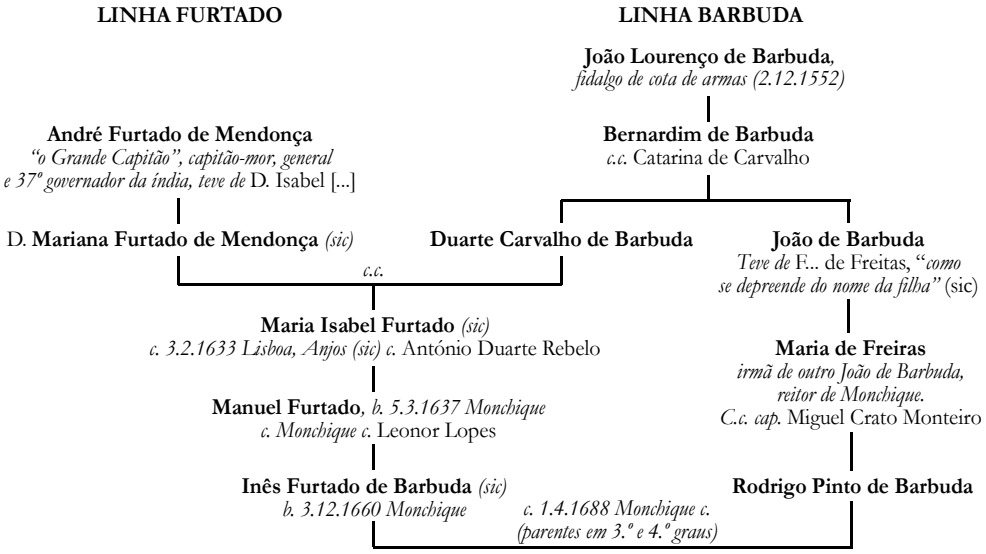
A este e outros temas sobre as Genealogias de Monchique voltarei mais tarde em estudo mais completo sobre o assunto. Mas para já demos resposta a esta questão: A resposta é simples, directa e peremptória: Não.

Aceitei, como penso que aceitámos a generalidade dos que foram acompanhando o desenvolvimento da discussão à roda deste assunto, ainda que com algumas reservas, e durante algum tempo, por ventura tempo de mais, as ligações deduzidas e apresentadas, e cheguei mesmo a argumentar a favor de uma probabilidade razoável dessas ascendências assim defendidas nessa dedução por esse autor.

Mas um estudo aprofundado quer nos registos paroquiais de Monchique, de Aljezur, Portimão e Lisboa, bem como em outra documentação encontrada, levam-nos a outra realidade. Fui aliás alertado em tempo pelo *Dr.* Miguel Maria Telles Moniz Côrte-Real, conhecedor como poucos das raízes das Família algarvias, e que faz o obséquio de ser meu amigo, para a existência de documentação complementar que poderia apontar para uma eventual origem autóctone dessas duas linhas, Furtado e Barbuda, podendo assim desdizer essa dedução genealógica. Aliás Miguel MTMCR manifestou mesmo publicamente essa sua apreensão: *Há tempos [...] manifestei a minha apreensão pela suposta ascendência Furtado de Mendonça dos Mendonça* (sic) [o autor refere aqui por lapso evidente os Mendonça quando se queria referir aos Furtado, de Monchique]. *Fi-lo com a convicção de que tal não era possível por variadíssimas razões de ordem económica, social e legal, que não importa agora considerar, e por suspeitar que a mesma "ligação" não tinha algum suporte de qualquer natureza que fosse.* E Miguel MTMCR prossegue apresentando vários dados factuais. Não poderia ter mais razão. Os dados por si apresentados bem como as investigações sequentes desdizem essa ligação sem qualquer sonbra de dúvidas.

Mas coloquemos a questão desde o princípio. O estudo acima referido pretende a ligação dos Furtado, de Monchique, aos Furtado de Mendonça pretendendo que os

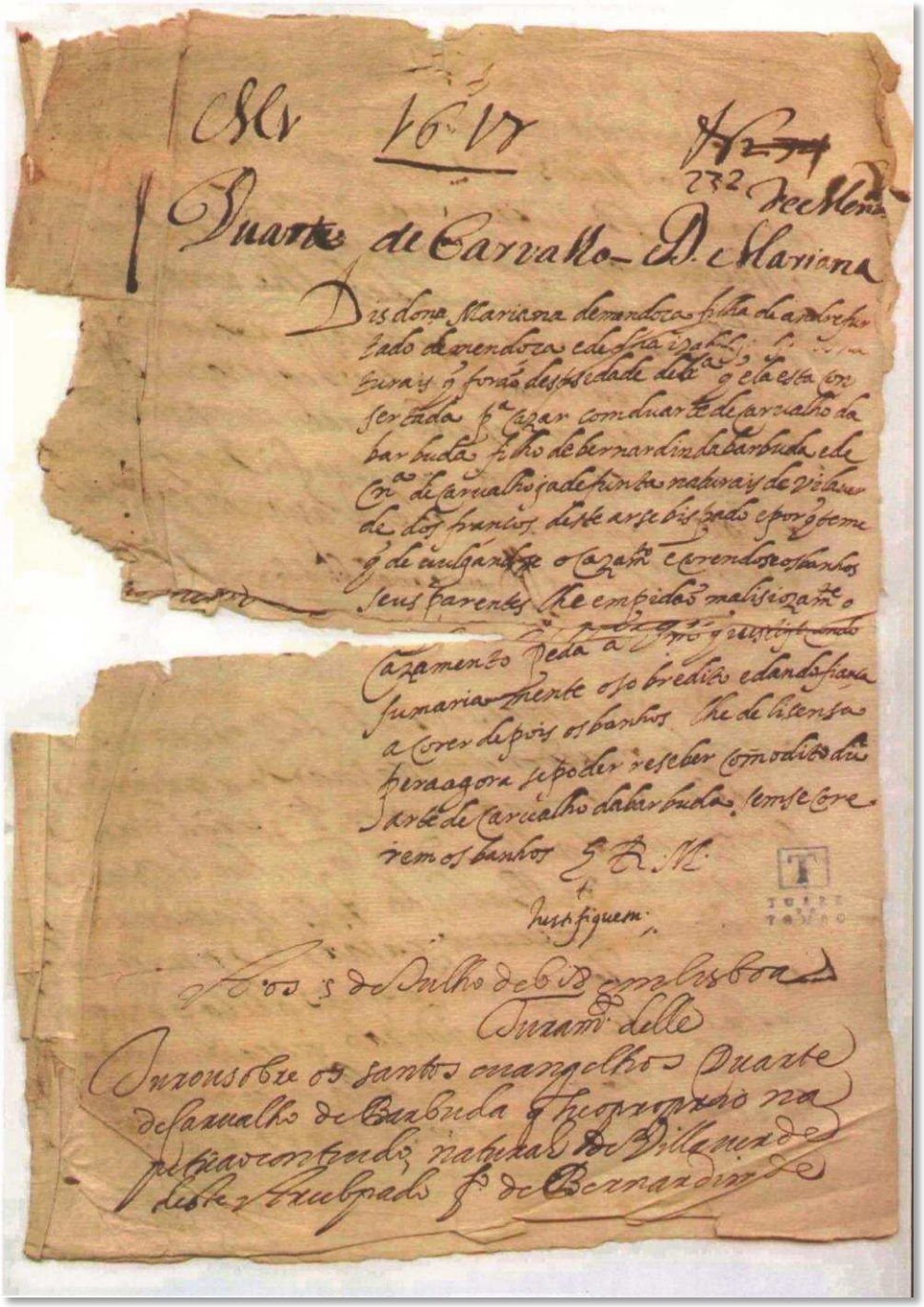
descendentes do casal Inês Furtado e seu marido o capitão-mor de Aljezur Rodrigo Pinto de Barbuda, casados a 1.4.1688 em Monchique, sejam descendentes do referido casal D. Mariana de Mendonça e seu marido Duarte Carvalho de Barbuda. Para tal, e justificando a ligação via apelido Furtado, pretende-se que D. Mariana tenha usado o apelido Furtado de Mendonça, o que até é possível, muito embora se documente sempre e apenas como D. Mariana de Mendonça, mas sobretudo pretende-se que a referida Inês Furtado fosse bisneta por via feminina desse casal e assim, dessa senhora; e que o referido Rodrigo Pinto de Barbuda fosse neto materno de um irmão de Duarte Carvalho de Barbuda de nome João de Barbuda, alegando-se para tal o parentesco em 3.º e 4.º graus de consanguinidade registados no casamento dos nubentes Inês e Rodrigo, e ainda de seus irmão, respectivamente o capitão Pedro Monteiro de Barbuda e Beatriz Furtado, casados a 4.4.1694 em Odeceixe, no termo de Aljezur, igualmente dispensados do parentesco que tinham, e segundo o esquema seguinte:

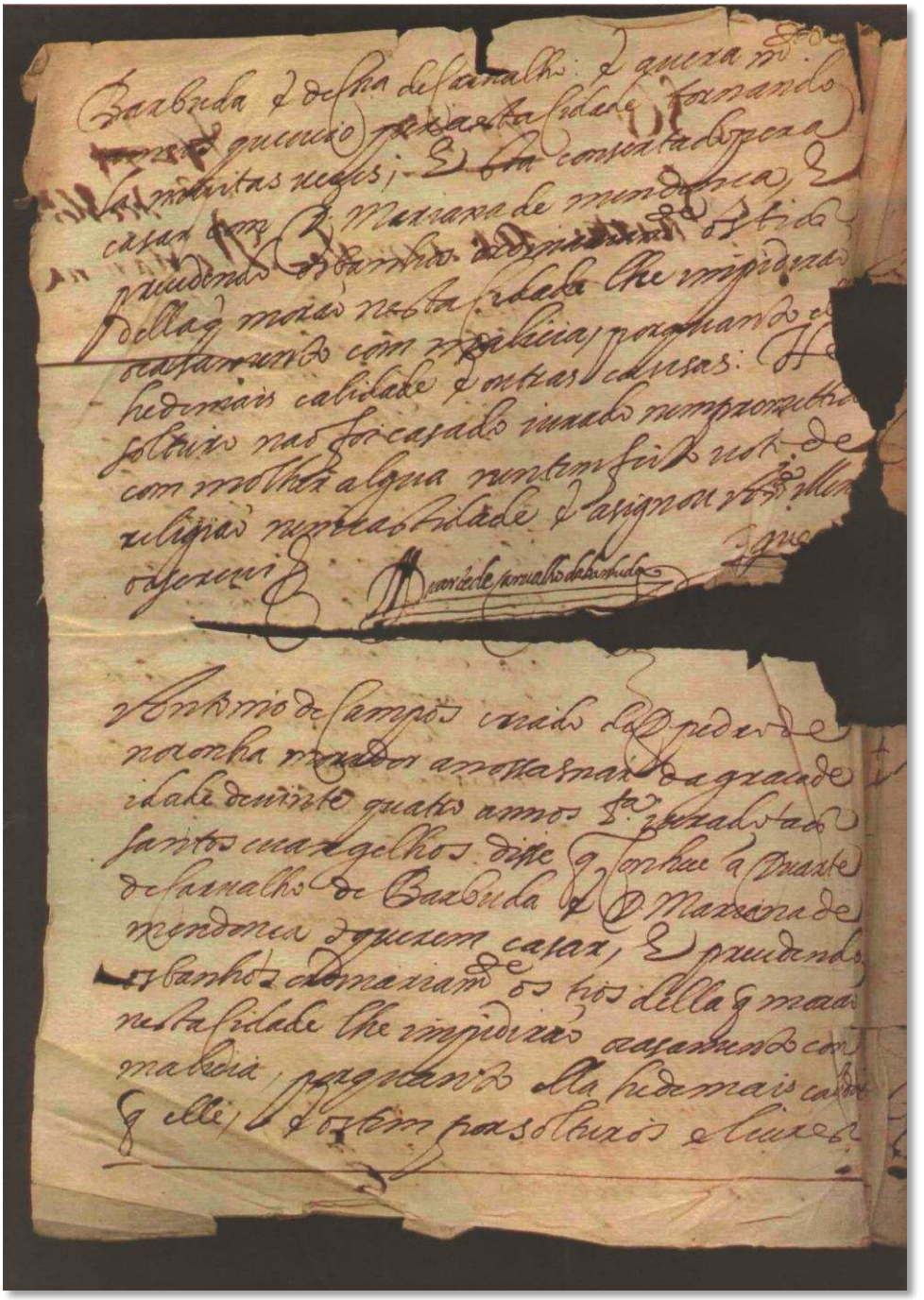


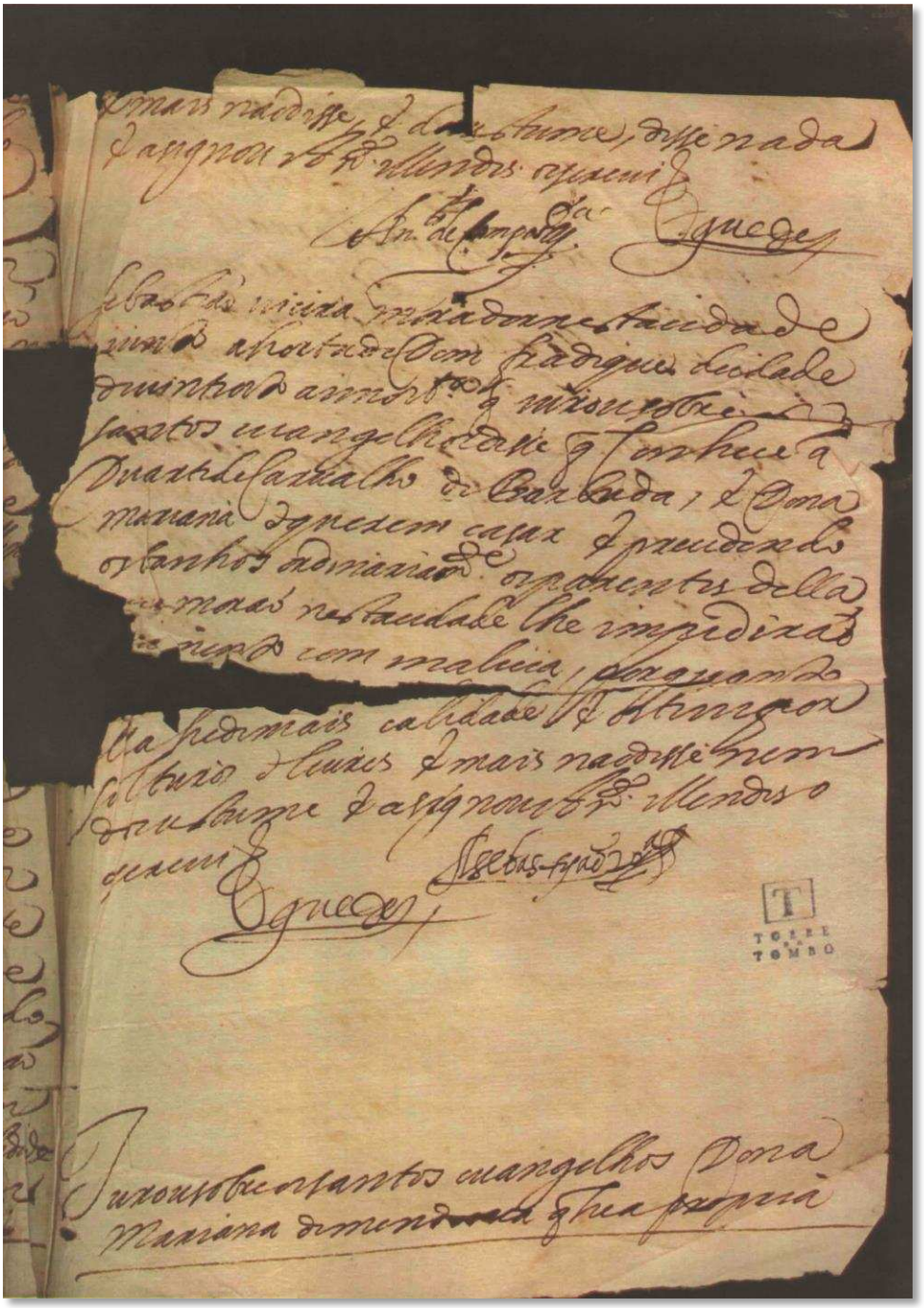
Ficaria assim resolvido e justificado o parentesco em 3.º e 4.º graus entre os dois casais de nubentes, e uma ascendência fidalga deste nível seria o ideal para a justificação de qualquer pretensão de nobreza em qualquer descendente desses casais.

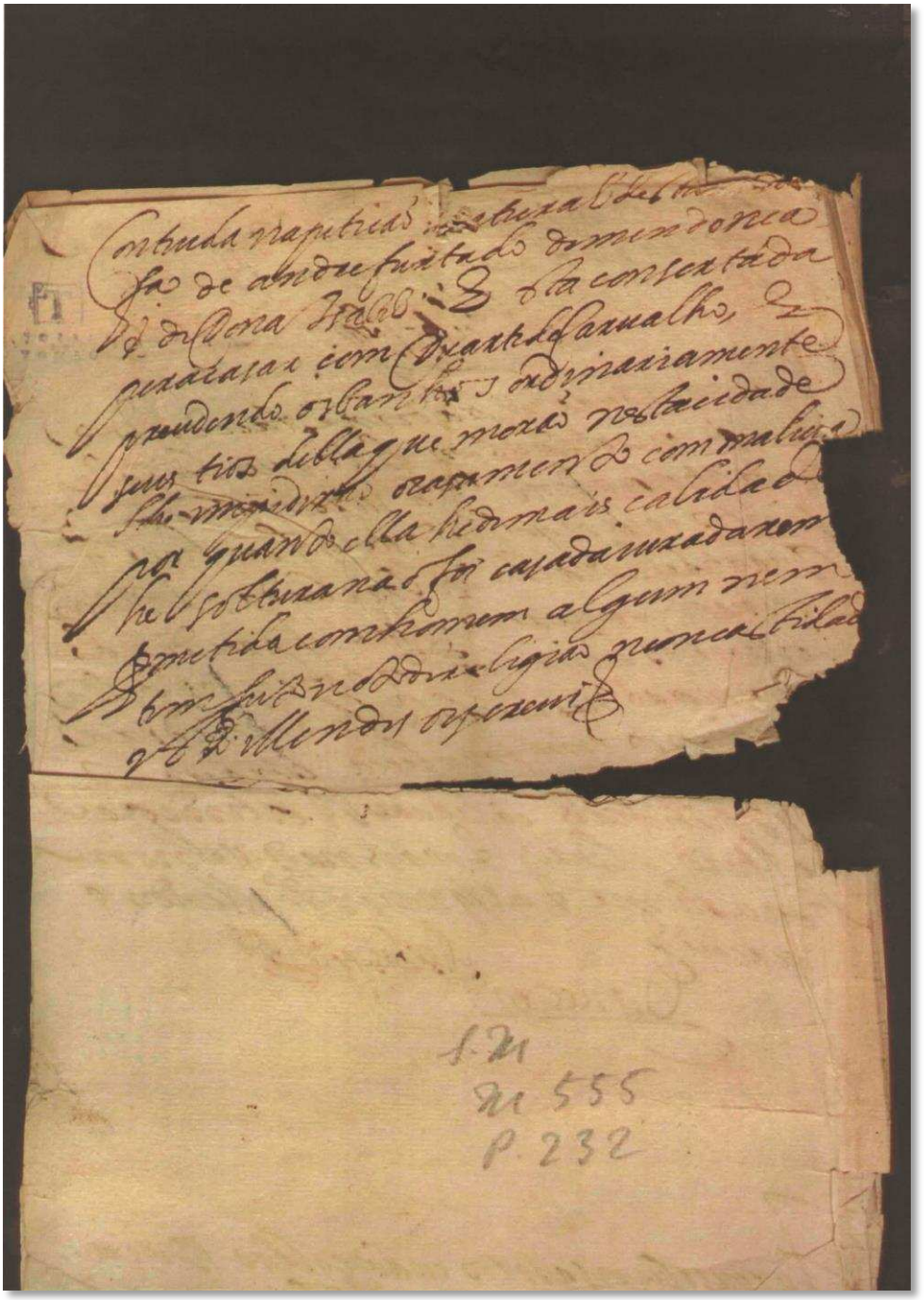
Essa dedução aproveita a descoberta da dispensa matrimonial para proclamação dos banhos para o casamento de D. Mariana com Duarte Carvalho de Barbuda[34] que durante muito tempo se desconheceu.

[34] PT/TT/CEL (Câmara Eclesiástica de Lisboa)/Cúria Patriarcal/Sumários matrimoniais, m.555 n.232.









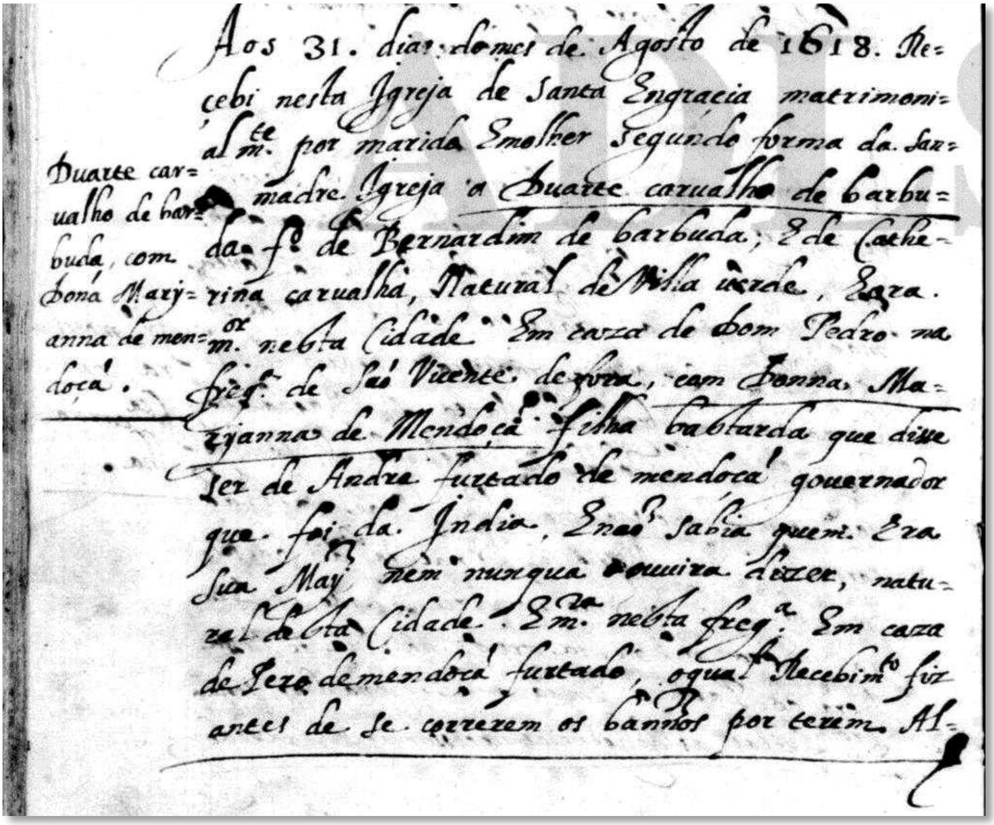
Esse documento é essencial para provar que afinal André Furtado de Mendonça *o Grande Capitão*, sempre deixou descendência como nos informam o *Dr.* Cristóvão Alão de Morais e Jacinto Leitão Manso de Lima[1]. Efectivamente, os restantes dos genealogistas tradicionais não lhe apontam descendência e alegam mesmo alguns que não terá tido descendência dado que foi seu herdeiro seu irmão João Furtado de Mendonça.

Este pedido de dispensa dos banhos é particularmente curioso. Fundamentado no facto dos parentes da nubente, moradores também na cidade de Lisboa, lhe pudessem impedir esse casamento como refere D. Mariana: *e porque teme que de julgando-se o casamento e correndo-se os banhos, seus parentes lhe empidam maliciosamente o casamento, pede a V.M. que, justificando sumariamente o sobredito e dando fiança a correr depois os banhos, lhe dê licença para agora se poder receber com o dito Duarte da Barbuda sem se correrm os banhos*; adiantando o nubente que: *os tios dela que moram nesta cidade lhe impediram o casamento com malícia porquanto ela é de mais qualidade e coutras causas*; tem a particularidade de nos identificar o nome da mãe de D. Mariana, uma D. Isabel, que dado o seu tratamento se tratava também de uma senhora fidalga.

À margem de quaisquer considerações sobre o estatuto social de D. Mariana de Mendonça, senhora fidalga ainda que filha ilegítima, e de seu marido Duarte Carvalho de Barbuda, a comparação do seu estatuto social com o dos seus pretensos descendentes em Monchique é só por si logo declarante dessa duvidosa ligação genealógica. Mas cinjamo-nos aos documentos.

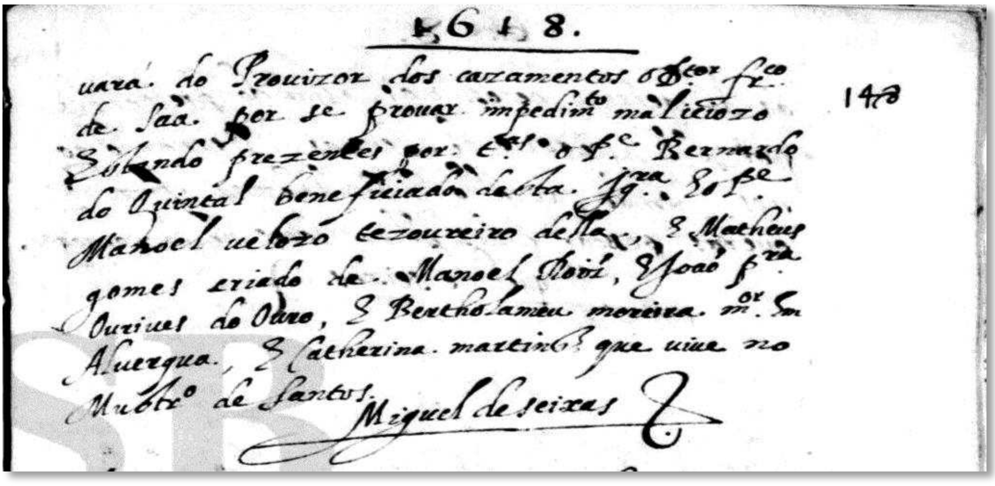
A descoberta dessa dispensa matrimonial entusiasmou-me naturalmente na pesquisa pelo respectivo assento de casamento. Foi Miguel Gorjão-Henriques quem finalmente o encontrou. O casamento realizou-se a 31.8.1618 em Lisboa, Santa Engrácia, sendo testemunhas o padre Bernardo do Quental, beneficiado nessa igreja, o padre Manuel Veloso tesoureiro da mesma, Matias Gomes, criado de Manuel Rodrigues, João Pereira, ourives do ouro, Bartolomeu Moreira, morador em Alverca, e Catarina Martins moradora no mosteiro de Santos. Nada que se compare com as testemunhas dos casamentos dos restantes fidalgos residentes à época nessa freguesia, e que são vários, mas sem dúvida em acordo com o secretismo que se exigia para esse casamento. E não deixa de ser curioso o facto de nesse casamento se referir expressamente que era *filha bastarda que disse ser de Andre furtado de Mendoça governador que foi da India, e não sabia quem Era sua Mãy nem nunqua o ouvira dizer.* Ou seja, parece claro que D. Mariana, moradora à data em casa de Pedro de Mendonça Furtado, por certo seu parente, deve ter sido proibida de referir o nome da mãe, entretanto já registado na dispensa matrimonial.

[1] MORAES, Cristóvão Alão de (genealogista do séc. XVII), Pedatura Lusitana; e LIMA, Jacinto Leitão Manso de (genealogista do séc. XVIII), Família de Portugal.



Duarte carualho de barbuda, com Dona Marianna de mendoça.

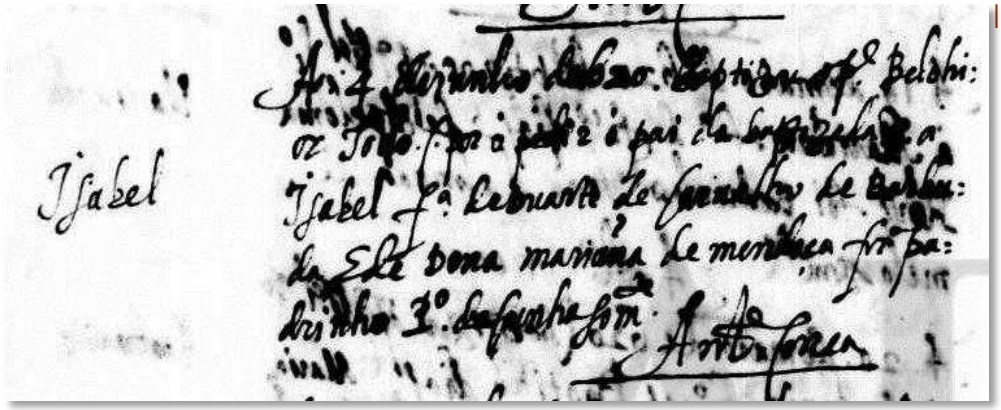
Aos 31. dias do mes de Agosto de 1618. Re=
cebi nesta Igreja de Santa Engracia matrimoni=
almente por marido e molher segundo forma da San=
ta madre Igreja a Duarte carualho de barbu=
da, filho de Bernardim de barbuda, e de Cathe=
rina carualha, natural de Villa verde, e ora
morador nesta Cidade em caza de dom Pedro na
freguesia de São Vicente de fora, com Donna Ma=
rianna de Mendoça filha bastarda que disse
ser de Andre furtado de mendoça gouernador
que foi da India, e não sabia quem era
sua May nem nunqua ouuira dizer, natu=
ral desta Cidade e moradora nesta freguesia em caza
de Pero de mendoça furtado, o qual Recebimento fiz
antes de se correrem os bannos por terem Al=

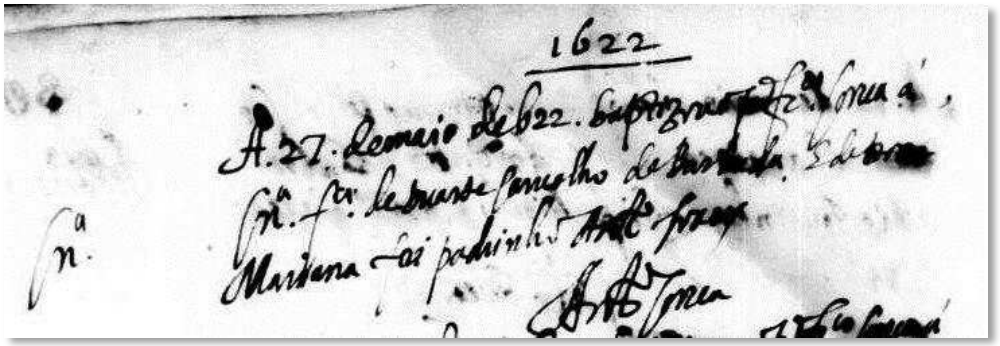


1618.

uará do Prouizor dos cazamentos o Doutor francisco 1478
de Saa. por se prouar impedimento malicioso
e estando prezentes por testemunhas o Padre Bernardo
do Quintal beneficiado desta Igreja e o Padre
Manoel veloso tezoureiro della, e Matheus
gomes criado de Manoel Roiz, e João freira
Ouriues do Ouro, e Bertholameu moreira morador em
Aluerqua, e Catherina martins que viue no
Mosteiro de Santos. Miguel de seixas

E naturalmente passei à busca pelos assentos de baptismo das duas filhas que os autores referidos dão a esse casal: Isabel e Catarina. Pesquisa essa que teve igualmente sucesso tendo sido encontrados, o de Isabel a 4.6.1620; e o de Catarina a 27.5.1622, ambos em Lisboa, na mesma freguesia de Santa Engrácia.





Estava agora documentado o núcleo familiar do *Grande Capitão*:

André Furtado de Mendonça *(1514-1610) o Grande Capitão, capitão-mor, general e 37º governador da índia, teve de* D. Isabel [...]

D. **Mariana de Mendonça**
c. 31.8.1618 Lisboa, Santa Engrácia
c. Duarte Carvalho de Barbuda

Isabel
b. 4.6.1620, Santa Engrácia

Catarina
b. 27.5.1622, Santa Engrácia

Voltemos agora a Monchique e vejamos o que sabemos dos nubentes Inês Furtado e Rodrigo Pinto de Barbuda, ambos daí naturais e aí casados, o que se aplica também aos seus respectivos irmãos Pedro Monteiro de Barbuda e Beatriz Furtado, elas pretensamente descendentes de D. Mariana de Mendonça e de seu marido Duarte Carvalho de Barbuda, e como ficou no esquema acima, através de sua filha Isabel.

De Inês Furtado e Beatriz Furtado – Linha Furtado

Inês Furtado nasceu em Casais de Monchique onde foi baptizada a 3.10.1660 como filha de Manuel Furtado e de sua mulher Leonor Lopes, aí moradores, sendo seus padrinhos o capitão Bartolomeu Jorge Nobre e Teresa solteira, filha de Catarina Dias.

Pretende-se que seu pai, Manuel Furtado, se trate do Manuel que aí foi baptizado a 5.3.1637 como filho de Isabel Furtado aí falecida 6.10.1695, e de seu marido António Duarte Rebolo. Mas impugnemos a sua alegada filiação dado que essa filiação está errada porque o seu homónimo e filho desse casal, era afinal outro personagem perfeitamente distinto que encontramos a casar a 17.11.1664 em Portimão com Maria Fernandes Moreira e não com a *nossa* Leonor Lopes, como se pretende

Mas como se tal não chegasse, pretende-se ainda que esse casal, ditos erradamente seus pais, tivesse casado a 3.2.1633 em Lisboa, Anjos.

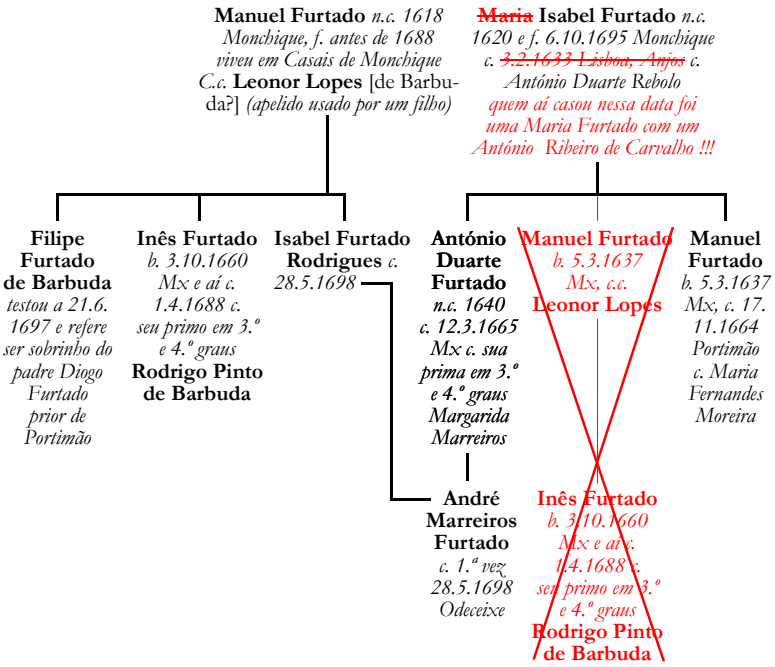
Impugnemos agora esse casamento. Consultados os registos paroquaiais verifica-se que quem casou nessa data e nessa freguesia em Lisboa foi uma Maria Furtado com um António Ribeiro de Carvalho. E como o nome da certamente pacata Maria Furtado, moradora em Lisboa, é bem diferente do da *nossa* Isabel Furtado, moradora em Monchique, o autor desse estudo não teve qualquer *prurido* em alterar o nome da *nossa* Isabel para Maria Isabel Furtado. Quanto ao marido, teve menos sorte, não era fácil mudar o nome do dito António Ribeiro de Carvalho para o *nosso* António Duarte Rebolo, e assim o deixou. Tinha um António, e ao que parece isso bastou-lhe. Sem mais palavras sobre este assunto que o leitor avaliará por si mesmo.

Mas para além de se pretender esse falso casamento, e a errada filiação de Manuel Furtado, pretende-se ainda que a dita Maria Isabel Furtado se trate da Isabel Furtado baptizada em Lisboa como filha de D. Mariana de Mendonça e de seu marido Duarte Carvalho de Barbuda. E para o autor, sem dúvida ciente do seu acto, a ligação estava feita. Mas sendo uma falsidade, a ligação não está feita, e veremos que não existe.

Vejamos então a verdadeira genealogia de Manuel Furtado pai das *nossas* Isabel Furtado e Beatriz Furtado. Quem era ele afinal?

Temos documentados como seus filhos e de sua mulher Leonor Lopes, para além de Inês Furtado e de Beatriz Furtado, pelo menos mais dois: Filipe Furtado de Barbuda, que testemunhou o casamento em Odeceixe no termo de Aljezur de sua irmã Beatriz e que aí casou também, a 30.6.1689 com Catarina Velho Fogaça de Oliveira, sendo

testemunhas os irmãos da noiva capitão Lançarote Rodrigues Lourenço e Lourenço Rodrigues Fogaça, o qual no seu testamento datado de 21.6.1697 refere expressamente ser sobrinho do padre Diogo Furtado, prior de Portimão[2]; e Isabel Furtado Rodrigues casada a 28.5.1698 também em Odeceixe com seu parente em 2.º e 3.º graus André Marreiros Furtado, filho de António Duarte Furtado e mulher e prima em 3.º e 4.º graus, casados a 12.3.1665 em Monchique, Margarida Marreiros; o qual António Duarte Furtado era por sua vez filho do referido casal Isabel Furtado e António Duarte Rebolo. Ou seja:

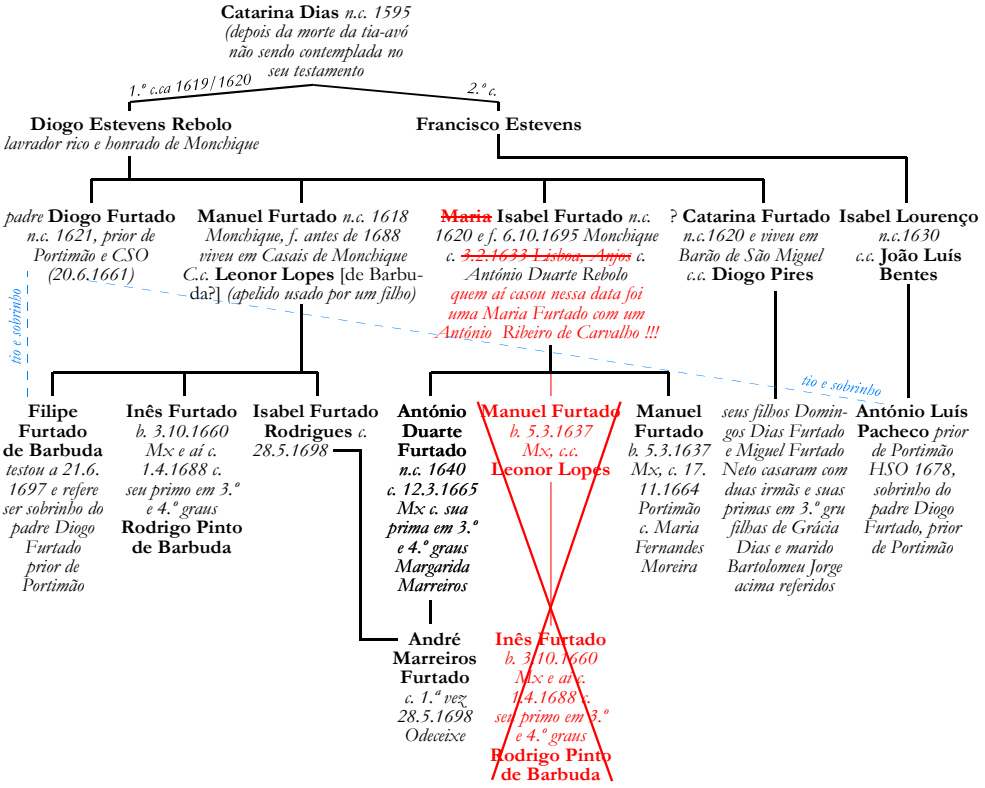


Por Filipe Furtado de Barbuda, irmão das *nossas* Inês e Beatriz Furtado, ficamos a saber que o apelido Barbuda andava já nessa linha, e pelo seu testamento ficamos a saber que o referido padre Diogo Furtado era seu tio, e assim irmão de seu pai. O padre Diogo Furtado é peça fundamental para deslindar este emaranhado genealógico. Tendo sido comissário do santo ofício, por provisão de 20.6.1661[3], o seu processo de habilitação é suficientemente completo para se perceber a reconstituição desta Família. Nele é claro que era filho de Diogo Estevens Rebolo, lavrador rico e honrado

[2] PT/ADFR (Aqruivo Distrital de Faro)/Notas, L.502 p.85.
[3] PT/TT/TSO-CG/HSO/Diogo m.3 d.103.

morador em Monchique, e de sua mulher Catarina Dias; e neto materno de Gregório Lourenço, lavrador rico e do governo do lugar (Monchique), e de sua mulher Beatriz Nunes, como se documenta, ou Beatriz Lourenço (como referem as testemunhas nesse processo de habilitação para servir o santo ofício [*Brites Lourenço*]) natural de Barão de São Miguel). E são estes afinal os ascendentes do *nosso* Manuel Furtado.

Mas no arquivo do tribunal do santo ofício encontra-se ainda outro processo de extrema relevância para esta questão. Trata-se do processo do padre António Luís Pacheco, habilitado em 1678[4], prior de Portimão, em cujo cargo sucedeu a seu tio o padre Diogo Furtado. Nele se declara que era filho de Isabel Lourenço e marido João Luís Bentes; e neto materno de Catarina Dias e de seu marido Francisco Estevens. E sendo sobrinho do padre Diogo Furtado, ficamos a saber que sua avó materna Catarina Dias, que foi também a mãe do padre Diogo Furtado, casou duas vezes: uma com o referido Diogo Estevens Rebolo; e outra com o agora referido Francisco Estevens.



[4] PT/TT/TSO-CG/HI, António m.14 d.549.

E esclarecida esta questão, que cronologicamente afasta qualquer hipótese de entroncamento destes Furtado, moradores em Monchique, nos Furtado de Mendonça amplamente esclarecidos, dado que quer Catarina Dias quer seu marido Diogo Estevens Rebolo, afinal os avós documentados de Inês e de Beatriz Furtado, tendo casado à roda de 1619/1620 terão nascido em finais do séc. XVI, lá para 1595 ou mesmo 1590, resta a questão: então por onde viria a esta linha o apelidoFurtado?

Sabemos que aproximadamente pelo ano do nascimento do padre Diogo Furtado, que se estima à roda de 1621, nascia também um André Afonso Furtado que a 12.4.1701, declarando ter 80 anos de idade pouco mais ou menos, ser solteiro, cristão velho e morador nos Casais de Monchique, testemunha no processo de habilitação para familiatura ao serviço do santo ofício do capitão Manuel Dias Varela morador em Monchique. Este personagem, que anteriormente se documenta a 31.1.1689 a testemunhar na mesma vila o casamento de Gregório Lourenço (neto da acima referida Catarina Dias) com Margarida Amado, revela assim uma muito provável e forte ligação a essa linha. E não nos podemos alhear do facto de também ele, tal como Manuel Furtado e sua mulher Leonor Lopes, ter sido morador em Casais de Monchique. E assim, trata-se de personagem que é também peça fundamental para esta questão.

Pela cronologia, André Afonso Furtado poderia ser, o que é mais certo, neto de um outro André Afonso que também se documenta como marido da referida Beatriz Nunes ou Beatriz Lourenço, avó do padre Diogo Furtado, que sabemos com ele fora casada a primeira vez antes de casar com o referido Gregório Lourenço, avô do referido padre. E esse facto leva-nos a documentar, mais uma vez, os de apelido Furtado a viver em Monchique muito antes do casamento de D. Mariana de Mendonça com Duarte Carvalho de Barbuda. E mesmo não documentando este André Afonso Furtado como neto do acima referido André Afonso, documenta-se sem qualquer sombra de dúvidas que o apelido Furtado se usava já em Casais de Monchique à roda do ano de nascimento das irmãs Isabel e Catarina, filhas de D. Mariana de Mendonça. O que evidencia claramente e sem qualquer dúvida uma origem distinta para os de apelido Furtado na zona de Monchique, e muito provavelmente autóctone, como se verá adiante.

Mas prossigamos.

Gregório Lourenço, o avô materno do padre Diogo Furtado, e que ficou atrás casado com a referida Beatriz Nunes ou Beatriz Lourenço, terá nascido por volta de 1545/50 em Monchique, documentando-se no codicilo testamentário de sua tia Leonor Dias datado de 9.4.1594, no qual é contemplado nomeadamente com ½ das casas de morada em que ela vivia com seu marido, para as receber depois da morte dele[5]. Esse

[5] PT/TT/Capelas da Coroa, L.4 f.337.

codicilo, relativo ao testamento que Leonor Dias fez a 4.4.1594 em Monchique e no qual instituiu uma capela, *estando doente de doença natural*, ou seja, sendo velha, revela-nos ainda que a testadora: fora casada com Vicente Rodrigues Praça que dela foi testamenteiro; que era irmã de Fernão Anes, de Cecília Fernandes, de Bárbara Fernandes e de Francisco Fernandes; que era tia, por serem filhas desses ou pelo menos de um desses seus irmãos nomeados: de Leonor e de Maria Francisca e ainda da filha desta cujo nome não refere; de Gregório Lourenço e de sua filha **Isabel Furtado**; de Isabel Lourenço, de Maria Dias e de Brízida Lourenço, que deverão tratar-se dos filhos e filhas de Lourenço Martins que refere adiante sem nomear; e dos filhos de Simão Vaz. Contempla ainda Beatriz Novais filha de Francisco Vicente, Constança Fernandes filha de Isabel Queimado, Vicente e Baltazar filhos de Afonso Fernandes, e a *Mateisa* (certamente a Matosa, senhora de apelido Matoso); e dá ao seu escravo António, mulato, alforria para a partir da sua morte ser considerado homem livre e poder ir para onde desejar.

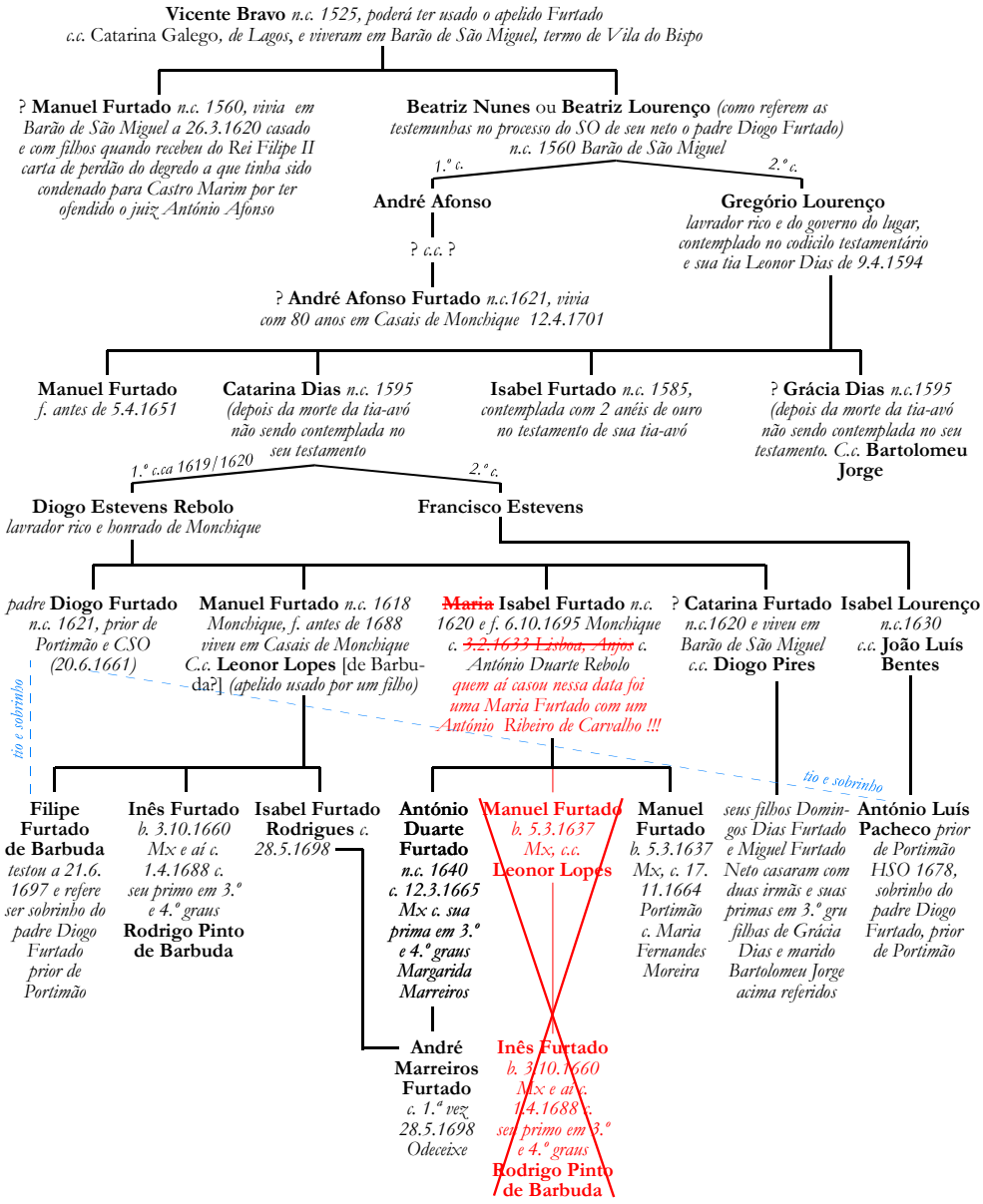
E o dado singular referido no seu codicilo no qual herda com dois anés de ouro Isabel Furtado filha de seu sobrinho Gregório Lourenço, é mais um dado de extrema relevância para dedução genealógica desta Família.

Como podemos verificar dos restantes sobrinhos e sobrinhos-netos da testadora Leonor Dias, o apelido Furtado não foi usado por nenhum deles. É pois legítimo deduzir que o apelido Furtado que usou Isabel Furtado, filha de Gregório Lourenço, ter-lhe-á chegado por sua mãe, Beatriz Nunes ou Beatriz Lourenço, que tendo também sido casada com o referido André Afonso, fortalece a proposta de deles ser descendente o citado André Afonso Furatdo.

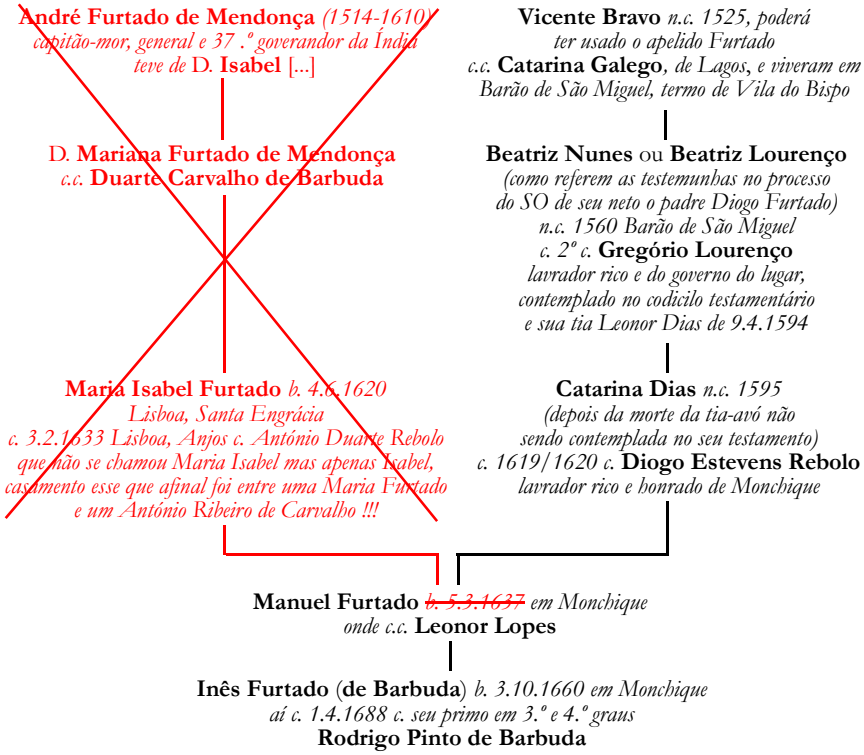
E por fim, informa-nos ainda Miguel Maria Telles Moniz Côrte-Real que a dita Beatriz Nunes ou Beatriz Lourenço foi filha de Vicente Bravo que viveu em Barão de São Miguel, no concelho de Vila do Bispo onde foi dos homens mais honrados e ricos, e de sua mulher Catarina Galego, oriunda de Lagos. E como em Barão de São Miguel viveu ainda um Manuel Furtado que a 26.3.1620, sendo casado e com filhos, obtém carta de perdão do Rei do degredo para Castro Marim a que fora condenado por ofensas ditas a António Afonso, juiz da vintena do mesmo lugar[6], é pois muito possível, e talvez o mais acertado, que este Manuel Furtado fosse ou irmão de Beatriz Nunes e também filho do casal Vicente Bravo e mulher Catarina Galego, ou, e sem dúvida, seu parente muito próximo.

E porque cronologicamente é possível situar o nascimento do casal Vicente Bravo e mulher Catarina Galego, os ascendentes mais antigos dos Furtado, de Monchique, por volta de 1525, recuamoas a sua genealogia ao primeiro quartel do séc. XVI.

[6] PT/TT/CHR/Filipe II, Perdões e Legitimações, L.23 f.25v.


Vicente Bravo *n.c. 1525, poderá ter usado o apelido Furtado*
c.c. Catarina Galego, *de Lagos, e viveram em Barão de São Miguel, termo de Vila do Bispo*
? **Manuel Furtado** *n.c. 1560, vivia em Barão de São Miguel a 26.3.1620 casado e com filhos quando recebeu do Rei Filipe II carta de perdão do degredo a que tinha sido condenado para Castro Marim por ter ofendido o juiz António Afonso*
Beatriz Nunes ou **Beatriz Lourenço** *(como referem as testemunhas no processo do SO de seu neto o padre Diogo Furtado) n.c. 1560 Barão de São Miguel*
1.º c.
2.º c.
André Afonso
? *c.c.* ?
Gregório Lourenço *lavrador rico e do governo do lugar, contemplado no codicilo testamentário e sua tia Leonor Dias de 9.4.1594*
? **André Afonso Furtado** *n.c.1621, vivia com 80 anos em Casais de Monchique 12.4.1701*
Manuel Furtado *f. antes de 5.4.1651*
Catarina Dias *n.c. 1595 (depois da morte da tia-avó não sendo contemplada no seu testamento*
Isabel Furtado *n.c. 1585, contemplada com 2 anéis de ouro no testamento de sua tia-avó*
? **Grácia Dias** *n.c.1595 (depois da morte da tia-avó não sendo contemplada no seu testamento. C.c.* **Bartolomeu Jorge**
1.º c.ca 1619/1620
2.º c.
Diogo Estevens Rebolo *lavrador rico e honrado de Monchique*
Francisco Estevens
padre **Diogo Furtado** *n.c. 1621, prior de Portimão e CSO (20.6.1661)*
Manuel Furtado *n.c. 1618 Monchique, f. antes de 1688 viveu em Casais de Monchique C.c.* **Leonor Lopes** [de Barbuda?] *(apelido usado por um filho)*
~~**Maria**~~ **Isabel Furtado** *n.c. 1620 e f. 6.10.1695 Monchique c. ~~3.2.1633 Lisboa, Anjos~~ c. António Duarte Rebolo quem aí casou nessa data foi uma Maria Furtado com um António Ribeiro de Carvalho !!!*
? **Catarina Furtado** *n.c.1620 e viveu em Barão de São Miguel c.c.* **Diogo Pires**
Isabel Lourenço *n.c.1630 c.c.* **João Luís Bentes**
tio e sobrinho
tio e sobrinho
Filipe Furtado de Barbuda *testou a 21.6.1697 e refere ser sobrinho do padre Diogo Furtado prior de Portimão*
Inês Furtado *b. 3.10.1660 Mx e aí c. 1.4.1688 c. seu primo em 3.º e 4.º graus* **Rodrigo Pinto de Barbuda**
Isabel Furtado Rodrigues *c. 28.5.1698*
António Duarte Furtado *n.c. 1640 c. 12.3.1665 Mx c. sua prima em 3.º e 4.º graus Margarida Marreiros*
Manuel Furtado *b. 5.3.1637 Mx, c.c.* **Leonor Lopes**
Manuel Furtado *b. 5.3.1637 Mx, c. 17.11.1664 Portimão c. Maria Fernandes Moreira*
seus filhos Domingos Dias Furtado e Miguel Furtado Neto casaram com duas irmãs e suas primas em 3.º gru filhas de Grácia Dias e marido Bartolomeu Jorge acima referidos
António Luís Pacheco *prior de Portimão HSO 1678, sobrinho do padre Diogo Furtado, prior de Portimão*
André Marreiros Furtado *c. 1.ª vez 28.5.1698 Odeceixe*
Inês Furtado *b. 3.10.1660 Mx e aí c. 1.4.1688 c. seu primo em 3.º e 4.º graus* **Rodrigo Pinto de Barbuda**

E é afinal esta a linha genealógica dos Furtado, de Monchique:



Mas outros Furtado viveram por esta zona à época, sendo o mais recuado que foi possível identificar, também por Miguel MTMCR, um *Pero Furtado* que deverá ter nascido à roda de 1485, de quem um filho, João Furtado, nascido talvez por volta de 1510, vivia a 21.7.1541 em Alvor quando foi arrolado no caderno dos moradores nesta vila com cavalo e armas, referindo-se no documento que *não tem criação tem cavalo e lança somente*[7]. Mas também na vizinha Aljezur encontramos outro *Pero Furtado* que deverá ter nascido por volta de 1555-60 a quem seu filho Pascoal Pacheco fez uma procuração a 2.8.1618 nos livros de notas desta vila[8].

Verificado que fica que os Furtado, de Monchique, nada têm a ver com a linha dos Furtado de Mendonça do *Grande Capitão*, o mais certo é, com pouca margem para dúvidas e como acima ficou registado, que a sua origem seja de facto autóctone nas

[7] Miguel Maria Telles Moniz Côrte-Real.
[8] PT/ADFAR/Livros de Nota de Aljezur, L.498 f.40

terras do Algarve e mais certamente no barlavento algarvio, cuja razão para o uso desse nome para já desconheço.

De Rodrigo Pinto de Barbuda – Linha Barbuda

E quanto à ascendência Barbuda dos descendentes dos casais Inês Furtado e capitão-mor Rodrigo Pinto de Barbuda e Beatriz Furtado e o capitão Pedro Monteiro de Barbuda?

Como ficou acima registado, o apelido Barbuda foi também usado por um irmão de Inês e de Beatriz Furtado de nome Filipe Furtado de Barbuda. É pois de aceitar que também elas, suas irmãs inteiras, o pudessem ter usado, ou melhor esclarecendo, que o poderiam ter usado por direito de sangue. E estudada que está a ascendência de seu pai, Manuel Furtado, foi sem dúvida por sua mãe que este apelido chegou a esta linha.

Sabemos ainda que a dita Inês Furtado e seu marido Rodrigo Pinto de Barbuda e seus respectivos irmãos Beatriz Furtado e Pedro Pinto de Barbuda eram primos nos 3.º e 4.º graus de consanguinidade.

Vejamos então o que é possível apurar sobre a linhagem deles e sobre esse parentesco.

Rodrigo Pinto de Barbuda, como se documenta no seu casamento a 1.4.1688 em Monchique, tal como seu irmão Pedro no seu casamento a 4.4.1694 em Odeceixe, eram filhos de Maria Freitas de Barbuda e de seu marido Miguel Crato Monteiro.

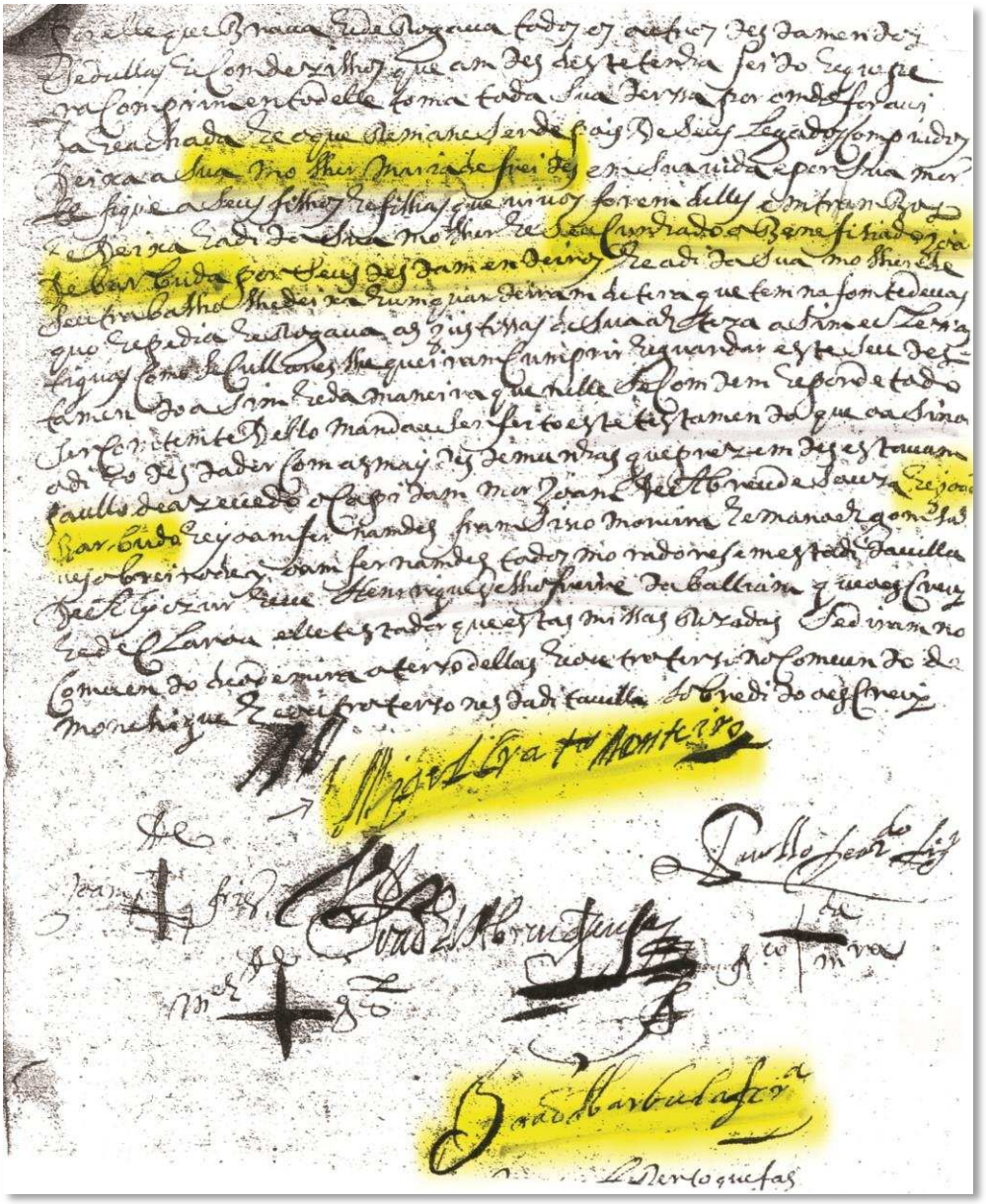
Iniciemos então com o seguinte esquema, que, tal como no estudo que fizemos sobre os Furtado, iremos construindo ao longo desta reconstituição genealógica:

Maria de Freitas de Barbuda
n.c. 1635 e f. 22.10.1715 Aljezur
c.c. Miguel Crato Monteiro *de Alejzur*
onde fez testamento a 23.5.1679 sendo seu testamenteiro seu **cunhado** o
padre João de Barbuda Botelho

Rodrigo Pinto de Barbuda
c. 1.4.1688 em Monchique
c. seu parente em 3.º e 4.º graus
Inês Furtado (**de Barbuda**)
b. 3.10.1660 em Monchique

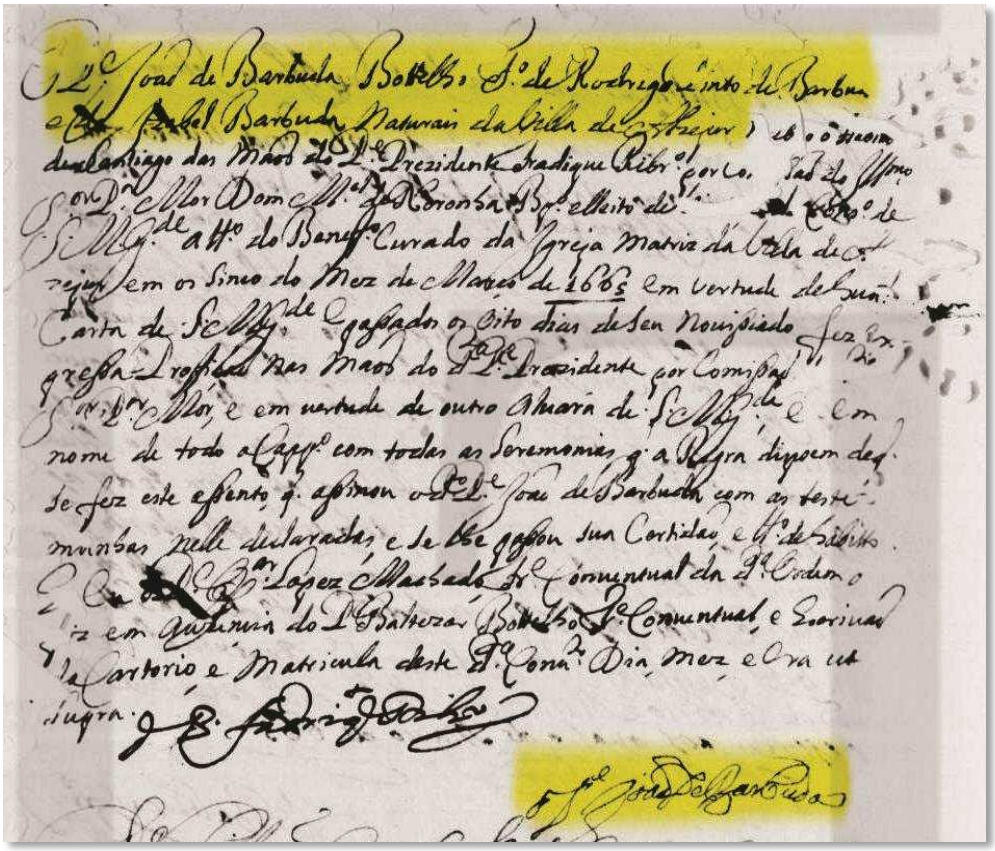
De seu pai Miguel Crato Monteiro foi possível apurar que fez testamento a 23.5.1679 nas notas do tabelião Henrique Velho Freire em Aljezur, no qual encarrega por seus testamenteiros sua mulher e seu cunhado o padre João de Barbuda, sendo testemunha João de Barbuda Ferreira[9].

[9] PT/ADFAR/Livro de Notas de Aljezur, 503, f.91.



Apura-se assim que a mulher do testador e mãe de Rodrigo Pinto de Barbuda e de Pedro Monteiro de Barbuda, Maria de Freitas de Barbuda, que se documenta a morrer a 22.10.1715 em Aljezur, era irmã do padre João de Barbuda.

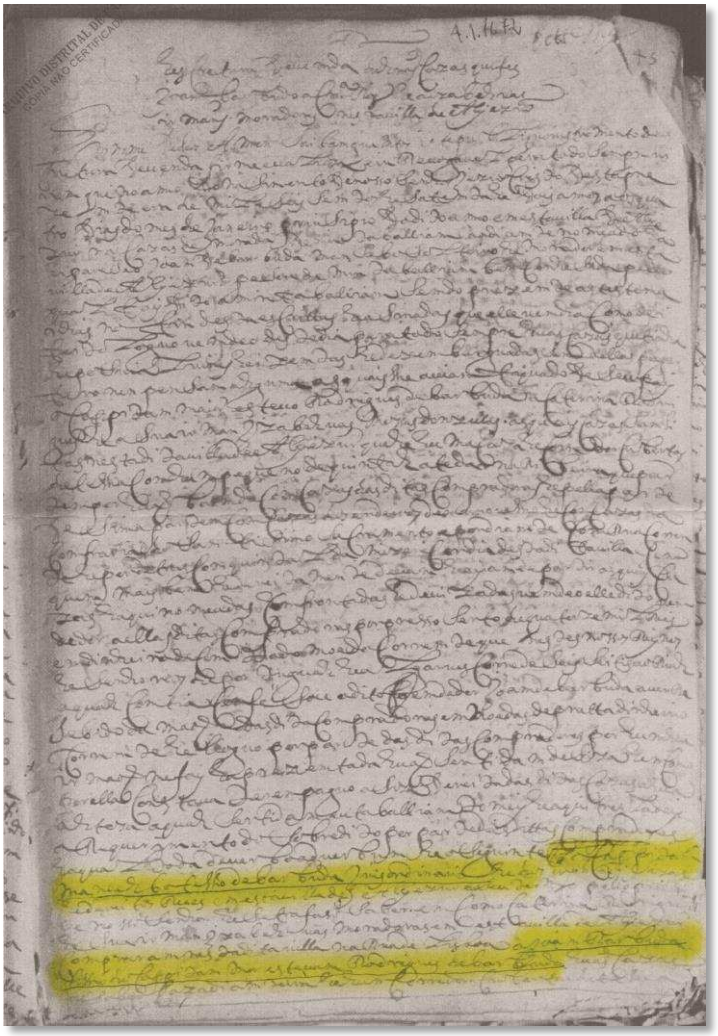
Do padre João de Barbuda sabemos que foi beneficiado na matriz de Aljezur a 25.6.1677 e está muito bem documentado na chancelaria da ordem de Santiago onde professou a 5.3.1665 no convento de Palmela, sendo nomeado por João de Barbuda Botelho e filho de Rodrigo Pinto de Barbuda (que também se chamou Rodrigo Pinto Botelho) e de sua mulher Isabel de Barbuda, naturais da vila de Aljezur[10].



Ainda nessa vila de Aljezir documenta-se também um capitão Manuel Botelho de Barbuda que a 4.1.1672 aí era juiz ordinário quando João de Barbuda Ferreira (o que testemunha o casamento acima), *mancebo solteiro* e identificado apenas como João de

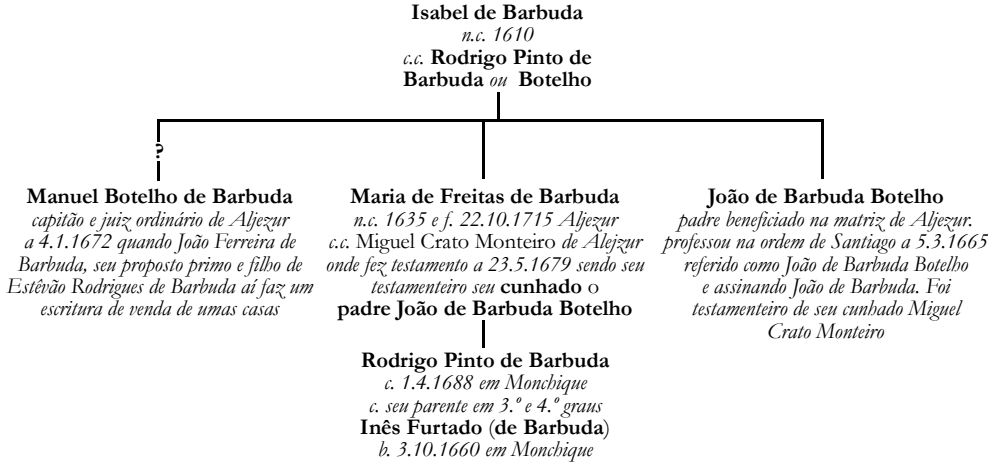
[10] PT/TT/OS/Comunidade/Livros de Matrícula, L.104.

Barbuda e filho do capitão-mor Estêvão Rodrigues de Barbuda, fez uma venda de umas casas na rua de Lisboa nessa vila com quintal, lavadouros, servidões e serventias, que lhe tinha deixado seu pai, a Catarina Rodrigues e a Isabel Vaz, solteiras e aí moradoras, irmãs, e irmãs de João Rodrigues que as representou no acto, sendo depositário dos bens de raiz Diogo Pacheco, e escrivão das sisas Henrique Velho Freire[11].



[11] PT/ADFAR/Livro de Notas de Aljezur do tabelião Lourenço Rodrigues Mendes, 502, f.45-46.

Dada a contemporaneidade, a localização em Aljezur, os apelidos Barbuda e Botelho compostos, o facto do *nosso* Rodrigo Pinto de Barbuda ter sido também capitão-mor de Aljezur, e de seu irmão Pedro Monteiro de Barbuda também ter sido capitão, é legítimo admitir como certo o parentesco do capitão Manuel Botelho de Barbuda, que terá nascido por volta de 1630, o dito padre João de Barbuda Botelho, aproximadamente da mesma idade, e da *nossa* Maria de Freitas de Barbuda, também nascida por essa altura e devidamente documentada como irmã do referido padre, todos irmãos. E assim, todos filhos dos referidos Rodrigo Pinto de Barbuda (ou Botelho) e de sua mulher Isabel de Barbuda, todos de Aljezur.



Verifica-se desde já, e mais uma vez, que a cronologia exclui qualquer hipotética filiação destes Barbuda nos descendentes de Duarte Carvalho de Barbuda casado com D. Mariana de Mendonça. E um estudo mais aprofundado nesta linha de Aljezur indicia também ou uma linha autóctone ou em extremo uma ligação hipotética e remota às origens dos Barbuda que nos dão os nobiliários. Se não, vejamos.

O capitão-mor de Aljezur João de Barbuda ou João Ferreira de Barbuda acima referido e que se documenta também na escritura que fez e que acima se apresenta o primeiro folio, morreu 18.7.1700 com testamento nessa vila, no qual diz ser filho do capitão-mor de Aljezur Estêvão Rodrigues de Barbuda. E como também ficou registado, tinha testemunhado o testamento de Miguel Crato Monteiro, pai de Rodrigo Pinto de Barbuda, revelando sem dúvida uma ligação próxima entre os dois. E essa relação próxima seria também por laços de Família.

De facto, a cronologia, os apelidos, a posição social dos Barbuda até agora estudados, e as suas ligações, indiciam com um elevado grau de probabilidade que Isabel de Barbuda casada com Rodrigo Pinto Botelho, e mãe dos quatro três irmãos identificados, Maria de Freitas de Barbuda, João de Barbuda Botelho e o capitão

Manuel Botelho de Barbuda, fosse irmã do acima referido capitão-mor de Aljezur Estêvão Rodrigues de Barbuda, que terá nascido por volta de 1605. E assim, o capitão João Ferreira de Barbuda seria primo co-irmão dos referidos três irmãos justificando-se a sua proximidade a seu primo por afinidade Miguel Crato Monteiro cujo testamento testemunhou.

E admitido com pouca margem para dúvidas que a referida Isabel de Barbuda e o capitão-mor Estêvão Rodrigues de Barbuda seriam irmãos, é de admitir que ambos fossem filhos de Lopo Rodrigues de Barbuda, nascido cerca de 1575 e morador também em Aljezur onde foi escrivão da câmara e almotaçaria dos órfãos e tabelião do público e judicial dessa vila, e de sua mulher Isabel de Morais. Lopo Rodrigues de Barbuda havia tido esses ofícios por sua mulher, por mercê á sua petição de 14.5.1603, ofícios em que sucedeu a seu sogro André de Morais que os havia exercido e morrera, passando por sua morte a sua mulher Margarida Luís, que a 14.12.1588 requereu a sua propriedade para quem casasse com uma das suas filhas que ela nomeasse, o que obteve a 10.1.1589[12]. E é talvez o mesmo que a 23.11.1653, estando em Odemira, aí serve de testemunha num casamento na freguesia de Salvador, onde morreu 12 anos depois, a 21.9.1665.

Esse Lopo Rodrigues de Barbuda, por sua vez, era com algum elevado grau de probabilidade filho de Duarte Rodrigues de Barbuda, nascido por volta de 1545 e que a 20.1.1615 vivia em Odeceixe, no termo de Aljezur, quando serve de fiador de Vicente Bocarro, cavaleiro aí morador, cuja mulher Leonor Jorge instituiu uma capela que viria mais tarde a ser administrada pelo acima referido capitão Manuel Botelho de Barbuda, o proposto irmão de Maria de Freitas de Barbuda, mãe do *nosso* Rodrigo Pinto de Barbuda[13]. E a documentar-se esta ascendência, como creio que virá a acontecer, o dito capitão Manuel Botelho de Barbuda, tal como seus irmãos, eram 4.º netos por varonia de Duarte Rodrigues de Barbuda.

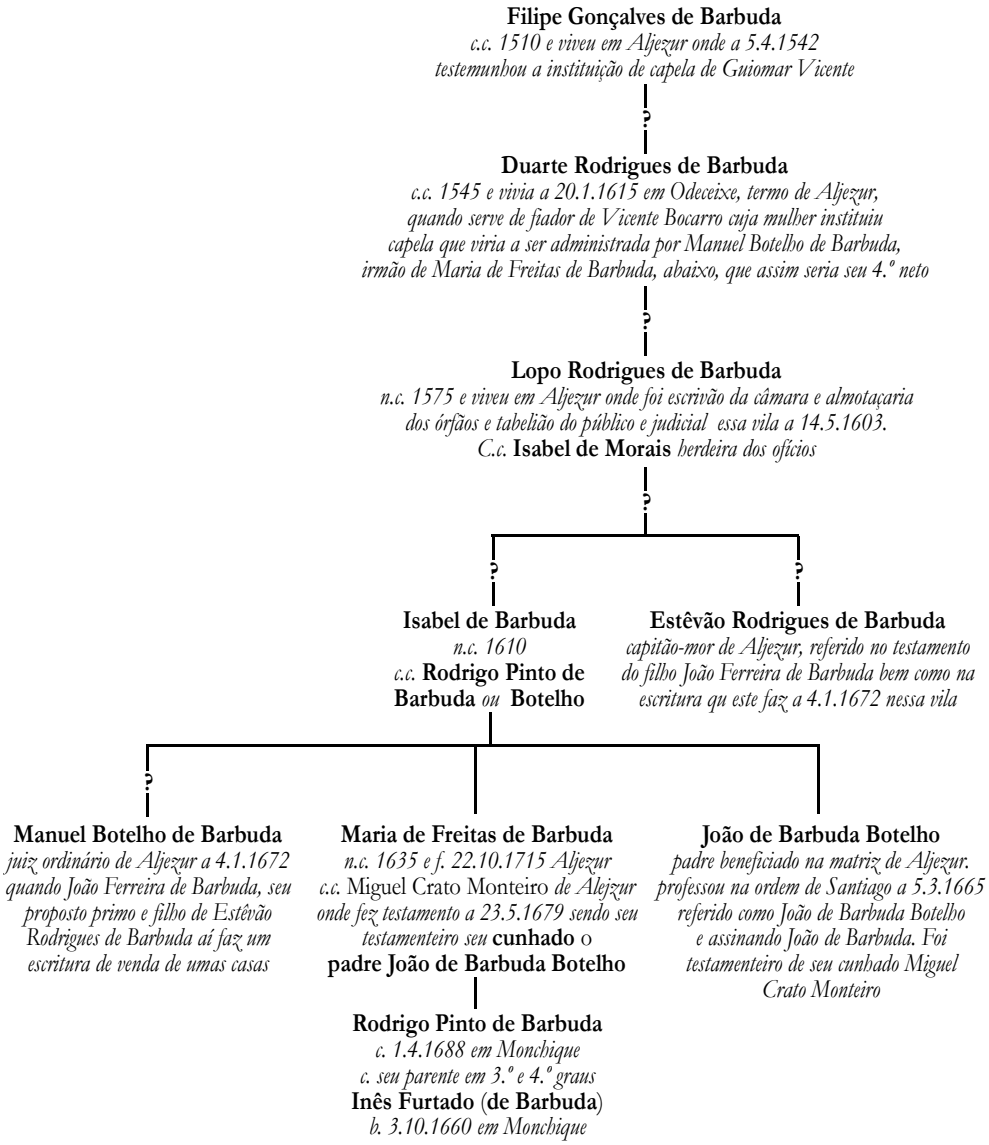
E por fim, documenta-se ainda, também a viver em Aljezur um Filipe Gonçalves de Barbuda, que terá nascido por volta de 1510, e que aí testemunhou também a instituição de uma capela, de Guiomar Vicente, a 5.6.1542[14].

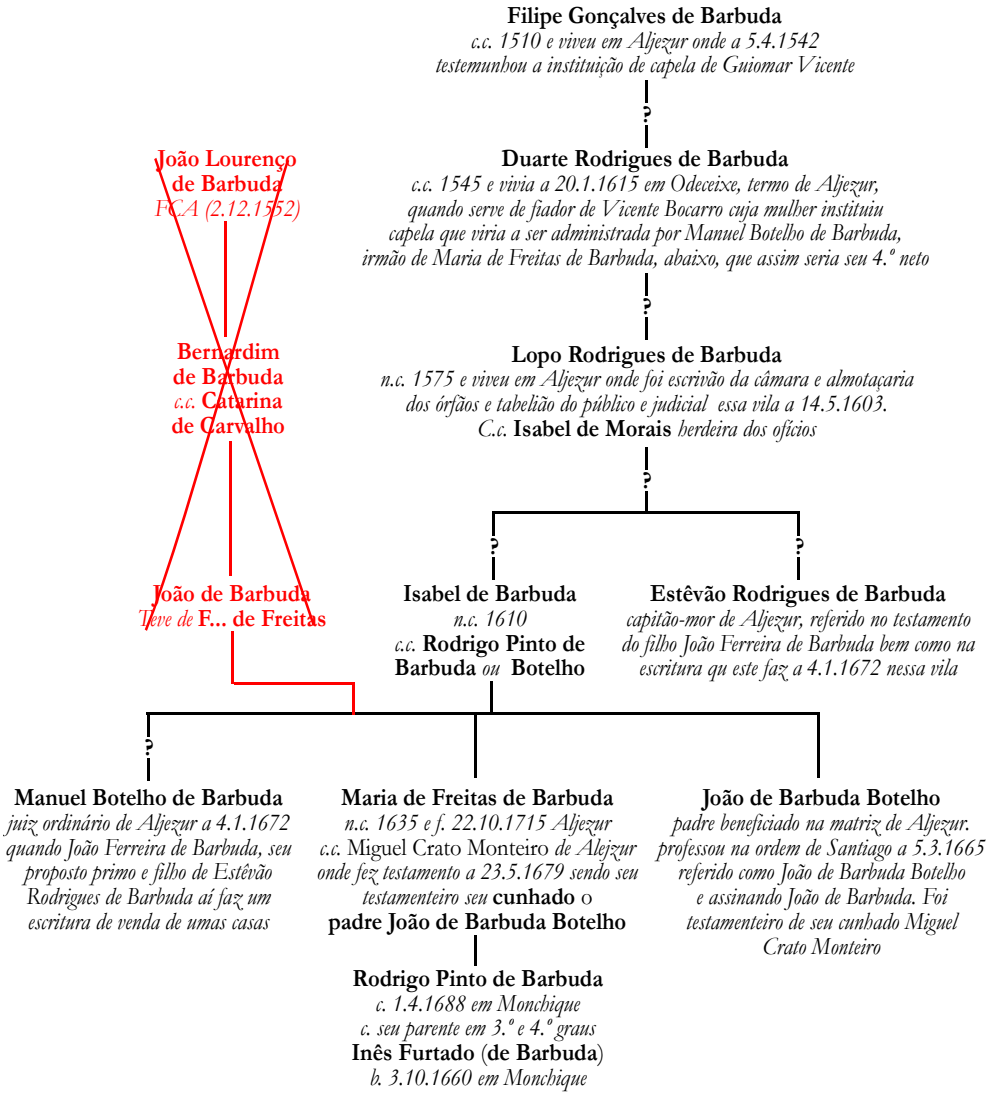
É pois bastante razoável admitir que todos estes Barbuda fossem dele descendentes ou de um seu parente próximo. Cronologicamente é possível que fosse pai de Duarte Rodrigues de Barbuda, e deste modo seria 6.º avô do capitão-mor Rodrigo Pinto de Barbuda e de seu irmão o capitão Pedro Monteiro de Barbuda.

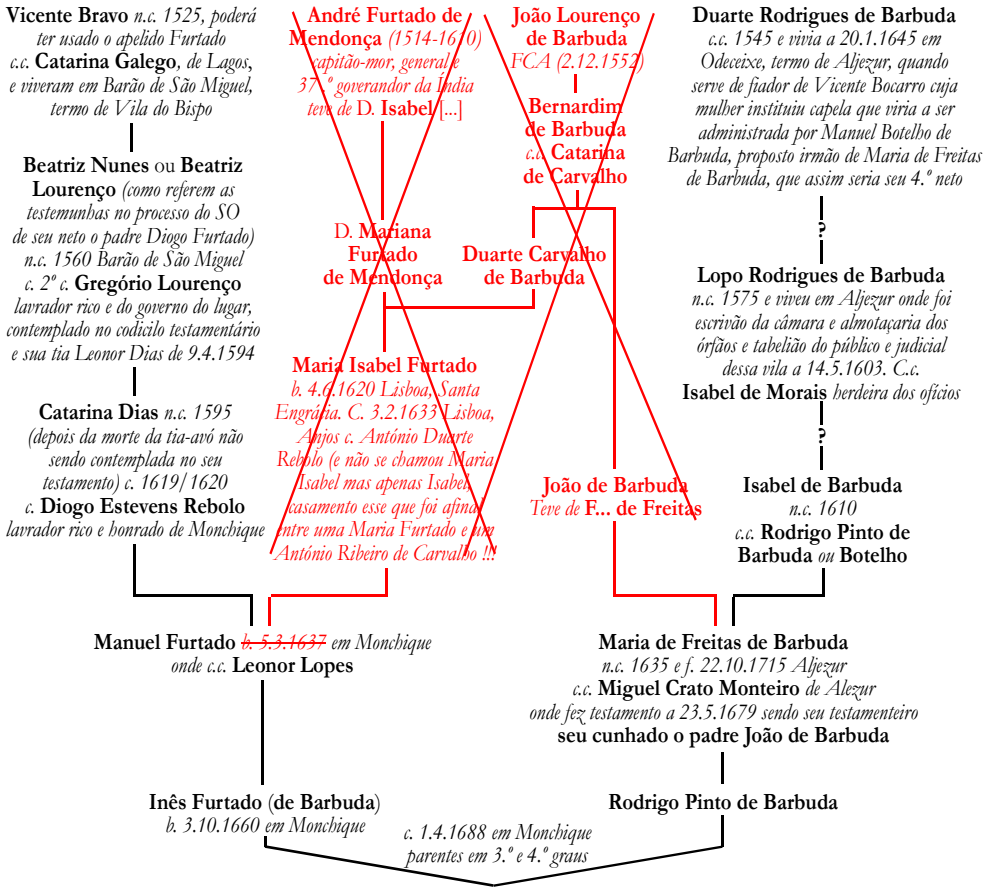
[12] PT/TT/CHOS, L.8 f.4
[13] PT/TT/Capelas da Coroa, L.4 f.19v.
[14] PT/TT/Capelas da Coroa, L.4 f.5v.

Certo é que, tal como as ascendências Furtado, dos de Monchique, nada têm a ver com a linha de D. Mariana de Mendonça, também as ascendências Barbuda dos de Monchique e Aljezur nada têm a ver com a linha de Duarte Carvalho de Barbuda.

Esquematizando:




Filipe Gonçalves de Barbuda
c.c. 1510 e viveu em Aljezur onde a 5.4.1542 testemunhou a instituição de capela de Guiomar Vicente
?
Duarte Rodrigues de Barbuda
c.c. 1545 e vivia a 20.1.1615 em Odeceixe, termo de Aljezur, quando serve de fiador de Vicente Bocarro cuja mulher instituiu capela que viria a ser administrada por Manuel Botelho de Barbuda, irmão de Maria de Freitas de Barbuda, abaixo, que assim seria seu 4.º neto
?
Lopo Rodrigues de Barbuda
n.c. 1575 e viveu em Aljezur onde foi escrivão da câmara e almotaçaria dos órfãos e tabelião do público e judicial essa vila a 14.5.1603.
C.c. Isabel de Morais herdeira dos ofícios
?
?
?
Estêvão Rodrigues de Barbuda
capitão-mor de Aljezur, referido no testamento do filho João Ferreira de Barbuda bem como na escritura qu este faz a 4.1.1672 nessa vila
Isabel de Barbuda
n.c. 1610
c.c. Rodrigo Pinto de Barbuda ou Botelho
João Lourenço de Barbuda
FCA (2.12.1552)
Bernardim de Barbuda
c.c. Catarina de Carvalho
João de Barbuda
Teve de F... de Freitas
?
Manuel Botelho de Barbuda
juiz ordinário de Aljezur a 4.1.1672 quando João Ferreira de Barbuda, seu proposto primo e filho de Estêvão Rodrigues de Barbuda aí faz um escritura de venda de umas casas
Maria de Freitas de Barbuda
n.c. 1635 e f. 22.10.1715 Aljezur
c.c. Miguel Crato Monteiro de Alejzur onde fez testamento a 23.5.1679 sendo seu testamenteiro seu cunhado o padre João de Barbuda Botelho
Rodrigo Pinto de Barbuda
c. 1.4.1688 em Monchique
c. seu parente em 3.º e 4.º graus
Inês Furtado (de Barbuda)
b. 3.10.1660 em Monchique
João de Barbuda Botelho
padre beneficiado na matriz de Aljezur. professou na ordem de Santiago a 5.3.1665 referido como João de Barbuda Botelho e assinando João de Barbuda. Foi testamenteiro de seu cunhado Miguel Crato Monteiro

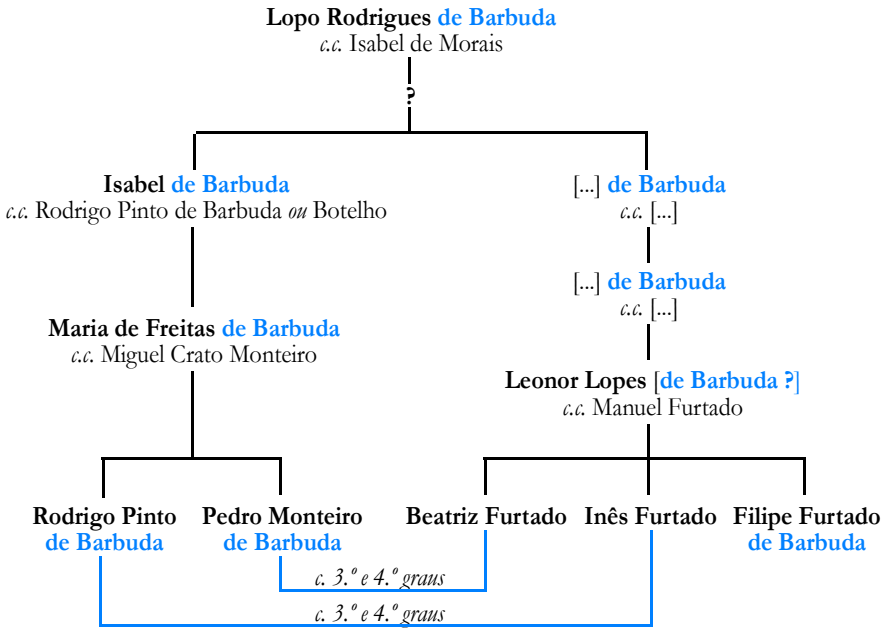


E concluída esta reconstituição genealógica, desmistifacadas e corrigidas as inverdades construídas em torno das ascendências fantasiosas dos casais Inês Furtado e Rodrigo Pinto de Barbuda e Beatriz Furtado e Pedro Monteiro de Barbuda, resta-nos a questão: então afinal como eram eles parentes no 3.º e 4.º graus de consanguinidade?

Eram-no com a maior probabilidade precisamente pela linha Barbuda, apelido que tanto usaram os nubente Rodrigo e Pedro e cuja ascendência se documenta, como o

usou também pelo menos um irmão das suas respectivas mulheres Inês e Beatriz de nome Filipe Furtado de Barbuda. E sem dúvida alguma que esse apelido usou-o Filipe Furtado de Barbuda por sua mãe Leonor Lopes e não por seu pai Manuel Furtado.

Assim, o parentesco entre os nubentes seria mais certamente pela seguinte ligação genealógica:



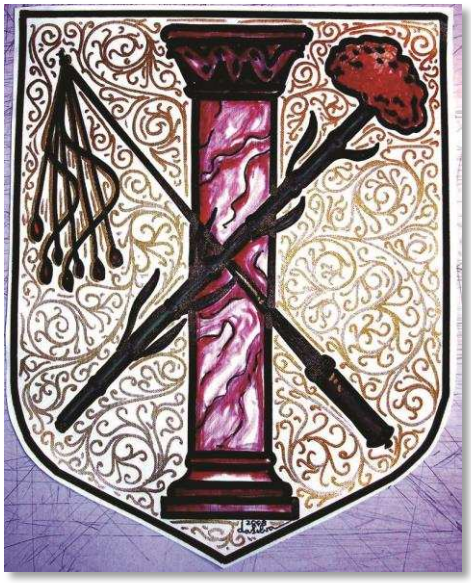
Este artigo tem por base a comunicação apresentada publicamente pelo autor no *VIII Seminário de Estudos Históricos sobre o Algarve*, realizado a 16 de Agosto de 2014, no Museu de Portimão.

HERÁLDICA E EX-LIBRÍSTICA

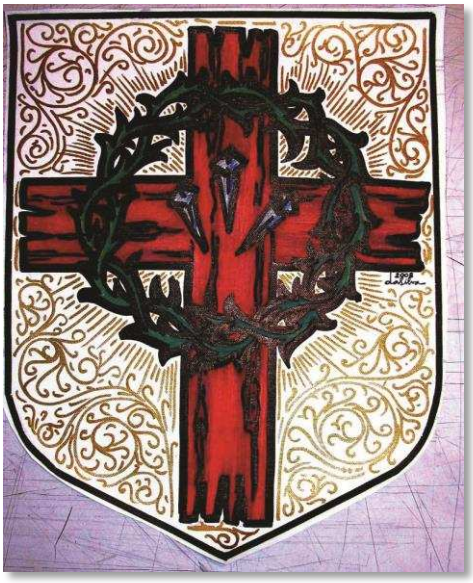
ESBOÇOS, ESBOCETOS, BONECOS E HERÁLDICA E SINAIS

da autoria de David Fernandes Silva

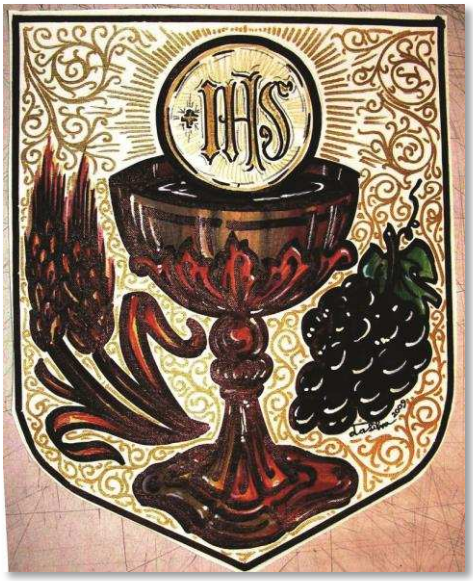
Neste número iniciamos a publicação de ex-libris heráldicos e outras peças heráldicos, desenhos, esboços e esbocetos da autoria de vários colaboradores, e naturalmente de Membros do CEGHBAC. Iniciamos com as criações do nosso Membro, o heraldista, ex-libris e artista David Fernandes Silva, sem dúvida um dos mais talentosos e criativos ex-libristas da actualidade, e nome incontornável desta arte. De resto, o autor dispensa qualquer apresentação sendo já conhecido do grande público pelas suas criações. Tinhamos aliás prevista a publicação sequencial dos seus ex-libris numerados ARS, mas sobre esses está já prevista uma publicação no boletim da Academia de Ex-Líbris e outra para os livros de Mota Miranda. O que é mais do que suficiente para que o autor não precise de melhor e mais apresentações. E (alertando que todos os desenhos que seguem sob o título *Arma Christi* – escudos alegóricos pintados sobre tela para colocar sobre bandeirolas de procissão – foram fotografados em condições deficientes, em bancada de trabalho), sendo dispensáveis quaisquer outras palavras, deixamos o leitor com estas peças e a avaliação por si da beleza de cada uma delas.



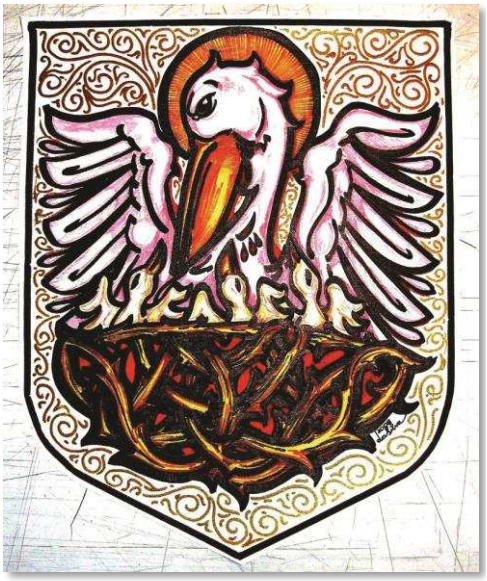
Arma Christi - Christus Poenitens



Arma Christi - Crux Redemptionis



Arma Christi - Fons Salvationis



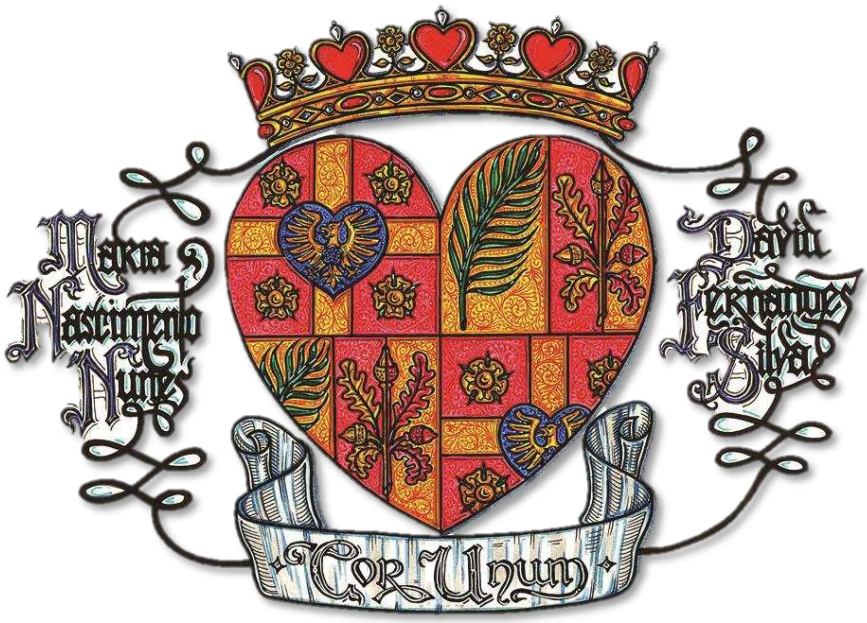
Arma Christi - Pius Pelicanus

Arma Christi - Sors et Fatum

Santíssima Trindade (alusão heráldica) inspirado em Rublev

Praesepium Heraldicum (2012)

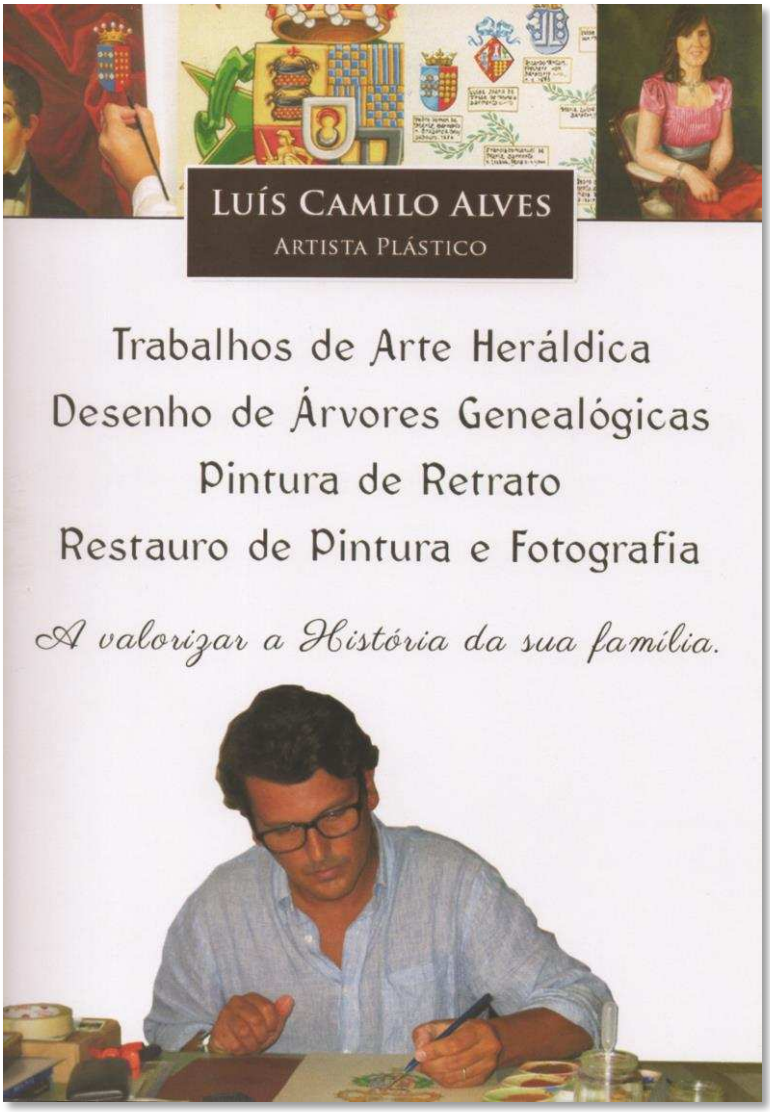
Natal (2013)



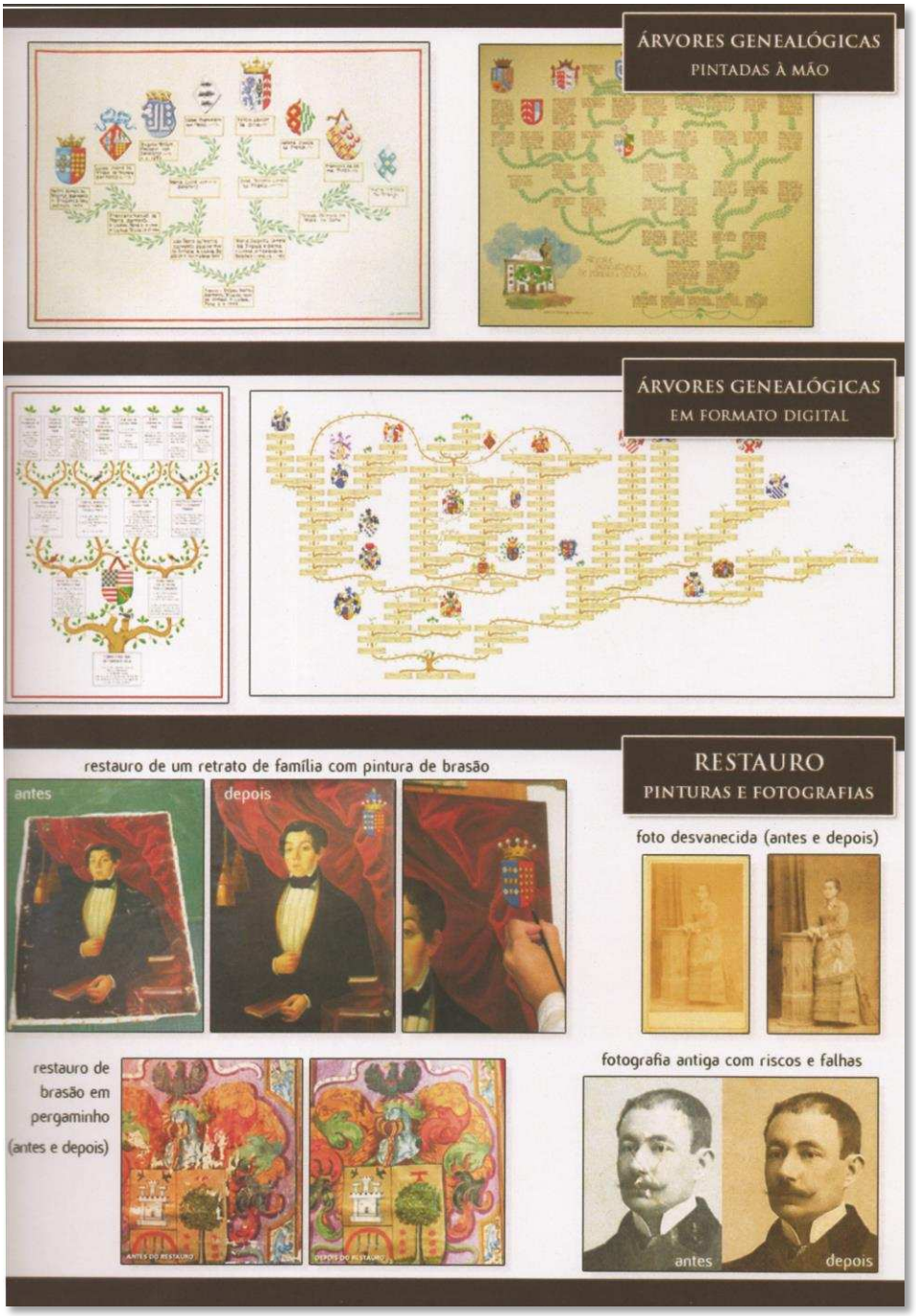
Cor Unum

A Arte Heráldica de Luís Camilo Alves

O artista plástico Luís Camilo Alves, heraldista e ex-librista, é sobejamente conhecido do público, e temos o privilégio de ser igualmente Membro do nosso CEGHBAC. A ele nos referimos na secção de Notícias no número anterior dos Cadernos Barão de Arêde. A ele voltamos agora com uma apresentação mais detalhada do seu trabalho e do seu percurso, onde o leitor poderá encontrar também os seus contactos.



HERÁLDICA
PINTADO À MÃO
PEÇAS ÚNICAS E RARAS
Exemplos de brasões iluminados à mão
e em diversos materiais, tais como óleo,
guache, aguarela, etc.
HERÁLDICA
EM FORMATO DIGITAL
Uma óptima solução para ilustrar livros e sites de história
ou de família. Ideais para colocar numa moldura ou oferecer.
Em diversos formatos consoante a necessidade.
POR SER VALER
PINTURA
RETRATOS A ÓLEO
Exemplo de retrato a óleo feito
a partir de uma fotografia antiga
Exemplo de retrato a óleo feito
a partir de uma gravura antiga
retrato de Senhora


ÁRVORES GENEALÓGICAS
PINTADAS À MÃO
ÁRVORES GENEALÓGICAS
EM FORMATO DIGITAL
RESTAURO
PINTURAS E FOTOGRAFIAS
restauro de um retrato de família com pintura de brasão
antes
depois
foto desvanecida (antes e depois)
restauro de brasão em pergaminho (antes e depois)
fotografia antiga com riscos e falhas
antes
depois

APRESENTAÇÃO

Licenciado em Design de Comunicação pela Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, **Luís Camilo Alves** exerce a sua actividade como Pintor, Designer Gráfico e Artista Heráldico. Fez, em 1995, o XI Curso de Heráldica do Instituto Português de Heráldica, tendo sido sócio-correspondente durante alguns anos. Em 2013, fez o Curso de Preservação de Colecções de Fotografia, na LUPA (Luís Pavão, Lda).

VOCAÇÃO ARTÍSTICA

Exerce a profissão de Pintor, a sua vocação de sempre. É representado pela Galeria Arte Periférica, situada no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, ali expondo regularmente. É também professor de pintura no Atelier Terra de Siena, em Lisboa. Paralelamente, participa em várias exposições colectivas e colabora com várias entidades.

HERÁLDICA, UMA PAIXÃO

Atraído pelas "cores" e pela História que a Heráldica suscita, dedica-se há mais de 20 anos à pesquisa, ao estudo e à produção de Arte Heráldica. Como iluminador heráldico, fez inúmeros Brasões e Árvores Genealógicas para diversos clientes e entidades portuguesas, das quais se destaca a Embaixada Portuguesa Junto da Santa Sé (Roma, 2000). Recebeu encomendas de vários países como o Brasil, Itália, EUA e Suíça.

A INTERNET E O DIGITAL

Tem igualmente desenvolvido e criado centenas de Brasões em formato digital. A criação de Brasões e Árvores Genealógicas em computador permite uma versatilidade e rapidez que tem tido grande aceitação, quer em Portugal, quer no Brasil. É um serviço muito procurado por pessoas que querem recuperar os brasões de família, editar obras de genealogia, ou executar o seu brasão pessoal ou árvore genealógica de família.

O DEVER DE PRESERVAR

Restaurar um objecto é também preservar a memória da pessoa ou família que o criou ou possuiu. A sua recuperação é a mais justa homenagem que podemos fazer a alguém ou a uma família. Neste espírito tem feito diversos restauros de pinturas, algumas delas heráldicas, em tela, pergaminho e papel. Ou intervindo noutros suportes, como o mosaico (túmulo da Marquesa de Tomar - cemitério de Verano, Roma, 1998).

Luís Camilo Alves digitaliza e restaura igualmente fotografias antigas de família, recorrendo ao suporte digital, recuperando assim imagens que pareciam irremediavelmente perdidas. Digitaliza e organiza também álbuns de fotografias antigas, para que a memória da família não se perca.

PROJECTOS, IDEIAS E OBJECTIVOS

A partir da ideia inicial do cliente, alia a sua experiência e saber, procurando uma solução que seja perfeita, tanto a nível estético como heráldico. O seu trabalho final reflete o talento, empenho e dedicação que põe em cada projecto heráldico.

Tem vários trabalhos publicados em obras de diversos autores, nas áreas da História e Genealogia.

Respeitar a Heráldica e a História, evocar os antepassados e preservar o património familiar, é o seu principal objectivo.

Telm: 932 834 030 Morada: Av. Ilha da Madeira, 24, 6ºDto, 1400-204 Lisboa PORTUGAL
Email: lcamiloalves@gmail.com www.reidarmas.com www.luiscamiloalves.com

Retrato de Senhora da autoria de Luís Camilo Alves

Retrato de Costa Cabral da autoria de Luís Camilo Alves e o artista no seu atelier

NOTÍCIAS

CADERNOS BARÃO DE ARÊDE EM FORMATO DE LIVRO

Como é do conhecimento a nossa revista digital tem já também edição em livro para os que estando interessados para as suas bibliotecas a encomendem no mês seguinte à sua edição digital, dado que apenas são impressos o número de livros que forem devidamente encomendados. A edição em livro está a cargo da Arandis Editora que produziu já o n.º 1 dos nossos Cadernos.

A ARANDIS EDITORA

A Arandis Editora é um projecto editorial algarvio, fundado pelos escritores algarvios Sérgio Brito, Fernando Lobo e Nuno Campos Inácio, que apenas edita autores algarvios ou temas que tenham a ver com a região algarvia. Com dois anos de existência publicou 66 título, distribuídos em 73 edições, tendo realizado 88 apresentações públicas de livros, que envolveram mais de 6.000 pessoas. Os 50 autores editados estão relacionados com os municípios de Portimão (14), Albufeira (9), Faro (5), Silves (5), Lagoa (4), Monchique (3), Loulé (3), Tavira (2), Olhão (1), Lagos (1), Aljezur (1) e São Brás de Alportel (1). Entre os meses de Outubro e de Dezembro a Arandis Editora lançou os seguintes títulos:

3 de Outubro: *António Pinheiro – Um nome para a história do teatro português*, de Luís Gameiro. Obra apresentada na Faculdade de Letras de Lisboa, trata-se da tese de mestrado de Luís Gameiro, descendente de famílias de Tavira, que aborda a vida e obra do ilustre tavirense António Pinheiro, homem do teatro, que dá nome ao Teatro de Tavira.

18 de Outubro: *Cenas Maradas*, de Fátima Peres. Obra apresentada no auditório da Caixa de Crédito Agrícola de Monchique. Textos de reflexão da jornalista e radiologista Fátima Peres, uma referência no meio radiofónico algarvio. A obra encontra-se magnificamente ilustrada com trabalhos de Fernando Lobo, Gabriela Eufrásio, João Sena, Luís Peres e Victor Borges.

25 de Outubro: *A Caridade e as Instituições de Assistência Pública no Concelho de Lagoa*, de João Nuno Aurélio Marcos. Obra apresentada no Convento de São José de Lagoa. Obra de cariz histórico que aborda a origem e história das instituições de assistência pública do concelho de Lagoa, como Santa Casa da Misericórdia de Lagoa e de Estômbar, Compromisso Marítimo de Ferragudo, Confrarias Religiosas de Lagoa, Estômbar, Porches e Ferragudo, Expostos, Casas de Recolhimento, Asilo de Lagoa…

1 de Novembro: *Triagem de Manchester*, de Hélio Pereira. Apresentada no *In Temporal Café*, em Lisboa. Obra biográfica, que conta a experiência do autor quando teve um enfarte e foi levado para o hospital, ficando sujeito à "Triagem de Manchester". Uma deficiente avaliação do seu estado de saúde durante a triagem agravou o seu estado de saúde e ia-lhe custando a vida.

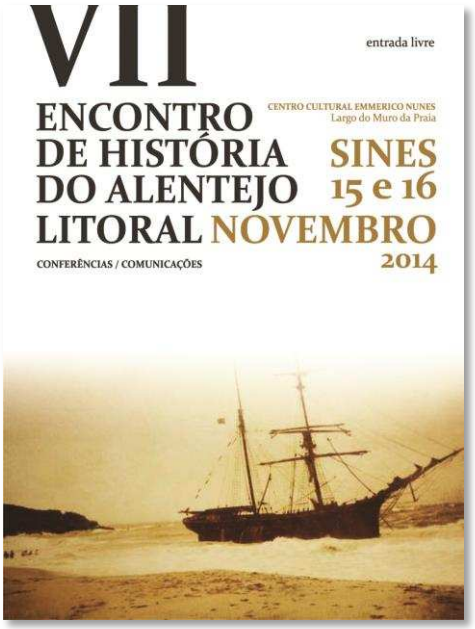
20 de Novembro: *Horas de Guerra*, *Memórias de um Miliciano*, de Manuel Benjamim Rodrigues Coelho, reeditada pelo seu neto, o Genealogista José Manuel Martins Ferreira Coelho. Apresentada no Palácio da Independência, em Lisboa. Edição fac-simile, aumentada com uma análise ao seu conteúdo e com documentos encontrados pelo neto do autor, Horas de Guerra é um livro de memórias de um miliciano tavirense que combateu na Primeira Guerra Mundial.
22 de Novembro: *Da Volúpia os Sinais*, de Miguel Afonso Anderson. Obra de poesia apresentada na Biblioteca Municipal de Lagoa. É o quinto título de poesia do premiado Poeta algarvio Miguel Afonso Anderson, o pseudónimo de Helder Neves.
29 de Novembro: *Cursum Perficio*,*Viagem a Akhshânba*, de Victor Borges. Apresentada no Hotel Porto Bay, em Albufeira, no âmbito do II Aniversário da Arandis Editora. Cursum Perficio é um romance histórico baseado na vida da poetisa árabe "Al-Shilba" a primeira mulher a realizar uma peregrinação a Meca.
5 de Dezembro: *Cadernos Barão de Arêde*, n.º 1.
6 de Dezembro: *Adivinhas Sextilhadas*, de António Ventura. Apresentada na Santa Casa da Misericórdia de Monchique. Com esta obra é perpetuada uma característica poética e cultural da Serra de Monchique, há muito em risco de desaparecer. Á volta da mesa, as pessoas elaboravam adivinhas, com a obrigação de as apresentarem com a forma de sextilha.
9 de Dezembro: *A Memória é Vital*, de Maria José Gama. Apresentada no auditório do Montepio Geral, em Lisboa. Obra de memórias da autora, que aborda temas como a vida nas colónias, o 25 de Abril, o regresso à metrópole e a sua vida politica e social em Portugal. Obra prefaciada pelo Professor Adriano Moreira.
13 de Dezembro: *Projeto SSWIM Gestão Integrada de Salinas*, de Ricardo Coelho, Mauro Hilário e Professor Doutor Duarte Nuno Ramos Duarte. Obra apresentada no Espaço +, em Aljezur. Trata-se de uma obra de cariz científico sobre o sal e as salinas.

arandis
EDITORA

VII Encontro de História do Alentejo Litoral

Nos passados dias 15 e 16 de Novembro realizou-se no Centro Cultural Emmerico Nunes em Sines o VII Encontro de História do Alentejo Litoral, sendo a Comissão de Honra composta por: APS – Administração do Porto de Sines, S.S., Assembleia Municipal de Sines, Câmara Municipal de Alcácer do Sal, Câmara Municipal de Grândola, Câmara Municipal de Odemira, Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Câmara Municipal de Sines, Capitania do porto de Sines, Direcção Regional da

Cultura do Alentejo, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Junta da Extremadura e Departamento de História da Universidade de Évora. O Presidente do nosso Centro de Estudos, Luís Soveral Varella, aceitando o convite que lhe foi dirigido foi um dos oradores apresentando uma comunicação. Foram ainda oradores, que apresentaram comunicações sobre os mais diversos temas inseridos no objectivo desse Encontro: Javier Jiménez Ávila – Junta da Extremadura; Filomena Barros – Universidade de Évora; Albérico Afonso – instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL; Gentil Cesário; António Martins Quaresma; Maria da Luz Correia; Sandra Patrício; Jorge feio, Francisco Lobo de Vasconcellos; Eduardo M. Raposo; Germesindo Silva; Maria Mota Almeida; Hélder Mestre; Maria Inácia Rezola – Escola Superior de Comunicação Social/Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL; João Madeira; Rui Jacinto; Francisco do Ó Pacheco; Teresa Desterro; Raquel Ventura.



JORNADAS HERÁLDICAS

Realizam-se nos próximos dias 5, 6 e 7 de Maio de 2015 as *Journées d'Études Héraldiques; L'héraldique dans la ville au Moyen Age : une exception italienne ? Rome, Ecole française de Rome*, organizadas por: EFR, CESCM, Université de Poitiers, Université de Münster-programme "la Performance des Armoiries", Institut historique allemand de Rome-DHI, Académie de France à Rome-Villa Médicis. Para qualquer informação consultar a página na internet http://heraldica.hypotheses.org/2097

CONFERÊNCIAS NA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA

A Sociedade de Geografia de Lisboa, na sua tradição, mantém a realização de conferências do maior interesse. No que diz respeito à Genealogia, Heráldica e Ex-Libristica, registamos em particular: No dia 10 de Dezembro no auditório Adriano Moreira: *Portugal e Suécia no tempo da Rainha Cristina*, seminário promovida pela Secção de Genealogia, Heráldica e Falerística da Sociedade de Geografia de Liboa, com os oradores o Prof. Cat. Luís Aires-Barros, Presidente da S.G.L., Mestre Benito Martinez, Presidente da Secção de Genealogia, Heráldica e Falerística da Sociedade de Geografia de

Lisboa, Dr.ª Caroline Fleetwood, Embaixadora da Suécia Embaixador Dag Ahlander, Prof. Doutor Nuno Canas Mendes, Embaixador Fernando Ramos Machado, Dr.ª Maria Oom, Dr. Fernando d' Abranches Correia da Silva, Eng. António Miguel Trigueiros, Prof. Doutora Inocência Mata, Dr.a Rosa da Cruz e Silva, Ministra da Cultura de Angola, o nosso Membro e Vogal Arq. Segismundo Pinto, Dr. Vitor Escudero e a Prof. Doutora Ana Cristina Martins.

No passado dia 19 de Dezembro no auditório Adriano Moreira: *Côrte-Real, Colon e Magalhães e as tentativas de se chegar ao Oriente pelo Ocidente* pelos engenheiros José Mattos e Silva e António Mattos e Silva. Apresentando uma interessante tese sobre as razões que terão levado os navegadores Côrte-Real, Cristóvão Colon e Fernão de Magalhães a empreenderem as suas navegações, seguiu-se um muito interessante debate sobre o assunto.

ACADEMIA PORTUGUESA DE EX-LIBRIS

Na sua actividade a Academia Portuguesa de Ex-Líbris, presidida pelo nosso Membro Comandante Sérgio Avelar Duarte, inaugurou no passado dia 22 de Novembro na sua Sede na Rua do Jasmim, n.º 14, 1.º, em Lisboa a exposição sob o título *Lá como Cá, Ontem como Hoje – Ex-Líbris Vínicos e Báquicos*, da colecção no nosso Membro e Vogal o Arq. Segismundo Pinto. Seguiu-se Acto Cultural de Geminação Ibérica com apresentação e entrega de Diplomas do Instituto Balear de la História e Sessão Académica da Academia Iberoamericana de La Rábida, e apresentação dos livros *La Heráldica en los descubrimientos y Cristóbal Colón*, pelo Presidente da Academia Iberoamericana de La Rábida Prof. Doutor D. Sixto Romero Sánchez e *Discursos de Académicos 1995-2014* pelo Secretário da Academia Iberoamericana de La Rábida Prof. D. Manuel Sánchez Tello.

Também na Academia Portuguesa de Ex-Libris realizou-se a Exposição Ex-Líbris Eróticos da Colecção da Família Escudero, que encerrou com a comunicação da Dr.ª Fátima Romão *Ex-Nihil, Ex-Voto, Ex-Líbris – O labiríntico desejo de um olhar masculino.*

Na circunstância dessa Exposição o nosso Membro David Fernandes Silva criou este magnífico ex-libris heráldico e erótico, por si numerado com ARS 53 - Vítor Escudero

que mereceu o oportuno comentário do nosso Membro e Vogal Segismundo Pinto: *Tão discreto como convém, tão explícito como importa.*

A FALERÍSTICA NA GRANDE GUERRA

No passado dia 13 de Novembro teve lugar a inauguração da exposição *A Falerística na Grande Guerra Reconhecimento, Valor Lealdade e Mérito* integrada no III Congresso Internacional de Heráldica Militar que decorreu a 13 e 14 desse mês, organizados pela Direcção de História e Cultura Militar, no Palácio dos Marqueses do Lavradio, Campo de Santa Clara em Lisboa.

COMEMORAÇÕES DOS 750 ANOS DA ORDEM MILITAR E HOSPITALAR DE SÃO LÁZARO DE JERUSALÉM EM PORTUGAL

Nos passados dias 3 e 4 de Outubro a cidade Guimarães acolheu 12 delegações internacionais da Ordem Militar e Hospitalar de São Lázaro de Jerusalém, o seu 49.º Príncipe Grão-Mestre Don Carlos de Bourbon, Marquês de Almazám, o Grão-Comendador Internacional, o Grão-Chanceler Internacional e vários outros membros do Grão-Conselho Magistral, juntamente com vários Priores, para assistirem ao marco Histórico que foi a comemoração dos 750 anos da fundação em Portugal da referida Ordem.

Nas imagens seguintes e durante as comemorações em Guimarães: *O Presidente do CEGHBAC, Luís Soveral Varella, Barão de Arêde, nas comemorações dos 750 anos em Portugal da Ordem Militar e Hospitalar de São Lázaro de Jerusalém, com o Conde Bracial e Visconde de Santiago do Cacém, António Sales, e o Grão-Mestre Don Carlos de Borbón, Marquês de Almazán, preparando a investidura dos novos Cavaleiros e Damas; e o Prior de Portugal da Ordem de São Lázaro de Jerusalém, D. José de Lancastre e Távora, Marquês de Abrantes, Marquês de Fontes, Conde de Penaguião, Conde de Vila Nova de Portimão, etc., no momento em que recebe do Grão-Mestre Don Carlos de Borbón, Marquês de Almazán, a confirmação do grau de Grã-Cruz da Ordem.*

SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO GENEALÓGICA PROFISSIONAL

Se quer conhecer as suas origens, quem foram e o que fizeram os seus antepassados, de onde eram e como viviam, faremos a sua Árvore Genealógica através de investigação profissional nas fontes primárias. Com mais de 35 anos de experiência em

investigação Genealógica e História da Família, Luís Soveral Varella, é membro do Instituto Português de Heráldica, da Associação Portuguesa da Genealogia, do Instituto de Genealogia e Heráldica da Universidade Lusófona do Porto, Presidente do Centro de Estudos de Genealogia e Heráldica Barão de Arêde Coelho, e autor de vários trabalhos publicados em livros e em revistas da especialidade, tendo merecido as mais honrosas referências por parte de outros investigadores e especialistas da área, seus pares, sendo reconhecido pelo seu método de investigação e apresentação dos resultados. O que nos distingue é o facto de nos interessar particularmente a Genealogia independentemente da Nobiliarquia. Distingue-nos o processo e a metodologia; o conhecimento das fontes e o seu manuseamento. Distingue-nos a eficácia e os resultados. Tem agora a oportunidade de conhecer a sua Genealogia através de uma investigação profissional, cujo resultado poderá bastar-se pela investigação apenas dos seus antepassados, ou ainda das linhas dos seus parentes e colaterais, ou mesmo concluir-se com um Livro de Família. Visite-nos na página na internet http://luissoveral.com.sapo.pt/igp.htm.

EXPOSIÇÃO DE LUÍS CAMILO ALVES

A galeria Arte Periféria, no Centro Cultural de Belém, recebe no dia 31 de Janeiro pelas 16 horas mais uma exposição do nosso Membro o Artista, Heraldista e Ex-Librista Luís Camilo Alves. Embora sujeita a confirmação da

data e da hora, deixamos desde já esta nota de exposição a não perder.

PUBLICAÇÕES

TOMBO HERÁLDICO DOS AÇORES

A Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, assumindo-se como editora, trouxe a público a última obra de António Ornelas Mendes e de Jorge Forjaz intitulada *Tombo Heráldico dos Açores*. Esta obra elenca 239 Cartas de Brasão de Arms desde 1503 a 1910 seguidas das representações heráldicas dos 38 bispos de Angra e dos 16 bispos nascidos nos Açores, com larga iconografia e esquemático estudo genealógico explicativo da composição dos brasões estudados. Edição com grande qualidade gráfica, a cores, com 548 páginas e 467 imagens, capa dura e as dimensões 21x28 cm. Obra essencial em qualquer biblioteca genealógica e heráldica, a não perder.

DO TRATAMENTO DE DOM

Com apresentação pública na livraria Ferin na rua Nova do Almada em Lisboa, a editora Caminhos Romanos editou a obra *Do Tratamento de Dom* da autoria de Damião Pereira de Menezes Vellozo Ferreira. Para encomendas contactar a

livraria Ferin para o endereço electrónico ferin@ferin.pt.

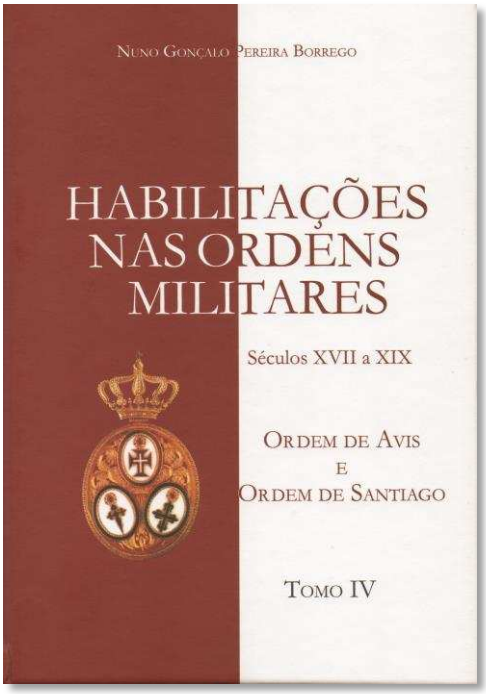
MUSEUS, PALÁCIOS E MERCADOS DE ARTE

Foi apresentado no passado dia 3 de Dezembro no Palácio Nacional da Ajuda pela Professora Doutora Raquel Henriques da Silva, e com edição da Direcção-Geral do Património Cultural o livro *Museus, Palácios e Mercados de Arte*, com as actas do colóquio realizado em Novembro de 2013 que reuniu profissionais ligados aos museus, palácios e mercados de arte em Portugal, promovido pelo Palácio Nacional da Ajuda e a Cabral Moncada Leilões.

HORAS DE GUERRA

Um diário de guerra da autoria do algarvio Manuel Benjamim Rodrigues Coelho, combatente da I Grande Guerra Mundial, foi reeditado pelo seu neto, o Professor Doutor José M Ferreira Coelho, e apresentado no dia 20 de Novembro em Lisboa no Palácio da Independência. Editado pela Arandis Editora, enquadra-se nas cerimónia do Centenário da I Guerra Mundial. Trata-se de documento extremamente detalhado relatando o dia-a-dia dos soldados no campo de batalha, tornando-se assim obra incontornável para o estudo da participação Portuguesa nessa Guerra Mundial.

HABILITAÇÕES NAS ORDENS MILITARES – 4.º VOLUME



Do mesmo autor, Nuno Borrego, está também já disponível o volume 4 das *Habilitações nas Ordens Militares*. Patrocinado pela Comissão Portuguesa de História Militar e pela Chancelaria das Ordens Honoríficas, nele se inventariam e sumariam as habilitações nas ordens de Aviz e de Santiago, concluindo-se esta obra que nos volumes anteriores inventariou e sumariou as habilitações na ordem de Cristo.

Este livro não é comercializado em livrarias, nem em lojas *on-line*, pelo que, para o adquirir, contactar directamente com Nuno Gonçalo Pereira Borrego Rua da Bela Vista à Lapa, 86 – 1.º 1200-613 Lisboa.

DECRETAMENTO DE SERVIÇOS (1688-1777)

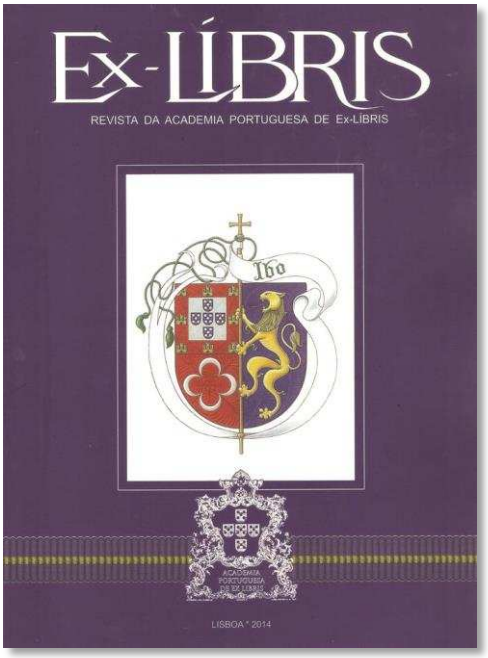
Conforme noticiámos no número anterior, está já a público o primeiro volume da obra conjunta de Nuno Borrego e de Miguel Esperança e Pina. "Esta obra, a publicar em 4 volumes, consiste na sumarização dos Decretamentos de Serviços, série documental do Ministério do Reino, que abrange os séculos XVIII e XIX, composta de processos em que os oficiais do Exército requeriam a remuneração dos seus serviços militares, solicitando, essencialmente, o Hábito da Ordem de Cristo ou tenças efectivas.

Estes processos, que abrangem oficiais de todo o País, são de fundamental importância para a elaboração de biografias militares, visto os requerentes ou os seus herdeiros, a maioria das vezes, os descreverem minuciosamente.
Apresentam-se na mesma, também, 198 selos heráldicos dos chefes militares que atestaram as fés-de-ofícios que foram juntas aos processos.
Com 634 páginas, das quais 52 a cores, a obra apresenta-se num formato 18x34, em papel couché de 115 grs., encadernada em capa dura, numa tiragem de 300 exemplares.

EX-LIBRIS – REVISTA DA ACADEMIA PORTUGUESA DE EX-LIBRIS

Sob o título *Ex-Libris*, de concepção gráfica da responsabilidade e sensibilidade do Mestre José Colaço, a Academia Portuguesa de Ex-Líbris apresentou a público no dia 20 deste mês de Dezembro durante o já tradicional Cocktail e Jantar de Natal e Convívio Familiar no restaurante Clara Jardim em Lisboa, o primeiro exemplar do seu órgão oficial. Uma revista profusamente ilustrada, com mais de cem páginas a cores e com excelentes e diversificados artigos, esta publicação surge no

encerramento do ano civil do seu 62.º aniversário de fundação, como o n.º 1 da nova série, e na sequência do notável trabalho que esta Academia tem vindo a desenvolver conseguindo recuperar a sua natural e desejável actividade, contínua e dinâmica, com múltiplas exposições, várias palestras, conferências, homenagens e tertúlias de permutas de ex-líbris. No índice deste número: Corpos Sociais; Editorial – Todos não somos demais para continuar; A intrigante pedra d'armas da Rua Direita em Angra, por Sérgio Avelar Duarte; José Bénard Guedes – O Livro da Amizade, por Vítor Escudero; Bénard Guedes – ou a arte de bem desenhar ex-líbris, por Segismundo Pinto, e Relação de Ex-Líbris desenhados, por Sérgio Avelar Duarte; Ex-Líbris – Mestre José Colaço, por Vítor Escudero, e Relação de Ex-Líbris desenhados, por Sérgio Avelar Duarte; David Fernandes Silva – Uma abordagem analítica e reflexiva sobre a sua obra, por Sérgio Avelar Duarte; Américo Carneiro, por Segismundo Pinto; A carta de brasão de armas de António freire de Andrade, e Subsídios para a genealogia de António Freire de Andrade, por Segismundo Pinto e Lourenço Correia de Matos; Lourenço de Figueiredo Perestrelo Correia de Matos, por Vítor Escudero; O ex-líbris como (in)tangibilidade e olhar sobre o Outro, por Ana Cristina Martins; Um super-libros heráldico inédito do Cardeal Cerejeira, por Segismundo Pinto; No 60.º Aniversário da Academia Portuguesa de Ex-Líbris; Novos Académicos; Obras de Sérgio Avelar Duarte, por Vítor Escudero.



À Academia Portuguesa de Ex-Libris os nossos mais sinceros parabéns por mais um aniversário e os votos do maior sucesso na prossecução dos seus trabalhos de mérito incontornável para a divulgação da cultura e da Arte Heráldica e do Ex-Librismo em Portugal.

O SANGUE E A HISTÓRIA DA FAMÍLIA QUADROS E RISCA

Da autoria do nosso Membro e vice-Presidente Óscar Caeiro Pinto, com edição da responsabilidade de Guarda-Mor, está deste mês a público o seu último trabalho, de que publicamos um excerto da introdução, da pena do autor: "Ao estudar o património genealógico, ou seja os vários antepassados da popular família Risca de Freixo de Numão (estes oriundos da Quinta da Risca, na freguesia de Souto de Penedono, de onde

retiraram este apelido toponímico), deparamo-nos com a nobre linhagem dos Quadros, com origens em Sevilha, onde foram detentores do estatuto hereditário de "vientequatro" desta cidade, por serem descendentes dos primeiros conquistadores dela. Apesar deste apelido se perder pelas alianças matrimoniais, escolhemos iniciar a nossa viagem genealógica pela linha dos Quadros em virtude das fontes histórico-genealógicas sobre esta família permitirem-nos recuar até ao período medieval.

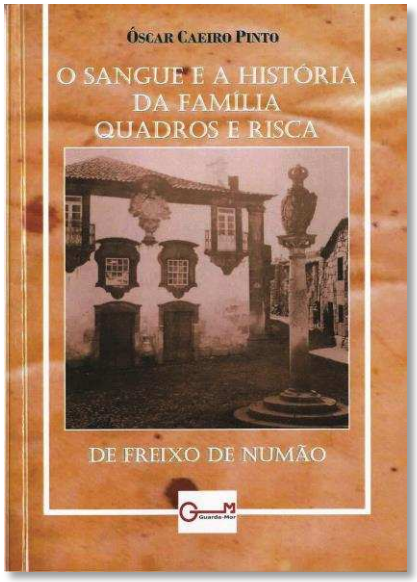
Assim, partindo da magnífica cidade andaluza, tentámos reconstituir as origens e o percurso desta família radicada em Portugal por força das circunstâncias e logo misturada com importantes linhagens portuguesas (como os Barreto e os famosos Pessanha do almirante genovês). O sangue cruza-se com a História, motivo mais que pertinente para voltarmos a servir a genealogia e a História Familiar com mais um estudo que pretende situar no tempo e no espaço estes nossos ancestrais.

Este ramo de Quadros fixou-se em Aveiro e depois estendeu uma ramificação até Bobadela (Oliveira do Hospital), acabando na linda vila de Freixo de Numão. Pelo meio, cruza-se com a antiga família Madeira Arrais da vila de Avô, cuja ascendência medieval já foi por nós estudada.

Do ponto de vista da análise sociológica, convém fazer uma leitura. Esta linha de Quadros que desemboca nos Risca mantém o devido estatuto de família da pequena nobreza até aos finais do séc. XVIII, altura em que perde o nome e o estatuto, caindo a pique da nobreza para a pobreza, passando de proprietários rurais a pequenos lavradores, jornaleiros, uma decadência também ajudada por duas senhoras ambas mães solteiras!

Mais que uma mera listagem de antepassados, apelidos, lugares e datas, o nosso projecto de estudo diz respeito ao factor humano. Tentámos utilizar a ciência genealógica para mostrar origens, comportamentos, trajectos sociais, assim como a continuidade. Mostramos o apogeu e a queda de uma família, a difícil arte de viver, melhor dizendo a difícil arte de sobreviver ao longo dos séculos!".

Este trabalho pode ser adquirido na página da editora Guarda-Mor em http://www.guardamor.com/livro.php?id=1700



Na contra-capa: Brasão de Armas do Eng. António Martins da Costa – iluminura da autoria do nosso Membro, o Artista, Heraldista e Ex-Librista Luís Camilo Alves.

Escudo esquartelado: no 1.º quartel – Melo; no 2.º quartel – Costa; no 3.º quartel – Barbosa; no 4.º quartel – Pinto; por diferença meia brica de verde carregada de uma lisonja de prata; paquifes e elmo a ¾; coronel de nobreza; e timbre dos Melo.

CAMILO ALVES 14